JENNIFER DO VALE E SILVA

Necessidades de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea: um estudo em Mossoró, Rio Grande do Norte

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres

(Versão corrigida. Resolução CoPGr 6018/11, de 1 de novembro de 2011. A versão original está disponível na Biblioteca da FMUSP)

São Paulo

2021

JENNIFER DO VALE E SILVA

Necessidades de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea: um estudo em Mossoró, Rio Grande do Norte

Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências

Programa de Saúde Coletiva

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo de Carvalho
Mesquita Ayres

São Paulo

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Vale e Silva, Jennifer do
Necessidades de saúde de adolescentes e jovens
na sociedade contemporânea : um estudo em Mossoró,
Rio Grande do Norte / Jennifer do Vale e Silva. --
São Paulo, 2021.

Tese (doutorado) -- Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.

Programa de Saúde Coletiva.

Orientador: José Ricardo de Carvalho Mesquita
Ayres.

Descritores: 1.Necessidades e demandas de
serviços de saúde 2.Saúde do adolescente 3.Direito à
saúde 4.Redes sociais online 5.Organização social
6.Teoria social

USP/FM/DEB-088/21

Responsável: Erinalva da Conceição Batista, CRB-8 6755

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Lenira, pelo amor e dedicação incansáveis

Às minhas filhas, Sofia e Isabella, pelo amor crescente

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	14
OBJETIVOS.....	21
PARTE I – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	23
CAPÍTULO 1 – MÉTODO.....	24
1.1 NATUREZA E PRESSUPOSTOS DO ESTUDO – O ENFOQUE HERMENÊUTICO.....	24
1.1.1 A busca da verdade: da razão objetiva à razão intersubjetiva.....	24
1.1.2 A verdade como experiência e sentido: uma perspectiva gadameriana.....	28
1.1.3 A verdade é experiência que emerge na relação de quem conhece com o que é conhecido.....	29
1.1.4 A experiência da verdade não pode ser completamente assegurada pelo seguimento de etapas preestabelecidas.....	31
1.1.5 A verdade é experiência do sujeito vivente.....	32
1.1.6 A razão intersubjetiva move-se em círculo hermenêutico.....	33
1.1.7 Dialogar é fundir horizontes.....	34
1.1.8 Em busca de uma compreensão hermenêutica das necessidades de saúde.....	35
1.2 CENÁRIO DO ESTUDO.....	38

1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	40
1.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	44
1.5 INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL.....	45
1.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	46
CAPÍTULO 2 – NECESSIDADES DE SAÚDE: UMA REVISITA AO CONCEITO.....	49
2.1 NECESSIDADES E PROCESSOS DE TRABALHO EM SAÚDE.....	52
2.2 O CUIDADO E AS PRÁTICAS DE SAÚDE.....	62
2.3 O RECONHECIMENTO E ÀS NECESSIDADES DE SAÚDE.....	65
2.4 A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA DAS NECESSIDADES DE SAÚDE...	67
2.4.1 Necessidades de saúde e projetos de vida.....	68
2.4.2 Necessidades de saúde e reconhecimento intersubjetivo.....	71
CAPÍTULO 3 – SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA: CARACTERÍSTICAS E POSSÍVEIS REPERCUSSÕES PARA A VIDA JUVENIL.....	77
3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES, INSTITUIÇÕES E VALORES NA CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO SÉCULO XXI.....	78
3.2 SOCIEDADE GLOBAL DE CONSUMO: CARACTERÍSTICAS E REPERCUSSÕES PARA A VIDA DOS JOVENS.....	82
3.2.1 Mobilidade planetária e a “dupla cidadania” no século XXI.....	82
3.2.2 Repercussões econômicas da Globalização.....	85
3.2.3 Repercussões políticas da Globalização.....	90
3.2.4 Repercussões sociais da Globalização.....	93
3.2.4.1 O problema da ampliação da desigualdade social.....	93

3.2.4.2 O problema da ampliação da fragmentação social.....	96
3.2.4.3 O problema da homogeneização dos projetos de vida.....	97
CAPÍTULO 4 – A TEORIA DA LUTA POR RECONHECIMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES POTENCIAIS PARA O PENSAR/PESQUISAR EM SAÚDE.....	102
4.1 LINHAS GERAIS DA TEORIA DA LUTA POR RECONHECIMENTO.....	105
4.2 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO RECONHECIMENTO PARA O PENSAR/PESQUISAR EM SAÚDE.....	109
4.2.1 Identificação de demandas de reconhecimento intersubjetivo: demandantes de cuidados como sujeitos de direitos e sujeitos singulares.....	109
4.2.2 Mapeamento de Experiências de desrespeito e de conflitos.....	110
4.2.3 Mapeamento de Experiências de Reificação.....	112
PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	115
CAPÍTULO 5 – JOVENS BRASILEIROS DOS ANOS 2000 E A FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS POR DIREITOS.....	116
5.1 EMERGÊNCIA E DELINEAMENTO DA FRUSTRAÇÃO POR DIREITOS NOS ANOS 2000.....	116
5.2 OBSTÁCULOS AO RECONHECIMENTO DOS JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	126
5.2.1 Violência.....	127
5.2.2 Pobreza e desigualdades sociais.....	132
5.2.3 Discriminação e preconceitos.....	137
5.3 O CENÁRIO PÓS-2015 E AMPLIAÇÃO DO DESRESPEITO AOS	

JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	141
5.3.1 Desmonte do SUS e ameaças ao Direito à Saúde.....	150
CAPÍTULO 6 – SUBJETIVIDADES JUVENIS NO SÉCULO XXI: CIBERESPAÇO E A FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE.....	162
6.1 CIBERESPAÇO E O CRESCIMENTO DE NECESSIDADES E DE EXPECTATIVAS COM A PRÓPRIA VIDA.....	164
6.2 VISIBILIDADE VIRTUAL, BUSCA POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE E A CONFORMAÇÃO DA “SUBJETIVIDADE DO FRACASSO”.....	170
6.3 CIBERESPAÇO E A PRODUÇÃO DA “SUBJETIVIDADE DO CONSUMO”.....	175
6.4 CULTURA DA SELFIE, BUSCA POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE E A PRODUÇÃO DO “SUJEITO PROTAGONISTA”.....	180
6.5 ALGORITIMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A “ATMOSFERA DO EU”.....	186
6.6 FORTALECIMENTO DO EU, VIRTUALIZAÇÃO DO OUTRO, INJÚRIA E BUSCA POR RECONHECIMENTO: INGREDIENTES PARA UMA “SUBJETIVIDADE AGRESSIVA”.....	195
CAPÍTULO 7 – ACELERAÇÃO E EXIGÊNCIA SOCIAL: A IDEIA DO JOVEM RESPONSÁVEL E PRODUTIVO QUE CONSTRÓI DESDE CEDO UM FUTURO DE SUCESSO.....	201
7.1 AMPLIAÇÃO DA EXIGÊNCIA SOCIAL PELA CONSTRUÇÃO DO PRÓPRIO FUTURO.....	201

7.2 ACELERAÇÃO SOCIAL.....	208
7.3 A VIDA JUVENIL EM CONTEXTO DE ACELERAÇÃO SOCIAL.....	211
7.4 JOVENS “NEM-NEM” E ACELERAÇÃO SOCIAL: UMA CONTRADIÇÃO?.....	214
CAPÍTULO 8 - FRUSTRAÇÃO, MAL-ESTAR E SAÚDE MENTAL ENTRE JOVENS NO SÉCULO XXI.....	218
8.1 A RECONFIGURAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS JOVENS NOS ANOS 2000 COM A ALTA PREVALÊNCIA DE PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL.....	222
8.2 MAL-ESTAR: DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE.....	225
8.3 FRUSTRAÇÃO, MAL-ESTAR E A SAÚDE MENTAL DE JOVENS.....	230
8.4 IMPACTOS DA PRODUÇÃO SOCIAL DO SOFRIMENTO NA SAÚDE MENTAL.....	236
CAPÍTULO 9 – NECESSIDADES DE SAÚDE SOCIAIS, INTERSUBJETIVAS E BIOMÉDICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	243
9.1 PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE: A FORÇA DA LEITURA BIOMÉDICA DAS NECESSIDADES DE SAÚDE.....	248
9.2 ALIMENTAÇÃO E EXERCÍCIOS FÍSICOS: ENTRE AS NECESSIDADES BIOMÉDICAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AS NECESSIDADES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DE BEM-ESTAR SUBJETIVO	251
9.3 NECESSIDADES DE SAÚDE SOCIAIS E INTERSUBJETIVAS.....	253
9.4 NECESSIDADES DE SAÚDE INTERSUBJETIVAS: UMA LEITURA A PARTIR DOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS.....	258

9.5 EXPERIÊNCIAS E SUGESTÕES DOS JOVENS PARA A RECONSTRUÇÃO DE SUAS RELAÇÕES COM A SAÚDE E O SISTEMA DE SAÚDE.....	264
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	270
REFERÊNCIAS.....	277
APÊNDICES	

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
ACS	Agente Comunitário de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
EC	Emenda Constitucional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais +
MP	Medida Provisória
NASF-AB	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAB	Política Nacional da Atenção Básica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RLI	Receita Líquida de Impostos
SUS	Sistema Único de Saúde
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UBS	Unidade Básica de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A cidade de Mossoró dividida por zonas e bairros, a localização das UBS por zona urbana e os territórios selecionados para investigação...	39
Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa.....	43
Quadro 2 - Síntese da Estrutura das Relações de Reconhecimento.....	107
Quadro 3 - Ações de desmonte do SUS e de ameaça do Direito à Saúde no Brasil.....	151
Quadro 4 - Experiências de desrespeito dos jovens segundo alguns marcadores.....	232
Quadro 5 - Problemas de saúde mental referidos por adolescentes e jovens.....	236
Quadro 6 - Narrativas de adolescentes e jovens sobre seus Projetos de Vida.....	259
Gráfico 1 - Simulação das despesas públicas sob o novo regime fiscal 2015-2016.....	144
Gráfico 2 - Mínimo para gastos com educação com a regra atual e com a PEC 55.....	145
Gráfico 3 - Mínimo para gastos com saúde com a regra atual e com a PEC 55.....	146
Gráfico 4 - Projeção do impacto da PEC 241 sobre o gasto federal com saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86, em % do PIB - Brasil, 2016 a 2036.....	147
Gráfico 5 – Número de notificações por violência autoprovocada, segundo sexo e ano, população total e na de 15 a 29 anos, Brasil, 2011 a 2018.....	223

RESUMO

VALE E SILVA, J. **Necessidades de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea**: um estudo em Mossoró, Rio Grande do Norte. [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2021.

É notória a dificuldade do setor saúde de identificar e responder adequadamente às necessidades de cuidado de adolescentes e jovens. O conhecimento das necessidades é componente fundamental dos processos de trabalho em saúde e a invisibilidade dos aspectos sociais e intersubjetivos que estão em sua base leva à redução da efetividade e legitimidade das práticas de saúde, o que é especialmente relevante no caso desse grupo populacional. A lacuna geracional e o contexto das profundas e rápidas transformações socioculturais da contemporaneidade tornam a dessintonia entre adolescentes e jovens e os serviços de saúde um importante desafio para a Saúde Coletiva. Buscando trazer subsídios conceituais e empíricos para essa discussão, o presente estudo tem como objetivo compreender as necessidades de saúde de adolescentes e jovens da cidade de Mossoró à luz de alguns dos traços fundamentais da sociabilidade contemporânea. Trata-se de estudo qualitativo, em perspectiva hermenêutica, realizado com base em entrevistas individuais em profundidade a um grupo de oito jovens com idades entre 11 e 24 anos, de ambos os sexos, moradores de três diferentes regiões da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. A amostra foi composta de forma intencional, a partir da indicação de profissionais de saúde da Atenção Básica, procurando compor um painel diverso em termos de gênero, idade e perfil socioeconômico. As entrevistas foram realizadas no período de março de 2018 a dezembro de 2019. A construção do desenho, da estratégia, dos instrumentos e da interpretação do material empírico foi realizada em diálogo com a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth; a Teoria da Modernidade Líquida, de Zygmunt Bauman; a Teoria das Necessidades, de Agnes Heller; e, a Teoria da Aceleração, de Hartmut Rosa. Foram evidenciados obstáculos ao reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e a agudização do desrespeito aos direitos sociais e de saúde pela retração de políticas públicas no Brasil a partir de 2015. Viu-se que as fortes expectativas de reconhecimento pessoal produzidas nas intensas interações em ambientes virtuais e as elevadas exigências de uma precoce e acelerada produtividade social geram frustração e sofrimento, contribuindo para a ruptura da integridade física e psíquica, a qual, por sua vez, amplia a ocorrência de problemas de saúde mental. Explicitaram-se, por outro lado, aspirações dos jovens à reversão da dessincronização sentida entre os seus corpos e seu tempo histórico, que lhes permitam constituírem-se como sujeitos capazes de serem amados, respeitados e estimados.

Descritores: Necessidades e demandas de serviços de saúde; Saúde do adolescente; Direito à saúde; Redes sociais online; Organização social; Teoria social.

ABSTRACT

VALE E SILVA, J. **Adolescent and youth health needs in contemporary society**: a study in Mossoró, Rio Grande do Norte. [thesis]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2021.

The health sector's difficulty in identifying and responding adequately to the care needs of adolescents and young people is notorious. The knowledge of needs is a fundamental component of health work processes and the invisibility of the social and intersubjective aspects that are at its base leads to a reduction in the effectiveness and legitimacy of health practices, which is especially relevant in the case of this population group. The generational gap and the context of the profound and rapid sociocultural transformations of contemporary times make the dissonance between adolescents and young people and health services an important challenge for Public Health. Seeking to bring conceptual and empirical subsidies to this discussion, the present study aims to understand the health needs of adolescents and young people in the city of Mossoró in the light of some of the fundamental traits of contemporary sociability. This is a qualitative study, from a hermeneutic perspective, carried out based on individual in-depth interviews with a group of eight young people aged between 11 and 24 years old, of both sexes, living in three different regions of the city of Mossoró, in Rio Grande do Norte. The sample was composed intentionally, based on the indication of primary care health professionals, seeking to compose a diverse panel in terms of gender, age and socioeconomic profile. The interviews were carried out from March 2018 to December 2019. The construction of the design, strategy, instruments and interpretation of the empirical material was carried out in dialogue with Axel Honneth's Theory of Recognition; Zygmunt Bauman's Theory of Liquid Modernity; the Theory of Needs, by Agnes Heller and the Theory of Acceleration, by Hartmut Rosa. Obstacles to the recognition of young people as subjects of rights and the heightening of disrespect for social and health rights were evidenced by the retraction of public policies in Brazil from 2015. It was seen that the strong expectations of personal recognition produced in the intense interactions in environments and the high demands of an early and accelerated social productivity generate frustration and suffering, contributing to the rupture of physical and psychological integrity, which, in turn, increases the occurrence of mental health problems. On the other hand, young people's aspirations for reversing the desynchronization felt between their bodies and their historical time, which would allow them to constitute themselves as subjects capable of being loved, respected and esteemed, were made explicit.

Descriptors: Health service needs and demands; Adolescent health; Right to health; Online social networks; Social organization; Social theory.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

As concepções sobre adolescência e juventude e a consequente definição desses grupos varia entre as sociedades e os períodos históricos, sofrendo influência de aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, a partir dos quais se constituem também identidades e culturas juvenis (FATUSI; HINDIN, 2010; TAKEUTI, 2012). Nesse sentido, se buscamos compreender as formas atuais de estar no mundo desses sujeitos, devemos compreendê-las em articulação com as características da sociabilidade contemporânea.

A sociedade vivida pelos jovens no século XXI está configurada sob a forma de uma comunidade global marcada pela comunicação digital, que interconecta a todos, viabilizando um fluxo rápido e intenso de informações; também pela livre circulação de capitais e mercadorias, com a consequente repercussão generalizada de medidas econômicas adotadas em âmbito local, nos diversos países (BAUMAN, 2007).

O metabolismo dessa sociedade que vem rompendo as barreiras comunicacionais e econômicas caracteriza uma sociedade de consumidores, na qual as pessoas, para afirmarem-se como sujeitos nas relações sociais, precisam consumir e se transformar, elas próprias, em mercadorias de consumo (BAUMAN, 2008).

Trata-se de uma comunidade global que vive nas cidades, angustiada pelo medo da violência e pela incerteza quanto ao futuro e que constrói a vida em contextos de fragilização de vínculos, de exacerbação da competitividade, de enfraquecimento da solidariedade, de responsabilização para resolver no plano individual, problemas sociais complexos e globais (BAUMAN, 2007).

Estes aspectos da vida social contemporânea articulam-se entre si e desenvolvem-se em meio a imensas desigualdades sociais, reproduzidas e intensificadas num cenário de capitalismo mundializado, com ênfase na acumulação com dominância financeira (CARVALHO, 2007), repercutindo em todas as esferas da vida social, conformando paradoxos que incidem de forma desigual sobre os grupos populacionais.

As contradições sociais são vivenciadas com maior intensidade pela população juvenil e manifestam-se nas relações entre classes sociais, gêneros, raças, etnias e entre populações urbanas e rurais (NOVAES; SANTORO, 2008). Tais contradições traduzem-se em desiguais oportunidades para os jovens construírem suas vidas sociais e profissionais, sobretudo pelas barreiras no campo educacional e do mercado de trabalho (TAKEUTI, 2012).

Contribui para esse cenário, no esteio da sociedade de consumidores, uma indústria cultural que utiliza a imagem do jovem como instrumento de promoção e estímulo do consumo, significando a juventude como beleza, liberdade, sensualidade, bom humor, leveza e inteligência. A essa imagem está associada a comercialização de produtos e serviços, que passam a ser buscados pelas distintas faixas etárias, inclusive pela população juvenil, e que, de forma contraditória, não consegue por vezes atingir seu próprio imaginário social (TAKEUTI, 2012; ZARUR; CAMPOUS, 2015).

Esse imaginário é reiterado por um processo de estetização da vida cotidiana. A sobrevalorização da dimensão estética alimenta a busca permanente dos sujeitos por suas melhores imagens, tornadas reiteradamente públicas nos ambientes virtuais para serem apreciadas por outros. As imagens

peçoais assemelham-se, assim, a uma mercadoria na prateleira à espera de um consumidor que lhe deseje (ZARUR; CAMPOUS, 2015).

Mas o que motiva os sujeitos a estabelecerem tais relações? Segundo Honneth (2003), as relações intersubjetivas são marcadas pela busca dos sujeitos por reconhecimento. Nessa busca, os sujeitos sociais reconhecem a si mesmos e aos outros de forma recíproca por meio de relações intersubjetivas expressas em diferentes planos de construção da sociabilidade, positivadas nas formas do amor, do direito e da solidariedade¹. Em cada uma delas desenvolve-se uma disputa dos sujeitos envolvidos, da qual, na contramão do reconhecimento, podem resultar relações de desrespeito, que ameaçam o sujeito em sua integridade física, social e em sua dignidade.

A dinâmica dos processos, contextos e situações de busca por reconhecimento, a partir das quais os/as adolescentes e jovens constroem suas relações e identidades, tem na sociedade contemporânea a marca evidente das tecnologias digitais, que parecem instaurar, sobretudo nesse público, novos modos de interação social que reconfiguram as antigas relações entre espaços públicos e privados, consumidores e produtores, sujeitos e instituições (TOSTA, 2014).

As comunicações digitais, ao tempo em que se configuram como evento tecnológico, constituem um fenômeno cultural no qual o comum é construído mediante uma conectividade generalizada, troca de informações das mais diversas formas e conteúdos em tempo real e formas inéditas de interação através de redes sociais (TOSTA, 2014).

¹ Voltaremos de modo mais aprofundado a essa construção teórica mais adiante.

Novas interações a partir das quais os sujeitos parecem reinventar sua busca pela felicidade. Imagens compartilhadas em ambientes sociais sugerem que essa felicidade é ampla e frequentemente experienciada por todos, em aparente contradição com os sentimentos de angústia, medo e ansiedade que toma conta das subjetividades no mundo contemporâneo, marcado pela provisoriedade e incerteza (BAUMAN, 2007).

O que buscam os jovens nessas novas formas de socialização marcadas pela hiperconectividade, hiperexposição e pelo hiperconsumo? E de que forma procedem nessa busca? Que formas de vida e subjetividades têm sido forjadas no esteio dessas novas relações sociais, num mundo global, interconectado e hiperconsumista? Que repercussões tais mudanças operadas no campo das subjetividades e das condições objetivas da vida social podem estar trazendo para as concepções e práticas de saúde dos jovens contemporâneos?

Historicamente, adolescentes e jovens estiveram distantes dos serviços de saúde. Em relação a outros grupos populacionais, foram tardiamente alvo de políticas de saúde específicas, o que veio ocorrer, no Brasil, somente entre o final dos anos de 1980 e início de 1990 (MACEDO, 2010). As abordagens que lhes foram dirigidas até hoje são de caráter predominantemente preventivo, focadas na redução de riscos individuais (FATUSI; HINDIN, 2010). Contudo, ensaiam-se abordagens mais amplas, que percebem o jovem em suas necessidades e vulnerabilidades, articulando aspectos individuais e contextuais, físicos e socioculturais (AYRES et al., 2012; FATUSI; HINDIN, 2010).

Essas novas abordagens abrem espaços de reflexão no campo da saúde, reclamando indagações quanto às repercussões das mudanças econômicas, políticas e culturais das sociedades contemporâneas sobre as necessidades, demandas, concepções e práticas de saúde de adolescentes e jovens, a partir do que podem delinear-se novas aproximações com os serviços de saúde.

A Organização Mundial de Saúde compreende a população adolescente como sendo aquela que possui entre 10 e 19 anos de idade e os jovens aqueles entre 15 e 24 anos (OMS, 2018). Esse é o público-alvo das reflexões apresentadas no decorrer desse trabalho. É importante, porém, sublinhar que esse recorte estritamente etário é tomado apenas como balizador de experiências socio-culturalmente produzidas, não sendo visto no contexto da presente investigação como algo imanente a algum processo natural de desenvolvimento.

As especificidades físicas e socioculturais desse grupo social (AYRES, 2012) resultam em maneiras específicas de vivência social e necessidades de saúde singulares, que devem ser apreendidas e respondidas de modo a permitir a construção de um cuidado integral (AYRES, 2004), cuidado capaz de favorecer as potências desses sujeitos para lidar com suas experiências de saúde, doença e cuidado.

Necessidades podem ser definidas como um sentimento consciente da pessoa de que lhe falta algo, seja em relação às condições físicas para sua sobrevivência biológica, seja em relação aos elementos culturais, morais e os costumes da sociedade que integra (HELLER, 1986; 1996).

É importante ressaltar que, no Brasil, em razão de suas imensas desigualdades sociais e culturais, os modos de ser dos jovens podem ser heterogêneos nas diferentes regiões do País, diante do que é preciso compreender as especificidades da vida juvenil nos grandes centros urbanos, mas sobretudo nas cidades menores, onde reside a grande maioria de jovens brasileiros (IBGE, 2010).

O interesse deste trabalho é conhecer como adolescentes e jovens, no contexto da sociabilidade contemporânea, constituem e buscam respostas para suas necessidades de saúde. A esse respeito, Ayres (2004) afirma que ninguém pode subtrair a última palavra dos sujeitos acerca de suas próprias necessidades, o que faz desses jovens os principais interlocutores na sua identificação e compreensão pelos profissionais, gestores e formuladores de políticas. Ancorado nas premissas e preocupações acima descritas é que se configura a proposta do presente estudo.

OBJETIVOS

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender as necessidades de saúde de adolescentes e jovens da cidade de Mossoró à luz de alguns dos traços fundamentais da sociabilidade contemporânea.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre as formas de ser/estar experimentadas pelos adolescentes e jovens no mundo contemporâneo;
- Refletir sobre necessidades de saúde de adolescentes e jovens em articulação com suas identidades e subjetividades;
- Refletir sobre como adolescentes e jovens percebem as suas necessidades de saúde e a busca de respostas para elas.

PARTE I – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 1

1 MÉTODO

1.1 NATUREZA E PRESSUPOSTOS DA PESQUISA – O ENFOQUE HERMENÊUTICO

O presente trabalho é um empreendimento crítico que se orienta por uma busca interpretativo-compreensiva da realidade social, instruído pela tradição da hermenêutica filosófica contemporânea, para a qual o acesso à verdade dos acontecimentos humanos se dá a compreender nas interações intersubjetivas e no universo de significados compartilhados (PALMER, 2006).

Esse modo de perceber a atividade crítica traz como consequência operar uma razão que se reconhece como intersubjetiva, distinta daquela autoconcepção que se tornou hegemônica, inicialmente nas ciências naturais com o advento da revolução científica no século XVI e, posteriormente, nas ciências sociais no século XIX, no âmbito da qual se conformou a chamada filosofia da consciência (LIBÂNEO, 2003). Ambas advogaram e advogam a possibilidade de uma razão objetiva, assim nomeada por sua capacidade de chegar à verdade sem a “interferência” da subjetividade do sujeito cognoscente.

1.1.1 A busca da verdade: da razão objetiva à razão intersubjetiva

A busca da verdade tem guiado a atividade filosófica e científica durante séculos. A pretensão de conhecê-la pela via da razão forneceu as bases epistemológicas para as ciências naturais e sociais. A gênese desse paradigma

antecede a atividade científica moderna (ANDERY, 2007), pois de Platão até a revolução promovida por Kant com sua afirmação de que as “coisas em si” são inacessíveis (ROSA, 2005), alimentou-se a crença no conhecimento racional e absoluto da realidade. O racionalismo científico, a partir do século XVI, constituiu uma razão matemática e mecanicista de interpretação do mundo e da vida, e o método científico como único caminho para a verdade (JAPIASSU, 1985).

No âmbito das ciências sociais, alicerçadas naquilo que se designou como paradigma da consciência, acreditou-se que se o sujeito racional adotasse os métodos e/ou práticas adequadas do ponto de vista científico, poderia superar o senso comum e outras formas falsas de conhecimento e encontrar a verdade dos acontecimentos sociais (LIBÂNEO, 2003).

No século XIX, Marx postulou uma compreensão objetiva da realidade, por ele tomada como sinônimo de verdade objetiva. Ela seria alcançada pelo sujeito racional, na medida em que o mesmo reconstruísse simultaneamente o conhecimento e o mundo. A razão não poderia conhecer a verdade de outra forma, posto que ela refletia a realidade de um mundo falso, alienado pelos mecanismos sociais do modo de produção capitalista. Estes invertiam a relação sujeito-objeto, produzindo reificação por um lado, e fetichismo por outro. Somente por uma práxis transformadora, auxiliada pelo método dialético de cunho materialista, poderia conduzir à compreensão (verdade) objetiva da realidade (BAUMAN, 2010).

A partir das filosofias da linguagem e hermenêuticas desenvolvidas ao longo do século XX, inauguram-se novas concepções de verdade e compreensão. Pautou-se, a partir de então, a distinção entre ciências humanas

e da natureza e buscou-se a superação da dicotomia sujeito-objeto. A hermenêutica funda-se na crítica do racionalismo cientificista. Contrapõe à ideia de um único método (empírico-analítico de base experimental-matemático) como caminho seguro para a verdade uma concepção de razão como acontecimento intersubjetivo, capaz de produzir entendimento no mundo e sobre o mundo. Postula, ainda, não haver qualquer garantia *a priori* e absoluta de acesso à verdade por qualquer procedimento sistemático, mas aceita caminhos diversos e dinâmicos de construção racional de conhecimento conforme a natureza do entendimento pretendido (BAUMAN, 2010; ROSA, 2005).

Abre-se, a partir de então, um novo universo interpretativo para os acontecimentos humanos que se constituem pela busca das intenções, dos motivos, sentidos e significados da ação humana.

Para a questão porquê [dos acontecimentos], nós esperamos diferentes respostas, dependendo se é aplicada a humanos ou objetos inanimados. Se uma pedra cai do topo da colina, nós procuramos informação sobre a 'lei geral' e certas condições nas quais essa lei 'produziu' o evento. Se, no entanto, foi John Smith quem caiu, nós não pegamos a lei de gravitação como resposta para seu porquê. Ao invés disso, nós explicamos sua queda por referência a algum estado interior de sua mente, o qual poderia 'fazer sentido' para o acontecido. Buscamos intenções, motivos, estruturas da mente, emoções, etc (BAUMAN, 2010, p.212).²

Em Heidegger, a compreensão (a busca do sentido) é entendida não apenas como um recurso da razão em busca do conhecimento, mas um modo de ser; pertence ao plano da existência e, nesse sentido, designa um problema ontológico, mais que epistemológico. O humano está imerso no mundo,

² Este e outros excertos de Bauman (2010) foram livremente traduzidos do original em inglês pelo autor da tese em exame.

vivendo-o, antes de teorizar o que quer que seja e isto acontece apenas quando um problema prático interpela sua existência. Ao ser lançado no mundo, o sujeito já está imerso nos sentidos e significados que orientam a ação e que, em sua totalidade, podem ser chamados de linguagem. Por isso a compreensão já está dada na linguagem, fazendo com que a tarefa da hermenêutica seja descobrir “como, exatamente, os significados são constituídos e sustentados na linguagem e nas infinitas associações linguísticas” (BAUMAN, 2010, p.171).

É possível uma compreensão objetiva, com significados livres de contexto? A verdade é inalcançável enquanto estado de consciência. Sua busca, segundo Habermas, orienta e se realiza nas atividades técnicas e práticas humanas, ou seja, o trabalho e a comunicação. É nelas, condições universais da espécie humana, que está fundamentada toda a validade de proposições que se pretendem verdadeiras (BAUMAN, 2010).

A técnica está focada no controle da natureza, das contingências contidas nas forças naturais. A verdade é a norma que guarda a busca deste objetivo [...]. A prática busca encontrar sua reflexão cognitiva na cultura, nas ciências compreensivas. Seu interesse é continuamente gerado pela situação na qual diferentes formas de vida coexistem, cada qual provendo sua própria estrutura de interpretação da realidade [...]. Se ciências empírico-analíticas são possíveis somente na suposição de regularidades e recorrências de determinados padrões de trabalho e seus efeitos, *ciências culturais são possíveis somente na suposição de que há uma base mais ampla de intersubjetividade a qual diferentes formas de vida poderiam compartilhar, que argumentos e eventualmente acordos entre formas de vida são, portanto, alcançáveis*. A verdade é, neste caso, a norma que guia a busca de acordos (BAUMAN, 2010, p.240-241).

Pode-se dizer que a hermenêutica, nesse sentido, auxilia os processos de comunicação e negociação. A compreensão é um esforço intersubjetivo, dirigido à aceitação compartilhada de normas que guiam o comportamento das

peças em negociação. Os acordos daí decorrentes desdobram-se em formas de vida mais amplas, implicando expansão das anteriores (BAUMAN, 2010).

O que importa, nesse contexto, são as condições de produção do discurso racional, que o tornam válido ou não, colocando enquanto questão central não o que o significado é, mas as circunstâncias de sua produção. A verdade absoluta é substituída pela ideia de validade; e a compreensão é verdadeira, não pelo que encontra, mas pelas condições que fundamentam sua elaboração (BAUMAN, 2010).

1.1.2 A verdade como experiência e sentido: uma perspectiva gadameriana

As experiências vivenciais das pessoas no mundo são dotadas de sentido. Experiência e sentido estão juntos, não de forma similar a dois objetos físicos posicionados um do lado do outro, como coisas distintas que estão próximas. O sentido que indivíduos e coletivos atribuem ao que vivenciam não é algo que se distingue das experiências como se fosse uma outra coisa. Antes, se funde com elas. A experiência é o que é, desde o seu início, em razão do sentido que lhe foi atribuído. E o sentido se constrói por referência às experiências herdadas, vividas, desejadas e esperadas (GADAMER, 2014).

A verdade é um sentido humano que integra as experiências vivenciais. Se esse integrar-se é de tal natureza que as duas coisas já não podem se distinguir totalmente uma da outra, tal como expusemos acima, então podemos dizer que o sentido é desde já, uma forma de experienciar o mundo. Quando atribuo um determinado sentido a algo que vivencio, já estou vivendo-o de uma

forma particular, a qual não se verificaria (ou que não se sentiria) se eu tivesse lhe dado outro sentido (GADAMER, 2014). É por isso que indivíduos e coletivos podem ter vivências distintas quando colocados em situações ou circunstâncias similares.

Nessa linha interpretativa, ao dizer que a verdade é um sentido humano que integra a experiência, estamos, portanto, dizendo que a verdade é ela própria uma experiência (compartilhada) de estar no mundo. É isso que ela é. Contudo, esse sentido só alcança estatuto de verdade, quando socialmente validado. A validação social, ou intersubjetiva, ocorre quando passa a ser reconhecido como pertinente por outras pessoas ou coletividades, por sua capacidade de bem orientar ou conferir inteligibilidade às ações que sedimentam tais experiências (GADAMER, 2014).

Em síntese, podemos dizer que a verdade é parte da experiência de estar no mundo, acontece durante essa experiência, molda-a, e por isso, assume, ela mesma, o estatuto de experiência existencial, designando uma forma particular de estar no mundo, de viver no mundo.

1.1.3 A verdade é experiência que emerge na relação de quem conhece com o que é conhecido

Gadamer (2014) nos diz que experimentar a verdade das coisas (já vimos que a verdade é uma experiência), é experimentar “o ser” das coisas. A verdade depende do sentido que atribuímos às coisas, mas isso não é, diferente do que possa aparentar, um ato unilateral, que o sujeito exerce por sobre as coisas, independente delas. A verdade resulta também do que a coisa

“é”. O “ser” das coisas é algo que lhe caracteriza e que atravessa os tempos, ainda que se modificando. É o que permanece a ponto de identificá-la, o que existe no modo mesmo em que se apresenta em suas distintas formas de dar-se na história. Assim, podemos dizer que a verdade é um sentido experimentado por quem interpreta, pelo seu pertencimento ao “ser” das coisas que são interpretadas.

O “ser” das coisas, assim, só se revela mediante a participação da pessoa que o interpreta, daí porque experimentar a verdade do “ser” é necessariamente uma experiência existencial. Isso acontece porque ele não está dado à priori. Ele é produzido à medida que é interpretado e vivido. O “ser” não está somente nas coisas, nem na pessoa que busca interpretá-las, mas na experiência que produzem na relação que estabelecem entre si e com o mundo.

Em verdade e método, Gadamer (2014) expõe a natureza da experiência da verdade através do conceito de jogo. O jogo é uma experiência humana que denota movimento, entrelaçamento entre o jogador e o que é jogado, e cujo sentido encontra-se na própria experiência que ela possibilita. A natureza do jogo só pode ser experimentada no acontecer do próprio jogo e essa é uma ideia central que ajuda a compreender o que é a verdade. A verdade é, assim como o jogo, uma experiência que só se dá em ato.

Participação e envolvimento mútuo (de todos os envolvidos no jogo) são aspectos importantes dessa experiência. A primeira significa que quem busca a verdade não é alguém que está de fora daquilo que interpreta, mas, ao contrário, está junto, participando, transformando e sendo transformado pelo que deseja compreender. O jogador é parte inerente do jogo, o jogo só se faz

com sua participação, embora não dependa só dele, pois as regras que o jogo lhe impõe já estão dadas, antes que o jogo tenha início, e nesse sentido o próprio jogo demarca os limites da liberdade do jogador. Por outro lado, a experiência do jogar, à medida que o jogo vai sendo reproduzido, estabelece a necessidade de criação, abandono ou aperfeiçoamento das regras conforme a natureza própria a esse jogo.

O envolvimento mútuo que entrelaça pessoas (jogadores), as coisas (jogo) e os contextos (realidade material e simbólica que as atravessa), mostra que a verdade não está na pessoa que interpreta ou que joga. O protagonismo das pessoas, diante da liberdade e dos riscos que o jogo lhe dá, modifica a experiência vivida, embora ela sozinha não seja capaz de produzir essa experiência. O “ser” das coisas e os imperativos materiais e significados compartilhados em determinado momento histórico são parte dessa experiência. Pessoas, coisas e mundo conformam, à medida que são postos em relação, experiências dotadas de sentido.

1.1.4 A experiência da verdade não pode ser completamente assegurada pelo seguimento de etapas preestabelecidas

Considerando o acumulado até aqui, assume-se que a verdade sobre o humano não é algo que possa ser assegurado somente pelo seguimento de etapas pré-definidas, tal como foi formulado no âmbito do racionalismo científico clássico, anteriormente referido. Dito de outra forma, a compreensão é, para Gadamer (2014), um acontecimento humano que integra suas

experiências, cujo caminho para seu alcance não pode ser completamente estabelecido a priori.

Por isso, a ideia de método científico enquanto um trajeto pré-estabelecido que conduz à verdade é insuficiente quando se trata dessas ciências. Não se entenda com isso um desprezo ao estabelecimento de etapas no processo investigativo, as quais são importantes para a produção da compreensão almejada. É preciso ficar claro, contudo, que elas vão se ressignificando na medida em que são percorridas e que, portanto, podem ser revistas durante o itinerário compreensivo.

Nesse ponto, Gadamer coaduna com Heidegger no sentido de demonstrar que o encontro com a verdade não é uma questão estritamente epistemológica, pois não se trata apenas de seguir o caminho correto; ela é uma questão ontológica, pois implica pensar o que a verdade “é” somente enquanto demonstra seu sentido como experiência compartilhada.

1.1.5 A verdade é experiência do sujeito vivente

A ideia de sujeito cognoscente separado do objeto, prevalente na filosofia da consciência, trouxe a ideia de que aquele que conhece o faz como se observasse o objeto de algum lugar externo a ele. Para a hermenêutica gadameriana, o objeto e o eu, que busca compreendê-lo, pertencemos a uma totalidade de sentido (jogo, jogador e contexto). Ao estar no jogo, percebo que estou lançado no mundo junto com aquilo que desejo interpretar.

A verdade não é algo que preexiste à minha interpretação, não é uma espécie de coisa que está pronta por aí, aguardando um sujeito que o

apreenda intelectualmente. É isso que queremos dizer ao afirmar que não se trata de pensar um sujeito que seria apenas cognoscente, que observa um objeto e o interpreta pela sua capacidade ou estrutura cognitiva. Do ponto de vista interpretativo-compreensivo, quem está ali não é um tipo de sujeito cognoscente apartado do objeto cognoscível, e sim o sujeito vivente, que está implicado com esse “objeto” no mundo, construindo com ele suas experiências, a partir das quais são produzidos sentidos possivelmente verdadeiros. Sujeito vivente é sujeito cognoscente e vice-versa.

Segundo Gadamer (2014), a filosofia, a arte e a história são campos da experiência humana onde são produzidas experiências de verdade não susceptíveis de controle científico. Ao referir-se à verdade da obra de arte, Gadamer (2014, p.155) diz “a obra de arte não é um objeto que se posta frente a um sujeito que é por si. Antes, a obra de arte ganha seu verdadeiro ser ao se tornar uma experiência que transforma aquele que a experimenta”.

1.1.6 A razão intersubjetiva move-se em círculo hermenêutico

O sentido de verdade vai sendo produzido no âmbito de uma rede interpretativa na qual o raciocínio se movimenta da totalidade de sentido ao particular e vice-versa, conformando um movimento circular, denominado de círculo hermenêutico.

A interpretação que se faz do particular é elaborado à luz de uma totalidade de sentido que aspira algum grau de universalidade, que deve ser reinterpretado à medida que o significado do particular se reconstrói, pois este ao transformar-se, transforma a totalidade da qual é parte. Assim, produz-se

um movimento hermenêutico do todo para as partes e das partes para o todo que não encontra possibilidade de um instante final a partir do qual se pudesse advogar uma verdade definitiva.

Assim, qualquer interpretação não parte do zero, pois o intérprete inicia sempre já sendo interpelado por um texto ou acontecimento que lhe coloca questões, as quais, à luz de uma totalidade de sentido em que está imerso, apresentam-se como problemáticas, exigindo um esforço da compreensão. Também, não há ponto final, pois aquilo que o intérprete deixa, ao final de sua hermenêutica, são sempre interpretações que entrarão em diálogo com intérpretes futuros.

É nesse sentido que, do ponto de vista hermenêutico, pode-se afirmar que a interpretação é sempre diálogo: sempre se está dialogando com alguém, no início e final do esforço compreensivo. Quem escreve ou fala, o faz sempre a partir de outras pessoas, e também visando outras pessoas.

1.1.7 Dialogar é fundir horizontes

O diálogo torna-se possível em razão da linguagem, a qual pode ser compreendida, de forma genérica, como uma plataforma de signos e significados na qual se plasman e se movem o pensar e o agir humanos. A linguagem oferece ao intérprete não somente meios de comunicação utilizados no diálogo, mas também um ponto de vista sobre o mundo, um horizonte (LAWN, 2007).

A proposta de fusão de horizontes difere do modelo de explicação das coisas a qual pressupunha um sujeito racional, de um lado, e a coisa a ser

interpretada do outro. Ela entende que o intérprete não se debruça sobre a coisa em si, pois o que chega a ele são os efeitos históricos daquela coisa, diante do que podemos afirmar que a tradição sempre atua como mediador da compreensão (LAWN, 2007).

Deve-se considerar o intérprete e o interpretado em interação. Por serem móveis, ou seja, por não estarem fechados, haja vista que há sempre novas interpretações possíveis, tanto do presente como do passado, os horizontes podem colocar-se em fusão, resultando numa compreensão que, de forma nova, abriga distintos pontos de vista.

Em um encontro de sujeitos, mediados pela linguagem, não somente a fusão de horizontes ocorre por meio do diálogo, como o próprio diálogo é, em sentido genuíno, equivalente a uma fusão de horizontes. Assim, o diálogo não é a supressão de uma consciência por outra, ou o silenciamento de um sujeito por outro; ao contrário, pressupõe sempre a validade de ambas as perspectivas contidas no diálogo (LAWN, 2007).

1.1.8 Em busca de uma compreensão hermenêutica das necessidades de saúde

Parece-nos um bom ponto de partida para interpretar as necessidades de saúde de uma perspectiva hermenêutica, colocar-se na condição de sujeito vivente. Isso implica, como vimos, abdicar do lugar de sujeito cognoscente que seria capaz de operar uma captura racional dos objetos do mundo, tal como se caracterizou o pensamento cartesiano. O sujeito vivente sabe, dada a natureza ontológica da verdade que procura, que não pode controlar, *a priori*, o processo

de produção da verdade pretendida. Sabe que ela não está a seu aguardo. Sabe que ela ainda está para acontecer, com sua participação.

Não se pode, portanto, imaginar as necessidades e demandas de saúde como algum tipo de coisa que já se encontra por aí, prontas, ao aguardo da minha apreensão intelectual como pesquisador. Não são um objeto passivo à espera de um sujeito que as vejam e as captem. Não estou “aqui” e as necessidades “lá”. Somente no encontro com os participantes da pesquisa vão sendo produzidas as interpretações que vão enriquecendo minha participação do “ser” das necessidades que busco compreender.

Mas o que viria a ser “o ser” das necessidades e demandas de saúde?

O caminho hermenêutico aqui empreendido nos leva a tomar as necessidades como algo que se encontra em um dinâmico processo de construção e reconstrução permanente. O “ser” das necessidades é histórico, dinâmico, e é em sua diversidade histórica que podem ser buscadas sua verdade mais própria, sempre em transformação, em movimento. Tentar-se-á, nesse sentido, compreender a lógica histórica que preside sua constituição, seu movimento de construção e reconstrução. Interessa-nos, nesse sentido, compreender como as necessidades são construídas, que aspectos lhes atravessam e lhes determinam, como ocorre seu movimento.

O “ser” das necessidades só pode revelar-se à luz de uma totalidade de sentido que vai ancorando uma rede interpretativa que vai de uma totalidade compreensiva para o caso concreto e de volta, dialogando com fontes e autores que ajudem a produzir uma articulação de sentido para as questões que vão sendo suscitadas pelos participantes do diálogo produzido por ocasião da pesquisa.

Já referimos que o significado do modo como necessidades são constituídas e satisfeitas não é algo cujo acesso possa ser definido *a priori*. Ele será construído em nossa experiência com os participantes da pesquisa e o mundo onde vivemos. Há aspectos que são importantes nessa construção. Um deles, vinculado ao caráter histórico do “ser” é a tradição. Os jovens vão constituindo e reconstituindo suas necessidades a partir das tradições culturais e contextos sociais em que estão imersos e das transformações que operam sobre elas. Coaduna com isso o resgate da tradição, da história, da cultura e dos elementos que caracterizam a sociabilidade contemporânea. Nós, também, na postura assumida de intérpretes dessas necessidades, só podemos acessá-las por intermédio das tradições das quais parte nossa (pré)compreensão sobre o tema e que nos vincula de algum modo à realidade estudada.

No dizer de Gadamer (2014), a verdade “acontece”. É preciso saber que não há, contudo, critério externo seguro onde se possa apoiar no curso da empreitada hermenêutica para ter a garantia que a interpretação que ora se produz seja ou não correta. Só nos resta buscar uma argumentação que pareça coerente com os pressupostos teóricos aqui adotados e com aquilo que o campo empírico nos imporá, em termos de questões que nos colocam os participantes da pesquisa, bem como as evidências sobre seu tema e àquelas que lhes informa o mundo onde estão inseridos.

A validação deste estudo dependerá, assim, da captura e compartilhamento de sentidos sobre as necessidades de saúde dos jovens que elevem nossa compreensão acima do senso comum, produzindo uma nova e mais rica compreensão do fenômeno, respondendo às inquietações práticas que geraram o estudo. Nesse processo, a força e aceitação da compreensão

proposta dependerão do que se traz à luz com os elementos empíricos construídos pela investigação e, de forma indissociável, da coerência interna e consistência teórica da argumentação desenvolvida. A fecundidade prática do trabalho, contudo, dependerá da história de seus efeitos, da sua felicidade em se inserir efetiva e produtivamente nos diálogos visados por seu compromisso com a Saúde Coletiva.

1.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A base empírica da presente investigação é a cidade de Mossoró, onde o pesquisador desenvolve suas atividades acadêmicas.

Mossoró é o segundo maior município do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no nordeste do Brasil, na região do semiárido, a 285 km da capital do Estado, Natal, e a 245 km da capital do Ceará, Fortaleza. Sua população, estimada em 300.618 habitantes em 2020, vive majoritariamente na zona urbana (IBGE, 2018) e tem como principais atividades econômicas a indústria salineira, sendo o maior produtor de sal do País; a fruticultura irrigada; e, a indústria extrativa, ocupando o posto de maior produtor nacional de petróleo em terra (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, 2019). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal foi de 0,720 em 2010 (IBGE, 2018).

O território urbano de Mossoró está dividido em 28 bairros. A seleção dos participantes da pesquisa aconteceu nos bairros mais populosos, localizados nas seguintes regiões, a saber: Abolição e Santo Antônio, na Zona Norte, cujas populações são 24.741 e 19.107 habitantes, respectivamente;

Dom Jaime Câmara, Zona Leste, com 11.209 habitantes; e Lagoa do Mato, Zona Oeste, onde residem 14.223 pessoas; Alto de São Manoel, Zona Sul, com 18.336 habitantes; e, no bairro Alto da Conceição, na Zona Central, com 5.543 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1* – A cidade de Mossoró dividida por zonas e bairros, a localização das UBS por zona urbana e os territórios selecionados para investigação

*Adaptado.

FONTE: FERNANDES, 2010.

Em censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a população de Mossoró autodeclarou-se parda (50% das pessoas),

branca (42%), preta (6,3%), amarela (1,6%) e indígena (0,07%). Entre as pessoas acima de 10 anos de idade, que totalizavam 220.583 em 2010, 48,4% declararam não possuir instrução formal ou apenas o ensino fundamental incompleto; 16,7% fundamental completo e/ou médio incompleto; 27,23% médio completo e/ou superior incompleto; e, 7,11% superior completo. Em 45% dos domicílios de Mossoró, vivia-se em 2010 com renda inferior a 1 (um) salário mínimo, em valores da época; 38,6% com renda variando entre 1 (um) e menos de 3 (três) salários mínimos; 11% com renda de 3 (três) ou mais salários mínimos; e, 4,5% sem renda. Em 25,9% desses domicílios, havia microcomputador com acesso à internet (IBGE, 2010).

Em 2010, havia aproximadamente 27,4% das pessoas residentes em Mossoró com idade entre 10 e 24 anos, assim distribuídos: 21.703 (7,3%) entre 10 e 14 anos, 23.283 (8,9%) entre 15 e 19 anos e 26.715 (10,2%) entre 20 e 24 anos, sendo metade (13,7%) do sexo masculino. Os territórios selecionados para o estudo figuram entre os bairros mais populosos no que concerne à população de jovens (IBGE, 2010).

1.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Entre os adolescentes e jovens, participaram aqueles com idade entre 10 e 24 anos; e com características heterogêneas no que diz respeito a seus perfis etários, socioeconômicos, de sexo, escolaridade, raça e religião. Essa heterogeneidade contribui para que os achados reflitam a variedade da população estudada e para que os distintos significados atribuídos por ela ao fenômeno investigado possam ser evidenciados (POPE; MAYS, 2009).

O grupo de participantes é constituído de forma intencional, sendo selecionados aqueles que, em tese, podem melhor contribuir para a compreensão do problema investigado (CRESWELL, 2014). No caso dos adolescentes e jovens, suas percepções das próprias necessidades são imprescindíveis, conforme o quadro referencial de necessidades adotado no presente estudo.

Por ocasião da pandemia de COVID-19, o trabalho de campo foi interrompido em março de 2020 e julgou-se que as entrevistas realizadas até então nas zonas leste, sul e central compunham, em sua totalidade, um arcabouço empírico suficiente para levar adiante os objetivos da pesquisa.

Em cada um desses bairros/regiões selecionados, foi localizado um território de saúde vinculado a uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Quando houve mais de um território de saúde por bairro, o mesmo foi selecionado por conveniência do pesquisador, considerando possibilidade de acesso aos profissionais de saúde, a quem coube ajudar a localizar os jovens no território, e a qualidade dos vínculos estabelecidos com os mesmos.

A partir de então, o pesquisador dialogou com os profissionais de saúde de cada UBS, em particular com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que fizeram as primeiras indicações de jovens residentes em seus territórios, considerando os critérios expostos pelo pesquisador quanto à idade e a heterogeneidade de perfis socioeconômicos, de sexo, gênero, escolaridade, raça e religião.

A ideia inicial seria seguir, a partir desses primeiros contatos, a técnica de amostragem em bola de neve (snowball), através da qual os primeiros entrevistados indicam novos contatos a partir de sua rede de conhecimento e

convívio pessoal, e indicações sucessivas foram sendo pedidas a cada novo entrevistado (VINUTO, 2014), até atingir-se a saturação (MINAYO, 2010; FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008) e o perfil desejado de participantes. Contudo, em razão da interrupção do trabalho de campo por força do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 não se conseguiu realizar uma segunda rodada de entrevistas, em cada território, com as indicações dos próprios jovens, de modo que todos os entrevistados nos territórios mencionados tiveram seus nomes sugeridos pelos ACS.

Apesar dessas limitações ao trabalho de campo, conseguiu-se obter uma amostra heterogênea de participantes quanto a idade, escolaridade, renda, cor e sexo, conforme o quadro 1 apresentado mais adiante. Apenas nos quesitos gênero e religião a referida heterogeneidade não foi obtida como esperado, sendo os participantes todos heterossexuais cisgênero e apenas 2 participantes possuíam outra religião que não católica ou não possuíam religião.

Os jovens foram acessados em suas residências, na maioria dos casos sem a presença dos ACS. Somente em alguns casos, por motivos de controle de território pelo tráfico de drogas, o pesquisador chegou às residências na companhia do ACS, a fim de resguardar sua segurança e por sugestão dos profissionais.

O diálogo com todos os participantes foi iniciado com a apresentação do pesquisador e da pesquisa, momento em que foi realizado o convite para participar. Uma vez aceito, foi apresentado e assinado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido. Deixou-se claro também nesse momento, sobretudo quando da intermediação do ACS para adentrar as residências, que

o pesquisador não possuía qualquer vínculo profissional com a UBS e o profissional de saúde. Foram entrevistados 08 adolescentes e jovens, número julgado suficiente, a partir de análise da extensão e densidade do material já obtido, para o alcance de uma totalidade compreensiva do problema de pesquisa capaz de elevar a novo patamar o conhecimento e debate, conforme os interesses práticos e o quadro de referência que estruturam o estudo.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa

JOVENS*	Miguel	Alice	Laura	Heitor	Valentina	Sophia	Gabriel	Heloísa
Idade	19 anos	18 anos	24 anos	11 anos	12 anos	20 anos	20 anos	13 anos
Escolaridade**	EM	EM	ES	EF	EF	EM	ES	EM
Renda***	1/2 SM	1/2 SM	10+ SM	1/2 SM	3/5 SM	3/5 SM	5/10 SM	3/5 SM
Cor	Preta	Preta	Parda	Branca	Branca	Preta	Branca	Amarela
Sexo	M	F	F	M	F	F	M	F
Orientação Sexual e Gênero	Hetero /Cis	Hetero /Cis	Hetero o/Cis	Hetero/ Cis	Hetero/ Cis	Hetero/ Cis	Hetero/ Cis	Hetero/ Cis
Religião	Não possui	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica Evangélica	Católica

*Nomes fictícios.

**EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; ES – Ensino Superior.

***SM – Salário Mínimo.

Isso acontece porque o alcance daquela totalidade e a consequente percepção do pesquisador sobre o momento oportuno para encerrar as

entrevistas só podem ser percebidos no curso de sua realização, tendo em vista a imprevisibilidade do conteúdo das narrativas que resultam de uma reconstrução pessoal do participante, operada no momento de cada entrevista, ante uma ou mais questões propostas pelo pesquisador no contexto de um encontro interpessoal entre ambos (SCHRAIBER, 1995).

1.4 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para a investigação sobre as necessidades e demandas de saúde dos adolescentes e jovens estudados, foram realizadas, pelo próprio autor, entrevistas semiestruturadas com este público. O material obtido foi gravado em aparelho digital exclusivamente reservado para esse fim, transcrito por pessoal especializado, contratado com este propósito, e revisado pelo autor.

O roteiro da entrevista dos adolescentes e jovens conteve uma parte destinada à caracterização do entrevistado, com dados pessoais (etários, socioeconômicos, de sexo, escolaridade, raça e religião) e de utilização de serviços de saúde, os quais auxiliaram na contextualização e compreensão das narrativas; e, uma segunda parte com questões abertas com foco nas necessidades de saúde e demandas de adolescentes e jovens e no uso dos serviços de saúde.

O papel do pesquisador na condução da entrevista foi colocar as questões para a reflexão do entrevistado de modo a, por um lado, mantê-la sintonizada com os propósitos do estudo, e, por outro, permitir que o participante discorresse o mais livremente possível sobre suas experiências de constituição e manejo de necessidades e demandas de saúde.

1.5 INTERPRETAÇÃO DO MATERIAL

A construção do desenho, da estratégia e dos instrumentos do estudo, assim como sua análise foram realizadas mediante o diálogo entre o material qualitativo e o referencial teórico, a partir de conceitos extraídos das teorias que ancoram a pesquisa: a teoria da Modernidade Líquida, de Zigmunt Bauman; a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth; e a Teoria das Necessidades, de Agnes Heller.

No âmbito da teoria das Necessidades de Agnes Heller (1986; 1996), recortamos para fins deste estudo os conceitos de “Necessidade”, “Manipulação de necessidades” e “Aspectos ontológicos, éticos e políticos” atrelados ao reconhecimento das necessidades de saúde. A delimitação conceitual das necessidades aqui presente permitiu captar e analisar os significados diretamente referidos pelos sujeitos às suas necessidades, tal como as percebem.

No âmbito da filosofia política, a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003; 2012), forneceu os conceitos de “reconhecimento intersubjetivo”, “formas de reconhecimento”, “formas de desrespeito”, “luta por reconhecimento” e “reificação”, utilizados para a compreensão sobre como agem os sujeitos e quais suas motivações no curso das experiências relativas à constituição e manejo de suas necessidades.

A teoria de Bauman (2007; 2008; 2010) sobre a modernidade líquida, foi o principal aporte conceitual para compreender a dinâmica e as relações sociais da sociedade contemporânea, valendo-se inicialmente para isso dos

conceitos de “globalização”, “modernidade líquida”, “consumismo” e “sociedade de consumo”.

O quadro conceitual acima delineado foi ampliado no curso da investigação com o trabalho de Hartmut Rosa (2019), de quem foram extraídos os conceitos de “aceleração social” e “dessincronização” que permitiram melhor compreender mudanças nos ritmos de vida mencionadas pelos participantes da pesquisa. É oportuno enfatizar que Bauman, Heller e Honneth partem de tradições teóricas distintas, o que requereu atenção para que o diálogo produzido entre esses quadros tivesse coerência interna, sem desconhecer suas diferenças e divergências. Mesmo no caso de Rosa, o qual segue tradição teórica de Honneth e até mesmo parte das contribuições deste último para formular sua “Teoria da aceleração”, buscou-se observar os pontos de convergência e divergência entre ambos a fim de assegurar essa coerência.

1.6 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi desenvolvida em conformidade com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares e foi aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP em 06 de junho de 2018.

A pesquisa não utilizou técnicas ou procedimentos que oferecessem riscos de natureza física aos participantes. Os riscos referiram-se a possíveis constrangimentos durante a entrevista, em função do conteúdo da narrativa produzida pelo sujeito durante os diálogos com o pesquisador, tendo em vista a

natureza íntima das necessidades de cada um³. Também havia o risco do participante sentir-se inibido pela presença de outra pessoa ou não sentir segurança de que as informações dadas ficassem guardadas em sigilo. Para amenizar estes riscos, o pesquisador garantiu ao entrevistado o sigilo em relação a sua identidade e escolheu ambientes para a realização das entrevistas em acordo com o participante, garantindo a sua privacidade; e esclarecendo que o material oriundo das falas ficaria devidamente guardado por cinco anos sob sua responsabilidade.

No que diz respeito aos benefícios, foi esclarecido ao entrevistado que não havia garantia de benefícios diretos e/ou imediatos para ele; e que, ao participar, o mesmo estava ajudando a construir um conhecimento que poderia, a médio e longo prazos, reformular práticas e políticas de saúde no sentido de melhor atender às necessidades e demandas de adolescentes e jovens. Foi informado, ainda, que em caso de algum gasto ou dano comprovadamente por sua inserção na pesquisa, o mesmo teria direito a ressarcimento ou indenização, devendo para isso, notificar o coordenador da pesquisa, o professor Dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres. Contudo, não houve, no curso da investigação, nenhuma situação envolvendo ressarcimento e/ou indenização.

Após a finalização do doutorado, pretende-se conversar com serviços de saúde, educação e grupos de jovens, a fim de pactuar momentos para dialogar sobre os resultados da investigação.

³ Durante a diálogo com dois adolescentes, o pesquisador sentiu que estava adentrando um campo bastante íntimo referente as situações de violência sofridas pelos entrevistados.

PARTE I – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 2

2 NECESSIDADES DE SAÚDE: UMA REVISITA AO CONCEITO

No âmbito das necessidades sociais, algumas mais amplamente reconhecidas enquanto necessidades de saúde estão na mira de serviços, ações e políticas que compõem o que se convencionou denominar de setor saúde. Estas, contudo, não se instituem apenas como resposta àquelas, mas, antes, estabelecem com elas uma relação íntima e de reciprocidade, conforme se pretende demonstrar no decorrer desse capítulo com apoio, principalmente, na literatura do campo da saúde coletiva.

Essa relação entre necessidades e práticas de saúde permite sustentar uma intencionalidade que está na base desse trabalho, qual seja, a de voltar-se à compreensão das necessidades de saúde de um grupo social, os adolescentes e jovens, aspirando com isso ampliar nosso discernimento acerca do que devemos produzir em termos de saúde e sobre como fazê-lo, contribuindo para a formulação, o planejamento, a execução e avaliação das práticas de saúde que a eles/elas se destinam.

Na modernidade, a partir do século XVI, a conformação da racionalidade médica em uma racionalidade técnico-científica e seu delineamento histórico a partir de então sob a forma de uma medicina dedicada à identificação e controle de doenças, a chamada biomedicina (LUZ, 1988), acompanhou-se de uma percepção das necessidades de saúde como necessidades de serviços capazes de operar esse controle.

Trata-se, portanto, de necessidades que, sob a pretensão de controle técnico da doença, requerem para sua satisfação elementos do arsenal institucional, profissional e tecnológico que acompanham essa medicina, ou

seja, anamneses, exames físicos e exames complementares, visando diagnóstico; medicamentos, cirurgias, exercícios, dietas e similares como técnicas terapêuticas; profissionais de saúde, como operadores desses instrumentos e técnicas; e instituições de saúde (hospitais, ambulatórios, clínicas, etc.), enquanto lugares adequados ao exercício dessa medicina (CAMARGO JR., 2005).

A biomedicina pode ser compreendida como um sistema médico estruturado a partir da anatomia, da fisiologia, da clínica, de um subsistema de diagnose baseado na História Natural da Doença, um subsistema terapêutico e uma cosmologia ancorada na física clássica newtoniana e na metáfora cartesiana do corpo como máquina (NASCIMENTO et al, 2013).

As práticas de cunho biomédico foram experimentadas no ocidente nos últimos séculos sob forte incorporação tecnológica, ampla especialização e ofertada de forma predominante para consumo individual dos doentes. À despeito de sua importante capacidade de combater patologias, seus resultados práticos se mostraram menores que as expectativas que lhes acompanharam de melhoria de indicadores de saúde e satisfação das pessoas, conformando uma crise de legitimidade (SCHRAIBER, 1996; AYRES, 2004) ainda presente no início do século XXI.

A superação dessa crise parece reivindicar, entre outras coisas, uma releitura das necessidades de saúde capaz de reconhecer dois de seus aspectos fundamentais, tornados invisíveis pela hegemonia da linguagem biomédica: os aspectos sociais, relacionados à determinação social da saúde e à reciprocidade existente entre necessidades e processos de trabalho em saúde; e os aspectos intersubjetivos, vinculados à construção de identidades e

subjetividades que são inerentes ao processo de constituição e satisfação de necessidades de saúde.

A invisibilidade desses aspectos impediu que se percebesse o modo como as necessidades de saúde se conectam à dimensão prática da vida das pessoas, onde a experiência da saúde e da doença se articula com a realização de projetos de vida, contextos sociais e lutas por reconhecimento intersubjetivo, e cuja inobservância por parte das práticas de saúde minou parte expressiva de seu potencial de respondê-las.

Nesse itinerário, o presente estudo busca recorrer ao conceito de necessidades de saúde, partindo da crítica à sua redução a norteadores do controle técnico de doenças, na intenção de evidenciar aspectos sociais e intersubjetivos que, conforme tentar-se-á demonstrar, lhes são inerentes. A intenção com isso é ajudar as práticas de saúde de base técnico-científica a se reconciliarem com dimensões da vida e da saúde humanas insatisfatoriamente manejadas no escopo biomédico.

Para isso, tomam-se como ponto de partida as contribuições de Agnes Heller acerca das necessidades humanas; as teorias do Processo de Trabalho em Saúde e do Cuidado, desenvolvidas no âmbito da Saúde Coletiva, as quais abrem importantes caminhos para sistematizar leituras sociais e intersubjetivas das necessidades de saúde; e a teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth (2003), no campo da filosofia política, pelo seu potencial de olhar criticamente as interações intersubjetivas, expondo os conflitos relacionais que se tecem à medida que sujeitos buscam reconhecimento.

2.1 NECESSIDADES E PROCESSOS DE TRABALHO EM SAÚDE

As necessidades humanas podem ser definidas como um sentimento consciente da pessoa de que lhe falta algo (HELLER; FEHÉR, 2002), seja em relação às condições físicas para sua sobrevivência biológica, seja em relação aos elementos culturais, morais e os costumes da sociedade que integra (HELLER, 1986). Qualquer que seja sua distinção qualitativa, as necessidades são sempre sociais, pois as pessoas têm necessidades e respondem a elas enquanto seres sociopolíticos (HELLER, 1986; HELLER, 1996).

Em sua constituição, as necessidades situam-se entre os desejos, os quais são inconscientes ou não totalmente conhecidos por quem os possui, não podendo por isso serem claramente verbalizados, e, as carências, também chamadas de necessidades sociopolíticas – uma espécie de necessidade coletiva abstraída de necessidades individuais, naquilo que elas têm em comum, e que a sociedade atribui como sendo necessidade de seus membros (HELLER, 1996).

Nessa perspectiva, as necessidades de saúde podem ser conceituadas tanto como necessidades em si mesmas, individuais, concretas e distintas de outras por suas singularidades; como necessidades sociopolíticas, no caso de a sociedade considerar a saúde como necessidade de seus membros, fazê-la corresponder a um direito social e formular políticas públicas para sua satisfação.

No primeiro caso, estão em jogo as necessidades de cada pessoa quando, por exemplo, procuram os serviços de saúde, momento em que se produz o encontro com os profissionais e no qual se espera que as práticas

geradas sejam capazes de reconhecer qualitativamente estas necessidades e com elas sintonizar-se.

No caso da saúde como necessidade sociopolítica, está em questão uma necessidade geral dos membros da sociedade e o seu reconhecimento social expresso na legislação social vigente, fazendo com que possa ser reclamado, por quem quer que seja, como um direito a ser garantido. Espera-se, nesse momento, que a sociedade através de suas instituições, possa distribuir ações e serviços para todos os seus membros, impactando positivamente sua saúde.

Para o reconhecimento de ambas as necessidades, individuais e sociopolíticas, há que deliberar, anteriormente, quais necessidades serão consideradas reais, de modo a justificar esforços sociais para seu reconhecimento e satisfação. Na modernidade, sustentou-se o discurso de que as pessoas não sabem, elas mesmas, identificarem suas necessidades, pelos seguintes motivos: por serem ignorantes, advogaram alguns discursos de direita; por estarem alienadas, expressaram alguns os pensamentos da esquerda; ou ainda, manifestaram-se outros, sob o argumento psicológico de que as verdadeiras necessidades permaneceriam inconscientes, enquanto as necessidades conscientes seriam falsas (HELLER, 1996).

Do ponto de vista ontológico, todas as necessidades que os sujeitos consideram ser suas necessidades, devem ser tomadas como reais e, por isso, reconhecidas e satisfeitas. Do ponto de vista ético, aquelas cuja satisfação se realiza utilizando outro humano como meio são moralmente condenáveis e podem não ser reconhecidas e satisfeitas. Do ponto de vista político, a partir do qual se delibera quais necessidades serão satisfeitas, a priorização de algumas

em detrimento de outras carece de sentido, pois as necessidades elencadas por uma pessoa, ainda que pareçam menos relevantes, revelam sua forma de vida e orientação a determinados valores. Em uma sociedade democrática, os valores e formas de vida são plurais e devem ser respeitados. Contudo, deve-se combater a manipulação de necessidades operada por determinados centros de poder (HELLER, 1996).

Nesse sentido, a concepção Marxiana que advoga a existência de necessidades alienadas não se sustentaria. Isso porque o ato de eleger necessidades alienadas, e que seriam consideradas “falsas”, implicaria na existência de um sujeito cuja consciência não tivesse sido alienada, o que não é possível, posto que este sujeito, como qualquer outro, é parte da sociedade que está alienada objetivamente e, portanto, sua consciência é, também, produto desta sociedade (HELLER, 1996).

Ademais, a classificação das necessidades em “reais” e “irreais” carrega um perigo prático que é o estabelecimento de uma ditadura das necessidades. Sempre que um sujeito ou instituição se julga apto a definir quais necessidades são “reais” ele se coloca na condição de só permitir a satisfação daqueles que julgou serem “reais”, independente da opinião dos outros sujeitos sociais (HELLER, 1996).

Nesse cenário, onde só se admite o não reconhecimento de necessidades cuja satisfação faz do humano um meio para outro humano, temos que lidar com um universo muito maior de necessidades, o que coloca a questão de se é possível a sociedade satisfazer a todas elas.

É falsa a promessa das filosofias da história acerca da possibilidade de uma sociedade onde todas as necessidades seriam satisfeitas. Isso decorre

de, pelo menos, dois motivos: a limitação dos recursos do planeta e o fato de a satisfação de necessidades de alguns implicar a insatisfação de necessidades de outros. Além do mais, não se pode imaginar na sociedade moderna as pessoas satisfeitas, pois a insatisfação é um dos motores da modernidade. Trata-se de uma sociedade insatisfeita, cuja dinâmica, segundo Agnes Heller (1996), apresenta-se de modo que

todos os grupos podem reclamar para si o direito a satisfazer as necessidades de seus membros. Novas necessidades são produzidas a cada dia. Sempre há mais necessidades que esperam ser satisfeitas do que necessidades já satisfeitas. A sociedade moderna é uma sociedade insatisfeita. Se desenvolve através da insatisfação, e pode desenvolver-se em uma relativa paz social porque a insatisfação se manifesta tão somente de forma verbal, e porque as necessidades e objetos que as saciam se estendem com rapidez, e em ocasiões se estendem além dos diferentes níveis de distribuições de ingressos (HELLER, 1996, p. 113).

Na sociedade moderna, os tipos de necessidades sociopolíticas e aquilo que as satisfaz são distribuídos em função da posição que as pessoas ocupam na hierarquia social. Posto que todas as pessoas são consideradas iguais, não é legítimo distribuir necessidades qualitativamente distintas, como se determinados grupos sociais merecessem necessidades em certo grau de qualidade e outros não. Os tipos de necessidades são considerados os mesmos para todos, variando-se apenas em suas quantidades (HELLER, 1996).

Com isso, o que se quer dizer não é que todas as pessoas precisam da mesma coisa. Se quer dizer que, numa sociedade de direitos, tal como se constitui na modernidade, as pessoas são iguais perante o Estado e que, em razão disso, cabe ao Estado responder às necessidades de todos, enquanto sujeitos de direitos, como é o caso do direito à saúde.

Assim, a quantificação do sistema de necessidades sociopolíticas é uma característica importante da sociedade moderna, pois possui o mérito de considerar as pessoas iguais perante a lei e, com isso, abrir a oportunidade delas aspirarem à igualdade no plano concreto de suas vidas. O problema é a não sintonia entre a distribuição de necessidades sociopolíticas, por um lado, e as necessidades singulares, por outro. Além disso, as necessidades individuais não podem ser inteiramente descritas em termos quantitativos (HELLER, 1996).

No século XX, constituíram-se os Estados de Bem Estar Social, os quais buscaram uma síntese entre parte das ideias marxistas, em que todas as necessidades seriam satisfeitas pela regulação do mercado, e as ideias liberais, para as quais somente o mercado moderno poderia levar ao progresso contínuo e à adequada distribuição das necessidades. Nas sociedades com Estados de Bem Estar, a reivindicação de grupos sociais acerca da distribuição das necessidades é a forma principal de justiça distributiva, sempre que a coisa distribuída pode ser quantificada (HELLER, 1996). Não parece haver, nesse momento histórico, alternativa melhor de organização sociopolítica

Dito isto, assume-se não estarmos mais trabalhando com um horizonte social onde seja possível satisfazer todas as necessidades. Nem a supressão do mercado, nem sua ampliação ao limite, parecem garantir uma sociedade onde isso se torne possível, pelos motivos já elencados aqui. Já não temos, a partir do século XX, crença nessa miragem.

Como, então, podemos pensar um arranjo societal em que possamos melhor equacionar as crescentes necessidades humanas com a impossibilidade de sua satisfação? E, também, de modo a melhor reconhecê-

las e satisfazê-las do ponto de vista ético-político, a partir do horizonte democrático?

Heller (1986) faz a seguinte distinção entre as necessidades necessárias e as necessidades radicais: as necessidades necessárias são todas aquelas que possibilitam à sociedade e os grupos que a compõem reproduzirem as relações sociais que lhes são características em um momento histórico específico; já as necessidades radicais são aquelas que incorporam um dever moral de transformar as relações sociais instituídas quando estas limitam o enriquecimento qualitativo do humano junto ao seu processo de reprodução social.

As necessidades radicais podem ajudar a sedimentar um horizonte de superação de situações de negação do direito à saúde na medida em que elas reclamam, para sua satisfação, um novo ordenamento social em que sejam reconstruídas as relações e processos sociais, como os que reproduzem aquelas situações de injustiças socio sanitárias.

As negativas de reconhecimento e atendimento ao direito à saúde costumam concretizar-se ora pela invisibilização de algumas necessidades ou das necessidades de grupos sociais específicos; ora pela interposição de obstáculos, geralmente de natureza econômica, política ou cultural, para que as mesmas possam ser socialmente legitimadas e, por fim, satisfeitas.

A reconfiguração das relações sociais em direção a uma sociabilidade distinta da atual, que se coloca como uma exigência para que as necessidades radicais aí concebidas possam ser satisfeitas, não diz mais respeito, necessariamente, à transformação de um horizonte social capitalista em socialista, tal como discorreu Heller (1986) em sua formulação inicial das

necessidades radicais, acompanhando a concepção teleológica da história de autoria Marxiana. Pressupunha-se, nessa formulação inicial, que a história nos levaria para uma sociedade na qual todas as necessidades humanas poderiam ser satisfeitas, a sociedade comunista. Em revisão posterior de sua teoria das necessidades humanas, Heller (1996) reconstrói a imagem de sociedade a ser perseguida dando a ela as características de uma sociedade democrática. Nesta, já não se postula o atendimento de todas as necessidades, posto que isso já não se considera isso possível. O que se concebe a partir de então como horizonte societal é um espaço onde as necessidades diversas possam ser respeitadas e algumas priorizadas a partir do debate democrático e de consensos intersubjetivos.

A identidade das necessidades radicais passa a estar na exigência de que elas não impliquem, para serem instauradas ou satisfeitas, qualquer tipo de opressão ou a instrumentalização de indivíduos e grupos sobre outros e por outros. Assim, o que se almeja nesse horizonte reconstruído por Heller (1996) é a redução da distância entre as necessidades reconhecidas e a sua satisfação, o respeito a liberdade das pessoas, o combate a manipulação das necessidades e à instrumentalização do humano.

Nessas condições, devemos constituir uma sociabilidade que permita satisfazer, ao máximo, as necessidades, inclusive aquelas radicais, que reclamam satisfação qualitativa e que conferem singularidade aos indivíduos e comunidades (HELLER, 1996). Como faremos isso? O que nos moverá nessa direção, considerando que as próprias necessidades estão vinculadas a valores e interesses? Em que fonte podemos buscar a energia para reconfigurar as relações sociais? O que nos impulsiona, e de que modo, a

caminhar no sentido do reconhecimento e (da máxima) satisfação de necessidades, ou no sentido contrário?

A manutenção ou transformação de arranjos sociais está diretamente articulada aos modos pelos quais o humano constrói as condições materiais para sua sobrevivência e reprodução social, o que nos possibilita perceber que as questões acima mencionadas estão atravessadas pelas discussões ancoradas na categoria Trabalho.

Essas questões acerca da reconstrução ou reprodução dos arranjos sociais tocam de maneira central, em nosso entender, na discussão acerca dos modos pelos quais o humano constrói as condições materiais para sua sobrevivência e reprodução social, o que remete o debate para o entorno da categoria Trabalho. Há, desse modo, uma articulação estreita entre Trabalho e Necessidades que foi bem demonstrada por Mendes-Gonçalves (1992) e que se faz necessário recuperar a partir de então.

O trabalho é um processo intencional de produção que ocorre através do recorte e transformação de objetos, intermediado por instrumentos e forças físicas e intelectuais, e guiado por uma antevisão acerca do resultado daquela transformação que enxerga produtos potencialmente capazes de satisfazer algum tipo de carecimento, alguma demanda a ser respondida. A busca desses produtos é a finalidade dos processos de trabalho e seu sentido reside em poder satisfazer as necessidades humanas que se materializam como demandas de determinados produtos (MENDES-GONÇALVES, 1992).

Esse entendimento abriga um aspecto relevante à leitura das necessidades pela ótica dos processos de trabalho: o modo recíproco e dialético pelo qual ambas se constituem. Os processos de trabalho não podem

ocorrer sem ter como referência determinados carecimentos que pretendem satisfazer. E os carecimentos não podem ser estabelecidos fora da realidade social, cuja produção e reprodução é permeada de um quase infinito entrelaçamento de processos de trabalho. Estes, em resposta às necessidades que os justificam, vão modificando essas necessidades, recriando-as e desdobrando-as em outras, que por sua vez passam a demandar novas respostas sociais sob a forma de novos processos de trabalho (MENDES-GONÇALVES, 1992).

Os carecimentos nunca são totalmente naturais, são sempre repletos de sociabilidade e historicidade, motivo pelo qual são, na terminologia de Mendes-Gonçalves (1992), chamados de Necessidades. As necessidades, enquanto conceito, já expressam, portanto, o caráter sócio histórico dos carecimentos humanos.

Desse modo, pensar as necessidades de saúde em determinado momento histórico implica pensar as formas de produção e reprodução social, que são diferentes para os distintos grupos sociais, e que se expressam em termos de saúde em diferentes riscos, cargas de doenças, situações de vulnerabilidades e necessidades. Isso ocorre porque a posição na estrutura social define acesso a posse de recursos materiais, atividades da vida cotidiana, percepções sobre problemas de saúde e suas soluções, além de circunscrever possibilidades materiais de vivê-las (BARATA, et al 2013).

No campo da saúde, quando os processos de trabalho respondem a determinadas necessidades de maneiras específicas, estão simultaneamente reproduzindo e produzindo aquelas necessidades, material e simbolicamente. Quando os sujeitos recortam suas necessidades de saúde, o fazem

legitimando ou contrapondo os processos de trabalho e modos de produção e reprodução sociais historicamente acumulados, particularmente àqueles socialmente legitimados como sendo referentes à saúde e a doença.

Observam-se, pelo exposto, que as necessidades de saúde são necessidades sociais, pois são constituídas e satisfeitas por indivíduos que estão, a todo momento, em relação com outros indivíduos, delineando-se e reconstruindo-se inevitavelmente no âmago das relações sociais compartilhadas e em curso, estejam elas ora conformadas como necessidades individuais, ora como necessidades de grupos.

Torna-se evidente desse ponto de vista que a constituição e satisfação das necessidades não devem ser buscadas na individualidade de um sujeito isolado de seu contexto social. Ao contrário, deve ser compreendida tomando-se esse sujeito como um sujeito social em permanente construção de si mesmo e do mundo do qual participa. É sujeito que produz para se reproduzir biológica e socialmente e que, ao fazê-lo, reproduz e transforma a sociedade da qual é integrante.

Pensar as necessidades dessa primeira perspectiva implica situá-las no contexto e nos movimentos da sociedade, em suas estruturas e dinâmicas, nos objetos, instrumentos e finalidades sociais do trabalho em saúde, e nas possibilidades desse trabalho satisfazer ou negar determinadas necessidades sociais que grupos e indivíduos constituem para responder ao que tomam como sendo os seus problemas de saúde.

2.2 O CUIDADO E AS PRÁTICAS DE SAÚDE

A partir de determinado momento histórico, tornou-se hegemônico um modo de responder às necessidades de saúde concretizado em processos de trabalho que se conformam em uma base técnico-científica. A ciência das doenças e técnicas de aplicação do conhecimento científico, como matrizes de um fazer tecnológico, realiza seu movimento histórico a partir da modernidade de forma a cada vez mais ampliar seu poder de identificar a doença e combatê-la (LUZ, 1988).

Contudo, a produção tecnológica em saúde, que fez avançar a capacidade técnica de diagnóstico e terapêutica, acompanhou-se de problemas que mergulharam as práticas de saúde em uma crise de legitimidade associada ao uso irracional desses recursos tecnológicos e sua inadequação às necessidades das pessoas, expressos em intervenções excessivas, custos elevados, iatrogenia e desatenção às dimensões psicossociais da saúde e da doença (AYRES, 2004).

O delineamento dessa crítica apoia-se na aposta em que o sucesso das intervenções nesse campo articule sempre mais o uso das tecnologias e a vida das pessoas, evidenciando que não se trata apenas de produzir tecnologias potencialmente eficazes, mas sim de fazer bom uso delas. Isso exige operá-las na direção dos projetos e contextos de vida, o que não pode ocorrer sem que elas próprias estejam ativamente presentes na formulação e execução dos cuidados recebidos (AYRES, 2004).

O sentido reconstrutivo dessa crítica está expressa na proposta do quadro conceitual do *Cuidado*, que pode ser definido como uma práxis

dedicada aos fenômenos da saúde e da doença em que a tecnociência médica religa-se com os projetos existenciais dos sujeitos que demandam por resolução de seus problemas de saúde, potencializando-os para a lida com suas necessidades, ao mesmo tempo em que nelas reafirmam continuamente o sentido de sua produção (AYRES, 2004).

A prática de saúde que se reconcilia com a vida das pessoas é uma prática que se enriquece, pois ao sintonizar os seus meios e finalidades aos propósitos que lhe justificam como prática social, reitera sua relevância à medida em que, por meio de cada intervenção, dá demonstrações de que não se movimenta primordialmente em torno de si mesma, dos agentes que a executam, ou das tecnologias que manejam, mas do sentido que tudo isso faz para aqueles que dela necessitam, e sem os quais elas não fazem sentido algum (AYRES, 2004b).

O *Cuidado*, partindo da Teoria do Processo de Trabalho em Saúde (Mendes-Gonçalves, 2017) busca reconstruir a leitura desses processos destacando o âmbito das interações intersubjetivas, permitindo aprofundar a reflexão acerca dos sentidos que legitimam sua existência e da pertinência dos modos socialmente compartilhados em cada momento histórico de formulá-los e operá-los para os sujeitos envolvidos (AYRES, 2004).

As concepções de sujeitos, objetos, conhecimentos e técnicas se deslocam de forma importante quando se busca reconstruir os processos de trabalho em saúde na perspectiva do Cuidado. O saber operado no trabalho entendido como Cuidado reclama, junto e para além do técnico-científico, a sabedoria prática, um tipo de racionalidade orientada pela construção compartilhada do que se possa considerar uma boa vida. A dimensão técnica

do trabalho em saúde mantêm sua relevância, mas é incitada ao diálogo com o não técnico, lugar onde se inscrevem questões (éticas, morais, políticas, etc.) que dão sentido à vida dos sujeitos e através das quais esses sujeitos produzem significados para as práticas de saúde que estão a demandar e/ou a operar (AYRES, 2004; 2004b).

Não pode haver, na proposição do Cuidado, a objetificação de quem busca atender suas necessidades de saúde, pois o Cuidado só se realiza enquanto tal quando os profissionais de saúde se abrem à presença do outro, permitindo interações novas, marcadas pela escuta qualificada e por trocas horizontais que reconhecem que aquele que demanda cuidados não pode ser subtraído do plano terapêutico, sob pena deste perder seu sentido e diminuir sua eficácia. Assim, aquele que demanda atenção à saúde não deve ser visto como “objeto” do Cuidado, senão tomado como um dos sujeitos que concebem e atuam nos objetos dos processos de trabalho a serem operados (AYRES, 2001).

A proposta do *Cuidado*, nos marcos do quadro conceitual exposto até aqui, carrega uma intencionalidade reconstrutiva das práticas de saúde historicamente conformadas na modernidade que almeja reencontrar-se com seus destinatários, desenvolvendo com eles relações de novo tipo, em que eles possam expressar-se como sujeitos dotados de identidade, projetos e contextos de vida.

O cuidado deve ser compreendido, portanto, não como operacionalização de um modelo previamente desenhado e fechado, mas como aposta de reconstrução do que temos feito e de como temos feito, lançando-nos ao desafio de ressignificar o outro, a nós próprios e, a partir daí,

sedimentar interações menos objetificantes e dessubjetivadoras, que sejam capazes de instaurar e responder não somente às necessidades de saúde previamente delimitadas pelos modelos tecnológicos em saúde já operantes, mas também àquelas que, em cada momento e contexto, se mostram relevantes e possíveis para as pessoas e grupos com quem lidamos.

Amplia-se, com isso, a possibilidade de as necessidades de saúde radicais, individuais ou coletivas, serem expressas, reconhecidas, respondidas e instauradas nas e pelas práticas de saúde sem, com isso, precisar abandonar o potencial técnico de controle das doenças já incorporado no cotidiano dessas práticas. Que haja espaço para a produção e expressão de necessidades autênticas, que já não estejam capturadas pela linguagem biomédica dominante.

2.3 O RECONHECIMENTO E AS NECESSIDADES DE SAÚDE

O modo de compreender as práticas de saúde a partir da perspectiva crítico-reconstrutiva do Cuidado revaloriza o plano dos sujeitos e de suas práticas sociais e essa compreensão da sociabilidade encontra aqui um caminho que atravessa o âmbito das interações intersubjetivas, tornando fundamental indagar como esses sujeitos se constituem, como agem, movidos pelo quê, como constroem e vivem os modos de vida por eles compartilhados, e como, nesse contexto, constituem suas necessidades de saúde e as respostas a elas dirigidas sob a forma de práticas de saúde.

O desafio de responder a estas questões encontra apoio importante na teoria social de Honneth (2003), quando ele aponta a “luta por reconhecimento”

como importante força definidora das interações intersubjetivas. Segundo o autor, na relação que estabelece com os outros, nos diversos campos da vida social, os sujeitos estão sempre em busca de algum tipo de reconhecimento, em permanente luta para consegui-lo. Isto se dá nos diversos planos em que se processa sua individuação: no âmbito de relações afetivas, de amor e amizade; das relações jurídicas, em que as pessoas são percebidas como sujeitos de direitos; e, das relações de estima social, quando reconhecem e são reconhecidos em virtude de suas propriedades e características particulares.

O reconhecimento é um acontecimento intersubjetivo, pois é sempre em face do outro que eu me reconheço, e considero sempre a mim mesmo, para poder reconhecer o outro. É, portanto, algo que pertence à esfera das relações e que se torna possível porque o sujeito reconhece no outro, e simultaneamente em si mesmo, três dimensões que conformam sua identidade relacional: a natureza carencial e afetiva, que reclama reconhecimento no amor; a imputabilidade moral, em que deseja ter garantidos os seus direitos em regime de reciprocidade; e as capacidades particulares, a partir do que o sujeito espera ter prestígio social, sendo estimado pelos outros (HONNETH, 2003).

O não-reconhecimento pelo outro, em quaisquer dessas esferas, é experimentado pelo sujeito como desrespeito, podendo esse desrespeito assumir a forma de maus-tratos ou negligência, quando do não-reconhecimento no plano do amor ou da afetividade; privação de direitos, quando não consegue obter aquilo legitimado no plano jurídico que regula as práticas e instituições da vida em sociedade; e, por fim, como ofensa, quando

esse sujeito não se sente respeitado e valorizado em seus modos particulares de ser e viver (HONNETH, 2003).

Se a ótica dos processos de trabalho nos permite pensar a necessidade de saúde como necessidade social, que reproduz e transforma (ao mesmo tempo em que é reproduzida e transformada por) processos de produção e reprodução social mais geral, a ótica hermenêutica do Cuidado, especialmente quando em diálogo com a teoria do reconhecimento, nos auxilia a pensar as necessidades de saúde como parte das interações significativas inter-humanas, enxergando possibilidades de individuação/emancipação dos sujeitos nas práticas de saúde ou, inversamente, experiências de opressão e desrespeito, negadoras da ideia mesma de Cuidado. .

2.4 A DIMENSÃO INTERSUBJETIVA DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

A dimensão intersubjetiva das necessidades de saúde diz respeito aos aspectos inerentes ao modo como as pessoas percebem suas necessidades de saúde e buscam respostas para elas. Esses aspectos serão aqui explorados por dois caminhos, um em que se discute a indissociabilidade entre necessidades de saúde e projetos de vida e outro em que se discorre acerca das pretensões de reconhecimento intersubjetivo que acompanham as reivindicações de indivíduos e coletivos por serviços e políticas de saúde.

2.4.1 Necessidades de saúde e projetos de vida

Necessidades de saúde e projetos de vida possuem uma articulação ontológica, seja porque, de uma perspectiva materialista, vinculada à teoria do processo de trabalho em saúde, entendemos o humano como um ser de necessidades, seja porque, da perspectiva hermenêutica do conceito reconstrutivo do Cuidado, assumimos que o ato de conceber e realizar “projetos” responde às necessidades que cada um, indivíduos ou coletivos, constituem como sendo *as suas* necessidades, aquelas que se configuram no sentido que dão às suas experiências vividas.

As necessidades de saúde integram a experiência permanente de tornar-se sujeito, pois senti-las, manejá-las e buscar respostas para elas integram nossas experiências vivenciais, reproduzindo ou reconstruindo visões de mundo, projetos de vida, atividades diárias, coisas que participam ativamente da formação da nossa identidade subjetiva e, conseqüentemente, do modo como cada pessoa conduz sua própria vida.

O projeto de vida aqui recortado para análise diz respeito àquilo que as pessoas almejam para sua própria vida, o que gostariam que ela pudesse se tornar ou do que sua vida viesse a significar. Trata das coisas que dão sentido à existência, daquilo que motiva as pessoas a seguirem em frente e superar os desafios que a vida cotidianamente lhes impõe. Projeto de vida diz respeito à vida que se deseja viver, e em virtude da qual se vive.

Essa articulação pode ser explorada por diversas vias. No presente estudo, privilegiaremos uma delas, que constitui a tese que está em sua base: é para realizar seus projetos de vida na cotidianidade de suas atividades e

interações que as pessoas desejam e buscam satisfazer suas necessidades de saúde.

No dia a dia, quando as pessoas expressam o desejo de controlar suas doenças, o fazem somente na medida em que estas são experimentadas como obstáculos a seus projetos de vida e sua rotina diária. O que definimos como doença são condições que percebemos como limitações desde suas implicações práticas – morte, limitações, impedimento em realizar atividades e projetos, condições conflitantes com seus valores, interesses e interações, etc.. Nesse sentido, podemos dizer que as necessidades de saúde vinculadas ao controle de doenças, são sempre necessidade de resposta a um problema prático que acomete ou ameaça o curso de vida dos sujeitos.

Assim parece ocorrer com todas as necessidades humanas que se configuram como necessidades de saúde. É sempre contra o pano de fundo da vida prática que as necessidades se conformam para os sujeitos. Tais problemas somente se configuram como tais na medida em que se colocam como obstáculos à realização dos projetos plasmados no cotidiano. Reside em responder a essa dimensão prática das necessidades de saúde o que Ayres (2009, p.143) denomina de *sentido prático das ações de saúde*:

a racionalidade prática das ações de saúde por referência à sensibilidade e capacidade de resposta dos profissionais, serviços, programas e políticas de saúde em relação ao sucesso prático de suas ações, entendendo esse sucesso como o melhor uso dos êxitos técnicos possibilitados pelas tecnociências da saúde em face dos projetos de felicidade dos seus destinatários.

Por isso, as práticas de saúde nunca podem constituir um fim em si mesmas, pois sua capacidade de responder a necessidades só se realiza

completamente quando contribuem para responder a problemas práticos de saúde e doença na vida das pessoas, seja lá o que elas compreendam especificamente sobre isso. Observe-se que, nesse sentido, são elas práticas que contribuem com a vida (sua manutenção, seu prolongamento, seu bem-estar), de modo que, se deixam de fazê-lo por quaisquer motivos, perdem seu sentido e sua legitimidade social.

É verdade também que ao buscar satisfazer suas necessidades de saúde para dar seguimento à vida, os sujeitos vivem experiências que podem modifica-los, modificar a própria vida que estão a perseguir e os projetos que dão sentido a ela. Não raro, ouvimos pessoas afirmarem que “não são mais as mesmas” depois de experiências com doenças com risco de morte, por exemplo. Necessidades de saúde e projetos de vida se influenciam mutuamente de diversas maneiras. Contudo, o modo biomédico de perceber e satisfazer as necessidades negligenciou essas influências, centrando-se quase que exclusivamente na objetivação e controle das alterações orgânicas.

Tornou-se, então, problemático o modo como a medicina moderna passou a operar o controle das doenças, pelo fato de que ele se descolou do âmbito prático da vida das pessoas, desresponsabilizando-se com a resolução prática dos problemas de saúde que lhes deram sentido (AYRES, 2004). Daí o descontentamento comumente expresso com as práticas de saúde e a sensação de que elas estariam de alguma maneira inadequadas para dar conta das necessidades de saúde que precisam satisfazer. As necessidades, para serem satisfeitas, não reclamam apenas o referido controle, mas também sua adequação aos projetos de vida onde elas se ancoram.

A crise de legitimidade das práticas de saúde conformada na modernidade decorreria, nesse caso, do seu afastamento dos projetos existenciais que dão sentido à vida dos sujeitos (AYRES, 2004). Portanto, mesmo quando as necessidades de saúde se expressam apenas sob a forma de demandas por serviços de saúde organizados para operar o controle das doenças, reclamam um aspecto existencial da maior importância: as pessoas estão ali, demandando cuidados, porque querem viver, ou tentar viver, de acordo com os projetos que julgam os conduzir a uma boa vida ou uma vida desejável e possível de ser vivida.

Se as pessoas querem satisfazer suas necessidades de saúde para que possam realizar seus projetos de vida e atividades diárias, o que as práticas de saúde oferecem às pessoas em termos de controle de suas doenças não deve entrar em contradição com esses projetos, ao contrário, deve estar submetidos a eles. E, ao fazer isso, ou seja, ao se preocupar com os projetos de vida das pessoas, as práticas de saúde poderão ser reconstruídas em direção ao Cuidado, abdicando da preocupação quase exclusiva com o controle das doenças, para buscar contribuir com esses projetos de vida, explorando as interfaces que estes possuem com a saúde.

2.4.2 Necessidades de saúde e reconhecimento intersubjetivo

As práticas de saúde contemporâneas se conformam em inúmeras relações intersubjetivas, que tomam concretude nas interações entre profissionais e usuários, profissionais e profissionais, gestores e profissionais, gestores e população, e entre esses agentes do campo da saúde com sujeitos

de outros campos sociais. Da perspectiva que estamos a desenvolver aqui, em todas elas, transcorrem processos de busca por reconhecimento e experiências de não-reconhecimento (desrespeito).

Em razão dos limites desse texto, nos restringiremos na maior parte do tempo aos encontros entre profissionais e aqueles que demandam cuidados. Não é difícil imaginar que suas interações sejam sempre marcadas por expectativas de reconhecimento mútuo, até certo ponto independentes das soluções técnicas que podem estar sendo requeridas e produzidas no momento terapêutico.

À primeira vista, a pessoa que busca um serviço de saúde deseja ser reconhecida como merecedora de atenção e cuidados. Não basta a ela receber tratamento técnico adequado, ou seja, que lhe sejam prescritas ou realizadas técnicas eficazes do ponto de vista biomédico. Ela atribui importância fundamental ao modo como é recebida nos serviços, como é tratada pelos profissionais de saúde e a viabilidade e efetividade das soluções que lhe são ofertadas em conformidade com seu contexto de vida. Ela precisa sentir-se, podemos dizer assim, reconhecida em sua singularidade, merecedora de respeito e atenção, sentir que suas questões e problemas são relevantes para o profissional, e para o encaminhamento de seu próprio cuidado. É incômodo e, por vezes, inaceitável que algo que para ela é tão relevante (sua saúde, sua própria vida) seja decidida por outro de modo excessivamente rápido ou sem a devida demonstração de zelo.

O profissional de saúde parece depositar grande expectativa no reconhecimento de sua autoridade e capacidade profissional, relacionadas ao conhecimento adquirido e às técnicas que domina. Não é suficiente para ele

ofertar possíveis soluções técnicas, ele parece precisar fazê-lo num contexto de elevada distinção social, expressas em demonstrações da hegemonia de seu saber perante o do usuário, na confiança deste em seus serviços, e na credibilidade que seus pares (sua classe profissional) atribuem às suas condutas.

Em ambos os casos, parecem estar operando no encontro terapêutico ao menos duas formas de busca de reconhecimento intersubjetivo. A primeira, no plano das relações jurídicas, é o reconhecimento enquanto sujeito de direitos: no Brasil, as pessoas não raro reivindicam atendimento de profissionais e serviços em geral sob o argumento de que isso lhes é de direito, especialmente quando em situações que julgam estarem doentes ou sob risco de morte e encontram barreiras nos serviços de saúde que lhes impedem de obter o que julgam necessitar. Os profissionais zelam sobretudo por seus direitos enquanto profissionais, por vezes não admitindo, sob o mesmo argumento de seus direitos, determinadas condições de trabalho, remuneração ou tratamento hostil dos usuários.

A outra forma de reconhecimento esperada por ambos parece melhor localizar-se, no quadro conceitual proposto por Honneth (2003), no âmbito da estima social. Cada um, profissional ou usuário, quer ser reconhecido como sujeito singular, em razão das capacidades ou propriedades que possui, e que lhes confere identidade. No relato que se tentou fazer acima de situações concretas vividas por usuários e profissionais, a ruptura da expectativa de reconhecimento que cada um põe na interação com o outro é por eles vivida como um desrespeito que violou seus direitos ou sua estima.

Pode-se dizer, então, que a expectativa recíproca de reconhecimento entre demandantes de cuidados e profissionais não diz respeito apenas em parte à qualidade técnica de medidas destinadas à prevenção, diagnóstico e tratamento de problemas biopsicológicos a serem operadas ou recebidas, mas ao fato de que cada um espera que o outro o reconheça como sujeito de direito, sujeito singular e sujeito merecedor de afeto. Quando isso não acontece como esperado, instala-se um conflito e os sujeitos lutam para conseguir o reconhecimento não adquirido.

É comum no Brasil queixas de usuários de que, ao buscarem um serviço de saúde, sentiram-se desrespeitados. Conforme pesquisa de Silva (2012), esta experiência é expressa em queixas como “não me dão atenção”, “não olham para mim”, “não me escutam”, “passam só uma receita e pronto”, entre outras manifestações demonstrativas de que, independentemente da qualidade dos encaminhamentos técnicos, algo acontece aquém das expectativas desses sujeitos numa dada esfera de relações que estabelecem entre si. De igual modo, crescem as queixas dos profissionais de que têm sofrido violência verbal ou física praticada por usuários nos serviços de saúde (PORTAL HOSPITAIS BRASIL, 2015).

Saindo da relação terapêutica para pensar situações que envolvem necessidades de saúde de coletivos, percebemos a existência de grupos sociais, constituídos pelo compartilhamento de interesses ou características comuns, os quais em situações específicas passam a demandar do Estado, sob o pilar do direito à saúde, o reconhecimento e atendimento de suas necessidades. No nordeste do Brasil, por exemplo, estudo (PONTES, et al 2018) demonstrou as reivindicações por saúde da população camponesa em

torno da necessidade de revisão do modelo de desenvolvimento agrário, necessidade de boas condições de vida, necessidade de mobilização social, necessidade de evitar uso de agrotóxicos e necessidade de atuação do SUS. Trata-se de uma luta por reconhecimento que, como em outras situações semelhantes, por uma experiência de desrespeito compartilhada em escala coletiva, constitui-se como bandeira política de grupos identitários socialmente constituídos.

Portanto, a satisfação de necessidades de saúde reivindicada de forma individual ou coletiva, revela-se como uma expressão particular de reconhecimento intersubjetivo. A percepção dos sujeitos de que suas necessidades não foram satisfeitas significam para eles manifestações de desrespeito à sua condição de sujeitos dignos de afeto, de direitos e solidariedade. Nesse sentido, demandas e reivindicações individuais e coletivas por saúde são consubstanciais à luta por reconhecimento intersubjetivo.

PARTE I – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 3

3 SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA: CARACTERÍSTICAS E POSSÍVEIS REPERCUSSÕES PARA A VIDA JUVENIL

Contextos sociais, projetos de vida e relações sociais de reconhecimento e desrespeito são, como vimos no capítulo anterior, aspectos fundamentais para se compreender sociabilidades e necessidades de saúde de jovens. Com isso, uma caracterização da sociabilidade contemporânea mostra-se fundamental a esse empreendimento compreensivo. É nesse sentido que o presente capítulo se propõe a caracterizar a sociedade vivida pelos jovens brasileiros no início da terceira década do século XXI.

Buscando discutir alguns dos processos e valores socialmente compartilhados pelos sujeitos e intuições que produzem a realidade social no Brasil, a discussão que se segue apoia-se nas contribuições de Zigmunt Bauman sobre a modernidade, o capitalismo e o consumismo no mundo contemporâneo; e também em trabalhos brasileiros dedicados à Sociologia do Trabalho e à Economia Política em contexto nacional, cujas principais fontes adotadas são os trabalhos de Ricardo Antunes e José Carlos Braga, em diálogo com dados socioeconômicos do Brasil oriundos de instituições governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiras.

Com isso, apresenta-se a caracterização de uma sociedade global, desigual, fortemente influenciada pelo consumo e tecida em meio a relações sociais mais flexíveis. Sistematiza-se a partir daí algumas repercussões potenciais de cunho econômico, social, político e relacional da sociabilidade contemporânea na vida dos jovens brasileiros, tais como a elevação do desemprego e da precarização do trabalho, a fragilização de instituições e

coletivos sociais, a ampliação da fragmentação e das desigualdades sociais e a pressão social que recai sobre esses sujeitos na direção da homogeneização de seus projetos de vida.

3.1 A FLEXIBILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES, INSTITUIÇÕES E VALORES NA CONFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO SÉCULO XXI

A flexibilização de valores, relações, instituições parece ser uma das marcas das sociedades contemporâneas, resultante de mudanças culturais, políticas, econômicas, tecnológicas, institucionais e relacionais, as quais se interconectam e se manifestam em diversos campos da vida social, com expressivas transformações nos comportamentos individuais e coletivos.

A flexibilização que marca essa nova sociedade se manifesta na mutabilidade das normas, padrões e estruturas de comportamento, antes estáveis e usados como referência para a construção de projetos de vida, pessoais e institucionais, civis e governamentais, e que faz hoje dessa sociedade um lugar onde tudo pode fazer-se e desfazer-se, com rapidez. Vivemos em uma sociedade instável que já não ancora certezas sobre o futuro, e que compromete o pensamento e o planejamento de longo prazo (BAUMAN, 2007).

A separação entre o poder, que define a direção e velocidade dos processos sociais, e a política, a quem caberia dirigir tais processos, é outra especificidade histórica das sociedades contemporâneas. Enquanto o poder situa-se cada vez mais em uma esfera global, a política permanece localizada

nos países e, por isso, sem controle do poder, que se torna imprevisível, fora da esfera do planejamento nacional (BAUMAN, 2007).

Por outro lado, constata-se uma fragilização dos laços inter-humanos, com redução da solidariedade social, aumento da individualidade e a consequente fragmentação e competição entre as pessoas, expondo-as mais aos desígnios do mercado, ao mesmo tempo em que são responsabilizadas para resolver, individualmente, problemas sociais complexos produzidos pela sociedade global, bem como para assumir as consequências de suas escolhas (BAUMAN, 2007).

Essa “sociedade líquida” (Bauman, 2001) tem no consumo um dos seus principais fenômenos. Ela é, na verdade, uma sociedade consumista ou de consumidores, ou seja, um tipo de organização social em que o consumo se torna a principal força propulsora e operativa da sociedade, desempenhando um papel central na reprodução social e na construção de projetos e identidades individuais. Nela, a felicidade está associada ao crescimento dos desejos que, para serem satisfeitos, precisam sempre de novos objetos a serem consumidos (BAUMAN, 2008).

Assim, novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos, os quais, para serem atendidos, precisam de uma economia baseada no excesso e no desperdício dos produtos. O significado social dos próprios produtos é, também, modificado de modo a permitir sua descartabilidade: “a maioria dos bens valiosos perde seu brilho e sua atração com rapidez, e se houver atraso eles podem se tornar adequados apenas para o depósito de lixo, antes mesmo de terem sido desfrutados” (BAUMAN, 2008, p.45).

A experiência do tempo foi, também, flexibilizada. Vivido como cíclico ou linear em sociedades anteriores, o tempo na sociedade dos consumidores é marcado por rupturas e descontinuidades, um tempo fragmentado feito de múltiplos “instantes eternos”, vividos isoladamente, a cada momento. Cada momento contém novas possibilidades de redefinir os rumos de vida. Um modelo de tempo em que não cabe a ideia de progresso como algo que pode ser continuamente construído pelo sujeito, em direção a uma finalidade, pois a história não possui teleologia, ela é um processo aberto, imprevisível, onde o novo pode aparecer a qualquer momento. Nesse contexto, a pressa é fundamental, pois não perder tempo é não perder oportunidades (BAUMAN, 2008).

A oportunidade que cada ponto pode conter vai segui-lo até o túmulo; para aquela oportunidade única não haverá “segunda chance”. Cada ponto pode ter sido vivido como um começo total e verdadeiramente novo, mas se não houve um rápido e determinado estímulo à ação instantânea, a cortina pode ter caído logo após o começo do ato, como pouca coisa acontecendo no intervalo. A demora é o *serial killer* das oportunidades (BAUMAN, 2008, p.50).

Os sujeitos vivem uma vida apressada, pois há pressa em adquirir e juntar, mas, sobretudo, pressa de descartar e substituir. Na sociedade de consumidores, os sujeitos são encorajados a escolher um estilo de vida baseado no consumo. Todos, independente do seu gênero, idade ou classe social, devem ser consumidores. E devem fazê-lo, em nome de sua felicidade (BAUMAN, 2008).

É em nome da felicidade que a sociedade consumista consegue, em última instância, instaurar e justificar seu apelo ao consumo. “A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana, a prometer felicidade na

vida terrena, aqui e agora, e a cada agora sucessivo. Em suma, uma felicidade instantânea e perpétua” (BAUMAN, 2008, p.60).

As relações entre renda individual e felicidade, e entre crescimento geral de consumo e quantidade de pessoas felizes, não permitem, porém, sustentar a promessa da sociedade consumista. Acumulam-se evidências mostrando os efeitos negativos de uma economia orientada pelo consumo, tais como a insegurança, o medo e a desconfiança, associadas à infelicidade (BAUMAN, 2008).

A promessa de felicidade pelo consumo leva a pensar que a ação nuclear desta sociedade é a satisfação de necessidades, desejos e vontades que supostamente produzem a felicidade instantânea. Contudo, Bauman (2008) esclarece que o objetivo central é transformar consumidores em mercadorias vendáveis: “os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os torna membros autênticos dessa sociedade” (BAUMAN, 2008, p. 76).

Nesse modo de vida marcado pelo consumo e pela mercadorização, o sujeito precisa enfrentar o advento do medo. O primeiro é o medo da inadequação, ou seja, de não estar de acordo com o que a sociedade consumista espera do sujeito, seja por suas roupas, seu cuidado com o corpo, seu padrão de consumo, tornando-o sujeito a humilhação social ou outros processos de violência simbólica. O segundo é o medo da violência física produzida em consequência de uma sociedade que gera e reproduz desigualdades sociais, submetendo alguns a condições consideradas indignas

de sobrevivência, ao mesmo tempo em que concentra renda e estimula o consumo de artigos de luxo (BAUMAN, 2008).

O problema de lidar com o medo, na sociedade contemporânea, é que ele é difuso e emana de muitos lugares, simultaneamente: “nós nos sentimos inseguros, ameaçados, e não sabemos exatamente de onde vem essa ansiedade nem como proceder”. Esse sentimento, tem sido alvo de exploração comercial e política. No primeiro caso, produtos e serviços de segurança são consumidos de forma crescente, ao mesmo tempo que a sensação de insegurança só aumenta. Paradoxo que também se repete quando os governos utilizam o medo contra o terrorismo global ou mesmo alegam a violência urbana para propor políticas de segurança que resultam apenas em acúmulo de capital político (BAUMAN, 2010).

3.2 SOCIEDADE GLOBAL DE CONSUMO: CARACTERÍSTICAS E REPERCUSSÕES PARA A VIDA DOS JOVENS

3.2.1 Mobilidade planetária e a “dupla cidadania” no século XXI

Os adolescentes e jovens do início do século XXI vivem num mundo global. A mobilidade de pessoas, informações, capitais e mercadorias produzem um cenário social em que sujeitos têm suas vidas e percepções de mundo influenciadas por outros, situados em localidades distintas e distantes. Isso se tornou possível porque o espaço geográfico perdeu, segundo Bauman (2001), grande parte de seu poder de obstaculizar os processos sociais que

dependem do deslocamento físico, o qual deixou de constituir uma barreira impeditiva dos desejos humanos.

A mobilidade é um aspecto central para a compreensão desse momento histórico, o que não significa dizer que todas as pessoas possam mover-se pelo mundo, ou fazer mover coisas nele (informações, capitais e mercadorias). Sob o prisma da mobilidade, encerra-se, no início do século XXI, uma nova faceta da desigualdade social, na qual, para alguns, os chamados cidadãos globais, parece não haver mais sentido na localidade e nas distâncias geográficas, dada a facilidade de superá-las ou deixa-las para trás com auxílio das tecnologias de transporte e digitais; enquanto outros, em razão de suas restrições concretas, têm que defrontar-se com os diversos constrangimentos - geográficos, sociais, econômicos, culturais - advindos dos locais e situações em que vivem.

O que a mobilidade, como categoria explicativa da globalização, quer dizer é apenas que o poder de mover-se e fazer mover de alguns produz repercussões em todos ou quase todos os outros sujeitos, lugares e instituições. Com efeito, o mundo atual é global não porque ele se tornou um só para todos e todas, mas porque são planetárias as repercussões das ações de determinados sujeitos, daqueles para quem, de fato, o mundo tornou-se geograficamente acessível, nas circunstâncias e no tempo que lhes convém.

Os cidadãos globais, com ampla capacidade de mobilidade (leia-se: capazes de se mover e fazer mover), são aqueles que estão no topo da hierarquia econômica, donos dos capitais que transitam pelo mercado financeiro mundial, e que, por se tornarem extraterritoriais, eles e seus capitais,

acumulam poder suficiente para impor seus interesses aos Estados nacionais e suas populações.

Os cidadãos locais são a maioria do contingente populacional, possuindo pouco poder econômico e condições objetivas de mover-se pelo mundo. Em geral, têm suas vidas dependentes dos territórios onde estão inseridos. Participam do mundo global na medida em que acessam informações e imagens do mundo, por meio das interações digitais que conformam os ciberespaços em tempos de “redes sociais”. E, também, na condição de consumidores de produtos oriundos de outros países. E ainda, como destinatários oficiais de políticas públicas cujos contornos e configurações são amplamente influenciados agentes econômicos.

Por serem despossuídos de capital em volume suficiente para impactar a economia, os cidadãos locais pouca influência exercem sobre o mundo que estão a observar, quando comparados aos tomadores de decisão política por eles eleitos e à elite econômica. São, ao contrário, influenciados por eles; vivem em seus territórios locais, onde estão “presos” às normas e consequências decorrentes da globalização.

Configura-se, nesse contexto, uma espécie de “dupla cidadania” na comunidade global, pois ainda que, legalmente, direitos e deveres sejam unívocos para todos, a experiência vivida em torno deles é muito distinta entre cidadãos globais e locais, em razão das desiguais possibilidades sociais, do acúmulo desigual de poderes políticos e econômicos e dos consequentes e distintos modos de vida entre esses e aqueles.

Essa maioria sobre quem as consequências negativas desse cenário recaem mais intensamente não recebe e experimenta tais consequências sem

resistências. Por um lado, como será apresentado no capítulo 5, estas assumem a forma de protestos e reivindicações por direitos sociais; e por outro lado, concretizam-se em manifestações culturais (BORELLI; FREIRE FILHO, 2009). Em ambos os casos, estão em jogo processos de luta por reconhecimento (Honneth, 2003).

3.2.2 Repercussões econômicas da Globalização

O capitalismo globalizado entra na terceira década do século XXI com o que parece ser um aprofundamento de um novo modo de produzir riqueza, constituído a partir da década de 1970, composto por dois movimentos que, entrelaçados, caracterizam o novo modo de ser do capital contemporâneo.

O primeiro deles, denominado por Braga (1997) de financeirização ou dominância financeira, compreende uma dinâmica macroeconômica em que as aplicações financeiras ocupam um lugar central na produção da riqueza, diferenciando-se do padrão anterior, movido majoritariamente pela produção de bens e serviços, ou seja, centralmente alicerçado na chamada esfera produtiva.

Essas operações financeiras são, na atualidade, praticadas por todos os agentes econômicos relevantes, incluindo-se tanto instituições financeiras propriamente ditas quanto empresas do setor produtivo, motivo pelo qual esse novo modo reprodutivo do capital deve ser compreendido como um padrão de riqueza sistêmico (BRAGA, 1997).

A financeirização é acompanhada por um processo de fusão do capital produtivo com o capital bancário que passam, a partir daí, agora como um só, sob o formato de grandes corporações, a reproduzir-se simultaneamente com

atividades produtivas e financeiras, desempenhando, em razão do grande volume de capital que concentram, um papel determinante nessa dinâmica econômica.

Numa economia globalizada em patamares como os observados na transição da segunda para a terceira década do século XXI, as empresas precisam movimentar seus capitais pelo mundo para que possam sobreviver, seja no instante da produção, do consumo ou da financeirização. As grandes corporações, que resultam das megafusões empresariais, são, além de multinacionais, multisetoriais e multifuncionais, no sentido de que realizam simultaneamente operações produtivas, comerciais e financeiras (BRAGA, 1997).

O segundo movimento que caracteriza o estágio atual do capitalismo é sua reestruturação produtiva. Além das mudanças nessa esfera que decorrem de sua subordinação à esfera financeira, a esfera produtiva em si mesma, no seu modo de produzir produtos e serviços, foi intensamente modificada em relação ao padrão vigente no período anterior à década de 1970.

Antunes e Druck (2015) caracterizam esse novo padrão produtivo, por eles denominado de acumulação flexível, como sendo aquele efetivado mediante o trabalho em equipe, com o trabalhador operando múltiplas funções e equipamentos, em um menor tempo possível, em ritmo determinado pela demanda, concentrando um estoque pequeno e submetendo-se a controles de qualidade periódicos que visam melhorar a produtividade. Além disso, a empresa se estrutura de forma horizontal, desconcentrando a produção em várias unidades e subcontratando, via terceirização, outras empresas. Trata-se

de características bem distintas daquelas que conformaram os modelos do taylorismo e do fordismo.

Interessa-nos aqui pensar as repercussões desse novo modo de ser do capitalismo contemporâneo para a vida de adolescentes e jovens. Ao fazer isso, ao menos dois aspectos nos parecem relevantes: a redução dos postos de trabalho e a precarização do trabalho.

Os elementos reunidos até o presente momento dessa investigação nos encaminham para abordar o aspecto da redução dos postos de trabalho especificamente nos momentos de crise econômica, deixando para um segundo momento, caso seja necessário, dois outros movimentos que podem vir a ter relação com o fenômeno do desemprego: a incorporação tecnológica aos processos produtivos, que aparentemente permitem redução quantitativa de mão de obra, sem perda de produtividade, e, o fato de o capital, como já foi exposto anteriormente, ter reduzido sua dependência do trabalho para se reproduzir.

Crises econômicas globais de ampla repercussão na vida social têm sido um fenômeno de ocorrência regular no capitalismo, sendo habitualmente acompanhadas de elevadas taxas de desocupação. A crise econômica mundial de 2007/2008, ainda em curso em muitos países, reiteram isso. O Brasil, por exemplo, chegou em 2017 com aproximadamente 13 milhões de desempregados, o que significou uma taxa de desocupação de 12,5% (IBGE, 2018), aproximadamente o dobro daquela vivida no País em 2013, quando a referida taxa foi de 6,4% (IBGE, 2013).

O Brasil sustentou uma redução gradativa na taxa de desemprego entre os anos de 2004 a 2014, atingindo nesse último ano a menor taxa desde

quando a série histórica foi criada no País. Isso foi simultaneamente acompanhado de uma formalização progressiva da força de trabalho, aspecto relevante explorado logo mais à frente, quando trataremos da precarização do trabalho.

A crise econômica de 2015/2017, ainda em curso no País, reverteu com rapidez o cenário anterior, de modo a duplicar a taxa de desemprego em todas as regiões do País em apenas 3 anos, atingindo 13% no segundo trimestre de 2017. Esse fenômeno foi observado na indústria em geral e, especialmente, na indústria de transformação, de construção civil, agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e dos serviços domésticos (MATTEI, 2018).

Importante destacar que o desemprego entre jovens no período de crise acima considerado foi aproximadamente o dobro do observado na população em geral, variando de 13% em 2014 para 22,6% em 2017 entre as pessoas de 14 a 29 anos de idade (IBGE, 2018).

O aumento do desemprego no período analisado foi também acompanhado da reversão das taxas de formalização do trabalho, que cresceram de forma sustentada na década anterior (MATTEI, 2018), o que põe em evidência o segundo aspecto aqui analisado: a precarização do trabalho.

A precarização pode se manifestar de várias formas, podendo atingir aspectos salariais, funcionais, organizativos, de horários de trabalho, e outros. Proposições indutoras de diversas dessas formas de precarização proliferaram a partir dos anos de 1970, quando, além da financeirização, passa a ocorrer um processo de reestruturação produtiva com vistas a recuperar, também por essa via, o padrão de acumulação perdido com as crises econômicas daquele período (ANTUNES, 2009).

A partir da crise econômica mundial iniciada 2007/2008, observa-se que a precarização do trabalho continua em alta como estratégia do capital em busca de sua recomposição ou expansão. No Brasil, onde a crise foi mais intensamente sentida a partir de 2014, destaca-se a esse respeito a sanção pelo presidente Michel Temer, em julho de 2017, da Lei de Reforma Trabalhista no País (BRASIL, 2017), sob o argumento de modernizar a legislação trabalhista para com ela viabilizar a criação de novos postos de trabalho e reverter o desemprego crescente no País a partir daquele ano (TEMER, 2019).

Com ela altera-se a regulação das relações de trabalho em vigência no País desde 1943 de modo a flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração, viabilizar formas de trabalho intermitente, alterar mecanismos de rescisão contratual de trabalho e de representação dos trabalhadores na empresa, além de descentralizar as negociações firmadas entre empregados e empregadores e torna-las prevalentes sobre a legislação (PINHEIRO; CARVALHO, 2018).

Com a bandeira da flexibilização, tem-se possibilitado às empresas manejar a força de trabalho conforme o ritmo da produção, sem terem que se responsabilizar o quanto deveriam pelas consequências disso para o trabalhador. E assim, empregam-se ou desempregam-se trabalhadores/as, reduzem-se ou aumentam-se horas de trabalho, salários, jornada laboral, características do trabalho, entre outras formas de precarização (ANTUNES, 2009).

A flexibilização social do trabalho que tem sido exigida pelo capital transnacional nos diversos países significa a ampliação das formas de precarização e desconstrução dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES; DRUCK, 2015).

Segundo Antunes (2009), uma das tendências que caracterizam o que ele define com sendo uma nova morfologia do trabalho que passa a se constituir com a reestruturação produtiva é uma crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho, tornando-os suscetíveis aos trabalhos precários ante a necessidade de não ficarem desempregados.

3.2.3 As repercussões políticas da Globalização

As transformações sociais contemporâneas que caracterizam o que Zigmunt Bauman denominou como Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001), constituída na passagem do século XX para o XXI, abalaram os modos de organização do Estado, de Coletivos e da Democracia, pilares importantes da organização política das sociedades na história recente, com duas repercussões importantes: a fragilização do trabalho na sua relação conflitiva com o capital e a redução dos direitos trabalhistas.

O poder político materializado nos Estados passou a enfrentar crescentes limites em tomar as decisões que impactam a vida nas nações em face do crescimento do poder econômico resultante de sua mobilidade global. Os mercados, agora leves, fluidos e extraterritoriais, demostram força de negociação, talvez até mesmo de imposição, diante dos Estados-Nação que permaneceram presos à suas localidades. Ou seja, a política (local) tornou-se limitada para controlar a sociedade (global) de consumo e, desse modo, já não tem poder suficiente para cumprir as promessas feitas à sociedade civil há algumas décadas em termos de bem-estar social e sustentabilidade econômica e ambiental.

As implicações disso para a população jovem não são difíceis de pensar, se considerarmos que sua inclusão e vivência no mercado de trabalho é influenciada por políticas sociais que o Estado poderia empreender a fim de regular o acesso e as relações entre o capital e o trabalho. Se considerarmos também que a tentativa dos mercados em ampliar-se e reproduzir-se em campos sociais como os da saúde e da educação, e a consequente configuração dos mesmos em mercados de consumo, aquelas implicações incidem nessa população através de vários campos de sua vida social.

Os coletivos (Nações, Comunidades, Partidos Políticos, Movimentos Sociais) já não são mais instâncias de construção de identidades e projetos de vida como o foram durante o século XX, pois os projetos de vida no século XXI são configurados em perspectiva fortemente individualista. E, importante dizer, é preciso rapidez em construí-los, pois quem não assim o fizer poderá ser ultrapassado por seus concorrentes. Isso porque a comunidade global está marcada pela competitividade crescente entre os indivíduos, revelando um aprofundamento da individualidade e da competitividade.

A democracia, segundo Massimimo (2017), assenta-se em três pilares principais: a representatividade política, o respeito pelos direitos fundamentais e a cidadania. Os três chegam ao final da segunda década do Século XXI sob forte questionamento de sua efetividade e legitimidade. Obtêm êxito e chegam ao poder em países periféricos e centrais do mundo durante a segunda década do século candidaturas presidenciáveis dos assim chamados (às vezes por autodenominação) “outsiders”, numa clara sinalização da perda de legitimidade social da esfera política diante da sociedade civil. Candidatos identificados pela

opinião pública, ou que se autodeclararam, como não-políticos obtiveram a preferência eleitoral nos EUA em 2017 e no Brasil em 2018.

A agenda política em torno da qual se aglutinam esses novos representantes políticos está erguida em contraposição aos chamados direitos sociais. No caso do Brasil, a plataforma de governo eleita para a gestão 2019-2023 sinaliza para a redução de direitos, sendo esta até mesmo publicamente declarada pelo Presidente eleito no campo do Trabalho e do Emprego. Em suas palavras “a população vai ter que decidir: menos direitos e emprego ou mais direitos e desemprego” (NUNES, 2018).

A noção de cidadania, dependente das noções de direitos e deveres e também da composição de sujeitos e interesses coletivos, está fragilizada nesse momento histórico em razão dos argumentos acima explicitados. Contribui com esse cenário, no Brasil, a perda de confiança nas instituições democráticas, tal como foi atestado pela Fundação Getúlio Vargas em 2015 através do “Índice de Percepção de Cumprimento das Leis (IPCL)”, que consultou os brasileiros sobre confiança que depositam no governo federal (poder executivo), no Congresso Nacional (poder legislativo) e nos partidos políticos do País.

Constatamos, em síntese, que na modernidade líquida o Estado perde poder sobre as políticas públicas, à medida que o capital se reconfigura e acumula poder global. Os coletivos perdem força com o aprofundamento da individualidade que direciona o tempo e os esforços dos sujeitos para a construção de seus projetos individuais. A cidadania e a representatividade política, pilares da democracia, sofrem abalos: a primeira em razão da crise dos espaços públicos, devido à sua colonização por questões privadas, e

também pela menor participação dos sujeitos na vida pública; e a segunda porque a classe e as instituições políticas estão em descrédito pela percepção popular de que eles têm dificuldades em proteger os interesses coletivos.

3.2.4 As repercussões sociais da Globalização

3.2.4.1 O problema da ampliação da desigualdade social

Há evidências de que a desigualdade social no mundo vem aumentando no decorrer das primeiras duas décadas do século XXI. O Brasil, que chega ao final da década de 2010 imerso em uma das maiores crises políticas e econômicas de sua história, expõe números elevados de desigualdade, conforme pode ser constatado nos dados do Relatório de Riqueza Global de 2017, publicado pelo banco Credit Suisse (CREDIT SUISSE, 2019).

Segundo o Relatório, o 1% da população mais rica do País acumula a mesma riqueza, compreendida como renda e patrimônio, dos 44% mais pobres. Ou seja, possuem o mesmo que quase metade da população brasileira que hoje conta com aproximadamente 207 milhões de pessoas (IBGE, 2017). A situação concreta dos que vivem na base dessa hierarquia econômica pode ser visualizada com mais precisão por meio dos dados do Relatório da ONU, intitulado “The State of Food Security and Nutrition in the World 2017”, onde se vê que a fome mundial voltou a crescer, após uma década em queda (FAO, 2017). Movimento similar ocorreu no Brasil que, nesse mesmo ano, voltou ao que a ONU denomina de mapa mundial da fome, de onde havia saído no ano de 2014.

A produção polarizada e simultânea de riqueza e pobreza, entre uma pequena minoria e uma grande maioria da população, vêm, segundo Bauman (1999) sendo impulsionada pela Globalização. A mobilidade que caracteriza a Globalização, sobretudo a movimentação de capitais em ambientes virtuais, criou grandes oportunidades de negócios para os donos de capitais, dada a possibilidade de movimentar e multiplicar grandes volumes de recursos, de forma rápida, no mercado financeiro.

O capital encontrou, no mundo globalizado, as seguintes possibilidades de reconfiguração, que lhe garantiu um novo patamar de expansão e concentração: reduziu sua dependência da força de trabalho, através da flexibilização das relações trabalhistas; reduziu sua dependência dos espaços físicos, pois tornou-se extraterritorial, podendo mover-se com rapidez para onde encontrar melhores condições de expansão; ampliou seu poder de negociação e de imposição de seus interesses frente aos Estados nacionais; encontrou nas cibertecnologias novas formas de exploração da força de trabalho; e encontrou, em sua forma financeirizada em substituição à forma produtiva, uma nova plataforma de reprodução, mais rápida e menos onerosa (BAUMAN, 1999; 2000; 2001).

Todas essas possibilidades se inscrevem por caminhos abertos com o fenômeno da mobilidade. E, não é difícil perceber que essas possibilidades podem ser aproveitadas por quem detém o capital econômico para fazê-lo multiplicar, movendo-o pelo mundo globalizado, e movendo-se com ele quando preciso. Possibilidades, porém, como se sabe, podem ou não se realizar, e as realiza quem pode, e o poder na realidade moderna e contemporânea, passou progressivamente a equivaler a poder de compra.

Há quem argumente que o capitalismo vem diminuindo a pobreza, se analisado de ponto de vista histórico, considerando que as populações do século XXI possuiriam mais alimentos, mais acesso a serviços, inclusive a serviços de saúde do que seus antecessores, o que decorreria do desenvolvimento do capitalismo (RALLO, 2017). O que esse argumento não parece, em geral, levar em conta é que, em primeiro lugar, essas conquistas têm sido produzidas, grosso modo, sob impulsos de movimentos que têm buscado “frear” ou “compensar” as estratégias sempre renovadas do capital de encontrar novas fontes de expansão e de intensificar a produtividade daquelas já existentes, as quais, via de regra, têm significado renovadas maneiras de exploração humana. Assim, as conquistas sociais observadas no decorrer da história das sociedades modernas/capitalistas seriam, então, resultantes não dos impulsos propriamente capitalistas, ou seja, de suas estratégias de expansão e reprodução do capital, mas dos embates e contradições gerados a partir dessas estratégias (MONTANO, 2012).

Segundo Scheeffer (2013), a despeito da concepção liberal de pobreza, onde se inscreve o primeiro entendimento, as concepções de tradição marxista e de cunho social-democrata a compreendem como resultado do próprio capitalismo, em razão, respectivamente, de sua própria configuração estrutural e de certos arranjos conjunturais que se tornam dominantes.

Em segundo lugar, e mais importante acerca desse quadro argumentativo, é apontar que, mais importante do que os graus absolutos de riqueza ou pobreza historicamente acumulados pelos diversos grupos sociais, é o grau de desigualdade que se coloca entre eles, sobretudo entre os mais ricos e os mais pobres. Mais importante porque o que produz sofrimento e

exclusão social não é o “grau absoluto de aquisição material” das pessoas, mas o que esse capital material significa, uma vez situado no conjunto da vida material possível de ser gozada no momento histórico em que cada um se encontra. Nessa linha de raciocínio, faz sentido o entendimento de pobreza tal como foi apreendido por Demo (1996) e citado por Scheeffer (2013, p.135): “ser pobre não é tanto ter menos (carente), mas ser menos (desigual)”. Nesta concepção, a questão central da pobreza é deslocada do quantitativo material em si que cada indivíduo possui para a esfera das desigualdades, dos significados socialmente compartilhados e suas implicações em termos de inclusão ou exclusão sociopolítica. Assim compreendida, a pobreza integra-se também à problemática das relações de reconhecimento intersubjetivo já apontada em alguns momentos e que será alvo de discussão particular no capítulo 4.

3.2.4.2 O problema da ampliação da fragmentação social

Outro aspecto importante que acompanha a comunidade global no século XXI são as mudanças nos modos de interação social impulsionados pelas tecnologias da informação e comunicação que têm se expressado, entre outras formas, pela intensificação do individualismo e pela consequente redução da coesão social.

Os laços humanos mostram-se fragilizados diante da facilidade de se fazerem e desfazerem nos ambientes virtuais, criando interações que permitem as pessoas livrarem-se do “ônus” que acompanha o desenrolar das relações interpessoais, até então dependentes da presença física. Ao mesmo tempo, a facilidade com que se pode desfazer do outro permite ao sujeito estar sempre

disponível para aproveitar as experiências e oportunidades vindouras (BAUMAN, 2011).

O medo do “outro” e a necessidade de resguardar a segurança cria o impulso do evitamento e afastamento, isolando o indivíduo no meio social.

3.2.4.3 O problema da homogeneização dos projetos de vida

Em possível contradição com o fenômeno do aprofundamento da individualidade, a partir da qual se poderia imaginar o surgimento de singularidades as mais diversas, observa-se uma despersonalização resultante da busca dos indivíduos para alcançar padrões sociais que reduzem diferenças pessoais produtoras de singularidades.

A homogeneização dos projetos de vida que toma corpo nesse processo não deve ser entendida como uma homogeneização total, aniquiladora de todas as especificidades individuais. Ela significa apenas que as pessoas estão, numa escala planetária não alcançada anteriormente na história, compartilhando ideias cada vez mais homogêneas do que significa construir a vida e sobre como fazê-lo, e que essas ideias confluem para a prática do consumo como estruturadora da vida social.

A sedimentação da ideia de que a felicidade está no consumo de bens e serviços que estão à venda de quem possa pagar, transforma todos em consumidores reais ou potenciais e encaminha-os para dedicarem sua vida à conquista de um bom lugar no mundo do consumo.

A prática do consumo da forma como se constitui nesse momento da história se conforma como algo de curto prazo, que deve acontecer para suprir

uma necessidade imediata que logo em seguida se dissipará, sendo substituída por novas necessidades, as quais demandarão novos consumos, conformando um dos aspectos do que se denomina de cultura do descartável (CARVALHO, 2014).

O estímulo a uma sucessão infinita de consumo por toda a vida encontra retaguarda na sensação de incerteza acerca do futuro, a qual mina parte importante da possibilidade de planejar e dedicar-se à construção de projetos para toda a vida. Já não é mais possível olhar tão à frente, pois o mundo está em constante mudança e não se pode saber o que se poderá ser ou fazer amanhã. A vida deve ser vivida agora e é preciso estar preparado para aproveitar as oportunidades surgidas em cada momento.

Essa dinâmica curta e sucessiva do consumo que rapidamente transcorre no intervalo entre a necessidade e a sua satisfação é consubstancial à dinâmica que vai conformando a própria vida social, que vai se tornando uma sucessão de episódios.

A vida, nesse contexto, tornou-se episódica e isso desestimula as pessoas a fazerem planos de médio e longo prazos, pois o sentido de apostar ou programar coisas que se deseja depende de condições e contextos da vida social que não podem mais ser antevistos no cenário de mudanças aceleradas.

A captura dos projetos de vida pela noção de consumo em escala planetária vai deslegitimando as possibilidades de projetos de vida que não estariam centralmente atravessados por essa noção, resultando num processo de homogeneização das percepções e esforços sobre como e em que direção organizar a vida futura. A globalização dos valores sob a dominância de um

valor, o valor do consumo, enfraquece o sentido e o estímulo a constituição de outras formas de vida.

Da maneira como foram caracterizadas até aqui, as repercussões da sociabilidade contemporânea que se tecem nessa sociedade de consumidores, flexível, global e desigual remetem – ao referir-se a relações desiguais, fragmentadas e que desestimulam à diversidade - ao plano das interações intersubjetivas a partir das quais se conforma a vida social. Como se apontou em alguns momentos, a compreensão dessas interações pode se dar pela imersão nos processos de reconhecimento que lhes atravessam. Por isso, o capítulo que se segue dedica-se a apresentar as linhas gerais da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003), buscando extrair dela algumas possibilidades interpretativas que se somarão ao esforço compreensivo das sociabilidades e necessidades juvenis que compõem a segunda parte desse trabalho.

Por fim, vale mencionar, ainda que não seja possível discutir a questão aqui nesse momento, que muitas das repercussões acima apontadas encontram sua culminância, a partir dos cenários de exclusão e vulnerabilidade social que delas resultam, não somente na maior ou menor possibilidade de exercício da cidadania por indivíduos e coletivos, como se imagina que tenha ficado claro até aqui; mas naquilo que certamente é a sua mais nefasta expressão, aquela que resulta na morte dos sujeitos.

Ainda que a Política tenha perdido parte de seu poder em face das reconfigurações contemporâneas do Mercado, como já mostrado, a atuação estatal e a qualidade das políticas públicas continuam sendo decisivas não somente para a qualidade da vida individual e coletiva, mas porque acabam por

definir, a partir dos modos como se configuram, aqueles que irão viver e os irão morrer, seja por meio da violência física, imputada pelo próprio Estado ou por organizações criminosas, seja pela ampliação daquela vulnerabilidade social em decorrência das escolhas sobre quais políticas econômicas, sociais e ambientais são adotadas. A necropolítica (MBEMBE, 2018), nesse sentido, é um aspecto importante para pensar a gravidade das repercussões que a sociedade contemporânea, assim caracterizada, pode produzir.

PARTE I – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 4

4 A TEORIA DA LUTA POR RECONHECIMENTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES POTENCIAIS PARA O PENSAR/PESQUISAR EM SAÚDE

Os resultados alcançados pelas práticas de saúde contemporâneas, em termos de resolução de problemas de saúde e de satisfação das pessoas com os cuidados recebidos, têm sido menores do que as expectativas que lhes acompanharam de forma crescente durante o século XX, à medida que as mesmas incorporavam tecnologias diagnósticas e terapêuticas que ampliavam o potencial técnico de suas intervenções.

Nesse cenário, as evidentes potencialidades de “êxito técnico” das intervenções em saúde, isto é, seu poder instrumental não lograram alcançar um correspondente e esperado “sucesso prático”, ou seja, capacidade de resposta às necessidades sentidas pelas pessoas e em consonância com seus valores e interesses (AYRES, 2001). Em pleno século XXI, ainda é um desafio às ciências e às práticas do campo da saúde, identificar e compreender os obstáculos que têm se interposto em seu caminho. Ainda estão por ser compreendidos os mecanismos através dos quais as potencialidades inscritas nas tecnologias podem alcançar respostas efetivas às necessidades de saúde de indivíduos e coletividades.

Sabe-se que a elevação do poder de diagnose e a maior precocidade e precisão das intervenções terapêuticas, expressão do êxito técnico dessas práticas, conduzem a prognósticos melhores, à redução do sofrimento físico durante o curso de processos patológicos e à melhoria da qualidade de vida. Tais conquistas, contudo, são simultaneamente acompanhadas por uma visão redutora e fragmentadora dos corpos e dos processos de adoecimento e por

um intervencionismo exagerado e de alto custo, os quais têm minorado o sucesso dessas intervenções e a melhoria de indicadores de saúde (AYRES, 2004).

Os empreendimentos teóricos que tomam as práticas de saúde como objeto de reflexão desempenham papel fundamental no enfrentamento dos desafios acima apontados. Lançam luz sobre as práticas de saúde e suas transformações, permitindo compreender seus aspectos constitutivos e contextuais, abrindo caminhos heurísticos que ajudam a manejar os elementos que freiam ou mesmo impedem a plena realização de seus objetivos.

É nesse sentido que a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth (2003), pode contribuir para o desenvolvimento de reflexões críticas e pesquisas empíricas sobre as práticas de saúde. Embora Honneth tenha desenvolvido esse quadro teórico na perspectiva da filosofia política, no âmbito das teorias da ação social de matiz frankfurtiano, vemos nela, como uma qualidade que nos despertou especial interesse, uma expressiva abertura para transitar entre aspectos estruturais das relações sociais e aspectos “microsociais” das interações interpessoais. Tal característica a torna bastante fecunda para o estudo das práticas de saúde, nas quais compromissos político-institucionais são estreitamente relacionados à intersubjetividade produzida nos processos de trabalho concretamente operados.

A ideia central que ancora o presente capítulo é de que o sucesso prático das intervenções em saúde é dependente da qualidade das trocas intersubjetivas que lhes são inerentes. Tal qualidade pode ser dimensionada em termos de respostas às expectativas de reconhecimento inscritas nessas trocas pelos sujeitos que produzem, ofertam e pleiteiam as práticas de saúde.

A frustração dessas expectativas pode culminar em experiências de desrespeito, em conflitos e em processos de reificação, os quais podem ser identificados e mapeados com auxílio da Teoria do Reconhecimento.

As vias de interpretação abertas pela Teoria do Reconhecimento sobre as práticas de saúde não se restringem àquelas desenvolvidas no âmbito institucional do que se denomina de setor saúde. Aplicam-se, antes, às práticas erigidas pelos sujeitos sociais no percurso que realizam entre o momento em que percebem e configuram suas necessidades e o instante em que produzem ou buscam respostas para elas e que não necessariamente localizam-se nos limites daquele setor.

Antes mesmo disso, essas vias interpretativas parecem bastante fecundas ao esforço compreensivo das relações sociais de um modo geral, a partir das quais os sujeitos vão tecendo formas particulares de ser e de estar no mundo, fundamentais para a compreensão das necessidades de saúde.

Desse modo, este capítulo apresenta as linhas gerais da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003) de maneira a retomar e ampliar uma primeira caracterização já feita no Capítulo 2 – feita precocemente naquele momento como suporte para tratar das necessidades de saúde intersubjetivas – e apontar algumas possibilidades interpretativas da Teoria que serão fundamentais para a exposição feita a partir do capítulo 5 sobre as sociabilidades e necessidades de adolescentes e jovens.

4.1 LINHAS GERAIS DA TEORIA DO RECONHECIMENTO

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) apresenta a ideia de que há, na base dos acontecimentos sociais, uma luta dos sujeitos sociais por reconhecimento. Segundo essa teoria, no seu processo de individualização/socialização, as pessoas estão, na cotidianidade de suas experiências vivenciais, em permanente expectativa ou busca de reconhecimento intersubjetivo, que vem a concretizar-se quando elas se sentem amadas, percebidas como sujeitos de direitos e valorizadas em sua singularidade.

O reconhecimento é um processo recíproco em que o sujeito reconhece no outro, e a partir daí em si mesmo, três dimensões da personalidade humana: a natureza carencial e afetiva, a imputabilidade moral e as capacidades particulares. E estabelece, atrelado a elas, relações intersubjetivas de dedicação emotiva, sob a forma de amor; de respeito como cidadão, expresso em relações jurídicas de direito; e de estima social, na forma de solidariedade. Tais esferas de reconhecimento permitem, além do respeito ao outro, uma autorrelação prática favorável à constituição da identidade de si mesmo (HONNETH, 2003).

As relações amorosas são de forte ligação emotiva, englobam desde as primordiais relações mãe/pai-filho(a) até relações eróticas entre dois parceiros, passando por relações de amizades e outras trocas afetivas como, por exemplo, relações profissionais, prestadores de serviço, etc. Nesse sentido, é a primeira etapa do reconhecimento recíproco de um sujeito, pois é a que se desenvolve já na primeira infância quando se estabelece com a mãe uma

relação de fusão que se desdobrará, ao longo da vida, no desejo de estar ligado a outras pessoas, sendo a base das amizades, parcerias afetivo-sexuais e demais relacionamentos.

A esfera das relações jurídicas é aquela em que os sujeitos se reconhecem como portadores de direitos e compartilham a vida na esfera pública. No reconhecimento recíproco que nela se realiza, só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro (HONNETH, 2003).

A estima social que os indivíduos dirigem uns aos outros realiza-se, nas sociedades modernas, quando os indivíduos desenvolvem e aceitam as singularidades de sua existência em virtude de suas propriedades e características particulares mais próprias. Na medida em que tais particularidades são vistas e valorizadas pelo conjunto dos seus pares os indivíduos passam também a estimar a si próprios e enriquecer a pluralidade das expressões do humano na vida em sociedade (HONNETH, 2003).

As formas de reconhecimento por direitos e por estima social expõem necessidades morais e de individualização que permitem às pessoas afirmarem-se como sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, se colocarem diante do outro de maneira a viabilizar, com base no respeito, o estabelecimento de relações sociais menos conflitivas. Elas são particularmente importantes para o desenvolvimento da presente investigação, estando sua estrutura apresentada, em síntese, no Quadro 2.

Quadro 2* - Síntese da Estrutura das Relações de Reconhecimento

Formas de reconhecimento		Autorrelação prática		Formas de desrespeito		Componentes ameaçados da personalidade
Relações primárias (amor, amizade)	→	Autoconfiança	→	Maus tratos, violência	→	Integridade corporal e psíquica
Relacionamentos jurídicos (direitos)	→	Autorrespeito	→	Privação de direitos e Exclusão	→	Integridade social
Comunidade de valores (solidariedade)	→	Autoestima	→	Degradação e ofensa	→	“Honra” e dignidade

*Adaptado.

FONTE: HONNETH, 2003.

As pretensões de reconhecimento permanentemente colocadas em face do outro, quando não correspondidas, originam, segundo Honneth (2003), experiências de desrespeito. Estas são vividas como privação de direitos pelo não reconhecimento na esfera jurídica e/ou como sentimento de degradação e ofensa, experimentado quando dado traço identitário ou modo de agir particular é desvalorizado ou rechaçado no âmbito da comunidade de valores com que o indivíduo se relaciona.

O desrespeito é, portanto, a experiência vivida pelos sujeitos quando veem frustradas as pretensões de reconhecimento que os colocam em relação com o outro, nas mais variadas interações sociais. O reconhecimento do outro se apresenta para os sujeitos como algo fundamental pelo fato de estar intrinsecamente relacionado ao processo de constituição da identidade de si mesmo. Isso ocorre porque a afirmação de si mesmo enquanto sujeito

autônomo e de valor, só pode ocorrer quando isso é reiterado nas relações intersubjetivas, sendo assim crucial para que as pessoas possam sedimentar a própria integridade subjetiva.

Assim, é interessante perceber, pela ótica do reconhecimento, que a integridade do ser humano deve-se, de forma subterrânea, a padrões de assentimento e reconhecimento. Portanto, os fenômenos de natureza intersubjetiva que acompanham as práticas sociais não podem ser desprezados, pois os mesmos são necessários para que os sujeitos constituam uma autorrelação prática favorável à sua construção identitária, além de apoiá-los em ações que resguardem a premissa de respeito ao outro.

As vivências que privam o sujeito de gozar seus direitos e que, por isso, atentam simultaneamente contra o respeito que cada um dirige a si próprio, ameaçam a coesão social e integridade da personalidade. O mesmo acontece com o sujeito que se vê em situações degradantes, quando se percebe como alvo de ofensas à sua dignidade, comprometendo sua autoestima.

Segundo Honneth, as experiências de desrespeito variam conforme as negativas de reconhecimento infringidas pelo outro e do alcance da frustração que é internalizada pelo sujeito que a vive. O sentimento de injustiça, que habitualmente acompanha essa frustração, não ocorre somente em razão de eventuais danos físicos ou morais ou privações objetivas no cotidiano dos sujeitos. Ele ocorre especialmente porque fere a compreensão positiva, adquirida intersubjetivamente, que as pessoas possuem de si mesmas.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO RECONHECIMENTO PARA A PESQUISA EM SAÚDE

4.2.1 Identificação de demandas de reconhecimento intersubjetivo: demandantes de cuidados como sujeitos de direitos e sujeitos singulares.

A percepção acerca da existência de reivindicações de reconhecimento intersubjetivo, que acompanham de maneira permanente as práticas de saúde nos diversos cenários onde elas se desenvolvem, apresenta-se como uma primeira contribuição potencial da Teoria do Reconhecimento para o campo das pesquisas em saúde.

Reflexões em curso dos autores (VALE-E-SILVA; AYRES, 2019) acerca das necessidades de saúde e seus aspectos intersubjetivos apontam que expectativas por reconhecimento jurídico e da singularidade são particularmente importantes para pensar as práticas de saúde.

O cotidiano dessas práticas é atravessado por expectativas de reconhecimento de direitos e da singularidade por parte dos sujeitos que as demandam. Assim, o que à primeira vista pode parecer apenas uma questão técnica (a insuficiência ou a inadequação das ações de saúde) remete a uma delicada e relevante gramática moral e social.

As expectativas de direito entre os demandantes de cuidados encontram amparo, no Brasil, na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5 o qual estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1998, p.2), incluindo-se aí os estrangeiros residentes no País; e no artigo 196 o qual dispõe que “a saúde

é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1998, p.102).

Dessa maneira, na esfera da vida pública, os brasileiros são colocados, na letra da lei, em pé de igualdade a partir de um referencial normativo que orienta as relações sociais. Ancoram-se aí expectativas de todos e cada um de serem tratados de maneira igualitária, e de receber, por exemplo, o pleno acesso aos cuidados de saúde de que necessitam.

As reivindicações desses sujeitos por reconhecimento como sujeitos singulares operam por caminhos opostos, na medida em que aquelas pessoas que pleiteiam cuidados esperam que as instituições e sujeitos que as compõem, nos estabelecimentos públicos ou privados, sejam capazes de diferenciá-las dos demais, reconhecendo sua singularidade.

Chega-se, portanto, embora por outras vias, à potente formulação de Boaventura de Souza Santos: “temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 1999, p. 44).

4.2.2 Mapeamento de Experiências de desrespeito e de conflitos

O mapeamento de experiências de desrespeito que minam o sucesso prático das intervenções no campo da saúde é mais uma possibilidade aberta pela Teoria do Reconhecimento. É possível identificar na literatura, reflexões críticas (MIRANDA et al., 2012; WERNET et al., 2017) e pesquisas empíricas

(NASCIMENTO, 2010; CARVALHO et al., 2014) que apontam para relevância da categoria do desrespeito para pensar situações que atravessam o cotidiano da saúde, especialmente aquelas situações relacionadas a conflitos entre profissionais e destes com usuários.

A coparticipação dos demandantes de cuidados em suas propostas terapêuticas e o estabelecimento de vínculos com os profissionais de saúde são exemplos de aspectos caros à produção exitosa de cuidados em saúde, com vastas evidências na literatura especializada e que podem ser minadas por experiências de desrespeito.

A experiência de desrespeito ao direito à saúde tem impulsionado no Brasil insatisfações com os serviços de saúde e ações judiciais contra o Estado, relacionadas principalmente, na esfera do sistema público, ao acesso a serviços, tratamentos e medicamentos (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019). Outras potenciais experiências de desrespeito podem seguir outros caminhos, uma vez que o conceito de saúde legalmente instituído no País (Lei 8.080 de 1990; Lei nº 12.864 de 2013) reconhece a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais como sendo os seus determinantes e condicionantes.

Já a busca por estima social no reconhecimento solidário de singularidades pode ser identificada na literatura que versa sobre o modo como os usuários do sistema de saúde avaliam o cuidado que recebem individualmente (MOIMAZ et al., 2010; SILVA et al., 2016), assim como, em sentido mais amplo, determinados grupos identitários – negros, população LGBT+, etc. - se sentem ou não contemplados em suas necessidades pelas

políticas e ações de saúde (SIQUEIRA et al., 2017; CAMPOS, 2006). Ali, de maneira mais ou menos explícita, o reconhecimento é avaliado pelo valor que é dado pelas pessoas que recebem cuidados à atenção e interesse que os profissionais de saúde lhes dedicam enquanto casos particulares, expressos em modos e tempos de fala, olhar e escuta, durante o encontro interpessoal, ou na efetividade das respostas oferecidas às necessidades de saúde decorrentes de suas identidades socioculturais.

O impacto dessas experiências de desrespeito sobre o sucesso ou fracasso das intervenções técnicas propostas decorre do alcance da frustração das pretensões de reconhecimento aí produzidas, do grau de obstaculização da experiência de pertencimento e da assunção de atitudes de corresponsabilidades necessárias para uma efetiva produção de cuidado (AYRES, 2004).

4.2.3 Mapeamento de Experiências de Reificação

Outra possibilidade aberta pela Teoria do Reconhecimento é o mapeamento de experiências de reificação presentes no cotidiano das práticas de saúde e em outros âmbitos da vida social, onde se elas podem concretizar-se com repercussões importantes para os processos de saúde e doença, e que não estejam necessariamente mediadas pela esfera do trabalho.

Originalmente desenvolvido por Marx no século XIX, ampliado por Georg Lukács em 1922, com o trabalho “História e Consciência de Classe”, e continuamente recuperado no esteio da Teoria Crítica durante o século XX, o conceito da reificação iluminou, no decorrer desse período, formas variadas de

dominação e coerção social decorrentes da Revolução Industrial, das crises econômicas, de processos mercantis e de processos de racionalização instrumental. Tais processos conduziram os sujeitos a estabelecerem relações (com os objetos, pessoas e consigo mesmo) guiadas por um cálculo econômico e/ou racional/instrumental, o que reduz os objetos e sujeitos de sua interação a “coisas” manipuláveis para fins egoístas (HONNETH, 2018).

Honneth (2018) revitaliza esse conceito ao reconstruir a ideia de reificação como um fenômeno que pode ser pensado a partir da dinâmica que é própria das interações intersubjetivas, portanto não limitada à esfera econômica, permitindo assim aplicá-lo a situações cotidianas variadas, o que abre também novas possibilidades interpretativas para o campo das pesquisas na área da saúde.

A reificação é, na reconceitualização Honnethiana, um “esquecimento do reconhecimento” primário que todos nós, na condição de humanos, desenvolvemos em relação ao mundo prático que nos rodeia, estabelecendo uma espécie de engajamento afetivo que antecede o conhecimento que elaboramos sobre ele (HONNETH, 2018).

Em que medida comportamentos reificados continuam presentes no cotidiano das práticas de saúde? Tem havido, nelas, espaço para que as identidades, modos de vida, interesses e opiniões daqueles que buscam atenção à saúde sejam expressos e participem da elaboração ou conformação dos cuidados pleiteados? Em outras palavras, há espaço nessas práticas para processos de subjetivação que permitam as pessoas afirmarem-se como sujeitos de seu processo saúde-doença, ou em seu lugar, instauram-se

processos de objetificação que minam o interesse e a participação desses sujeitos?

E aquelas práticas de saúde que acontecem fora dos espaços institucionalizados dos serviços de saúde – referimo-nos aqui a práticas de saúde em uma acepção mais ampliada que abarca todas as práticas individuais e sociais dos indivíduos em seus diversos espaços de socialização – de que maneira elas têm reproduzido a reificação desses sujeitos diante dos outros, de si mesmos e do mundo circundante?

As recentes transformações nas interações sociais na direção do virtual (LEVY, 2011) que atingem as mais variadas esferas de socialização, incluindo-se aí aquelas em que se tecem as práticas de saúde, teriam instaurado ou renovado os impulsos de reificação entre os sujeitos (Ayres, 2015) ou mesmo potencializado os mecanismos de exploração já reproduzidos nas interações físicas (BREILH, 2015)? Ou, ainda, tê-los-iam reduzido?

Tais questões revestem-se de relevância no cenário em que a sociedade aspira, de maneira permanente, melhorias nos cuidados em saúde. Tais melhorias exigem a presença dos sujeitos, não em um sentido trivial, mas na acepção forte de que esta presença seja, reafirmada pela participação compartilhada, pela escuta, pela presença do outro no processo do cuidado, (AYRES, 2004). Esse é um espaço fundamental para que os sujeitos busquem reconhecer e reconhecer-se, no sentido dado pela obra Honnethiana.

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 5

5 JOVENS BRASILEIROS DOS ANOS 2000 E A FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS POR DIREITOS

5.1 EMERGÊNCIA E DELINEAMENTO DA FRUSTRAÇÃO POR DIREITOS NOS ANOS 2000

Os jovens brasileiros das duas primeiras décadas dos anos 2000 vivem uma frustração de expectativas por reconhecimento jurídico que resulta da distância entre suas elevadas aspirações por atendimento de direitos e um cotidiano fortemente marcado por obstáculos para sua concretização.

Há um conjunto de elementos que permite enxergar esse quadro de frustração de expectativas por direitos da juventude brasileira e compreender como o mesmo delineou-se nesse período. Buscar-se-á apresentar esses elementos no decorrer desse capítulo, iniciando pelas das aspirações por direitos, o que parece ser o aspecto fundamental para a configuração desse quadro, pois é a partir dele que aqueles obstáculos adquirem significado enquanto tais.

Os pais da atual geração de jovens viveram, no intervalo entre as décadas de 1970 e 1990, um período de busca de direitos, os quais, à época, se apresentavam como algo a ser perseguido e conquistado diante de um cenário de restrições de liberdades democráticas e de problemas socioeconômicos. Mesmo quando já legalmente conquistados, não geravam expectativas tão fortes acerca de sua concretização no grande público, ao menos nos patamares dos anos 2000. Os jovens do século XXI “olharam” o mundo desde cedo sob o manto de direitos civis, políticos e sociais amplos,

consagrados na Constituição Federal do Brasil de 1988, de maneira que esses direitos figuraram para eles/elas como um acontecimento instituído, ensejando neles/nelas o sentimento de algo a ser recebido do Estado, podendo aspirar ao gozo dos benefícios implicados nessas conquistas.

As elevadas expectativas de concretização de direitos que, nesse cenário, lhes acompanharam desde a adolescência e juventude e a interposição, no cotidiano vivido, de obstáculos para sua efetiva concretização – a qual exigiria, no caso do Brasil, uma ampla transformação social – são, portanto, na argumentação aqui desenvolvida, pré-condições a partir das quais uma frustração histórica lhes acomete, enquanto sujeitos de direitos, estabelecendo-se no seio da vida juvenil brasileira e colocando-se, por vezes, à mostra nas falas desses sujeitos.

Tais expectativas parecem ter sido gestadas pela confluência de, ao menos, três elementos presentes nesse período histórico dos anos 2000 no Brasil: 1) cresceram sob o manto de uma Constituição Federal garantidora de direitos civis, políticos e sociais universais, a Constituição Federal de 1988; 2) viram a ampliação e diversificação de canais de participação política, tais como Conselhos e Fóruns em âmbito nacional e regional; 3) foram beneficiários de políticas sociais que, ao ampliarem o acesso à educação e ao trabalho para os mesmos, num cenário de crescimento econômico, lhes forneceram elementos para sedimentar boas expectativas em relação ao futuro.

Essas aspirações vieram à tona, no contexto da investigação, ancorando as narrativas de adolescentes e jovens da cidade de Mossoró, no Nordeste do Brasil, acerca da vida social e de suas necessidades de saúde. Mas, também, puderam ser capturadas em pesquisas representativas da população jovem

brasileira (PARTICIPATÓRIO, 2013; NOVAES et al., 2016), e em manifestações públicas protagonizadas pelos jovens brasileiros no decorrer dos anos 2000. Por todas essas vias de compreensão da realidade, os obstáculos também se colocam à vista, atravessando, com intensidades variadas, a vida dos jovens brasileiros.

Aspirações por direitos podem revelar-se de maneira mais ou menos aparente. Ora como pautas de reivindicações de movimentos jovens organizados, ora tornando possíveis reclamações e insatisfação individuais pelo não atendimento de necessidades sociais tais como saúde, educação, segurança e trabalho ou por quaisquer situações que desrespeitem a igualdade ou liberdade que cada um julga gozar no seio da comunidade que integra enquanto um sujeito social que dela participa.

Observe-se que em todos os casos, tais aspirações só podem erigir-se sobre pilares jurídicos, ou seja, só podem ser manifestadas por sujeitos de direitos, mesmo quando a autopercepção que indivíduos e coletivos possuem de si mesmo enquanto tal não está claramente formulada ou sequer está formulada. Não se trata de imaginar que o sujeito de direitos precise de antemão existir, seja por possuir determinadas práticas ou por autorreconhecimento, para poder manifestar-se dessa maneira. O que acontece é que ele/ela se faz sujeito de direitos no instante que manifesta suas necessidades, o que por sua vez só é possível porque encontra, no instante em que o faz, retaguarda em normas ou valores intersubjetivamente partilhados em seu meio social. Só sujeitos de direitos podem reclamar necessidades sociais a serem usufruídas pela coletividade.

Foi majoritariamente dessa perspectiva, sem manifestarem de maneira explícita autorreconhecimento de sua condição jurídica, que jovens mossoroenses narraram sobre suas vidas e sua saúde. Colocaram-se, contudo, na condição de sujeitos de direitos quando expressaram a falta de condições e de oportunidades sociais que deveriam ser providas pelos governos. E, ainda, quando condenaram as situações de injustiça e desrespeito que acometem suas vidas e a sociedade em geral.

Como se viu em capítulos anteriores, a necessidade é um sentimento de que algo está em falta (HELLER, 1986) e esta só pode ser sentida enquanto tal diante de uma compreensão prévia que informe ao sujeito que esse “algo” deveria existir. Assim, necessidades sociais, a exemplo das citadas a seguir, só podem ser sentidas por sujeitos de direitos.

É bom de se viver aqui [em Mossoró], né? Só falta emprego, né, educação, saúde e segurança. [...] Falta isso em todo o Brasil, educação, segurança, emprego, muita gente desempregada. [...] Todo mundo vendo aí, roubos e roubos, desviando dinheiro da saúde, educação, esse dinheiro aí era pra estar sendo investido na sociedade, né, que nós pagamos os impostos para ser retribuídos através disso, educação, na segurança, né, no transporte e não tá sendo, tá sendo só para encher os cofres deles (Miguel, 19 anos).

Olha, o que eu vejo [que Mossoró] é uma cidade pequena ainda, mas muito perigosa. Acho que ela é muito perigosa pro tamanho que ela tem, sabe? Mas, assim, eu olhando como uma moradora o que eu vejo é que uma boa parte disso dá mais pela falta da educação. Acho que se tivesse um investimento melhor na educação, o jovem não estaria fazendo assalto, a gente não ia ver notícias de menores morrendo por troca de tiro com policiais. Por exemplo, ia ver notícia de jovens passando na Olimpíada de Matemática, por exemplo, entendeu? Eu acho que uma boa parte disso dá por uma falta de investimento na educação (Laura, 24 anos).

As expectativas por concretização de direitos que estão na base dessas narrativas não constituem um fenômeno local. As reivindicações exibidas nas vezes em que, durante esse período, os jovens apareceram na cena pública

brasileira protagonizando atos, protestos, manifestações e movimentações coletivas em geral demonstram que a pauta dos direitos é central para os movimentos jovens do País nos anos 2000 (CORROCHANO et al., 2018; GONH, 2018).

Obtiveram ressonância nacional reivindicações por transporte público em Salvador em 2003 e Florianópolis em 2004; pelo uso de praças públicas em Belo Horizonte em 2009; por transporte, ampliação dos investimentos em educação e melhor eficiência dos gastos públicos em 2013 ocorridas inicialmente em São Paulo e, depois, em várias cidades do País; e, ainda, pela qualidade da educação durante as ocupações das escolas paulistas em 2015, que também se espalharam pelos Estados de Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná, em um segundo momento (CORROCHANO et al., 2018; GONH et al., 2018).

Os protestos de 2013, intitulados “Jornadas de Junho”, destacaram-se por sua amplitude, significado social, repercussão no cenário político nacional e também pela abrangência de suas pautas (SINGER, 2013; BRINGEL, 2013), acima sintetizadas, configurando-se como sendo, até aquele momento, a maior mobilização de rua desde o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello ocorrido em 1992, envolvendo em seu auge, em um único dia, mais de 1,2 milhão de pessoas mais de 100 cidades de todos os Estados Nacionais (G1, 2013).

O repertório de direitos reclamados pelos jovens brasileiros nessas manifestações é amplo, pois às pautas sobre transporte, saúde, educação, combate a corrupção, etc., somaram-se outras, especialmente nas manifestações mais recentes e de maior expressão, ou seja, as jornadas de

junho e as ocupações escolares. Segundo Gonh e colaboradores (2018), os direitos pleiteados nesses últimos movimentos são direitos modernos, relacionados a modos de ser e estar em sociedade, tais como raça, religião, autonomia e liberdades civis e públicas, e que dizem respeito simultaneamente a condições de vida e oportunidades, mas também a participação e liberdade.

Todos eles encontram respaldo na constituição federal do Brasil de 1988, a qual reconhece como direitos sociais, em seu artigo 6º, a Educação, a Saúde, o Trabalho, o Transporte, a Segurança, a Moradia, a Alimentação, o Lazer, a Previdência social, a Proteção à maternidade e à infância e a Assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). E, na esfera dos direitos individuais e coletivos, expressa em seu artigo 5ª, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1998).

A Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (PARTICIPATÓRIO, 2013) mostrou que o otimismo predominava, em 2013, as expectativas dos jovens para o País: para 44% deles o Brasil iria melhorar, enquanto para 31% iria piorar e para outros 23% o país ficaria como estava. Quando questionados sobre o seu próprio bairro, as perspectivas eram ainda melhores, de forma que a maioria (53%) acreditava que ele estaria melhor em alguns anos, contra os que acreditavam que iria piorar (15%) ou que ficaria como estava (30%). Ainda na mesma pesquisa, cerca de 90% dos jovens acreditavam que sua vida iria melhorar e atribuíam essa expectativa à dimensão econômica e de emprego (52%), à questão educacional (42%) e às referências pessoais (28%).

Esse otimismo estava em grande parte vinculado com as expectativas de melhorias nos setores econômico e social. Veremos no decorrer do texto que esses setores se apresentam como fundamentais para os jovens, tanto porque alavancaram mudanças ocorridas nesse período, como porque recai sobre elas muitas das apostas de futuro que os jovens almejavam e continuam a almejar nos anos 2000.

O perfil dos jovens que entre 15 e 29 anos que participaram em 2013 da pesquisa Agenda Juventude Brasil demonstrou que a maior parte deles reconhece o acesso à educação obtido por sua geração como o principal ponto positivo do Brasil, e que grande parte elege as políticas sociais como sendo um dos fatores mais importantes para a garantia de direitos (ABRAMO, 2016).

A melhoria da saúde, da educação, a redução do desemprego e o aumento do respeito pelos direitos humanos são os quatro desafios mais importantes a serem enfrentados pelo Brasil na opinião dos mesmos, sendo assim reconhecido por mais de 90% dos entrevistados em um universo de 10 opções estimuladas⁴ em outra pesquisa, a Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Essas pautas prioritárias para o País segundo os jovens já haviam sido captadas por Novaes e colaboradores (2010) em investigação envolvendo jovens de países sul-americanos entre os anos de 2008 e 2009. Os brasileiros participantes da pesquisa referiram o trabalho, a educação e a saúde como sendo os problemas prioritários para a juventude e que deveriam ser alvo de

⁴ Melhorar a saúde da população, melhorar a educação no país, reduzir o desemprego, aumentar o respeito pelos direitos humanos, reduzir a poluição, reduzir o trabalho infantil, diminuir a diferença entre ricos e pobres, fazer grandes obras de infraestrutura, acelerar a reforma agrária, enfrentar as mudanças climáticas, controlar o aumento da população.

ações governamentais, o que também foi reiterado pela Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros em 2013 (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Isso deve ser compreendido em suas circunstâncias históricas: entre 2008 a 2013 o Brasil atravessava um momento em que se verificava a melhoria dos indicadores de educação, trabalho e saúde. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) quantificam as mudanças educacionais acima referidas: a taxa de acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos mais que duplicou no País, passando de 9,1 em 2000 para 18,7 em 2010 e quase triplicou em regiões Norte e Nordeste, onde passaram, respectivamente, de 3,7 para 12,1 e 4,4 para 12,00 no mesmo período. E a proporção da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo cresceu de forma expressiva passando de 28,4 para 48,5 no mesmo período.

O trabalho, assim como os estudos, ocupa um lugar de grande importância para a juventude brasileira a partir dos 15 anos de idade. Em 2014, 16,4 por cento dos jovens de 15 a 17 anos estudavam e trabalhavam e outros 5,7 dedicavam-se exclusivamente ao trabalho. Entre os 18 e os 25 anos, o percentual dos que trabalham no período de 2004 a 2014 gira em torno de 60%, demonstrando que nessa faixa etária o mundo do trabalho adquire um lugar de centralidade na vida jovem (SPOSITO et al., 2018).

Nesse campo, os dados de evolução da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho mostram que a taxa de desemprego cai no período 2006-2013 de 15,6% para 13% entre os jovens de 15 a 29 anos de idade (p.8). Os dados expõem ainda um aumento na qualidade dos postos de trabalho ocupados, expresso pela redução significativa da taxa de informalidade, de

52,1% para 38,6% e na melhoria da remuneração média, que passou, no mesmo período, de 768,2 para 1070,1 reais (CORSEUIL et al., 2015).

A esse respeito, vale mencionar duas mudanças observadas no intervalo 2004-2014 entre os segmentos de 15-17 e 18-24 anos: a postergação, entre as famílias mais pobres, da entrada do primeiro segmento no mercado de trabalho e o deslocamento do maior quantitativo de jovens do segundo segmento do ensino médio para o ensino superior. Tais mudanças resultam de melhorias obtidas pelo País nesses dois campos. No primeiro caso, o fato teria sido viabilizado pelo crescimento econômico, o aumento dos postos de trabalho formal, a valorização do salário mínimo e o maior acesso da população a programas sociais; e, no segundo, pela massificação do ensino médio ao lado da expansão de matrículas no ensino superior que resultaram de políticas como o PROUNI e o FIES (SPOSITO et al., 2018).

Trabalho e estudo são, portanto, categorias centrais nas experiências juvenis, tornando-se compreensível o porquê serem habitualmente referidas por eles/elas como aspectos tão importantes para falar da própria vida e seu futuro. Aquilo que para alguns pode parecer ser uma contradição – melhorias sociais como educação, trabalho e saúde constituírem pautas centrais de reivindicação juvenil no exato período histórico em que as mesmas se ampliam – pode, em nosso entender, ser compreendido como algo que faz todo sentido ao se considerar que a maior escolarização e inserção no mercado de trabalho, em contexto democrático de narrativa de direitos, cria ou amplia o entendimento dos sujeitos da relevância desses aspectos para a construção do futuro e, a partir daí, de sua reivindicação como algo justo e esperado.

Pode-se dizer que ocorreu nesse tempo uma ampliação da noção de direitos associado às políticas públicas entre parcelas mais extensas da juventude brasileira (PARTICIPATÓRIO, 2013). É no período 2005-2015 que se desenvolve no Brasil, segundo Pinheiro e Ribeiro (2016), um importante ciclo de políticas públicas de juventude iniciado com as criações da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, em 2005; a instituição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), também em 2005; e que culminou em 2015 com a promulgação do Estatuto da Juventude com a Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013.

A expansão das políticas, com mais permeabilidade à participação juvenil, a maior inclusão social de segmentos jovens e o aumento da escolaridade amplificaram a percepção dos direitos e aumentaram as expectativas por sua realização. Tal como foi evidenciado pela Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, a maior aproximação dos jovens contemporâneos com os seus direitos pode estar relacionada ao fato de que possuem maior escolaridade que seus pais e de a escola ser referida por grande parte deles/delas como lugar onde se aprende a conhecer direitos e deveres e, também, a entender a realidade (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Do ponto de vista das relações instituídas e dos obstáculos concretamente realizados na histórica recente do Brasil, o desrespeito às pessoas como sujeitos de direitos não é novidade, mas assume uma consequência particular nos anos 2000 porque encontra pessoas cuja subjetividade foi constituída em circunstância histórica de constituição de uma cidadania social, a partir de 1988, conferindo-lhe em maior ou menor

proporção, a depender dos sujeitos e grupos, noções ou sentimentos de que são merecedores de respeito, tratamento igualitário e oportunidades sociais.

Essa conjuntura criou as bases para que, de forma simultânea, e mais agudamente a partir de 2015, quando se explicita um movimento de desconstrução das políticas sociais até então em curso, fosse desenvolvido um quadro de frustração dessas expectativas de direitos.

5.2 OBSTÁCULOS AO RECONHECIMENTO DOS JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Visando ampliar a compreensão do que está posto até aqui, seguiremos tentando melhor caracterizar esses obstáculos que se interpuseram à concretização desses direitos, produzindo sua frustração. Faremos isso os agrupando em dois momentos, o que vai do início dos anos 2000 até meados de 2015 e um segundo período pós-2015. Entende-se que esse recorte temporal seja representativo da realidade investigada, a qual aponta uma ruptura mais acentuada no rumo das políticas e da conjuntura social a partir de 2015 com evidente retração de direitos.

A exposição desses dois momentos, anterior e posterior a 2015, dar-se-á de maneira a não interpretar a juventude como sendo uma “única juventude”, pois a experiência de ser jovem, ainda mais especialmente quando pensados os seus obstáculos, é muito variada entre os sujeitos que compõem esse público, motivo pelo qual nos deteremos, mais adiante, ao tema das desigualdades. Esse pressuposto sobre a existência de “juventudes” já foi

exposto em momentos anteriores desse trabalho, em diálogo e sintonia com grande parte da literatura sobre a vida juvenil brasileira.

Para fins de sistematização desses obstáculos, vamos seguir a trilha das evidências produzidas por Novaes e Ribeiro (2010) os quais mostraram que, no final da década de 2000, os maiores obstáculos para a juventude, na percepção de jovens e adultos eram a violência/falta de segurança; educação de baixa qualidade; trabalho/emprego; pobreza e discriminação/preconceito. Esse caminho parece adequado não somente por ter sido reiterado por várias outras pesquisas, como também por ter encontrado ressonância nos achados empíricos desta investigação, tal como apresentaremos adiante.

5.2.1 Violência

A violência, da maneira como foi retratada na Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros de 2013, continua sendo uma experiência marcante da juventude brasileira, sendo que metade deles já perdeu um parente ou amigo de forma violenta, por acidente de carro ou por homicídio; e um quarto deles já teve a experiência de uma pessoa muito próxima vítima de homicídio. Isso caracteriza, na opinião dos pesquisadores responsáveis, uma experiência geracional de alta dramaticidade que explicaria a preocupação dos jovens com o tema, a ponto de o elegerem, de forma espontânea, como o problema o que mais preocupava a juventude (PARTICIPATÓRIO, 2013).

A centralidade da violência no rol das preocupações e experiências juvenis brasileiras foi também evidenciada pelas narrativas dos jovens participantes da presente investigação. Os mesmos expuseram a violência na forma de homicídios, roubos, furtos, no controle de territórios por traficantes de drogas e na influência, quando não imposição, destes últimos na tessitura de projetos de futuro de jovens residentes em territórios sob seu controle. Os jovens de Mossoró/RN mostram, com seus relatos, as consequências objetivas e subjetivas desse fenômeno, tais como, no primeiro caso, a restrição da liberdade de ir e vir a qual prejudica o acesso ao estudo e à decisão sobre os rumos da própria vida; e, no segundo, o medo produzido pelo cenário de violência com repercussões na saúde mental.

Um ponto que eu vejo [comparando o mundo de hoje com o da época dos meus pais e avós] é mais a questão da violência. Antigamente, você ia pra um forró, ia tranquilo. Hoje em dia, você vai e não sabe se se volta. Parei [de estudar] ano passado. Era até pra continuar, mas devido aqui a violência em desisti. Tá tendo muita bala aqui, tá tendo todo tipo de homicídio aí (Miguel, 19 anos).

O problema [de estudar onde eu estudo] é porque como é perigoso, tá tendo bala, essas coisas, aí a gente às vezes, falta até na aula por segurança da gente. A gente caiu [sofreu uma queda de moto] na quinta-feira, devido ter os negócios das balas aí, aí a gente sofreu uma pequena queda, mas enquanto não tá tendo, a gente tá indo pra escola, quando tá tendo, a gente fica dentro de casa, que a vida, a gente só tem uma, né? Escola, não, escola tá ali para o resto da vida. Vida a gente só tem uma. Morreu hoje, não volta mais, né? Infelizmente... aí pronto, quando a gente dá para ir, a gente vai, quando não dá... (Alice, 18 anos).

[Ser jovem nos dias de hoje é] perigoso. Aqui em Mossoró eu acho mais perigoso ainda pra homens do que pra mulheres. Porque o número de pessoas que tão entrando no mundo do crime aqui tá enorme e eu já ouvi casos aqui de pessoas que foram solicitados, que foram exigidos que entrassem. Que não queriam, entendeu? E que, quando se recusou, simplesmente, foram lá e mataram. São pessoas que não têm opção. "Você, entra aqui pra você ser bandido", digamos assim, "ou você vai ser morto" [...] Eu lembro que quando eu era mais nova, tinha muito menos crime e menos droga, muito menos roubos (Laura, 24 anos).

A violência tá diferente, porque no tempo deles [nossos pais] não tinha essa coisa de violência [...]. Eu fiz [acompanhamento] no psicólogo [...] porque eu tinha uns medos [...] dessas coisas de violência. Eu queria que melhorasse a violência (Heitor, 11 anos).

É, até que é bom [morar aqui em Mossoró]... muita violência, mas gosto aqui. Muita violência, mas... [...] Tá muito violento aqui. Já fui assaltada duas, meu pai já foi assaltado uma, minha mãe já foi assaltada três vezes. Uma vez foi aqui, outra vez foi lá na esquina. Que foi eu, minha mãe, meu pai e um amigo do meu pai. Eu tinha muito, muito, muito medo depois que aconteceu esse assalto. Primeiro assalto foi aí fui pro psicólogo ali aí melhorei. Aí voltei de novo pro psicólogo depois desse assalto. Fiquei com medo, muito medo de novo. Nós dois [eu e meu irmão] foi [fomos], aí melhorei (Valentina, 12 anos).

Hoje tem mais assassinato, mais assalto, mais roubo do que antigamente. Antigamente em relação a isso era bem melhor[...]. Desde pequena que o meu sonho... que eu sou apaixonada por bicho, desde pequena eu quis ser veterinária. Aí agora deu vontade de ser policial e tal [...]porque assim... eu penso: tem muito policial que é bom, mas tem outros também que não é lá essas coisas. Eu quero ser policial pra melhorar, sabe, a polícia, a segurança do povo. Tá tendo muito assalto, muito assassinato e tal (Heloísa, 13 anos).

Não é propósito desta pesquisa investigar as causas da violência, mas tão somente apreendê-la, como se evidencia pelos referenciais empíricos e teóricos, como um aspecto relevante da sociedade contemporânea para a vida juvenil brasileira e explorar algumas de suas possíveis repercussões. As narrativas acima expostas demonstram, em sintonia com as pesquisas realizadas com a população jovem brasileira, que a violência no Brasil é um acontecimento que atravessa a vida contemporânea e que, no caso dos jovens, suas repercussões são particularmente importantes, pois produzem consequências duradouras, tais como a restrição de oportunidades de estudo e trabalho, a construção de projetos de futuro e sentimentos de medo.

O relato a seguir expõe a realidade dos jovens mais diretamente envolvidos com organizações criminosas instaladas em territórios da periferia das cidades.

Porque hoje em dia é assim, quem tem inimigo, tem que estar direto [atento]... não come, não dorme direito, porque a qualquer momento pode ser morto. Quem entra nessa vida, infelizmente, só tem dois cantos, cadeia ou cemitério, nem cadeia tá tendo mais, né, porque cadeia mesmo, eles estão morrendo. Então, que aqui agora é assim, de primeiro não era assim, não, mas depois que esses tempos que Deus nos livre vieram pra cá, aí uma pessoa só pode entrar se identificando, se eles conhecer bem, se não conhecer... acho que no dia dos tiros, da moto, acho que é porque eles não reconheceram as rodas da moto, eles escutaram as rodas da moto e pensou que era os inimigos deles, mas não foi os menino daqui que atirou, foi já os menino da Malvina, de fora, que não conhecem e vieram pra pegar três meninos daí" (Alice, 18 anos).

Ao apontar um pouco do cotidiano e do futuro sombrio dos jovens em conflito com a lei, o relato coloca simultaneamente em evidência o tema dos projetos de futuro os quais, conforme as narrativas seguintes, entrelaçam constrangimentos objetivos, a exemplo das oportunidades de trabalho e estudo, com as motivações pessoais que conduziriam parte da juventude para o universo do crime.

Quando nos detemos à interpretação dessas narrativas, percebemos que dois grandes caminhos parecem apresentar-se aos jovens inseridos no contexto desses territórios para a constituição de seu futuro: o do trabalho e estudo ou o caminho do conflito com a lei.

Do jeito que as coisas vai, esse desemprego, falta de educação, de transporte, violência, não imagino um futuro muito bom, não (Miguel, 19 anos).

Hoje assim, [precisaria de] mais oportunidade de emprego para os jovens. Se muitos jovens tivessem empregados hoje em dia, eles não estariam do jeito que estão. Abrir assim, cursos gratuitos. Abrir assim, mais escolas, dar mais oportunidades, que um jovem desse aí que é infrator aí, na vida dele só faltou oportunidade. Uns [foi isso] por falta de emprego, mas tem uns que o coração por maldade mesmo, procuram fazer mal ao outro. Hoje em dia, falta de oportunidade afeta muita gente. Até para você se matricular numa escola hoje em dia, você não tem oportunidade (Miguel, 19 anos).

Pelo o que a minha mãe relatava, ela dizia que quando ela tinha a minha idade, ela já trabalhava. E hoje em dia, elas têm, o que elas têm devido o suor delas, né, desde pequenas. E aí, vendo como era,

[percebo que] hoje, é totalmente diferente, porque de primeiro, tinha trabalho, o trabalho era mais fácil. E agora não, agora não é fácil uma pessoa arranjar um emprego, né? (Alice, 18 anos)

O poder dos traficantes foi eleito pela Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros de 2013 como um dos problemas que mais incomodam no Brasil. Em questão estimulada pelos pesquisadores, o tráfico aparece como sendo o segundo mais importante, perdendo apenas para a corrupção, em universo de opções que incluíam as desigualdades sociais, racismo/discriminação, a atuação das polícias, o meio ambiente, a atuação da justiça, as perspectivas profissionais dos jovens e o despreparo da população brasileira (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Parece existir, no contexto investigado, um estímulo duplo para a o ingresso dos jovens residentes em zonas periféricas com atuação do tráfico de drogas para imergirem em situações de conflito com a lei. Por um lado, a pressão eventualmente sofrida para contribuírem com as despesas da família e suprir as próprias necessidades financeiras em termos de alimentação, vestimentas, entre outras necessidades. Por outro lado, a necessidade do dinheiro e tudo que ele implica numa sociedade de consumidores e que pode ser inicialmente representado na fala de um dos jovens entrevistados ao falar que “hoje em dia, tudo no mundo tá rodando em volta do dinheiro” (Miguel, 19 anos).

A intensidade com a qual as experiências da violência atravessam o cotidiano dos jovens e interferem em seus projetos de futuro variam muito, como se pôde depreender minimamente das narrativas expostas até aqui, conforme os aspectos econômicos/financeiros e territoriais a eles vinculados.

Uma das jovens participantes desta pesquisa expôs um caso que ajuda a demonstrar essa vinculação de maneira esclarecedora.

Há um tempo atrás, alguns meses atrás, teve o caso de uma família, eram três rapazes e uma moça, a mãe já tinha falecido, era a avó deles e o pai que moravam juntos... e o mais velho... ele mora numa favela, certo? E o mais velho... ele trabalhava, tudo. E o chefe dessa favela mandou ele entrar pra organização deles e ele se recusou. E foram lá e mataram esse irmão mais velho. E os mais novos, por raiva, foram tentar vingar o irmão mais velho e aí mataram o filho de um deles. E aí esses homens foram lá e pegaram a irmã desses meninos. E aí destruíram, literalmente, destruíram a família inteira. O mais velho morreu, os dois mais novos estão presos, a menina foi encontrada totalmente queimada no meio do nada. Ficou só o pai e avó. Então, é mais uma condição financeira, entende? É esses que são mais obrigados, que eu falei que são mais obrigados, são pessoas que moram em regiões dominadas pelo tráfico, dominadas pelas drogas e que não têm essa opção de dizer “ah, vou me mudar daqui”. Porque não têm pra onde ir, entende? É mais pela condição financeira (Laura, 24 anos).

A classe social é, tal como já evidenciado na literatura do campo da saúde coletiva (BARATA et al., 2013), um aspecto definidor de possibilidades, constrangimentos e, como exposto pela narrativa acima, das violências às quais grande parte dos jovens brasileiros estão submetidos, servindo como um marcador importante para a compreensão da variabilidade das experiências juvenis que expõem, junto a outros marcadores sociais, o importante quadro das desigualdades no Brasil.

5.2.2 Pobreza e desigualdades sociais

Um primeiro aspecto importante acerca das desigualdades sociais evidenciado no material empírico desta investigação trata das vivências que envolvem estudo e trabalho, as quais variam muito entre as classes sociais com repercussões que podem estender-se por toda a vida.

Os jovens de classes mais pobres iniciam-se mais cedo no mercado de trabalho, passando a conciliar trabalho e estudo e, em alguns casos, deixam os estudos antes de concluírem o ensino médio e, em muitos casos, antes de ingressar ou concluir o ensino superior para dedicar-se ao trabalho. Parece haver dois aspectos que influenciam de maneira importante esse fenômeno. O primeiro seria a necessidade sentida pelos mesmos de suprir ou contribuir com as necessidades financeiras próprias e/ou da família; e o segundo, a própria compreensão desses sujeitos acerca da extensão que deve ter os ciclos do trabalho e dos estudos em suas vidas.

Atravessa a compreensão dos jovens de classes sociais de menor poder aquisitivo que participaram desta pesquisa que o ciclo do trabalho inicia-se na adolescência e que o dos estudos encerra-se com a conclusão do ensino médio, o que não foi verificado entre jovens de classes sociais de melhor posição.

Eu trabalho desde os dezoito anos, comecei a trabalhar cedo não. [...] Eles [meus amigos] estudam... uns que já terminaram o estudo eles já têm o emprego já certo. E têm uns que tentam o Jovem Aprendiz, já estudando. [...] Aí têm uns que vão atrás de curso, outros vão atrás de, né, uma faculdade que é o certo (Sophia, 20 anos).

Eu preferia estar estudando, terminar meus estudos, pra conseguir algo melhor. Não que [servente de pedreiro] não seja uma profissão assim, ruim, mas não é o melhor né (Miguel, 19 anos).

Porque... eu quero terminar todos os estudos. Aí, se eu não conseguir ser policial, eu vou ser veterinária. Aí eu vou estudar, estudar pra ser isso. Se eu não conseguir, eu arranjo... eu tento arranjar outra coisa pra fazer (Heloísa, 13 anos).

Chama a atenção ainda o fato de os jovens de classes sociais mais desfavorecidas, quando tratam do tema do trabalho, sentirem-se responsáveis

por contribuir ou reverter a situação financeira da família, o que serve de motivação para o ingresso precoce no mercado de trabalho.

Aí por isso que eu quero um trabalho de carteira assinada porque assim eu posso ajudar ele a ter mais coisa dentro de casa, né? A não faltar nada. Hoje, graças a Deus, não falta. A gente não passa fome, a gente tem nossas roupas. O pai dele ajuda a comprar roupa pra ele e tudo, meu pai também já mandou muitas roupas pra mim. Graças a Deus, eu tenho tudo, mas as besteiras de casa a gente sempre quer comprar, né. Quer ter uma televisão nova, quer ter uma coisa nova e não pode comprar porque o dinheiro não dá.” (Alice, 18 anos)

“A gente não deve só pensar em ter independência só pra gente não. Se a gente tem um pai e uma mãe que tá dentro da nossa, de onde a gente mora, que sempre cuidou da gente, não deixou faltar de comer, de vestir a gente, a gente deve pegar como uma forma de gratidão também pra ajudar porque toda, toda família, assim, unida precisa de uma ajuda assim. [...] Ajudar dentro de casa também, tanto pra se estabilizar mas também não se esquecendo do que dentro de casa tem a sua família, né, pra ajudar (Sophia, 20 anos).

O meu sonho? É arranjar um emprego que eu me sinta bem, sabe? É trabalhar pra dar uma vida boa pra mim. Pra mim e pra minha família. Comprar uma casa melhor pra minha mãe. E comprar... tudo que minha mãe me deu, dar em dobro a ela, sabe? (Heloísa, 13 anos).

Dados de acesso, idades de ingresso e abandono nas modalidades de ensino e tempo de dedicação aos estudos ajudam a clarificar como as desigualdades instauradas por força dos aspectos econômico/financeiros que delimitam as classes sociais apresentam-se como um fenômeno que integra a realidade brasileira, ainda que as desigualdades não se instaurem apenas por essa via, como pretendemos mostrar no decorrer do texto.

A iniciar pelo ensino superior, onde os jovens dos relatos acima deveriam estar inseridos, seja por expectativa de idade ou por serem suas próprias pretensões, constatamos que, apesar da melhoria significativa dos indicadores no período dos anos 2000, cujos dados apresentamos há pouco nessa seção, o acesso ao Ensino Superior no Brasil entre jovens de 18 a 24 anos pode ser considerado restrito quando submetido a comparativos

internacionais. É bastante elevada a proporção de jovens nessa idade que não possuem sequer o ensino médio completo, o que representava em 2010 quase a metade dos jovens brasileiros (IPEA, 2014).

Segundo os dados do IPEA (2014) sobre a evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil, embora este tenha mais que dobrado entre os anos de 2000 e 2010, saltando de 9,1 para 18,7, ainda é bastante desigual a sua concretização a depender da renda, da cor/etnia ou da localização geográfica dos jovens.

A presente investigação com os jovens de Mossoró/RN reitera a apreensão dessas desigualdades. Não terá sido mera coincidência que entre os participantes, todos aqueles com idade entre 18 e 24 anos que estavam cursando o ensino superior no momento da produção dos dados empíricos eram de classes sociais de maior poder aquisitivo e de cor branca ou parda e aqueles que não ingressaram eram de menor poder aquisitivo e de cor preta.

No Brasil, a Taxa de frequência líquida na educação superior, segundo as faixas de renda domiciliar per capita (2010) mostra que a taxa é de apenas 3,9 e 8,1 para quem, respectivamente, possui renda familiar de até $\frac{1}{2}$ e até 1 salário mínimo (SM) enquanto é de 33,7, 44,9 e 53,00 para aqueles cuja mesma renda é superior a 2, 3 e 5 salários, respectivamente. Ou seja, para o jovem brasileiro que possui renda acima de 2 salários mínimos o acesso ao Ensino Superior é equivalente aos verificados em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (IPEA, 2014).

Campos e Phintener (2016) também expõem o quadro das desigualdades entre os jovens no Brasil quando analisam os tempos diários que esses jovens dedicam às atividades domésticas, de trabalho e de estudo.

Mostram, analisando dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 2003 e 2013, que aumentou a participação diária dos jovens brasileiros com o estudo e diminui a média diária de tempo no trabalho e nas atividades domésticas no período analisado, embora o tempo médio dedicado ao trabalho em 2013 ainda fosse o dobro do tempo dedicado ao estudo, sendo respectivamente de 8,03 e 3,99 horas diárias.

O tempo dedicado a essas atividades varia muito entre grupos específicos, indo desde aqueles que dedicam aproximadamente 13,5 horas diárias ao estudo, trabalho, deslocamento e atividades domésticas; aqueles que dedicam 4 horas diárias somente aos estudos; os que dedicam aproximadamente 9,5 horas diárias em trabalho e deslocamento; e, ainda aqueles que gastam 3,5 horas diárias somente em atividades domésticas (CAMPOS; PHINTENER, 2016).

Essas desigualdades no uso dos tempos entre trabalho, estudo e atividades domésticas são expostas pelos jovens de Mossoró quando relatam as atividades do seu dia-a-dia. Nas narrativas abaixo, enquanto o primeiro jovem dedica algumas horas diárias ao estudo na faculdade, a outra jovem divide-se entre trabalho, cuidados com a casa e com a filha, o que lhe rende, segundo seus relatos, um cotidiano bastante acelerado.

É... como eu estudo pela manhã, eu acordo, normalmente eu não tomo café nem nada. Acordo, tomo banho, vou pra faculdade, a faculdade começa de 09, aí eu chego de 11, 11:50... saio da aula, chego em casa umas 12, 12:10. Almoço, aí eu fico um pedaço deitado, até dar mais ou menos umas 3h, estudo nesse horário o que aconteceu, né. E vou pra tomar café, café da tarde. Depois do café da tarde eu volto pra casa, fico um pedaço no computador e vou dormir (Gabriel, 20 anos).

“Meu dia-a-dia é só eu me acordo aí vou cuidar da minha filha aí faço as tarefas de casa [...] Aí faço as tarefas de casa... aí depois vou

almoçar... aí vou dar o almoço dela antes... aí boto ela pra dormir... aí tiro um cochilo também, aí depois eu vou trabalhar mais a minha irmã. Me preparo pra ir de tarde umas três horas, três e meia. A gente passa até onze horas da noite lá trabalhando, é uma lanchonete. Aí, às vezes, no domingo, a gente tira pra fazer um exercício, dança... na semana porque a gente só faz mesmo trabalhar, então a gente não vive pra outra coisa não (Gabriel, 20 anos).

5.2.3 Discriminação e preconceitos

Experiências de discriminação e preconceito em razão de idade, cor, classe social e local de moradia compuseram, na condição de experiências vividas ou observadas em seu cotidiano, as narrativas dos jovens negros e de menor poder aquisitivo participantes desta investigação, o que demonstra, à luz da literatura, a conexão dessa experiência local com a nacional.

Eu acho que a adolescência hoje tá mal vista pela sociedade devido a um número de infrator, né, que a maioria é de menor, jovem, né? Sociedade fica mais... mesmo não sendo, né, você... às vezes, a sociedade julga só pelos olhos, nem não sabe, não conhece a pessoa. [Eu passo isso] direto, constante (Miguel, 19 anos).

O povo gosta muito de julgar sem conhecer, né? Meu marido, aí Vinicius, meu marido já passou por poucas e boas, coitado. Todo mundo da minha família julga ele por ele ser pobre, por ele morar em favela, por ele ter essas amizades que ele tem hoje em dia de pessoas que fuma, de pessoas que vendem, aqui, né, que bebe. Então, as pessoas julgam muito ele, quando ele vai na praça jogar bola, o povo diz que ele vai para fumar, então é aquele julgamento todo, mas só quem sabe é quem passa, né? Só quem conhece a pessoa é que realmente tá com uma pessoa. Eu que tô com ele há três anos, eu posso dizer que eu conheço. Então assim, o povo gosta muito de julgar, né, os adolescentes sem conhecer. [...] Então, eu peço sempre a Deus, eu e a minha sogra que pede sempre a Deus que o meu marido arranje um emprego e que dê a volta por cima e mostre pra esse povo que ele não é o que o povo fala. Que não é ele que o povo julga, é todos, né? Todos os adolescentes de hoje, o povo fala. “Porque anda com gente sem futuro”, não sei o que... “Porque é pobre, porque mora em favela”, não sei o que... todo mundo é pobre, né? Ninguém hoje em dia é rico, então... é assim, é difícil, nós adolescentes encarar isso, mas fazer o quê? Eles que já foram adolescente, eles passaram por isso, então agora é a gente quem passa, infelizmente (Alice, 18 anos).

Esses dias eu vi uma coisa que foi muito revoltante. Uma menina negra pediu, foi numa açaiteria aqui de Mossoró, ela pediu emprego, só que a gerente se recusou a dar emprego a ela, porque lá só

trabalha gente branca. Se recusou a dar um emprego a ela porque ela era negra. Ainda saiu debochando da menina. Então isso me revoltou profundamente. Não porque eu sou escura, porque eu sou negra também, não só por causa disso, mas porque emprego tá difícil e a pessoa negar uma vaga a alguém só por causa da cor da pessoa. Isso causa como eu tava lhe dizendo... acumula mais um estresse na vida da gente. Porque isso causa raiva e raiva causa estresse (Sophia, 20 anos).

Porque, assim [sobre a vida nos dias de hoje]... o racismo. Antigamente... não sei, eu nunca conversei sobre isso com minha. Mas não sei se o racismo mudou ou não. O preconceito. Ainda tem muito preconceito. Não sei, antigamente, se tinha muito (Heloísa, 13 anos).

Constata-se, como sinalizado há pouco, que a experiência desses participantes quanto ao preconceito e a discriminação integra um universo de vivências pertencente à juventude brasileira. 26% dos participantes da Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros de 2013, que entrevistou um universo de 3.300 jovens em 187 municípios de diferentes portes e localizações geográficas nas 27 unidades federativas do País, referiram já ter sofrido algum tipo de discriminação relacionada, em sua maioria, à cor, classe social ou aparência (PARTICIPATÓRIO, 2013).

Sobre a discriminação racial, reiterando os achados de Freitas (2016), parece expressiva sua existência quando se compara jovens negros e brancos no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, às novas tecnologias, ao lazer, ao direito à vida segura e ao acesso aos direitos de um modo geral, estando os primeiros em posição de desvantagem por decorrência do racismo.

Conforme aponta a narrativa da Alice, quando tenta descrever a experiência de discriminação habitualmente sofrida pelo seu marido, e em concordância com Freitas (2016) citando Wernec (2013), parece ser complexa a identificação precisa dos motivos que levam à discriminação, havendo em muitos casos, uma sobreposição desses motivos.

Todo mundo da minha família julga ele por ele ser pobre, por ele morar em favela, por ele ter essas amizades que ele tem hoje em dia de pessoas que fuma, de pessoas que vendem, aqui, né, que bebe [...] quando ele vai na praça jogar bola, o povo diz que ele vai para fumar (Alice, 18 anos).

Predominaria acima um preconceito de classe social? De local de moradia? De relações interpessoais traduzida no círculo de amizades? Ou seria uma discriminação racial já que se trata de uma pessoa preta? Ou estariam, como imagina-se aqui, todos esses aspectos entrelaçados de maneira a não estar claro nem para quem sofre e, talvez, nem mesmo para quem é autor(a) da discriminação a origem da força motivacional que conduz à ação preconceituosa?

No contexto da discussão que vem se fazendo até aqui acerca dos obstáculos que se interpõem à garantia de direitos dos jovens, faz-se oportuno questionar, à luz dessa discussão: como combater ou desconstruir obstáculos que são difíceis até mesmo de serem bem delimitados? Ou que, mesmo quando, como nesse caso, podem ser reunidos sob a categoria da discriminação, revelam-se amplamente complexos pelo fato de remeterem simultaneamente a problemas sociais de difícil enfrentamento e compreensão, mesmo quando tratados isoladamente, como o são o racismo, a pobreza/desigualdade social, a organização e segregação nas cidades, entre outros aspectos?

Está fora das possibilidades deste estudo dar conta destas indagações. Elas são feitas aqui mais no sentido de apontar a complexidade dos obstáculos que limitam a concretização dos direitos reclamados ou ao menos esperados pelos jovens brasileiros dos anos 2000. Nesse sentido, o preconceito é aqui retido apenas para evidenciar a importância adquirida pelo seu atravessamento

na experiência de ser jovem no Brasil e que se reproduz nas mais diversas situações e localidades, bloqueando ou limitando a concretização de direitos.

Os *rolezinhos*, descritos por Corrochano e colaboradores (2018), de jovens paulistas negros e da periferia em shoppings da região metropolitana de São Paulo entre o final de 2013 e o início 2014 com o intuito de encontrar amigos, conhecer pessoas e divertir-se podem ser lidos, na trilha deixada pelas narrativas dos jovens mossoroenses, como mais uma manifestação local de como o preconceito interfere nos direitos dos jovens, nesse caso específico, no direito de ir e vir.

Como afirmam esses autores, a presença pública desses jovens em locais não esperados por outros segmentos e classes sociais foi rapidamente interpretada como expressão de perigo e ameaça à segurança das pessoas e do patrimônio. Resguardadas as especificidades, parece ser um fenômeno semelhante à leitura que, segundo a Alice, os frequentadores da praça em Mossoró fizeram da presença do seu esposo. Ainda que, nesse último caso, não tenhamos elementos empíricos suficientes para delimitar com segurança essa leitura, de modo que não sabemos se a mesma também sinalizava para os frequentadores da praça às noções de perigo e/ou ameaça, podemos afirmar que se tratava, igualmente, de uma mensagem bloqueadora do direito de ir e vir, pois a praça, assim como os shoppings, não “estava à disposição” de determinados jovens. Ao que tudo indica, por serem negros e da periferia.

Observe-se que as discriminações de classe, de cor, de local de moradia parecem, à luz da literatura sobre o tema e das referências empíricas desse estudo, bloquear ou dificultar o reconhecimento e a concretização de vários direitos dos jovens, o direito à vida, ao trabalho, aos estudos, e à liberdade de

movimentarem-se pelos espaços públicos de suas cidades. E até mesmo, como no caso dos shoppings, de estarem em espaços privados nos quais parece haver, de antemão, um regime de legitimidade sobre seus possíveis frequentadores.

5.3 O CENÁRIO PÓS-2015 E AMPLIAÇÃO DO DESRESPEITO AOS JOVENS COMO SUJEITOS DE DIREITOS

A violência, a pobreza, as desigualdades e preconceito estão longe de serem fenômenos novos da realidade brasileira, muito embora a primeira, conforme se tentou evidenciar, parece ter saltado de patamar nos anos 2000, intensificando-se. A partir de agora, buscar-se-á tratar-se da realidade social brasileira no período pós-2015 considerando ser esse período, como já mencionado, um momento em que alguns desses obstáculos ampliam-se acentuando o quadro de frustração de direitos da juventude brasileira.

No intervalo 2004-2015, quando se verificou a melhoria dos indicadores sociais de trabalho, estudo, pobreza e desigualdades no Brasil, já se delineavam a frustração dos direitos que esses avanços sociais representavam, puxado, como mostramos, pela ampliação do horizonte de direitos, muito superior do que os avanços concretamente experimentados.

A partir de 2015, quando esses mesmos indicadores pioram, ocorre uma amplificação desse quadro de frustrações, pois os horizontes e narrativas de direitos no Brasil, embora tenham sido submetidos, nesse mesmo período, a questionamento público por parcela de movimentos jovens (GONH, 2018), mantém sua influência social e continuam a sustentar, no meio social,

percepções que dão conta de que o reconhecimento dos direitos pelo poder público tornou-se mais distantes a partir do retrocesso daqueles indicadores.

Na visão de Fagnani (2017) o que ocorre no Brasil a partir de 2015 é o fim de um ciclo improvável de cidadania social inaugurado a partir da Constituição de 1988 o qual resultou de conquistas obtidas por movimentos sociais durante as décadas de 1970 e 1980 e que institui com a carta magna um sistema de proteção social pautado pelas noções de universalidade, seguridade social e pela noção de direitos.

Segundo o autor, radicaliza-se a partir de 2016 no Brasil um projeto liberal, na acepção econômica do termo, que pretende reformar o Estado nacional tal como ele foi instituído pela constituição de 1988, ou seja, como garantidor de um sistema de proteção social, na direção de um Estado Mínimo o qual tem na a retração dos investimentos e gastos sociais uma de suas estratégias de consolidação (FAGNANI, 2017).

A ideia de fim de um ciclo de cidadania deve ser aqui compreendida menos como algo em definitivo e mais como um momento de mudança histórica que se processa aos moldes de um movimento pendular, seguindo a linha de raciocínio de que os movimentos históricos se desenvolvem de maneira pendular (BAUMAN, 2001). Nesse contexto, o “fim” não mais é do que a mudança do pêndulo no sentido oposto àquele que fazia até então, por esgotamento das forças que até então lhe dirigiam naquele sentido.

Em que pese as possíveis divergências na interpretação do que possa significar a ideia do fim desse ciclo no Brasil, ela parece ser precisa ao capturar a ruptura que se processa nesse momento, nos indicando, como se tentará demonstrar a partir de agora, com a exposição de alguns indicadores sociais,

que as políticas públicas passam a atuar em sentido oposto ao realizado no momento anterior.

A agenda de transformação do “Estado Social” em “Estado Mínimo” que se coloca mais intensamente em curso no Brasil a partir de 2015 envolve, ainda segundo Fagnani (2017), seis frentes de trabalho: a ampliação da desvinculação constitucional de recursos das políticas sociais, o “Novo Regime Fiscal”, o fim de vinculações de recursos para a área social, a reforma da Previdência Social, a reforma Tributária e retrocessos nos direitos trabalhistas e sindicais.

Essas frentes articulam-se e, por vezes, repercutem entre si. O novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional (EC) Nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), por exemplo, possui vinculação direta com o desfinanciamento das áreas social e de saúde exigido para proceder à transformação em curso do Estado brasileiro, pois a mesma institui um teto para o crescimento das despesas públicas primárias, incluindo-se os gastos sociais, por período de 20 anos, ficando vigente, segundo sua proposta, até 2036.

Dados de relatório sobre Finanças públicas e política fiscal no Brasil, produzido por várias instituições brasileiras (AUSTERIDADE E RETROCESSO, 2016), mostram tomando por base a projeção de um cenário de crescimento econômico a 2,5% ao ano a partir de 2018, que a redução da despesa primária do governo federal do Brasil seria de 8 (oito) pontos percentuais, saindo de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 aproximadamente 12% em 2036, conforme Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1* – Simulação das despesas públicas sob o novo regime fiscal 2015-2016.

*Adaptado.

FONTE: FES, 2016, p. 48.

O impacto estimado dessa medida de austeridade que se institui nesse momento histórico e que se torna constitucional com a EC Nº 95 demonstra o quanto são ambiciosas as pretensões liberais do governo e de parte da sociedade brasileira que o apoia em reverter as forças e movimentos sociais que levaram adiante, ao menos até instituir-se essa ruptura em 2015, uma agenda de ampliação de reconhecimento e concretização de direitos, tal como ficou demonstrada nos dados anteriormente apresentados.

Rossi e Dweck (2016) esclarecem que a desvinculação das receitas para a educação e a saúde é, em verdade, o propósito da EC nº 95. Com ela, seria possível reduzir os 18% da Receita Líquida dos Impostos (RLI) fixados para a educação, montante definido pelo artigo 212 da Constituição Federal de 1988; e reduzir os 15% da RLI que a partir de 2020 vigorariam no caso da saúde. Assim, o gasto real com ambos ficaria congelado ao patamar do ano de

2017, o que significa uma redução real até o ano de 2036, caso não seja revertida.

As projeções contidas nos Gráficos 2 e 3 mostram essa redução e tornam mais facilmente visíveis os seus impactos. Na simulação feita por Rossi e Dweck (2016) nas áreas acima citadas, sob a hipótese de que o PIB cresceria 2,5% ao ano no período analisado e que a receita líquida acompanharia o crescimento do PIB, observa-se que as receitas líquidas de impostos destinadas à saúde e à educação devem reduzir-se, aproximadamente, de 18% para 11% na Educação, e de 15% para 9% na saúde, o que significaria uma redução das despesas públicas com ambas de 4% do PIB em 2015 para 2,7 do PIB em 2036, período em que a população brasileira cresceria 10%.

Gráfico 2* – Mínimo para gastos com educação com a regra atual e com a PEC 55**.

*Adaptado.

**A simulação parte da hipótese de que o PIB cresce 2,5% ao ano no período e que a receita líquida acompanha o crescimento do PIB.

FONTE: ROSSI; DWECK, 2016, p. 3.

Gráfico 3* – Mínimo para gastos com saúde com a regra atual e com a PEC 55**.

*Adaptado.

**A simulação parte da hipótese de que o PIB cresce 2,5% ao ano no período e que a receita líquida acompanha o crescimento do PIB.

FONTE: ROSSI; DWECK, 2016, p. 3.

Além da desvinculação das despesas com ações e serviços públicos de saúde da receita corrente líquida, os prejuízos EC Nº 95 para o financiamento da saúde no Brasil ocorrem porque implicam na perda de recursos em relação às regras de vinculação das EC nº 29 e nº 86, na redução do gasto público *per capita* com saúde e na desobrigação dos governos de alocarem mais recursos em saúde em contextos de crescimento econômico, o que resultará no aumento das iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde e, em última instância, em novas dificuldades para a efetivação do direito à saúde no Brasil (VIEIRA; BENEVIDES, 2016).

A projeção realizada por Vieira e Benevides (2016), no gráfico 4, do impacto da EC nº 95, emenda que à época da projeção ainda encontrava-se na

forma de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241⁵, mostra que a redução do gasto federal com saúde é ainda mais dramática do que permite supor a projeção anterior.

Gráfico 4* - Projeção do impacto da PEC 241 sobre o gasto federal com saúde em comparação com a manutenção da regra da EC 86, em % do PIB** - Brasil, 2016 a 2036.

*Adaptado.

**Hipóteses: piso da PEC 241 = 13,2% da RCL de 2016 e RCL 2016 = R\$ 689 bilhões.

FONTE: VIEIRA; SÁ E BENEVIDES, 2016, p. 11.

A posse dos dados do PIB brasileiro no triênio 2017-2019, já acessíveis no momento final dessa investigação, dando conta de que a média do seu crescimento anual foi, aproximadamente, de apenas 1,1% nesse período (IBGE, 2019; 2020) evidencia que, mantido esse cenário, nos encaminhamos para uma redução de 1,22% do PIB com gastos em saúde em 2036, como mostrado na figura acima.

⁵ A PEC 241 na Câmara Federal foi posteriormente nominada de PEC 55 no Senado Federal e, após sanção presidencial, tornou-se a EC Nº 95, aprovada em Dez/2016.

As reduções reais em outras áreas, como aquela que reúne ações de combate à pobreza, são ainda maiores do que as observadas nos campos da saúde e educação, o que decorre do fato de que, para alcançar a meta fiscal e não ultrapassar o teto de gastos, algumas áreas precisam reduzir-se muito para compensar o aumento inevitável de outras despesas públicas – como é o caso da previdência social, que deve crescer, segundo as projeções, acima da inflação no período de vigência da emenda.

Isso significa que o desmonte do sistema de proteção social no Brasil instaura-se no mesmo momento histórico em que há um piora nos indicadores de trabalho e emprego na sociedade em geral e de maneira ainda mais acentuada entre os jovens, o que os coloca por várias vias, em situação de maior vulnerabilidade e de maior distância de seus direitos.

Partindo do quadro da Vulnerabilidade descrito por Ayres e colaboradores (2012), vemos que ao mesmo tempo em que aumenta a vulnerabilidade social decorrente da perda ou redução do trabalho, da renda e das oportunidades de estudo para esse segmento, amplia-se a vulnerabilidade programática desses jovens/cidadãos, que perdem os mecanismos sociais que os protegeriam dos danos de conjunturas sociais como as que se colocam no período pós-2015.

Após pequena variação na taxa de desemprego entre pessoas de 15 e 29 anos entre 2012 e o início de 2015, quando a mesma transitou de 14,4 a 15, observa-se um crescimento elevado dessa taxa entre 2015 e 2017 quando sobe de 15 para 25, chegando em 2019 em 23,9. Ao mesmo tempo, a informalidade que era de aproximadamente 43% entre 2012 e 2015 também

crece a partir desse último ano e se intensifica em 2017 e 2018, chegando em 48% dos jovens dessa faixa etária (IPEA, 2020).

Os jovens também estiveram, em 2019, entre os brasileiros que mais desistiram de ingressar no mercado de trabalho. Segundo os economistas Paulo Peruchetti e Laísa Rachter (2019), a partir de dados da PNAD Contínua entre 2012 e 2019, o principal motivo declarado para a desistência foi a escassez de empregos e os grupos que mais sofreram foram os de jovens com idade entre 14 e 23 anos (33,5%), mulheres (55,2%), pessoas com baixa escolaridade (41,2%, com ensino fundamental incompleto) e que se declararam pardas ou negras (73%) (MATÉRIA FVJ)

Vale sublinhar que o retrocesso nos indicadores quantitativos e qualitativos do emprego, acima mensurados, acontece em cenário de crise econômica nacional, explicitamente instaurado a partir de 2014, e em momento subsequente à vigência de uma Reforma Trabalhista que, somadas a outras mediadas econômicas, incluindo as de austeridade, foram implementadas sob o argumento público de retomada do crescimento econômico e do emprego. Não carece aqui retomar a discussão mais geral sobre a Reforma Trabalhista já discutida no Capítulo 3.

Os jovens também estiveram entre os grupos mais afetados no período pós-2015 quando o assunto é renda. Dados da Fundação Getúlio Vargas de setembro de 2018 demonstram a queda na renda média do trabalho em todos os grupos de idade ativa entre 2015 e 2018, sendo mais fortemente observada entre os jovens de 15 a 19 anos, com queda de 20,1%, e entre os de 20 e 24 anos os quais experimentaram queda próxima aos 14% (FGV, 2018).

5.3.1 Desmonte do Sistema Único de Saúde e ameaças ao Direito à Saúde

O cenário exposto acima, referente ao período pós-2015, evidencia alguns dos retrocessos ao movimento de reconhecimento dos direitos juvenis no Brasil de maneira a reverter à tendência observada da década anterior de ampliação do reconhecimento jurídico por parte do Estado brasileiro.

No campo dos direitos sociais, o direito à saúde no Brasil constitui fenômeno que merece atenção particular, pois as políticas públicas de saúde no Brasil foram as que mais se consolidaram, após a Constituição de 1988, em resposta às demandas constitucionais por Direitos, tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como uma de suas maiores expressões.

Nesse sentido, parece oportuna a comprovação do que temos argumentado até aqui acerca da ampliação dos obstáculos ao reconhecimento jurídico no período pós-2015, uma observação ainda mais atenta aos movimentos que nesse mesmo período emergiram na direção do desmonte do SUS e de ameaça ao direito à saúde.

Para isso, tentou-se sistematizar alguns das ações expressivas desses movimentos. No Quadro 3, estão algumas dessas ações, o ano de sua tramitação (na maior parte dos casos é o mesmo ano a partir do qual passaram a vigorar), a autoria, ementa e os prejuízos reais ou potenciais ao SUS e ao direito à saúde.

A confecção do quadro não teve a intenção de esgotar a captura das iniciativas que implicaram retrocessos ao SUS e ao Direito à Saúde no Brasil, mas tão somente reunir elementos em patamar suficiente para testemunhar, pela via particular do direito à saúde, o movimento de ampliação do não

reconhecimento jurídico dos jovens brasileiros. Conforme se observa no quadro, os jovens entram aqui não pela especificidade de serem jovens, mas por sua condição de sujeitos de direitos.

Quadro 3 - Ações de desmonte do SUS e de ameaça do Direito à Saúde no Brasil

AÇÃO LEGAL	ANO	AUTORIA	EMENTA/CONTEÚDO	PREJUÍZOS AOS SUS E AO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL
PEC nº 451	2014	Deputado Federal Eduardo Cunha	Insere inciso XXXV e altera o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal.	Obriga todos os empregadores brasileiros a garantirem aos seus empregados serviços de assistência à saúde
Medida Provisória (MP) nº 656	2014	Governo Federal (Presidenta Dilma Rousseff)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o Artigo nº 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.	Modifica a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) para permitir a participação do capital estrangeiro na assistência à saúde
Lei nº 13.097	2015			
Portaria nº 1.482	2016	Ministério da Saúde/Governo Federal (Presidente Michel Temer/ Ministro da Saúde Ricardo Barros)	Institui Grupo de Trabalho para discutir e apresentar proposta de Plano de Saúde Acessível.	Planos “Acessíveis”, com mensalidades de baixo valor

PEC nº 22	2000	Senador Antônio Carlos Magalhães	Altera os Artigos 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.	Modifica o artigo 198 da Constituição Federal, alterando a regra de cálculo dos recursos da saúde instituído pela EC 29/2000, de modo a permite reduzir o orçamento da saúde.
PEC nº 258	2013			
EC nº 86	2015			
PEC nº 241	2016	Governo Federal (Presidente Michel Temer)	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.	Modifica o artigo X da Constituição Federal. Congela as despesas primárias do governo até 2036 (por 20 anos)
PEC nº 95	2016			
EC nº 95	2016			
Portaria nº 2.436	2017	Ministério da Saúde/Governo Federal (Presidente Michel Temer/ Ministro da Saúde Ricardo Barros)	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do SUS.	Modifica a PNAB 2011
MP nº 890	2019	Governo Federal (Presidente Jair Bolsonaro)	Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no SUS, e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde.	Fim do Programa Mais Médicos
LEI Nº 13.958				
Decreto nº 9.759	2019	Governo Federal (Presidente Jair Bolsonaro)	Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.	Ameaça o princípio constitucional de “participação da comunidade” no SUS
Portaria nº 2.345	2020	Governo Federal	Torna sem efeito a Portaria nº 2.309, de 28 de agosto	Revoga a atualização da Lista de Doenças

		(Presidente Jair Bolsonaro/Ministro da Saúde Eduardo Pazuelo)	de 2020	Relacionadas ao Trabalho, aprovada na Portaria nº 2.309 de 28 de agosto de 2020
Nota Técnica nº 3/2020	2020	Governo Federal (Presidente Jair Bolsonaro/Ministro da Saúde Eduardo Pazuelo)	Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Programa Previne Brasil.	Modifica o financiamento da Atenção Primária e acaba com a obrigatoriedade de as equipes multidisciplinares estarem vinculadas ao modelo do NASF-AB
Portaria nº 43	2020	Governo Federal (Presidente Jair Bolsonaro/Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Jose Guilherme Tollstadius Leal)	Estabelece os prazos para aprovação tácita para os atos públicos de liberação de responsabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.	Liberação automática de agrotóxicos

FONTE: os autores.

A compreensão das ações listadas pode ser feita observando dois grandes conjuntos de ações, um que se dirige à desconstrução da proposta do SUS e outro que atinge os determinantes e condicionantes da saúde, referidos pela Lei nº 8.080/1990, a saber: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Compreende-se aqui que servem ao desmonte do SUS todas as propostas que implicam desrespeito aos princípios da Universalidade, Integralidade e Equidade e às suas diretrizes da Descentralização, Hierarquização, Regionalização e Participação Popular, ou seja, aos princípios

e diretrizes do Sistema em seu arcabouço legal. E, ainda, aquelas ações que reduzem recursos financeiros do Sistema, impossibilitando sua consolidação.

Para refletir sobre essas ações, observe-se, de início, a questão da autoria das propostas listadas. O governo federal ser o autor da maior parte das iniciativas que vem materializando retrocessos ao direito à saúde conduz à reflexão acerca da atuação governamental na condução que realiza das políticas públicas. Embora, na sistematização feita acima, observe-se já em 2014 a atuação do governo federal em uma direção contrária à proposta Constitucional do SUS, isso se explicita publicamente em 2016, quando o Ministro de Estado da Saúde comunica à grande mídia brasileira que

O tamanho do SUS precisa ser revisto [...] não adianta lutar por direitos que não poderão ser entregues pelo Estado. Temos que chegar ao ponto do equilíbrio entre o que o Estado tem condições de suprir e o que o cidadão tem direito de receber [...]“[...] não estamos em nível de desenvolvimento econômico que nos permita garantir esses direitos por conta do Estado. [...] Quanto mais gente puder ter planos [de saúde], melhor [...] alivia o custo do governo (COLLUNI, 2016, p. 2).

Algumas considerações devem ser feitas, tomando como trilha interpretativa as relações entre a ação estatal, a ação do mercado e percepção e ação da sociedade em geral acerca dessa problemática.

Essa trilha parece fértil, pois permite, por exemplo, compreender a aparente contradição que se coloca à vista quando se observa a ação governamental numa direção contrária àquilo pelo que deveria zelar ao implementar as políticas públicas. Nesse sentido, é preciso indagar, olhando para esses três campos (Estado, Mercado, Sociedade) quais são interesses e motivações que se originam ou desaguam no campo político, e nas políticas

públicas de saúde, sob a forma de ações legais que implicam em não reconhecimento de direitos e do dever Estatal de provê-los.

Cabe sublinhar que a desvinculação das receitas da saúde, consolidada com a EC Nº 95, com as implicações demonstradas anteriormente nesse texto, muito embora tenha sido operacionalizada por um governo não eleito democraticamente⁶, foi tornada pública em carta destinada aos brasileiros, em outubro de 2015⁷, antes que o mesmo assumisse o poder e ainda assim obteve apoio de parte da sociedade e do mercado.

Estudo conduzido entre 2014 e 2015 sobre a participação de empresas de planos de saúde no financiamento de campanhas eleitorais em 2014 traz evidências de que essa atuação permitiu a esse segmento do mercado ocupar espaços na esfera governamental e influenciar agentes e políticas públicas no sentido de obter vantagens econômicas, tais como a obtenção de benefícios fiscais, ampliação de mercado e captura de fundos públicos, que representaram a garantia de interesses particularistas em detrimento das políticas universais de saúde (SCHEFFER; BAHIA, 2015).

À luz dessas evidências, algumas das ações legais sistematizadas no quadro X devem ser lidas como expressões de articulações entre agentes públicos e segmentos privados do setor saúde que sacrificam interesses e necessidades de outros, nesse caso, as proposições e normativas que

⁶ O governo Michel Temer inicia em 12 de maio de 2016, após o vice-presidente da República, Michel Temer, assumir interinamente o cargo de presidente da República em razão do afastamento temporário da até então presidente Dilma Rousseff, em decorrência de abertura de processo de *impeachment*. Este foi concluído em 31 de agosto do mesmo ano quando Temer assumiu o cargo de forma definitiva, permanecendo até 1º de janeiro de 2019, quando teve início o governo Bolsonaro.

⁷ Na carta intitulada “Uma ponte para o futuro” lia-se: “É necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação”. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p.9). Disponível em <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>.

resguardam o direito à saúde da população brasileira, para realizarem seus interesses e ambições econômicas e políticas particulares, minando, dentre outras coisas, a sustentabilidade financeira do SUS.

Parece razoável, por esse caso, ao menos levantar a hipótese de que as negativas de reconhecimento dos sujeitos enquanto sujeitos de direitos, aqui expressos na operacionalização de ações legais que desmontam o SUS, podem originar-se mais profundamente em processos de reificação que se dão entre os diversos sujeitos sociais quando colocados em disputa de interesses.

Cabe indagar, diante disso, se a maior parte da população brasileira, beneficiária de políticas públicas, estaria sendo reconhecida, na acepção Honnethiana (2016), pelos agentes privados e públicos quando estes produzem e articulam ações com consequências tão deletérias como aquelas que podem advir do fim do SUS em um país com as características do Brasil, onde essa população, incluindo-se aí milhares de jovens, não teria condições financeiras de tentar adquirir no mercado soluções para seus problemas de saúde.

Aqui é preciso fazer a ressalva de que a possível substituição dos “sujeitos de direitos” pelos “sujeitos consumidores”, aludida acima, não está sendo aqui colocada enquanto uma possibilidade razoável para o Brasil, pois não o é. Ela estaria interdita não somente pela impossibilidade financeira de grande parte da população, mas porque também o Mercado não se apresenta, ao menos não se apresentou até hoje, como um espaço social com potencial para bem responder às necessidades de saúde, como bem apontam comparativos internacionais de sistemas de saúde (DAVIS et al., 2014). Isso talvez ocorra pelo próprio conflito de interesses que o Mercado inevitavelmente

carrega, de ter que, no competitivo cenário do mercado mundial financeirizado, reduzir os custos ao mesmo tempo em que precisa atender necessidades que são crescentes e mais onerosas economicamente, diante do quê ele tem privilegiado a primeira.

Se por um lado, a identificação das relações espúrias entre agentes públicos e privados podem auxiliar a compreensão dos movimentos de desrespeito ao direito à saúde, a partir da reificação de intersubjetividades; por outro lado, essa compreensão não pode avançar sem pensar como a população que é beneficiária da política de saúde em desconstrução se comporta diante da ampliação dos obstáculos que separam suas vidas, tal como concretamente vividas, dos direitos a que possuem.

Os participantes dessa investigação demonstraram conhecer pouco o SUS e desconhecer as ações que tem implicado seu desmonte. A grande parte deles/as não se referiu espontaneamente ao SUS em suas narrativas mesmo quando dialogavam sobre serviços de saúde que ocasionalmente buscavam para tratar problemas de saúde pessoais. Na grande maioria das vezes, quando indagados sobre o que sabiam do SUS, fizeram referências negativas ao mesmo citando principalmente “as longas filas de espera” para consultas, exames e cirurgias, expondo a partir daí que o acesso ao sistema é difícil.

Eu ouvi falar [sobre o SUS] muita coisa ruim. Que demora, que a pessoa marca uma cirurgia e passa anos e anos, que demora... praticamente, não tá funcionando para nada. Se eu fosse lhe dar uma nota para o SUS de zero a 10, eu dava zero. Por causa que hoje em dia, exames que eram para ser ofertados pelo SUS não é e para você fazer uma cirurgia, passa anos e anos, esperando. Você pode até morrer e a cirurgia nem chegar (Miguel, 19 anos).

Também já ouvi no posto que tem o SUS também, só que o povo reclama muito do SUS, que o SUS é muito demorado, né? Quando

uma pessoa marca uma consulta, realmente, demora anos para poder aquela consulta ser feita (Alice, 18 anos).

Minha visão do SUS... eu acho que ele ajuda muita gente, mas eu acho que poderia ajudar mais. Porque eu sei que ele ajuda bastante... eu sei que ajuda muita gente que não tem a menor condição de fazer vários exames que eles fazem, mas eu acho que falta um pouco de... desorganização... porque muitas pessoas morrem na fila do SUS. Eu acho que falta organização, investimento. Eu não sei te dizer a fundo, mas eu acredito que o SUS poderia ser muito melhor se desse uma atenção maior pro Sistema Único (Laura, 24 anos).

Muito difícil pra você conseguir. Agora não, que parece que tá dando uma reformada, né, mas é muito acabado e, assim, muito difícil mesmo você poder marcar exame. Principalmente exame assim... mais importante. Muito difícil, mas... a dentista, eu queria muito ir pro dentista, mas não tem. A médica diz que aí não tem. Só se for no... só se for particular, porque não tem (Valentina, 12 anos).

Os princípios, diretrizes, características organizativas, normativas, legais ou mesmo o significado do SUS para o enfrentamento de problemas de saúde da população brasileira em geral ou para a pessoa em particular não encontram correspondência no modo como os jovens entrevistados tratam do SUS, quando provocados. A isso, parece estar associada à invisibilidade do Sistema, que também foi revelada por parte dos entrevistados quando indagados sobre “onde enxergava o SUS na cidade de Mossoró”. Em resposta, alguns não conseguiram citar nenhuma instituição que integrasse o SUS em âmbito municipal, embora em alguns casos esses mesmos participantes referissem utilizar UBS e Unidades de Pronto Atendimento.

O cenário de baixo conhecimento dos jovens sobre o sistema nacional de saúde é favorável à tessitura de articulações entre o mercado e os governos que desejam empreender medidas para seu desmonte, como se verifica no período pós-2015, pois, sobretudo no Brasil, onde a população goza da prerrogativa legal do Controle Social da política pública de saúde, esse

conhecimento poderia ancorar sentimentos de pertencimento e proteção do sistema com potencial de pôr freios em articulações com essa intencionalidade.

Parece relevante sublinhar que a visão de parcela dos participantes sobre a problemática que envolve as necessidades de saúde e a busca por cuidados, assim como a visão dos acontecimentos sociais de uma maneira geral é atravessada por uma percepção religiosa do mundo, a partir da qual esses sujeitos “pedem” ou “entregam” a Deus o curso desses acontecimentos que envolvem suas vidas.

Então, às vezes, eu fico me perguntando, se esse povo fala tanto do meu marido, eu queria ver se ele tivesse uma arma, se alguém ia falar, né? Porque hoje em dia, a pessoa diz: “Eles falam porque a gente não tem como fazer nada”, mas será que se a gente tivesse uma arma, eles calariam a boca? Eles tinham mais medo? Mas meu marido não é disso, de pegar arma e sair atirando em ninguém, que ninguém é Deus, só Deus pra tirar a vida. Então, eu peço sempre a Deus, eu e a minha sogra que pede sempre a Deus que o meu marido arranje um emprego e que dê a volta por cima e mostre pra esse povo que ele não é o que o povo fala. Que não é ele que o povo julga, é todos, né? Todos os adolescentes de hoje, o povo fala. “Porque anda com gente sem futuro”, não sei o que... “Porque é pobre, porque mora em favela”, não sei o que... todo mundo é pobre, né? Ninguém hoje em dia é rico, então... é assim, é difícil, nós adolescentes encarar isso, mas fazer o quê? Eles que já foram adolescentes, eles passaram por isso, então agora é a gente quem passa, infelizmente. [...] Mas Deus sabe todas as coisas, né, se ele me permitiu de eu me juntar cedo e estar na casa dos outros, foi porque daqui pro meu futuro, eu vou ter algo na minha vida que vai ser bom, né? Porque tem gente que não é crente, massa gente sente Deus na gente, né, a gente sente Deus agir na gente, então a gente crê que se foi da vontade dele eu passar por tudo que eu passei, com certeza, no futuro, eu vou ter uma grande vitória. Eu vou vencer na vida (Alice, 18 anos).

Há, para parte dos jovens, uma visão religiosa dos acontecimentos sociais que se caracteriza, por um lado, pela percepção de que tais acontecimentos obedecem a uma vontade divina; e, por outro lado, pela interpretação que se faz dos fenômenos e sujeitos sociais pelo prisma do “bem” e do “mal”, terminologia própria do campo religioso cristão.

Em síntese, diversos obstáculos interditam ou dificultam o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos no Brasil. Obstáculos que se avolumaram a partir de 2015, ampliando o cenário de desrespeito que toma corpo nos retrocessos sociais observados nesse período, a exemplo dos relacionados ao direito à saúde. Contudo, o quadro de frustrações que acomete esses sujeitos não se limita ao campo dos direitos, pois, conforme se pretende expor no capítulo seguinte, ele também encontra vazão no espaço da vida privada. Nesta, as reconfigurações que acompanham os processos de virtualização que incidem nas formas de existir e de interagir, trouxeram não somente novas possibilidades aos sujeitos, como também inauguraram mecanismos de frustração de suas singularidades.

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 6

6 SUBJETIVIDADES JUVENIS NO SÉCULO XXI: CIBERESPAÇO E A FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE

É corriqueiro na vida cotidiana, nas primeiras décadas do século XXI, fazer-se referência ao fato de que o “mundo mudou” trazendo à tona não somente mudanças tecnológicas que resultaram em novos produtos e serviços, mas também comportamentos e valores sociais dos mais jovens.

De fato, não é difícil constatar, com olhares retrospectivos sobre as últimas décadas do século XX e as primeiras do XXI, que mudanças foram operadas nos mais variados campos da vida social, algumas das quais se tentou expor no capítulo 3, quando foram apresentadas características da sociabilidade contemporânea, e quando se caracterizou, no capítulo 5, a frustração das expectativas por direitos que acometeu os jovens brasileiros dos anos 2000.

As mudanças sociais nos últimos cinquenta anos já são, portanto, bastante amplas e o interesse desta investigação é apreender as consideradas relevantes para a compreensão de transformações particularmente ocorridas nos processos de saúde, doença e cuidado dos jovens, o que, como se viu até aqui, estão intimamente ligados aos modos de ser e estar no mundo desses sujeitos.

Com esse foco, o presente capítulo dedica-se a discutir aquelas transformações que parecem ter incidido nas identidades e subjetividades juvenis de maneira a produzir nos adolescentes e jovens brasileiros dos anos

2000 o que, em nosso entender, constitui um segundo quadro de frustrações, agora referente ao reconhecimento de suas singularidades.

Nesse sentido, a argumentação desenvolvida busca demonstrar que, além da frustração enquanto sujeitos de direitos, esses jovens também foram acometidos de uma frustração das expectativas por reconhecimento de si enquanto sujeitos singulares, o que parece, com o apoio de Honneth (2003), ter uma importância capital na contemporaneidade para a busca dos sujeitos por sua afirmação social.

Este acontecimento teria resultado: 1) da ampliação das necessidades e das expectativas que cada um constrói em relação à própria vida, impulsionada pelas interações e comunicações digitais. Mas também, e principalmente, em razão; 2) da visibilidade social que se passou a almejar com a publicização de si mesmo e da vida privada em ambientes virtuais; e, 3) dos processos de subjetivação plasmados a partir das interações constituídas nesses ambientes, tudo isso aspirando algum tipo de reconhecimento público do *Eu* em sua singularidade, o que também permitiria ancorar o reconhecimento de si próprio como alguém de valor.

Tais processos de subjetivação, ao mesmo tempo em que possibilitaram um aparente fortalecimento do *Eu* - ao colocá-lo no centro de culturas, atmosferas e possibilidades de consumo inauguradas ou renovadas pela virtualização, conformadoras de uma subjetividade que se mostra “protagonista” da vida e que vê no “consumo” um caminho para a felicidade - conduziram também o sujeito a uma “subjetividade do fracasso”, marcada pelo sentimento de frustração e a uma “subjetividade agressiva”, mais sujeita a conflitos.

6.1 CIBERESPAÇO E O CRESCIMENTO DE NECESSIDADES E DE EXPECTATIVAS COM A PRÓPRIA VIDA

Os jovens dos anos 2000 são sujeitos com mais necessidades do que as gerações que os precederam. Esse fenômeno é, ao menos em uma de suas manifestações, um dos elementos capturados no cotidiano para compor àquela impressão comum há pouco mencionada de que a sociedade se modificou com intensidade (NICOLACI-DA-COSTA, 2004.)

Do ponto de vista histórico, a ampliação de necessidades não constitui um fenômeno novo. Parece, ao contrário, acompanhar e constituir parte do processo de hominização desde seu início. Em meados do século XIX, Marx já assinalava essa vinculação entre necessidades e hominização ao afirmar que “a primeira necessidade ela própria, uma vez satisfeita, a ação de a satisfazer, e o instrumento já adquirido para essa satisfação, empurram a novas necessidades” (MARX, 2007, p.51).

Desde então, o fenômeno de ampliação de necessidades parece só ter-se reiterado, ainda mais com a constituição das sociedades modernas, a partir do século XVI, quando a ampliação crescente das forças produtivas, a qual se verifica até hoje, fez crescer e acelerou, cada vez mais, o circuito que se retroalimenta entre produção de coisas e criação/satisfação de necessidades.

A criação das necessidades é fenômeno habitualmente acompanhado de expectativas por satisfazê-las. Ou seja, quando se sente que se precisa de algo, costuma-se criar expectativas em torno dela, visando ao seu atendimento.

Assim como se desenvolveram necessidades relativas ao reconhecimento de si como sujeito de direitos, acometendo com intensidade

particular os jovens dos anos 2000, constituíram-se também para esses mesmos jovens um rol de necessidades através das quais eles/elas esperam, mediante sua satisfação, configurar sua vida particular de um modo que permita, também, o reconhecimento de si, pelos outros, como alguém de valor singular.

A vida juvenil contemporânea tem se configurado, nesse sentido, como aglutinadora de muitas necessidades e expectativas, e, portanto, com um amplo potencial para a frustração. Essas expectativas que giram em torno da construção de uma identidade singular que possa ser alvo de reconhecimento público tem requerido, nas primeiras décadas do século XXI, o acúmulo de experiências diversificadas, em âmbitos variados da vida, incluindo-se aí os de cunho profissional e pessoal.

Claro que isso assume contornos próprios e, portanto, varia entre grupos e indivíduos, ainda que em geral possamos enxergar a constituição de uma atmosfera social que coloca sobre os sujeitos um determinado conjunto de normas e valores hegemônicos que exercem pressão sobre os comportamentos da coletividade.

Além da influência exercida pelo aumento da capacidade produtiva sobre a amplificação e diversificação de necessidades e expectativas que acompanham a própria vida na direção da construção da identidade de si mesmo, a influência exercida pelo ciberespaço e as cibertecnologias é particularmente decisiva para a intensidade como geração dos anos 2000 a experimenta.

A internet atua nessa ampliação de expectativas primeiramente através da ampliação do acesso às informações. Espera-se mais da própria vida

porque se conhece, com a difusão ampliada de informações pelas redes virtuais, muito do que a vida pode oferecer em termos daquilo que é socialmente convencionado como sendo bom ou desejável de ser vivido conforme a atmosfera de valores hegemônica no período histórico correspondente.

Durante a maior parte da segunda metade do século XX, o círculo social da maioria das pessoas estava limitado aos contatos constituídos em suas redes de relacionamento físicos, tais como a família, a escola, o trabalho e os amigos do bairro ou da cidade. Assim, era “pequeno” o “mundo” de cada um. O que se almejava para si estava vinculado ao que se conhecia e, portanto, em grande parte, limitado por esses espaços físicos circunscritos pelos lugares, pessoas e coisas a que se tinha acesso.

As interações digitais suprimiram grande parte dessas barreiras, colocando as pessoas em contato com novos lugares, novas coisas e pessoas e com as experiências íntimas que estas expõem nos ambientes virtuais. Com isso, cada um detém, agora, um universo muito maior de informações sobre as possibilidades de se viver a vida particular, porque vê nesses ambientes a exposição de milhares de experiências privadas de se fazê-lo.

Lugares paradisíacos, produtos caros e pessoas atraentes, diretamente associados a experiências de alegria e felicidade, tem convocado, nos anos 2000, todos e todas a viver “as melhores experiências” da vida. A mensagem que se apresenta explícita ou implicitamente a todas e todos os “cibersujeitos” é de que é preciso se conhecer e/ou usufruir tanto o mais quanto se possa os lugares, pessoas, objetos, serviços, produtos e tudo o que seja potencialmente produtor de experiências de prazer.

Ocorreu, pode-se assim dizer, uma espécie de globalização da vida no sentido de que cada um se vê, ou ao menos é provocado a ver-se, como integrante de um mundo repleto de possibilidades, as quais habitualmente aparecem nos ambientes virtuais como possibilidades de realização. Dito de forma mais precisa, ocorreu uma globalização da informação sobre as possibilidades de se viver própria vida com o intermédio dos recursos existentes no planeta, os quais são, agora, mais amplamente conhecidos.

Aqui, cabe uma ressalva referente ao fato de que, como se verá em seção posterior, o processo de “algoritmização” das relações ciberespaciais “encurta o mundo” dos cibersujeitos (CARIBÉ, 2019) no sentido de que o “mundo de possibilidades” acessado pelos sujeitos virtuais não é o mundo de possibilidades em seu todo, mas apenas uma fração dele, previamente conformada pelos algoritmos. Ainda assim, se comparado ao mundo físico, tal como ele foi experimentado até então, o ambiente virtual ampliou em muito o acesso a informações sobre fatos, coisas e pessoas existentes.

É fundamental sublinhar também, desde já, que tais possibilidades são, contudo, restritas quando analisadas em termos de diversidade, pois evocam geralmente projetos de vida homogêneos, como discutido em capítulo 3. Essas possibilidades são muitas em seu sentido quantitativo, ou seja, de que são numerosos os lugares, as coisas e as pessoas a serem usufruídos de alguma maneira. Mas, qualitativamente falando, reúnem-se quase sempre em torno do consumo e do descarte.

A vida que convoca os sujeitos no ciberespaço parece, assim, ser uma vida de consumo: consumo de experiências que se concretizam pelo consumo de lugares, coisas e pessoas. É relevante aqui colocar em reflexão a qualidade

das interações que podem daí decorrer, no sentido de indagar não somente o que as pessoas aspiram quando constituem suas necessidades enquanto necessidades de consumo, mas também o que elas estão dispostas a fazer consigo e com os outros para realizá-las, e o que efetivamente elas têm feito, mesmo que sem intencionalidade pré-concebida.

A geração juvenil brasileira dos anos 2000 parece ter internalizado essa compreensão de vida plena, daí serem ávidos por viver a vida no sentido de quererem acumular, cada vez mais, experiências profissionais, pessoais e afetivas. Há, por isso, certo inconformismo com a *vida vivida*. É como se a *vida que pode ser vivida*, tal como se vê no ciberespaço, estivesse sempre a “denunciar” a suposta mediocridade da vida que se vive concretamente.

Eu tô achando os jovens mais independentes porque, quando eu era, assim, mais nova, assim, 14 anos, eu não tinha assim, a mentalidade de trabalhar, fazer essas coisas assim, mas hoje... os jovens hoje em dia tão assim, tão, apesar de mais..., não sei, mais desenvolvidos, tão querendo mais se impor na sociedade. Tão querendo cuidar mais deles. É o que eu vejo hoje em dia [...] é do jeito que eu tô lhe dizendo, querem ir atrás... vai atrás de diversão, vai atrás de ser mais independente (Sophia, 20 anos).

[Os jovens de hoje estão buscando] fama, dinheiro e sucesso. [...] Através de dinheiro, ostentar, comprar roupa, ouro, carro, moto. Através de dinheiro é isso, né! (Miguel, 19 anos).

Há entre esses jovens uma voracidade pelo viver que acontece de maneira mais precoce em relação ao curso da vida. Ou seja, a busca, ainda quando jovem, por um lugar no mundo, como acima mencionado, sugere que as necessidades humanas por reconhecimento podem ter se deslocado para uma fase mais precoce do curso da vida.

O relato a seguir mostra mais claramente como essa avidez por experiências de vida é produzida por intermédio dos ambientes virtuais que,

desse modo, atuam como um novo espaço social de produção de necessidades e expectativas. Vale ressaltar, como se pode ver na narrativa adiante, que essa insatisfação diante da vida vivida é um fenômeno já mencionado por aqueles jovens de mais idade, o que pode significar que essa perspectiva sobre a vida acomete a população juvenil já há algum tempo, ou que mesmo sendo mais recente desagua também sobre os jovens que não a experimentaram inicialmente quando da sua adolescência.

Eu acho que muita parte justamente dessas postagens que são meio desnecessárias... porque você olha “ah, porque tal pessoa tem tal coisa, eu quero comprar” e aí aumenta o consumismo, aumenta toda aquela coisa de “se eu não tenho, é porque...” e começa aquele negócio na cabeça “ah, eu não tenho tal coisa, o povo vai ficar olhando pra mim, achando que eu sou... entende?” Por exemplo, todo mundo tá comprando o iPhone do ano e você não tem nem um iPhone, aí a pessoa já fica com aquele negócio “não, porque vão achar que eu não sou tal coisa porque eu não tenho nem um iPhone, nem cinco, quatro...”. Eu acho que esse negócio de dinheiro e produto tá muito ligado. As pessoas tão consumindo não porque precisam, mas pra mostrar aos outros que têm, sabe? Pra tentar se igualar àqueles exemplos que veem na internet muitas vezes. [Antes] existia, mas era menos porque não tinha internet. Então, não tinha como a pessoa saber que tipo, por exemplo, Marilyn Monroe tava lá na Itália, entendeu? Sei lá, um carro do ano que tinha acabado de lançar... (Laura, 24 anos).

Abrem-se, diante dessa produção ampliada de necessidades nos ambientes virtuais, indagações importantes sobre os resultados desse fenômeno em termos de identidades e subjetividades juvenis.

Qual tem sido mais exatamente o impacto disso na conformação das subjetividades juvenis que nos anos 2000 se mostram como novas? O que o ciberespaço tem feito? Ou melhor, o que tem feito de si e dos outros aquando, diante do ciberespaço, convertem-se em cibersujeitos? Que novas possibilidades de ser e estar no mundo visualizam, aspiram e motivam seu

agir? Quem se tornam mediante esse modo de agir? O que querem deixar para trás e o quê, diante das novas possibilidades, desejam ser? A que custo? Como esse *novo Eu* relaciona-se com os outros e com o mundo? E ao fazê-lo, o que pretende e o que efetivamente faz?

6.2 VISIBILIDADE VIRTUAL, BUSCA POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE E A CONFORMAÇÃO DA “SUBJETIVIDADE DO FRACASSO”

É flagrante a importância adquirida no mundo contemporâneo de “ver e/ou ser visto” em ambientes virtuais, fixando a problemática da visibilidade do *Eu* e do *Outro* no centro das formas de ser e estar no mundo nos anos 2000. O “ver e ser visto” pode referir-se à exposição das imagens de si e da própria vida, mas inclui também a exibição das opiniões e formas de pensar e agir nas vitrines do ciberespaço.

Eu vou curiar a vida dos famosos. E eu me viciiei. Eu acho bom, mas vicia muito. Porque se você for olhar os stories tudinho do povo, dos famosos tudinho, você passa o dia. Sou igual a uma prima minha: por mim, eu passava o dia todinho mexendo. Mas tem que fazer as obrigações também, né. Olho mais os stories do povo. Não olho muito as publicações, porque se eu for olhar as publicações não tem fim. Os stories também do povo não têm fim, mas eu olho muito dos meus amigos, compartilho várias coisas também (Valentina, 12 anos).

Eu acho que eles [meus amigos] usam também como eu, como uma forma de se distrair, uma forma de mostrar que tá feliz ou triste, não sei. De interagir com as pessoas. Num tem um amigo meu postando coisa de ameaça pra ninguém, desejando mal a ninguém, nunca vi não (Sophia, 20 anos).

Não tem necessidade, sabe? Da pessoa ficar postando e tal. É muita besteira, assim, eu acho. A questão, assim, a pessoa ir lá, por exemplo, eu vou sair pra comer, a pessoa postar uma foto do prato do que a pessoa tá comendo, entendeu? Pra que a necessidade? Sinceramente, sei lá, pra mostrar o que é... sei lá. Sinceramente, se você fizesse essa entrevista do meu tio, perguntasse a ele, seria bom,

se ele tivesse aqui, porque tudo que ele faz ele posta (Gabriel, 20 anos).

Embora haja uma “sede pela vida” resultante da ampliação de necessidades e expectativas, parece não ser suficiente viver e satisfazer tais necessidades e expectativas. É preciso, na entrada da terceira década do século XXI, mostrar que se está vivendo, ou seja, exhibir-se. O que se busca, com isso, é o reconhecimento público (virtual) da vida privada, do *Eu*, aspirando ao reconhecimento da singularidade (HONNETH, 2003).

É certo que uma delimitação mais precisa desse desejo de visibilidade implica considerar que ele já acompanhava o humano, de alguma maneira, em temporalidades e circunstâncias distintas das atuais, quando ainda não eram mediadas pelo ciberespaço, pois, ao que parece, o ser humano foi historicamente dependente de formas de interação que lhe permitissem uma autoconstrução considerada valiosa por ele próprio. Não de agora, portanto, filhos aspiram visibilidade pelos pais, amigos pelos amigos, o trabalhador pelos seus pares de profissão. Isso, contudo, parece diferir do fenômeno atual em que a visibilidade almejada em ambientes virtuais é muito mais extensiva, incluindo sujeitos com os quais não se partilha, de antemão, laços afetivos ou profissionais.

Parece inscrever-se aí uma mudança importante nas aspirações dos sujeitos que se colocam à vista nas comunidades virtuais, pois agora a valorização que se espera dos outros teria que ser produzida não mais somente em razão desses vínculos afetivos e profissionais, como aqueles que envolvem os familiares, amigos e colegas de trabalho, mas pela exposição pública de que se é ou que se possui características – seja do corpo, do modo

de vida ou das formas de agir, pensar e/ou se expressar – valiosas para a comunidade de valores da qual participa e que, vale sublinhar, agora, com sua virtualização, é bem mais numerosa do que antes quando fronteiras físicas a delimitavam.

No celular, ela [minha amiga da mesma idade] tem muitos seguidores, mais seguidores do que eu. E: Aí ela vai olhar quem viu... esses últimos sete dias muitas pessoas viram. Ela fica muito feliz com isso. E acho que com as curtidas também. Eu olho o Instagram, ela tem muita curtida. Ela também tem um fã clube. E muita curtida também. Eu acho que ela fica alegre com isso, né. E quando fala com a fã dela (Valentina, 12 anos).

À luz da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003), é como se agora a conversão de si em cibersujeito inaugurasse ou mesmo ampliasse a possibilidade que cada pessoa possui de aspirar de maneira muito mais extensiva o reconhecimento de sua singularidade frente a um número de pessoas antes inatingível. A possibilidade de ser visto aparentemente se tornou, ao mesmo tempo, mais ampla e mais fácil, aspectos estes que podem estar colaborando para esse processo.

O que de início aponta uma novidade histórica que poderia conduzir os sujeitos a um patamar mais elevado de realização pessoal, haja vista as oportunidades abertas pelo ciberespaço para uma maior valorização de si e do outro, tem revelado efeitos opostos quando se olha o modo como tem sido concretamente experienciado pelos sujeitos. A métrica de valor que tem sido utilizada para a autovalorização pessoal, cujo referencial tem sido a vida do outro tal como ela é exposta nos ambientes virtuais, tem levado à produção de uma espécie “subjetividade do fracasso”.

A noção de “subjetividade do fracasso” refere-se ao sentimento dos sujeitos de que suas vidas, atravessadas que são por seus limites corporais e pelos obstáculos concretos que cerceiam o cotidiano social, estão aquém daquela vida possível de ser vivida e que aparentemente tem sido vivida por tantos outros ao redor do mundo, como demonstra o colossal de imagens e vídeos que as fotografam e gravam quase sempre em estados de alegria ou prazer ou em demonstrações de virtudes.

Você vê várias pessoas, assim, com uma vida extremamente extravagante, em lugares que você nunca nem sonhou em ir, sendo que você tem mil problemas e, digamos assim, várias pessoas não sabem nem como fechar o mês, entende? E acho que essa exposição prejudica mais do que ajuda. Porque, sinceramente, expor que, por exemplo, sei lá, Bruna Marquezine tá em Paris num iate, vai influenciar, vai ajudar na vida de quem? Nem na dela nem na de ninguém que assiste, entende? O máximo que pode fazer é deixar várias pessoas tristes por não ter nem 1/3 daquilo. Que eu acho que não faz bem não [...]. Tá tudo com muita aparência. Porque... pronto, antes eu tinha muito site daqueles que falam as notícias “ah, artista tal alguma coisa”, as fofocas como eu chamo... e aí eu parei de seguir todos porque simplesmente olhei assim e fiquei “poxa, tá meio chato isso aqui”. Só passava tipo assim “atriz num sei quem em Paris”, “num sei quem fez tal coisa”. Você fica olhando assim e não faz muito sentido, sabe? A única coisa que tava influenciando ali era pra expor que tal pessoa tinha uma condição melhor do que você, sendo que não ia influenciar na sua vida. Agora eu sigo mais os parentes mesmo (Laura, 24 anos).

O ciberespaço, nesse sentido, tem atuado como um ambiente de competição ampliado em patamares até então não experimentados. É um ambiente com muita gente alegre, virtuosa ou de sucesso, diante das quais a própria vida – vida sentida em sua corporeidade e concretude - parece limitada e o próprio *eu* insuficiente, compondo uma sensação de fracasso por parte dos sujeitos.

Essa competição ampliada não é percebida pelos seus participantes do ciberespaço enquanto tal e mesmo quando o é, parecem não se dar conta de um aspecto decisivo de sua configuração: que as comparações do próprio *Eu* com os *Outros* que impulsionam os sentimentos de insuficiência e de fracasso se dão de maneira desleal, no sentido de que o *Eu* e o *Outro* postos em comparação não possuem a mesma situação ontológica.

Enquanto o *Eu* é vivido em todas as limitações que impregnam os corpos e a realidade social concreta, os *Outros* são cibersujeitos constituídos de formas, conteúdos e estéticas que lhe são dadas pelos seus autores, os sujeitos físicos. A vida experimentada pelo *Eu* concretamente vivido dificilmente conseguirá alcançar possibilidades imagéticas e de bem-estar que os cibersujeitos exibem em razão dos recursos que as tecnologias digitais lhes possibilitam e, especialmente, do fato de serem intencionalmente compostos, muitas vezes, para serem alegres e bem-sucedidos e, assim, realizar, ainda que no plano virtual, aspirações que seus autores, fisicamente limitados, desejam, também por estarem na busca incessante pelo reconhecimento de si.

Nos ambientes virtuais, cada um mostra o que tem de melhor como bem assinalou uma das jovens participantes da presente investigação. Logo, quando os navegantes dos ambientes virtuais se colocam, ainda que de modo não claramente percebido, como participantes dessa competição do *Eu* com o *Outro*, que supostamente lhe ancoraria uma autoafirmação, as chances de êxito são pequenas porque não se está competindo com o outro de maneira integral, mas com o seu lado bom.

Gosto de, às vezes, postar foto do meu dia-a-dia, o que eu vivi no dia.
Se eu ficar feliz, eu posto uma foto que demonstro como estou, coisa

que é bem difícil assim, não tô toda feliz não. É, gosto de exhibir minha filha, né? Que eu acho ela a coisa mais fofa do mundo. É... meu sobrinho também.. Aí porque tem gente que gosta de postar os bens materiais na internet. O meu bem é essas duas crianças, então eu gosto de exhibir isso, né (Sophia, 20 anos).

Configurado dessa maneira, as redes virtuais de interações sociais apresentam-se como ambientes com alto potencial de produção de frustração para aqueles que dela participam aspirando reconhecimento de sua singularidade.

6.3 CIBERESPAÇO E A PRODUÇÃO DA “SUBJETIVIDADE DO CONSUMO”

A apropriação do ciberespaço por forças de mercado tem possibilitado instaurar e renovar mecanismos variados de expansão e acumulação. Discorre-se um pouco aqui sobre o processo de produção de “sujeitos de consumo” que é decisivo ao êxito desses mecanismos, a relação disso com a busca por reconhecimento e como isso se reverte em frustração para os sujeitos que vivem esse processo de subjetivação dirigida ao consumo.

Nominar, aqui, de “sujeitos de consumo” e não “sujeitos para o consumo” tem a intenção de expor que, da maneira como se configura na sociedade contemporânea com a mediação do ciberespaço, o consumo não é apresentado para os jovens como uma prática fortuita, não como uma possibilidade social entre outras, mas como algo decisivo e fundamental aos projetos de futuro de cada um, uma espécie de modo de ser.

É bem verdade que o papel desempenhado pelos sujeitos hoje, diante do mercado, não se reduz à condição de consumidor. A produção, obtenção e comercialização de dados das pessoas, fornecidas voluntariamente por elas

próprias nos ambientes virtuais, conformando o que Breilh (2015) chamou de “proletarização inconsciente”; a captura da capacidade inventiva e da criatividade na solução de problemas que interessam ao mercado, sendo por isso por ele estimulado, como esclarece Sibila (2016) conformam algumas das novas estratégias do mercado no contexto do Ciberespaço e que serão alvo de detalhamento em seção posterior.

Mas no que toca particularmente a questão do cibersujeito como um sujeito de consumo, a exposição da intimidade nas redes sociais virtuais vem permitindo, por exemplo, a personalização da publicidade que, agora, de posse das informações mais íntimas de cada um, seus pensamentos, sentimentos e desejos, encaminham-lhes anúncios dirigidos, refinando assim o mecanismo de produção de necessidades de consumo (SIBILA, 2016).

O consumo também é induzido pela atuação dos influenciadores digitais que introduzem produtos e serviços de empresas que o financiam em seus diálogos nas exposições cotidianas de suas vidas particulares, de forma aparentemente desinteressada, quase que como um “amigo confiável”, como afirmou Marc Zuckerberg, fundador do Facebook (SIBILA, 2016).

Os cibersujeitos são, por vários mecanismos, bombardeados por estímulos de consumo que lhes são apresentados, na maioria das vezes de maneira implícita, como uma plataforma a partir da qual cada um deve compor seus planos e projetos para realizar as necessidades e desejos aí constituídos. No ciberespaço, opera-se, desse modo, uma produção invisível e constante de sujeitos de consumo, na medida em que os sujeitos estão a todo o momento sendo provocados a querer consumir mais.

Já se discutiu em capítulo anterior que em uma sociedade de consumidores (Bauman, 2008) o ato de consumir apresenta-se, ele próprio, como um gesto de valor.

Em um cenário histórico-social de grande capacidade produtiva, de oferta de muitos produtos e serviços, e de um sujeito que conforma sua subjetividade, como sujeito de consumo, novamente aqui poder-se-ia supor - mediante uma reflexão que não dialogasse com a realidade concretamente experimentada pelos sujeitos - que os efeitos práticos dessa conjuntura seriam equivalentes àqueles propagandeados pelo mercado em suas tentativas de induzir o consumo. Ou seja, que consumir é ato produtor de bem-estar ou alegria.

Mas, também de novo, nesse caso, a prática e a simbologia do consumo têm figurado, em contrário, como mecanismo de frustração social. Talvez isso ocorra em razão de sua circunscrição em uma sociedade mediada pelas tecnologias da informação e comunicação às quais mostram ao sujeito que consome que o que já se consumiu não é suficiente, pois há sempre algo novo e melhor – essas duas coisas tendem a ser apresentadas quase que como sinônimos – a ser adquirido. E que, por isso, há sempre algum *Outro* mais bem sucedido porque consumiu mais.

Olha, eu acho que mudou também. Tipo, eu sei que o consumismo cresceu com o tempo, a vaidade cresceu. Eu acho que muita parte justamente dessas postagens que são meio desnecessárias... porque você olha “ah, porque tal pessoa tem tal coisa, eu quero comprar” e aí aumenta o consumismo, aumenta toda aquela coisa de “se eu não tenho, é porque...” e começa aquele negócio na cabeça “ah, eu não tenho tal coisa, o povo vai ficar olhando pra mim, achando que eu sou... entende?” Por exemplo, todo mundo tá comprando o iPhone do ano e você não tem nem um iPhone, aí a pessoa já fica com aquele negócio “não, porque vão achar que eu não sou tal coisa porque eu não tenho nem um iPhone, nem cinco, quatro...”. Eu acho que esse negócio de dinheiro e produto tá muito ligado. As pessoas tão

consumindo não porque precisam, mas pra mostrar aos outros que têm, sabe? Pra tentar se igualar àqueles exemplos que veem na internet muitas vezes (Laura, 24 anos).

Os atos de consumo, nesse contexto, são sempre insuficientes, colocando os sujeitos em condição de insatisfação quase permanente diante das novas possibilidades de consumo que a todo instante se apresentam e convocam-no.

Por outro lado, mesmo para quem atingiu patamares de consumo que o permitam “ser visto” de maneira a ser reconhecido como alguém de valor – nos termos aqui colocados - em determinado circuito social, resta-lhe a frustração de perceber que a felicidade prometida no consumo não é tão facilmente realizável – quando o é.

Mas, a esse respeito, vale salientar que talvez seja “pedir demais” aos sujeitos que revelem isso logo agora que gozam do reconhecimento público que lhes é dado pela exibição de seu poder de consumo nos ambientes virtuais - e que pode ter-lhes custado caro do ponto de vista profissional ou afetivo. Ou seja, pedir ao sujeito para confessar que a promessa era ao menos em parte falsa e que o sentimento de realização é aquém do prometido, é pedir ao sujeito que abdique do reconhecimento pelo qual lutou.

Ao trazer à tona um mecanismo comum do mercado para indução do consumo, ou seja, a associação enganosa do consumo como um determinado estado de bem-estar ou alegria, vale perceber uma particularidade desse tempo histórico mediado pelo ciberespaço: que a possibilidade de enganar o outro para realizar algum fim de interesse particular tornou-se muito mais acessível. Fingir ser alguém, possuir algo ou um determinado estilo de vida, a fim de influenciar o outro a adquirir determinados produtos ou serviços, passou

a ser algo viável não somente aos publicitários profissionais, mas a todos aqueles sujeitos “comuns” que passaram a ver com a internet a possibilidade de serem influenciadores digitais e de tornar isso algo economicamente lucrativo.

Agora, todos que têm diante de si uma tela e uma conexão de qualidade com a Rede Virtual, e que sentem ser isso chance de influenciar outros que ali se encontram de forma telepresente, e, ainda, se movidos para aproveitar essa oportunidade na direção de realizar seus interesses particulares de reconhecimento, pelo ganho financeiro ou apenas pelo acúmulo de prestígio nas redes virtuais, encontram novas oportunidades históricas de instrumentalização ou até de reificação do outro.

O aproveitamento que cada um fará dessa oportunidade em termos de submeter o outro a seus interesses, será determinado pelos aspectos de caráter normativo que edificam ou não o próprio agir, mas também podem decorrer, como já visto, da possibilidade (reificante) de “esquecimento do outro” (HONNETH, 2018).

A esse respeito, parece oportuno indagar: a ausência física do outro, característica das relações virtuais, poderia estar trazendo algum tipo de transformação para a qualidade dessas interações intersubjetivas capaz de afetar os processos de reconhecimento de si mesmo e do outro, fazendo assim do Ciberespaço um local de reificação e do Cibersujeito alguém mais propício ao “esquecimento”?

6.4 CULTURA DA SELFIE, BUSCA POR RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE E A PRODUÇÃO “DO EU PROTAGONISTA”

As selfies passaram a ser uma prática comum na década de 2010 em todo o mundo, a ponto de haver se constituído o que alguns denominam de Cultura da Selfie (GIROUX, 2015; MARWICK, 2015). A fotografia de si mesmo, habitualmente feita com um smartphone e publicada nas redes sociais (OXFORD, 2020) pode ser tomada como uma expressão reveladora de particularidades do tempo histórico aqui focalizado e dos processos de subjetivação experimentados pelos jovens desse tempo.

O aumento vertiginoso das selfies em anos recentes entre pessoas famosas e comuns, compartilhadas na grande maioria das vezes no Instagram, é interpretado por alguns como uma epidemia de narcisismo e por outros como uma maneira nova de autorrepresentação fortalecedora do eu (MARWICK, 2015).

Para Giroux (2015), a Cultura do Self é expressiva de um tempo em que as pessoas reconhecem-se como única forma viável de agência, numa sociedade individualizada e amplamente competitiva, na qual o “olhar para si” torna-se uma forma de gratificação e prazer imediato. Contudo, ainda segundo ele, há evidências de que os efeitos dessa prática são opostos aos esperados, pois a exibição de si mesmo nas redes sociais tem sido fonte produtora de insatisfação.

A Cultura da Self não diz respeito apenas a entretenimento, comunicação e vaidade, mas acontecem na sociedade contemporânea de maneira a fazer retroceder os direitos de privacidade, a reconfigurar o espaço

público, mercantilizar o *eu* e a contribuir com práticas de vigilância de empresas e governos (GIROUX, 2015; SIBILIA, 2016).

Entre os jovens mossoroenses participantes da pesquisa revelou-se marcante o uso diário de redes sociais, principalmente o Instagram, Facebook, Whatsapp e Youtube. Nas redes é comum, conforme se pode ver entre os que possuem perfis públicos, a utilização de imagens de si e da vida cotidiana.

Não, não sei [quantas horas no dia eu uso o celular]. Mas eu uso muito, muito, muito, mesmo. Principalmente o Insta, aí tá viciando muito. Eu mexo mais no Insta, aí tá viciando muito. Ela [minha avó] tá só brigando (Valentina, 12 anos).

Gosto de, às vezes, postar foto do meu dia a dia, o que eu vivi no dia. (Sophia, 20 anos)

Mais postado [no instagram]? Foto em festa. É o que posta mais. Ah, não sei. Tipo, é legal, assim, sabe? Um grava um vídeo e posta. Nada a falar [sobre isso] não, é isso mesmo. Aonde você vai, é o povo postando foto em festa. [Eu posto] mais foto minha. Porque eu não saio pra canto nenhum. Não saio mais pra canto nenhum. Aí pra ficar batendo esses tipos de foto, eu não tenho. Bato mais umas fotos quando atualizo o Instagram e pronto (Heloísa, 13 anos).

O que interessa aqui nesse momento, e que estabelece relação com os aspectos já apontados na literatura acima citados, é que a Selfie se apresenta como uma prática social que parece concretizar, na população juvenil, um novo caminho de busca para suas pretensões de reconhecimento intersubjetivo. Isso pode ser percebido pelas reconfigurações que essa prática opera na configuração do *Eu* e do *Outro*.

Nesse sentido, vale em primeiro lugar atentar para o fato de que as selfies são um construto alicerçado sobre a figura do *Eu*, ou para ser mais preciso, sobre a *imagem do Eu*. Elas não são fotografias feitas para registro de instantes a serem rememorados no futuro, mas fundamentalmente para serem

difundidos em ambientes virtuais, materializando uma exibição pública de si mesmo. Logo, não representam apenas uma renovação tecnológica das fotografias que, outrora, compunham álbuns de arquivo pessoal. Diferentemente disso, constituem uma nova forma de expressão e interação social, uma comunicação mediada pela imagem e que se dirige ao outro visando transmitir-lhe algum tipo de mensagem.

Interessante perceber como na selfie o *Eu* assume sempre uma posição central na mensagem que a imagem pretende disseminar. A posição do sujeito é, assim, sempre de protagonista da situação exibida a qual busca comunicar ao outro alguma vivência experienciada pelo sujeito que encarna simultaneamente, a condição de sujeito e de objeto. Assim, com elas, os sujeitos buscam demonstrar estar vivendo algum tipo de experiência que lhe parece importante exibir (SANTOS, 2016).

Assim, as selfies tratam, em primeiro plano, do *Eu*. Mas, como se pode verificar em fácil exercício de navegação no Instagram, não se trata de um *Eu* qualquer, pois este não ocupa somente um lugar de protagonista frente às situações da vida, mas também se coloca quase sempre em posição de afirmação de si diante dela, geralmente em comunhão com os valores socioculturais hegemônicos.

Essa dupla condição de protagonismo e afirmação de si parece apresentar-se de maneira ainda mais aguda quando o sujeito/objeto da selfie – lembrar que o sujeito e o objeto são o mesmo – vislumbra ocupar o posto, aberto pelas redes sociais virtuais, de microcelebridade.

Microcelebridade é uma mentalidade e uma coleção de práticas de autoapresentação endêmicas nas mídias sociais, nas quais os

usuários formulam estrategicamente um perfil, alcançam os seguidores e revelam informações pessoais para aumentar a atenção e, assim, melhorar seu status online (SENFT, 2013 apud MARWICK, 2015, p.138).

Os cibersujeitos postulantes da condição de microcelebridades tendem a apresentar-se com boa aparência, trabalhando em locais desejados e exibindo símbolos da cultura tradicional das celebridades, tais como autorretratos glamourosos e produtos de grife (MARWICK, 2015).

Interessante, no contexto da presente pesquisa, notar o elevado interesse dos jovens pela vida das celebridades. Vários entrevistados referiram “seguir” os famosos em suas redes sociais, o que evidentemente os coloca sob a influência dos valores sociais que aqueles transmitem. No caso das celebridades, o conteúdo que se acopla à imagem disseminada é em grande parte determinado por forças de mercado que enxergam nos famosos, mediante suas atuações nos ambientes virtuais, excelentes influenciadores de massa para o consumo de seus produtos e serviços.

Mas, sem querer voltar agora ao tema do mercado e do consumo, e uma vez tendo mostrado como a selfie constitui uma prática social que operacionaliza uma aparente valorização do *Eu*, focalizemos a partir daqui a construção do *Outro* que essa prática realiza para, com isso, poder melhor pensar as interações e os processos de subjetivação que a partir de então se constituem.

Embora a selfie esteja centralmente alicerçada na imagem do *Eu*, sua natureza é essencialmente interativa, o que pode ser evidenciado pelo fato de que elas são feitas para serem publicadas em redes sociais. Ao serem produzidas, sempre consideram algum destinatário, sem o qual não fazem

sentido existir, muito embora a destinação, em muitos casos, seja incerta, não se sabendo o grau exato que sua difusão poderá alcançar nas redes (SANTOS, 2016).

As interações que se tecem por meio da selfie operam também, assim como no caso do *Eu*, uma reconstrução do *Outro*. O *Outro* é secundário em relação ao *Eu*, mas ao mesmo tempo é fundamental naquilo que se espera ser o seu papel, pois sem ele o *Eu* não pode afirmar-se tal como pretende. E qual seria então essa pretensão?

Santos (2016), explorando as faces da selfie no tecido social, após igualmente concluir sobre a importância desse *Outro* para a construção do *Eu* - que ele chamou de *Próprio* -, também se indagou sobre o que estaria movendo uma subjetividade a se objetivar em *selfies*, a exibir-se para uma coletividade não raro sem rosto, vislumbrando algo aparentemente tão caro para os sujeitos que a praticam.

Honneth (2003) parece oferecer aqui, mais uma vez, uma interpretação fecunda para essa nova prática social: os sujeitos que a realizam possuem pretensões intersubjetivas de reconhecimento de sua singularidade, pretensões que encontram na selfie um dispositivo aparentemente bastante adequado, porque fácil e sintonizado com os tempos atuais.

A imagem do sujeito/objeto da selfie, como vimos, é sempre a de um *Eu* protagonista e afirmativo. O *Outro* é, por sua vez, um importante (mas, somente) expectador, estabelecendo assim condições bastante propícias para concretizar o reconhecimento.

Pode-se, desse modo, considerar que a produção de subjetividade operada pela cultura da selfie – e pela publicização da intimidade de um modo

geral - reconfigura essa produção de modo a trazer para o entorno de si as atenções dos sujeitos, o que consequentemente reduz os esforços (atenção, escuta, etc.) que poderiam ser dirigidos aos outros indivíduos e aos coletivos enquanto sujeitos principais dessa produção, como legitimamente também poderiam ser. No limite, essa cultura desloca o centro gravitacional da relação entre o *Eu* e o *Outro* na direção do *Eu*.

Dito de outra forma, as energias que cada um precisa dedicar a si mesmo na construção do seu eu virtual retira o tempo e o esforço que poderiam ser dedicados ao Outro, reduzindo assim o espaço do altruísmo em benefício do egoísmo, o que produz, entre outras coisas, fragilização de pautas e espaços coletivos. Mas, conforme podemos ver com o auxílio de Honneth (2003), sua realização não diz respeito apenas a uma questão de gestão do tempo, mas trata fundamentalmente das forças motivacionais em torno do reconhecimento que estão impregnadas no agir dos sujeitos.

Talvez a popularidade da selfie ocorra por ser um mecanismo de fácil operacionalização e, portanto, de se levar adiante as pretensões de reconhecimento da singularidade que se apresentam, no século XXI, como uma necessidade intersubjetiva importante para os sujeitos que a compõem – sem querer aqui nesse momento fazer referência à relevância disso em outros momentos históricos.

O ciberespaço e as redes sociais virtuais, sob a forma de uma cultura da selfie e, integrando-se a ela, uma cultura da celebridade, parecem ter instaurado uma nova relação das pessoas consigo mesmas e com o *Outro*, movendo aparentemente o pêndulo na direção do primeiro.

Ademais, a selfie, da maneira como tem sido mais amplamente apropriada e difundida no contexto da sociedade neoliberal da qual participa, produz e/ou reitera valores e sentimentos que sustentam esse modelo de sociedade - individualismo, egoísmo, privatização, descartabilidade, colonização do espaço público de questões privadas, etc. -, muito embora seja uma prática que também comporta formas de resistência e transformação da realidade instituída.

A dinâmica de ocorrência dessa prática nas plataformas virtuais, em que as imagens de si são produzidas, consumidas e descartadas com velocidade, também se sintoniza com a temporalidade acelerada dos tempos presentes, reiterando a liquidez como uma das marcas identitárias do final do século XX e início do XXI, conforme já discutido em capítulo anterior.

6.5 ALGORITIMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DA “ATMOSFERA DO EU”

A virtualização das relações sociais concretizada com o uso de plataformas virtuais de relacionamento e acesso a conteúdos, como Facebook, Whatsapp, Instagram, Google, Youtube, Twitter, entre outras, populares nesse início da década de 2020, tem alçado a mediação algorítmica à condição de uma questão de grande relevância quando se investigam as formas contemporâneas de socialização.

Algoritmos são instruções que permitem um dispositivo computacional realizar uma tarefa de maneira a seguir um caminho e a obter um resultado, previamente formulados. A mediação algorítmica das relações sociais que se

dão no ciberespaço tem permitido ampla coleta e processamento de dados dos indivíduos (CARIBÉ, 2019).

A capacidade de coleta de dados pessoais dessas plataformas é ampla, possuindo extensa capilaridade e profundidade. O Facebook permite, por exemplo, através de sua “fábrica algorítmica”, conhecer o perfil psicométrico, orientação sexual, posição política, estado civil, renda familiar, biometria, além da rotina e dos princípios e valores de cada pessoa, construindo assim diagnóstico das personalidades (CARIBÉ, 2019).

Isso é feito por um complexo processo de intermediação algorítmica que registra detalhadamente o comportamento do usuário nas redes e ambientes virtuais variados. Likes, curtidas, comentários, compartilhamentos, leituras, amizades, seguidores, grupos, páginas, fotos, vídeos, rolagem de tela e tempo de leitura de postagens no feed de notícias são exemplos de comportamentos registrados a fim de obter um perfil do usuário da rede. A isso, somam-se os dados cadastrais que cada pessoa fornece às plataformas para seu acesso inicial e, ainda, aqueles capturados junto às funções e sensores dos smartphones, incluindo agenda, caderno de telefone, SMS, log de telefones, câmeras, microfone, lista de redes wifi próximas e informações de geoposicionamento (CARIBÉ, 2019).

A vigilância governamental e corporativa que têm se tornado possível, e por vezes realizada, pela mediação algorítmica - lembrar aqui os escândalos recentes envolvendo o Facebook⁸, através de captura e armazenamento de

⁸ Escândalo envolvendo a Cambridge Analytica, empresa de análise de dados que trabalhou com a equipe responsável pela campanha de Donald Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos. A mesma teria usado para fins políticos informações privadas de mais de 50 milhões de usuários do Facebook. Ver matéria publicada: “O escândalo que fez o Facebook

dados pessoais de pessoas em todo o mundo constitui, na atualidade, uma nova estratégia política que ameaça as democracias (GIROUX, 2015).

A questão fundamental a ser feita aqui não reside propriamente sobre quais dados das pessoas tem sido possível extrair do ciberespaço – o que por si só chama a atenção em razão de sua amplitude – mas, está em pensar o que pode ser feito e, sobretudo, o que efetivamente têm sido feito com esses dados ou partir deles.

O primeiro acontecimento que tem resultado da algoritmização das relações sociais e que tem chamado a atenção não somente em razão de seus impactos políticos⁹, mas pela sua repercussão nos processos cognitivos e subjetivos que atravessam o modo como as pessoas constroem sua percepção da realidade, são os Filtros Bolha ou, simplesmente, como são mais corriqueiramente chamadas, “Bolhas”.

As bolhas constituem um fenômeno em que os sujeitos virtuais, quando navegam nas plataformas digitais, não são colocados diante do conjunto de assuntos e informações que transitam no ciberespaço, mas apenas diante daqueles que foram filtrados pelos algoritmos tendo em vista os interesses que supostamente possuem porque foram a ele associados em face do seu perfil traçado pelos algoritmos (FAVA, PERNISA JUNIOR, 2015). Com isso, o cibersujeito deixa de explorar o ciberespaço em todas as suas possibilidades e passa – sem saber – a transitar no interior de uma “bolha”, o que alguns autores chamam, segundo Caribé (2019) de “encurtamento do mundo”.

perder US\$ 35 bilhões em horas”. Acesso em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43466255>

⁹ Eli Passier tratou da influência disso para as eleições de Donald Trump em 2016 nos Estados Unidos. Ver entrevista: “O problema é que damos todo o poder para plataformas como google e facebook” acesso: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/19/cultura/1497900552_320878.html

Um primeiro problema que resulta desse processo é que cibersujeitos são levados, de forma progressiva – haja vista que os algoritmos atualizam constantemente o perfil dos usuários a partir de seu comportamento nas redes – a estarem sempre em contato com informações que refletem suas preferências e opiniões pessoais previamente manifestas nas redes, situando-se, assim, cada vez mais em um universo de interações com menor diversidade de possibilidades, personalidades e opiniões (FAVA; PERNISA JUNIOR, 2015).

Dois aspetos importantes devem ser pensados diante desse problema. O primeiro deles é que uma subjetividade forjada pela reiteração constante das próprias preferências dos sujeitos limita as suas possibilidades de construção de competências relativas ao diálogo. A “fusão de horizontes” que, conforme se discutiu em capítulo anterior, abriga o sentido mais fino da prática dialógica, ficaria mais distante numa sociedade onde os sujeitos são levados a distanciar-se de opiniões diversas das suas, o que pode comprometer possibilidades sociais de construção coletiva de interesses comuns.

Isso fica ainda mais claro quando olhamos para as “câmaras de eco” que se formam a partir das bolhas nas redes sociais.

O conceito de câmara de eco descreve a maneira pela qual a informação pode ser amplificada e repetida dentro de redes fechadas de indivíduos ideologicamente semelhantes, levando ao aprofundamento de ideias e crenças. As pessoas adquirem e interpretam informações em suas redes sociais diárias. A estrutura dos mundos sociais das pessoas e a gama de informações disponíveis nesses mundos podem, às vezes, servir para confirmar o que as pessoas já acreditam, em vez de encorajar o diálogo aberto ou o raciocínio crítico. Isso reforça e amplifica certas informações, enquanto, ao mesmo tempo, protege informações novas ou alternativas de penetrar nas linhas de comunicação entre os atores da rede social (FARRELL, 2015, p. 719).

Um segundo aspecto tão relevante quanto o primeiro e com ele relacionado é que, interagir com a diversidade amplia as possibilidades que os sujeitos, em suas interações intersubjetivas, têm de reconhecer (HONNETH, 2003) os outros nos vários planos de sua sociabilidade. Isso porque, ao que parece, reconhecer indivíduos e grupos sociais que possuem características, sejam elas corporais e de personalidade, distintas da minha ou do meu grupo social, atribuindo-os o mesmo patamar de valor que julgo gozar como humano e cidadão, parece ser ao menos em parte dependente de um processo anterior de socialização ao qual cada um é submetido e que constrói certa capacidade de “operar” esse reconhecimento.

Assim, não é difícil imaginar mediante um breve exercício de abstração que sujeitos socializados sempre ou quase sempre com iguais, e que aprendem a valorizar a si e a esses semelhantes em razão das características que lhes são próprias, em termos, por exemplo, de cor, orientação sexual, costumes, etc., venham a ter mais dificuldade de valorizar e reconhecer outros que se distingam dos padrões já por eles internalizados, quando comparados com sujeitos mais habituados e lidar com a diversidade, valorizando-a.

Se a apropriação social das cibertecnologias tem impulsionado a criação de mecanismos mediadores de interações que dificultam o reconhecimento do Outro, estamos então dando combustível a formas de socialização que renovam a instrumentalização ou mesmo a reificação desse Outro, o que pode expressar-se sob formas sociais concretas muito ameaçadoras de horizontes que se pretendem justos, democráticos e solidários.

Ora, se as redes diminuem a diversidade e o reconhecimento intersubjetivo, elas então tecem condições impulsionadoras de conflitos sociais,

pois como esclarece Honneth (2003) indivíduos e coletivos encontram no não-reconhecimento de si a força motivacional para empreender uma luta por reconhecimento.

Ao mesmo tempo, abrem-se com a Internet novas possibilidades de empreender essa luta, pois a reunião de pessoas com interesses comuns e personalidades semelhantes está muito mais fácil com os ambientes virtuais, sendo inclusive, como tenta-se expor aqui, induzida por mediação algorítmica.

Outro problema que está relacionado às bolhas e que toca os perigos da instrumentalização e da reificação, através da relação dos usuários da rede com as empresas que comandam tais plataformas, é que esses usuários não possuem o conhecimento das mediações algorítmicas que atravessam suas interações ciberespaciais e desconhecem, em particular, o amplo processo de extração de dados aí realizado que o transformam em um “conjunto de dados” que irá compor os ativos¹⁰ dessas empresas.

Se o filtro que coleta e processa dados é invisível ao sujeito e se, nesse processo, ele/ela não é devidamente informado que está a todo o momento produzindo os dados que compõem os Ativos da empresa que comanda a plataforma; e se ao navegar na rede, ele/ela desconhece que não navega pelo ciberespaço, mas apenas no interior de uma bolha construída por algoritmos, que condição é a dele/dela, nesse momento, senão já a de um sujeito que foi instrumentalizado, quiçá reificado, por forças econômicas?

¹⁰ Ativos, em contabilidade, são valores que indicam quais são os bens e direitos que uma empresa possui. Estes valores são demonstrados através do Balanço Patrimonial, junto com os Passivos e o Capital Próprio, que somados resultam no total de Ativos da empresa (DICIONÁRIO FINANCEIRO. Consulta em 20.12.2020. Acesso: <https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-sao-ativos/>).

Diante dessa conversão dos cibersujeitos em “conjuntos de dados/mercadoria”, que se operacionaliza nesse contexto quais são os valores que se apresentam no tecido social permitindo ancorar práticas sociais como essa? A transformação não consentida de si próprio em mercadoria ou mesmo a restrição da liberdade imposta pela bolha no ciberespaço, com consequentes benefícios ao outro e prejuízos a si mesmo, não seria um desrespeito ao sujeito de direitos? Ou tratar-se-ia de um processo mais profundo em que, ainda que eventualmente, a condição de mercadoria que lhe foi dada já lhe teria retirado por completo a possibilidade de ter reconhecida a sua condição primária de humano? Não teria deixado de ser um humano o cibersujeito que assim se relaciona com empresas que comandam o ciberespaço?

Se os cibersujeitos desconhecem o que é feito deles em dois momentos constitutivos desse processo, ou seja, quando são convertidos por mediação algorítmica em um conjunto de dados e quando esses conjuntos de dados são apropriados por atores sociais para concretizarem interesses que lhes movem, então é oportuno recuperar, como diz Sibila (2016) fazendo referência a Deleuze, o que parece aqui ser um desafio para os jovens do século XXI: saber, nesse processo, “a que estão sendo levados a servir”.

Outro acontecimento que tem se concretizado pela mediação algorítmica das relações sociais é o fenômeno da polarização de opiniões. No Brasil, sua ocorrência de maneira mais acentuada no campo político nos últimos anos teve papel importante, não somente nas escolhas eleitorais recentes, delineadas em um cenário em que a população, em grande parte, polarizou-se entre as chamadas posições “de esquerda” e “de direita”, mas também no debate de

temas de cunho moral que também foi colonizado por essa mesma polarização ideológica (MISKOLCI, MACHADO, 2019).

A formação de opiniões extremas que leva à polarização tem sido favorecida pela formação das Bolhas e das Câmaras de Eco nas redes sociais (JASNY et al, 2015; MISKOLCI, MACHADO, 2019; FERREIRA, RIOS, 2017). A polarização, segundo Aissa e Carrara (2020), pode ser verificada em vários dos grandes temas que ocupam o debate público no Brasil, tais como saúde, educação, segurança e economia, meio ambiente e políticas públicas.

Se, por um lado, em torno dos novos e potentes processos de exploração econômica e política conformados ou potencializados pelas mediações algorítmicas nessas primeiras décadas do século XXI no Brasil e no Mundo (CARIBÉ, 2019; MISKOLCI, MACHADO, 2019), ergue-se o importante questionamento sobre “a que estão sendo levados a servir” os cibersujeitos da era digital, por outro lado, quando tais processos são olhados sob o ponto de vista dos processos de subjetivação e socialização que os ancoram, conforma-se outro importante questionamento que diz respeito a “quem esses sujeitos têm se tornado”. As duas questões parecem indissociáveis, evidenciando os laços entre o social e o individual que desafiam à compreensão dessas transformações contemporâneas que tecem, também, por mediações algorítmicas.

Quanto aos processos de subjetivação em curso, chama a atenção a “atmosfera do eu” que tem sido criada pelas mediações algorítmicas. Se, por um lado, as bolhas conformam o mundo ciberespacial enquanto um espaço composto por sujeitos e coisas majoritariamente sintonizados com as minhas preferências; por outro lado, as câmaras de eco ressoam a minha própria fala a

qual volta a mim na voz de outros que pensam como eu para me deixar mais convicto de que eu estou certo em minhas posições sobre os acontecimentos sociais.

Em um mundo em que a incerteza atravessa fortemente não somente as previsões de futuro, mas também os valores que instruem as formas de agir cotidiano (Bauman, 2001), as possibilidades de construir certezas que emergem no ciberespaço pela imersão em grupos sociais virtuais que reiteram meu pensar e agir pode ser bastante atraente aos sujeitos. Talvez porque nesses grupos, mais do que em outros ambientes nos quais o sujeito transitava até então, sua voz possa ser aí reconhecida com o valor que se deseja que ela tenha. E dessa maneira, nesses grupos, se possa “ser alguém”, desejo de reconhecimento esse que pode ser tão mais importante quanto mais amplo e reprimido estiver.

Por fim, há um elemento importante das mediações algorítmicas para os processos de subjetivação em curso que opera em sentido oposto ao referido até aqui. Os algoritmos induzem, ao selecionarem e sugerirem conteúdos e amigos, a interações de “concordância” ao buscarem oferecer ao usuário uma experiência sintonizada com suas preferências e gostos. Mas, também, produz a injúria. Os algoritmos também dirigem aos cibersujeitos notícias e eventos que violam seus códigos morais porque isso constitui um mecanismo de vinculação dos sujeitos nas redes em razão de seu potencial para chamar a atenção de quem navega no ambiente virtual. Os conteúdos que provocam indignação moral possuem maior probabilidade de serem compartilhados, motivo pelo qual os algoritmos os selecionam e os lançam para visualização nas redes, independentemente de suas consequências (CROCKETT, 2017).

6.6 FORTALECIMENTO DO EU, VIRTUALIZAÇÃO DO OUTRO, INJÚRIA E BUSCA POR RECONHECIMENTO: INGREDIENTES PARA UMA “SUBJETIVIDADE AGRESSIVA”

Comportamentos mais agressivos, acompanhados por vezes de discursos de ódio, por parte dos sujeitos que interagem em ambientes virtuais têm sido relatados na literatura, noticiados pela mídia e emergiram no contexto desta investigação em narrativas dos jovens participantes os quais fizeram referência aos mesmos enquanto um fenômeno que acompanha o virtual.

Uma jovem trouxe a problemática à tona, de maneira espontânea, quando expôs seu pensamento sobre a internet.

Eu acho que ela [a internet] facilita muito a vida quando você sabe utilizar. Mas a maioria dos jovens hoje em dia tão vendo de modo errado... ou veem coisas que não deveria ou usam pra, sei lá, disseminar ódio ou simplesmente pra se isolar do mundo (JOVEM 3, 43 ANOS).

Tem gente que se expõe, como eu já tinha dito também, como uma forma de imoralidade ou de ameaçar alguém e desejar mal a alguém ou numa forma de... tem gente que usa as redes sociais pra furtar, pra vender droga, essas coisas (Sophia, 20 anos).

A fragilização da presença do *Outro* parece estar relacionada à diminuição de sua capacidade potencial de oferecer perigo em decorrência do fato de que sua presença física – removida pela virtualização – refreou as ameaças e constrangimentos que ela impõe, ao menos em potência, nas interações mediadas pelo corpo físico.

A configuração desse cenário em si, ou seja, um cenário onde se coloca em interação um sujeito fortalecido diante de outro fragilizado, cria condições para que o sujeito que se vê fortalecido sinta-se impulsionado a um conflito e,

nele, a materializar seu potencial agressivo diante do outro. Esse impulso, quando existe, revela uma força motivacional a qual, entende-se aqui, resulta do sentimento do sujeito de que encontrou nesse conflito uma oportunidade de ser reconhecido em sua singularidade, porque pôde com a circunstância exibir alguma característica – coragem, capacidade de argumentação, etc. – que lhe permita ser estimado pela comunidade que o cerca.

O sentimento de fortalecimento do *Eu* pode estar se constituindo-se em primeiro lugar pela “atmosfera do eu” criada pelas bolhas que resultam da algoritmização das interações digitais e que constroem “um mundo” que permite ao sujeito afirmar-se em seus valores e posições; e, em segundo lugar, pela autoafirmação do sujeito gestada pela condição de protagonista da vida que a prática da selfie lhe permitiu ocupar, ainda que sua vida fora das imagens que produz de si não possa reiterar isso.

Já o sentimento de que o parceiro da interação virtual é frágil e, portanto, um alvo potencial da minha capacidade agressiva, pode estar sendo sedimentada por sua baixa capacidade de oferecer perigo, ao menos segundo as noções de perigo internalizadas pelas interações corporais. Segundo tais noções, o *Outro*, por estar virtualizado, ou não ameaçaria minha integridade física, psíquica, moral, familiar ou social, ou o faria em menor escala, sobretudo no caso da integridade física.

Um aspecto importante a ser destacado aqui é que a virtualização fluidifica o instituído – acompanhando o fenômeno social mais geral da liquidez descrito por Bauman - e confere maior liberdade de agir e interagir aos sujeitos. E também porque eles se distanciam mais de alguns dos possíveis ônus que decorriam da presença física do outro, dos ambientes e das coisas.

Se o fortalecimento do Eu e a virtualização do Outro, em contexto de interação, criam um cenário favorável ao conflito, diante da motivação do primeiro em produzir uma circunstância que lhe renda reconhecimento, o atravessamento dessas interações por situações que conduzem à indignação moral aparece como um combustível potente no desencadeamento desses conflitos.

A internet aumentou a exposição das pessoas a situações ultrajantes e que envolvem delitos. As pessoas são mais propensas a compartilhar nas redes sociais conteúdos que desencadeiam emoções de cunho moral. Além disso, a experiência online tende a exacerbar a indignação moral mais do que outras mídias, como rádio e televisão. Esses elementos, somados ao fato já citado de que os filtros algorítmicos nos impulsionam em razão de sua maior capacidade de tornar-se um conteúdo viral, torna a injúria moral uma experiência relativamente comum nos ambientes virtuais (CROCKETT, 2017).

Isso aprofunda a característica da rede como um ambiente de conflitos sociais e, conseqüentemente, a manifestação de comportamentos agressivos por parte dos sujeitos. A maior ocorrência da injúria moral nesses ambientes pode, inversamente, produzir a “fadiga do ultraje”, ou seja, uma diminuição da indignação frente a situações ultrajantes como um mecanismo de proteção emocional, já que os sujeitos se veem muito mais frequentemente diante de situações e conteúdos que violam sua moral (CROCKETT, 2017).

Análise feita por Martins (2019) de discurso de ódio contra pessoas do nordeste que viralizou nas redes sociais em 2010¹¹ mostra que o discurso de

¹¹ Em 31 de outubro de 2010, uma estudante paulista (M) publicou em sua página no Twitter a seguinte mensagem: “Nordestino (*sic*) não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado!”. A

ódio que se dissemina nas redes tem potencial para lesar simultaneamente a autoestima e o autorrespeito de suas vítimas que, assim, deixam de serem reconhecidas como sujeitos de direitos e sujeitos singulares.

Isso é relevante do ponto de vista dos conflitos porque a amplitude da lesão subjetiva provocada reverte-se proporcionalmente em impulsos que empurram os sujeitos para a luta em busca do reconhecimento que lhes foi negado, podendo retroalimentar os comportamentos agressivos.

Contudo, chama-se aqui atenção para o fato de que a ocorrência de comportamentos agressivos nas redes em face de situação de injúria moral, segundo a linha interpretativa que atravessa nossa argumentação até aqui, está na possibilidade aberta pela circunstância agressiva do sujeito obter reconhecimento, como sugere Crockrett (2017) ao tratar dos benefícios que a indignação manifesta nas redes traz aos sujeitos que as manifestam.

Expressar indignação moral beneficia os indivíduos, sinalizando sua qualidade moral para os outros. Ou seja, a expressão de indignação fornece recompensas à reputação. As pessoas não estão necessariamente conscientes dessas recompensas quando expressam indignação. Mas o fato de as pessoas serem mais propensas a punir quando outras estão observando indica que a preocupação com a reputação, pelo menos implicitamente, estimula nosso apetite por ultraje moral. É claro que as redes sociais online amplificam enormemente os benefícios para a reputação da expressão de indignação. Enquanto a punição offline sinaliza sua virtude apenas para quem pode estar assistindo, fazer isso online imediatamente anuncia seu personagem para toda a sua rede social (CROCKETT, 2017, p. 2).

Em síntese, as interações virtuais produzem um contexto propício ao conflito diante de impulsos em busca do reconhecimento denegado por

publicação, segundo M. e testemunhas, teria sido motivada pelo resultado do segundo turno de eleições daquele ano para presidente da República, desfavorável às intenções de M (MARTINS, 2019, p.9).

situações de injúria moral, que nesse contexto, aparecem como gatilhos emocionais potentes para o desencadeamento de comportamentos agressivos.

Embora os processos descritos nesse capítulo mostrem-se já bastante significativos em termos de revelar os impactos do ciberespaço na subjetividade dos jovens contemporâneos, os processos de virtualização ajudaram a conformar também outras transformações sociais com repercussões não menos importantes na vida dos jovens como, por exemplo, o fenômeno da aceleração social. Esta, conforme será discutido no capítulo seguinte, produz consequências sobre as subjetividades, mas também sobre os corpos e sobre das perspectivas de futuro, pois contribui para o fenômeno da incerteza já discutido em momentos anteriores.

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 7

7 EXIGÊNCIA E ACELERAÇÃO SOCIAL: A IDEIA DO JOVEM RESPONSÁVEL, PRODUTIVO E VELOZ QUE CONSTRÓI DESDE CEDO O PRÓPRIO FUTURO

7.1 AMPLIAÇÃO DA EXIGÊNCIA SOCIAL PELA CONSTRUÇÃO DO PRÓPRIO FUTURO

O século XXI parece ser o palco histórico onde avança a dissolução da ideia de futuro pré-determinado por forças metafísicas, hegemônica nas sociedades pré-modernas, e que começou a ser rompida com o capitalismo mediante o entendimento de que os sujeitos poderiam, no decorrer de sua vida, ascender socialmente, localizando-se em classes ou segmentos sociais distintos daqueles em que nasceram (ANDERY et al., 2007).

Assim, neste início de terceira década do século XXI, seguindo esse movimento, o destino tem sido colocado nas mãos de cada indivíduo desde cedo, ainda na adolescência ou juventude, quando não na infância, sob a forma de uma cobrança social para construir seu futuro. Um futuro que se encontra em aberto, devendo ser projetado e perseguido, segundo essa cobrança, o quanto antes, de maneira a não se perder tempo e tenho como horizonte a noção de sucesso, em sintonia com os valores correntes. Uma das jovens de Mossoró assinala essa realidade

Hoje os jovens são exigidos... exigem muito dos jovens, que eles já tomem um rumo assim que saem do ensino médio, já vão trilhando seu futuro porque não tem espaço. Todo mundo tá querendo ser alguém, digamos, de certa forma, hoje em dia (Laura, 24 anos).

Isso que parece ser uma mudança histórica importante para a compreensão das formas de ser dos jovens de hoje fica evidenciado na fala de outra jovem, quando traz à tona memórias de sua adolescência, recordando que há menos de uma década não havia, segundo sua interpretação, essa ideia de que o jovem devia trabalhar desde cedo, aspirando um lugar na sociedade, ou seja, mirando um futuro no qual possa figurar como alguém que goza que algum tipo de condição social e/ou de reconhecimento.

Quando eu era, assim, mais nova, assim, na idade da minha irmã, os 14 anos, eu não tinha, eu não tinha, assim, a mentalidade de trabalhar, fazer essas coisas assim, mas hoje... os jovens hoje em dia tão assim, tão, não sei, mais desenvolvidos, tão querendo mais se impor na sociedade (Sophia, 20 anos).

Ao mesmo tempo, essa cobrança – seja ela na forma de autocobrança ou de cobrança exercida pela família e sociedade – parece fazer conexão com a “avidez em viver-se a vida” mencionada no Capítulo 6. Se o futuro precisa ser construído, isso exige a ação do sujeito no presente que, desse modo, sente a necessidade de multiplicar suas experiências de vida. A multiplicação das experiências de vida no mesmo intervalo de tempo é, por definição, o que Rosa (2019) chama de aceleração do ritmo de vida, e será alvo de discussão adiante.

Contudo, há nesse ponto uma possível contradição que demanda maior exploração empírica para sua compreensão: como aquela avidez transmite a ideia de “viver a vida aqui e agora”, gozar experiências, de não desperdiçá-las, cria-se então aqui um aparente paradoxo com a ideia de “construir a vida” no sentido de construir o futuro. Isso, uma vez concretizado, pode levar a duas pressões antagônicas sobre a vida: uma que vem do presente e outra do

futuro, colocando para os sujeitos o desafio de conciliá-los, o que nem sempre é possível. Mas, como já dito, essa contradição é apenas uma possibilidade, haja vista que o viver a vida hoje pode significar tanto fazer coisas que conduzam ao futuro almejado, quanto fazer outras que o distanciam dele.

Em todo caso, o sujeito do presente recebe a cobrança social pela construção de seu futuro, o que, segundo os relatos dos jovens, parece ser mais intenso nos anos recentes, consubstanciando a hipótese de que teria ocorrido uma elevação da exigência social em torno desse futuro e, conseqüentemente, em torno do modo como a vida contemporânea se realiza.

A elevação da exigência social manifesta-se de diversas maneiras e nem sempre remete explicitamente ao futuro em si, embora esteja a ele associado. Dois jovens, de 18 e 20 anos, mostram como essa exigência se manifesta, por exemplo, no mercado de trabalho. Fazem isso ao discorrer sobre as dificuldades atuais de ingresso, especialmente quando se trata do mercado de trabalho formal.

Hoje em dia, pra trabalho, é cheio de frescura. Você tem que ter pelo menos o ensino médio completo pra você poder arranjar um canto de carteira assinada, né. De bico todo mundo faz, de bico todo mundo pega, é fácil. Agora, pra ser carteira assinada mesmo, no salário mínimo, a pessoa tem que ter o ensino médio completo, né. Ou tem que ter uma experiência de alguma coisa. Pra mim não existia esse negócio de ter ensino médio completo não. Bastava a pessoa mostrar o que sabe, uma experienciazinha de poucos meses e depois fazer a contratação, né. Pra mim, não precisava esse negócio de ensino médio não, mas as empresa hoje em dia é tudo cheio de frescura, só querem o ensino médio (Alice, 18 anos).

Hoje eu acho que num... é pouco os que procura, assim, algo mais sério. Porque eu acho que tá mais difícil. [...] todo mundo tá procurando alguma coisa, só que tem... um exemplo, aqui, o vizinho aqui de casa, alguns vizinhos, né, no caso... eles, tipo, acabaram, não completaram nem o ensino médio, completou o fundamental e tipo num quis mais. Aí é meio complicado, eu acho, tipo, num acho que é todo mundo que tem a oportunidade, né, de ingressar (Gabriel, 20 anos).

Contribuiria ainda para essa elevação, o fato de que a ideia de construção individual e protagonista do futuro esteja intimamente associada ao entendimento da necessidade de “ser alguém” na sociedade em que se vive, denotando explicitamente exigências sociais em torno do reconhecimento (HONNETH, 2003). O futuro a ser construído não é, portanto, um futuro qualquer, mas necessariamente um em que o sujeito possa, como já dito, gozar de algum tipo de reconhecimento social. Pode-se, com isso, pensar que se elevaram na sociedade contemporânea as exigências sociais que os indivíduos precisam atender para obtenção de reconhecimento intersubjetivo.

A ampliação da exigência social pela construção do próprio futuro e, como parte dele, de um Eu que goza de reconhecimento, pode ser compreendido não como um fenômeno novo, mas enquanto a intensificação do processo de individualização que, segundo Rosa (2019), acompanhou a modernidade desde seu início. O individualismo moderno, especialmente no contexto das ideologias liberais, se apoia na aposta no indivíduo como empreendedor de si mesmo. Os passaram a assumir a responsabilidade por suas ações e decisões e também a assumir progressivamente a responsabilidade pela configuração de seu destino. Se antes o reconhecimento social estava assegurado *a priori*, pela posição social fixa ocupada pelo sujeito na sociedade, a partir da mobilidade e responsabilização individual moderna, tal posição passa a depender da construção que cada sujeito faz da vida presente e futura.

Se a ampliação da exigência social que recai sobre os indivíduos, tal como se apresenta, não é um fenômeno novo, mas apenas a intensificação de

algo já em curso, resta de importante perguntar até que ponto os jovens são capazes de compatibilizar essas exigências de maneira a manterem sua integridade corporal, psíquica e social, tendo em vista os limites que seus corpos, subjetividades e contextos lhes colocam.

Especificando a questão a partir do que mostramos nos capítulos anteriores, podemos então indagar como os jovens podem dar conta dessas exigências em contexto de frustração de direitos, de frustração de reconhecimento da singularidade, de intensa desigualdade social e ainda - conforme exposto nesse capítulo - de elevada exigência e aceleração social.

Ademais, vale pensar que, se a exigência social pelos atos que simultaneamente materializam o presente e constroem o futuro possui origem diversa - a mesma recai sobre os indivíduos vinda do mercado de trabalho, da família, dos amigos e até de si mesmos - exigindo responsabilidade, produtividade, qualificação e velocidade, há de se considerar que podem ficar bastante escassos os lugares onde esses sujeitos possam aliviar as pressões e tensões sociais que sentem. Ainda mais quando, na condição de cibersujeitos, estão continuamente expostos a julgamentos alheios e de si próprio sobre sua identidade e suas condutas. Isso pode criar nos jovens a demanda de experimentar “outras realidades”.

Essa demanda por outras realidades, de menor exigência e de maior reconhecimento - ou seja, lugares associados a menos estresse, menos preocupação, menos desrespeito (negação de reconhecimento), concretização de conquistas ou prazeres, etc. - pode impulsionar os jovens e/ou torna-los mais suscetíveis ao consumo de realidades paralelas, o que, segundo a

observação cotidiana, já acontece com propostas tais como a do “Second Life”¹² e da “Desired Reality”¹³.

Também é importante considerar que se o século XXI constituir, como parece, um momento histórico de elevação da necessidade individual por afirmação social, por um lado e de elevação da exigência social por outro, isso pode significar uma dupla pressão por reconhecimento intersubjetivo, vindo de fora e de dentro dos sujeitos, de maneira a ampliar o conjunto das demandas sociais por reconhecimento e, conseqüentemente, das possibilidades de experiências de desrespeito. Isso acontece porque, conforme se mostrou principalmente no capítulo 5, ao tratar dos sujeitos de direitos, a ampliação do reconhecimento de si ou do outro ressignifica como experiências de desrespeito situações vividas em tempos anteriores como socialmente aceitáveis. A ampliação das experiências de desrespeito pode, por outro lado, aumentar a disposição dos sujeitos para conflitos, em razão de buscar o reconhecimento denegado nessas experiências (HONNETH, 2003) o que é da maior importância para pensar a sociabilidade juvenil.

Parece oportuno indagar então: a demanda juvenil contemporânea por “fama, dinheiro e sucesso” expressa por um jovem de 19 anos seria ela nova? E a pressão social para obtê-los – creio que nenhum leitor desse texto duvide que ela exista -, seria nova também? Não é difícil inferir que necessidade individual e exigência social retroalimentam-se. Elas gravitam em torno da

¹² Second Life simula a vida real e social do ser humano em ambiente virtual e tridimensional utilizando avatares. Endereço eletrônico: <https://secondlife.com/>.

¹³ Desired Reality “é uma realidade criada por você mesmxx, onde você pode ter o que desejar e imaginar, sim, exatamente o que você desejar! Seja uma coisa simples ou grandiosa, você pode ter isso em sua realidade desejada”. Disponível em <https://sites.google.com/view/expansaodaconsciencia/realidade-desejada>.

esfera do reconhecimento a qual, para realizar-se, pressiona os sujeitos a concretizarem em si mesmos os valores sociais hegemônicos.

Seria a elevação da exigência social resultado dos processos de aceleração social como Rosa (2019) os entende, ou seja, uma mudança nos padrões sociais e nas orientações para a ação dos sujeitos? Ao que vimos até aqui, trata-se sim de uma mudança que se desenvolve em íntima relação com a intensificação ocorrida na Pós-Modernidade da individualização e, associado a esta, a ampliação da necessidade de reconhecimento intersubjetivo (“ser alguém”) por parte dos indivíduos e da sociedade em geral.

Independentemente dessas respostas, parece certo que a construção do futuro, por parte dos indivíduos, tornou-se, contudo, mais problemática no século XXI, configurando um desafio robusto, pelo fato de que o planejamento do futuro exige certo grau de estabilidade dos acontecimentos presentes a qual foi minada nesses tempos de incerteza que caracterizam o tempo atual e que resultam – como será logo mais abordado – da aceleração das mudanças sociais e dos ritmos de vida contemporâneos.

Dito de outra forma, os indivíduos só podem agir no presente almejando resultados futuros se eles puderem contar com a garantia de que as “regras do jogo” - a partir das quais os acontecimentos do presente podem vincular-se com desfechos futuros – se manterão estáveis nesse período. Ou seja, é essa manutenção que garante alguma previsibilidade do futuro em consequência do que se faz no presente, dando segurança aos sujeitos sobre suas escolhas aqui e agora.

7.2 ACELERAÇÃO SOCIAL

A experiência temporal dos sujeitos na sociedade contemporânea foi transformada, como já referido no capítulo 3, a partir do diagnóstico social de Bauman. Para Rosa (2019) não somente a dimensão temporal em si modificou-se, como ela é a chave analítica para compreender os o conjunto das transformações estruturais e culturais que marcam a fase atual da modernidade.

Embora a aceleração do tempo seja um acontecimento que acompanha a modernidade desde meados do século XVIII, ela ultrapassa um ponto crítico na Pós-Modernidade que transforma qualitativamente a sociedade. A aceleração leva a sociedade contemporânea ao ponto em que a própria estabilidade social – de suas instituições e da vida social – só pode ser garantida mediante a manutenção da aceleração, conformando o que se denomina de “estabilização dinâmica” (ROSA, 2019b).

a sociedade é moderna se seu modo de estabilização é dinâmico, isto é, se precisa de crescimento progressivo, aceleração e inovação apenas para reproduzir a estrutura social e manter seu *status quo*. Vemos isso com mais facilidade em relação à necessidade de crescimento econômico – que inevitavelmente está ligado à aceleração e à inovação. Agora, em um nível individual, de onde vem a energia motivacional para manter os motores de crescimento, aceleração e inovação? Com certeza, em grande medida, somos movidos pelo medo: temos medo de perder a competição social, de sermos excluídos. Mas também deve haver alguma força positiva, algum poder atrativo. Adam Smith supunha que esse poder era o desejo de reconhecimento social, e Honneth transformou isso em uma teoria completa: somos motivados pelo desejo de sermos amados, respeitados e estimados (ROSA, 2019b, p. 4-5).

Não interessa aqui explorar maiores semelhanças e diferenças entre as noções de tempo em Bauman e Rosa para a conformação da sociedade

contemporânea. Por hora, é suficiente reconhecer o ponto em comum de que se modificou na Pós-Modernidade a experiência do tempo e que isso se mostra relevante para pensar a vida social. A partir daí, segue-se, por força das evidências empíricas, a ideia de que a sua aceleração é ao menos um dos aspectos fundamentais da experiência temporal atualmente vivida, o que será feito a partir daqui principalmente com apoio em Rosa (2019).

A aceleração social pode ser apreendida em três dimensões: enquanto aceleração técnica, aceleração da mudança social e aceleração do ritmo de vida. A primeira diz respeito à aceleração dos processos técnicos e tecnológicos voltados à concretização de um objetivo, envolvendo, por exemplo, as mudanças auferidas nos meios de transporte, na produção de bens e serviços e na comunicação. A virtualização e digitalização, discutidas no capítulo 6, podem ser compreendidas como resultantes da aceleração dos processos de comunicação (ROSA, 2019).

A aceleração da mudança social faz referencia ao aumento da velocidade com que se modificam as práticas, estruturas e modelos sociais. Engloba desde os modelos de organização do trabalho (Taylorismo, Acumulação Flexível, etc.) até os programas de governo dos partidos políticos e o acesso às tecnologias em larga escala pela população, ou seja, quanto tempo leva para uma nova tecnologia ser usada em larga escala. Define-se como “um aumento das taxas de expiração de experiências e expectativas orientadoras da ação, e como encurtamento dos intervalos de tempo que, para cada esfera funcional, de valor e de ação, podem ser determinados como presente” (ROSA, 2019, 152). Opera-se, assim, o que se denomina de “contração do presente”.

O presente se contrai tanto na política quanto na economia, na ciência e na arte, tanto em relações de emprego quanto nos arranjos familiares, em orientações morais e práticas cotidianas, bem como, com isso, em perspectivas culturais e estruturais (ROSA, 2019, p. 152).

Já a aceleração do ritmo de vida, aquela que produz nos indivíduos a sensação de que lhe falta tempo para realizar suas atividades diárias, é entendida como o aumento dos episódios de ação e/ou experiências por intervalo de tempo. A escassez de tempo é aqui sentida como pressão pela redução do tempo da cada atividade social – tempo das refeições, tempo de sono, tempo de contato com a família, etc. – para que mais rapidamente uma atividade possa ser sucedida por outra (ROSA, 2019).

Essa última dimensão da aceleração é a que mais interessa aqui nesse momento, pois como se verá nas narrativas logo mais apresentadas é a que toca mais explicitamente a experiência vivida pelos jovens participantes da pesquisa, segundo suas narrativas.

Vale dizer, como mostra Rosa (2019), que a aceleração do ritmo de vida possui uma relação paradoxal com a aceleração técnica – já que a redução do tempo gasto em cada atividade técnica para, por exemplo, produzir um objeto faria sobrar, em tese, tempo para outras atividades. Por outro lado, o ritmo de vida pode ser impulsionado pela aceleração da mudança social. Mas, deixemos uma maior exploração da inter-relação entre as dimensões da aceleração para quando se fizer mais necessário.

É fundamental sublinhar, ainda, a concordância com Rosa (2019) em relação à força motivacional dos sujeitos que, em sua perspectiva, imprimem processos de aceleração social. Como expusemos no capítulo 4 deste trabalho, é o desejo de reconhecimento – sob a forma de amor, respeito e

estima social – que motiva a ação dos sujeitos nos diversos âmbitos da vida social, impulsionando por vezes processos, conflitos e mudanças.

7.3 A VIDA JUVENIL EM CONTEXTO DE ACELERAÇÃO SOCIAL

As narrativas dos jovens apontam, em primeiro lugar, para o fenômeno da aceleração de seus ritmos de vida, que lhes faz sentir que não possuem tempo suficiente para viver como gostariam.

É tanta correria que eu particularmente não cuido da minha alimentação direito, não cuido de mim direito, não vejo muito minha família. Bem, eu acredito, assim, que, se fosse menos corrido, seria melhor. Conseguiria aproveitar as coisas mais simples, como você tomar café com a família ou almoçar com a família, entende? [...] A correria tá muito grande hoje em dia. Tá tipo assim: a gente tem aula pela manhã, pela tarde, pela noite, tem semana que a gente tem esse ritmo e tem até o sábado pela manhã. Então, [quando] eles [meus colegas da faculdade] têm um tempo, eles saem, bebem, farreiam, viram a noite, eles apenas querem esquecer aquela semana, toda a correria que eles tiveram e se divertir um pouco. Apesar de que na segunda-feira vão estar mais cansados pra enfrentar a semana. Mas têm. Pelo estresse do dia-a-dia, pelas tarefas, pela correria do dia-a-dia, eles têm que extravasar (Laura, 24 anos).

A gente tem que aproveitar enquanto é criança. Porque, quando a gente for grande, não tem mais tempo pra brincar (Heitor, 11 anos).

A reivindicação pela desaceleração da vida cotidiana explícita na narrativa da primeira jovem, a qual lhe permitiria, segundo seu entendimento, melhor cuidar de si mesma, dos outros e aproveitar melhor a vida, gozando das coisas simples, como ela mesma descreve, desagua em uma tarefa que ultrapassa os esforços que cada indivíduo pudesse realizar individualmente.

Isso porque essa desaceleração implica, como diz Rosa (2019), em transformações culturais e estruturais da sociedade, pois os indivíduos raramente determinam a duração, o ritmo e a velocidade de seus

acontecimentos cotidianos. Estes são predeterminados coletivamente, visando atender exigências de sincronização da sociedade, tais como horários de estudo, de trabalho, de transporte, funcionamento das instituições, os prazos estabelecidos em todas essas esferas da vida diária, etc.

Diferentemente do que possa parecer à primeira vista, o problema não está na aceleração em si mesma, mas nos processos de *dessincronização* por ela acarretados e que podem manifestar-se de diversos modos. Pode se manifestar na dessincronização entre o tempo das instituições e o dos indivíduos, considerando que a velocidade institucional e estrutural pode ser alta ou lenta demais para os sujeitos. Ou ainda na dessincronização entre o tempo cotidiano, o tempo biográfico e o tempo histórico¹⁴, que poderia fazer ruir a articulação da própria vida com base em um passado que serve de referência e um futuro que produz sentido e orientação ao agir. Pode ainda se manifestar na dessincronização entre os sistemas sociais que, na atualidade, se revela, por exemplo, pela dificuldade dos sistemas político e jurídico em acompanhar e regular o sistema econômico de alta velocidade (ROSA, 2019).

Desse modo, voltamos a pensar nas consequências desse processo para a vida juvenil, particularmente para suas formas de socialização e suas necessidades de saúde. Nesse sentido, a primeira dessincronização apontada por Rosa (2019) merece nossa atenção inicial. Esse autor começa por levantar a hipótese de que as capacidades físicas e psíquicas dos jovens podem não estar sendo suficientes para dar conta de uma dinâmica social que se realiza com esse grau de aceleração, de maneira a lhes distanciar de formas

¹⁴ Tempo cotidiano diz respeito aos tempos envolvidos com a rotina diária, o trabalho, o descanso, o sono, etc.; o tempo biográfico faz referência ao tempo da vida do indivíduo como um todo, é o seu tempo de vida; e, o tempo histórico fala da “época” ou geração que o indivíduo pertence como ser histórico. (ROSA, 2019).

confortáveis e saudáveis de ser e estar. Isso produz algum tipo de esgotamento, de estresse ou lhes traz dificuldades para a construção de uma vida relacional que se mostre satisfatória.

Os relatos de jovens de Mossoró mostram que a falta de tempo que resulta desse cotidiano acelerado não permite dar a atenção que julga suficiente para a própria saúde, para as relações familiares, com amigos e pessoas em geral.

Eu gosto mais de passar o tempo com a minha filha apesar de eu passar pouco. Mas eu gosto muito de ajudar minha irmã na lanchonete dela. Tenho vários amigos. [Eu vejo-os] quando eu vou pra lanchonete, quando eles aparecem... é difícil também, eles também são ocupados. Ou quando eu tenho um tempo, muito difícil também, pra ver eles. [...] Utilizo [a internet] muito não porque eu não tenho muito tempo não (Sophia, 20 anos).

A correria é tamanha que ninguém tá se importando nem consigo mesmo nem com os que tão ao redor. Você, tá tudo tão... tudo e todo mundo tão corrido que ninguém tá olhando pro lado vendo que o amiguinho tá solitário dez dias seguidos, entende? É, acho que tá afastando as pessoas. Ninguém tá tendo tempo de observar a tristeza do outro ou fazer companhia pra alguém que não tá vendo muito sentido na vida hoje em dia (Laura, 24 anos).

Acelerar continuamente o ritmo de vida tornou-se uma necessidade dos indivíduos pós-modernos porque a desaceleração ou manutenção da vida em uma velocidade constante implica perdas. O indivíduo que escolhe desacelerar deixa de acumular algum tipo de capital – econômico, científico, cultural, relacional, físico – já que aquele tempo poderia ter sido usado para ganhar mais dinheiro, estudar mais, relacionar-se mais com os amigos e familiares, estabelecer novas relações, realizar alguma atividade artística ou atividade física, enfim, concretizar algum tipo de experiência que não lhe “deixe para trás” na corrida competitiva que se tornou o cotidiano da vida no século XXI.

Aqui, vale recordar as dinâmicas exibicionistas dos cibersujeitos nas redes sociais, já discutida.

Ou seja, assim como para as nações e instituições, o crescimento é uma exigência para manterem os lugares sociais e conquistas já adquiridas, materializando como já dito o conceito de “estabilização dinâmica”, a mesma exigência se coloca para os indivíduos que, assim, se veem pressionados a continuar crescendo, experimentando, conquistando, em síntese, acelerando suas vidas.

Esse contexto social cria para os indivíduos necessidades paradoxais, pois assim como necessitam acelerar – para manterem as conquistas, conquistarem mais e assim sedimentarem um presente e futuro que lhes permita “ser alguém”, ou seja, que permita aspirar algum grau de reconhecimento -, os jovens, como demonstrado nas narrativas começam, a sentir o próprio tempo como uma necessidade de suas vidas. Daí reclamarem sua falta, bem como passam a sentir também a necessidade de situações ou condições que vão escapando de suas mãos em razão daquela aceleração, como é o caso da saúde. Pretende-se explorar isso no próximo capítulo.

7.4 JOVENS “NEM NEM” E ACELERAÇÃO SOCIAL: UMA CONTRADIÇÃO?

Um ponto importante a ser observado e discutido sobre os processos de aceleração da sociedade vivida pelos adolescentes e jovens diz respeito ao fato de que, conforme se observou nessa pesquisa, nem todos os jovens relatam um cotidiano acelerado. Inclusive, não raro, a grande imprensa no Brasil publica dados sobre os chamados “nem-nem”, expressão cunhada para

falar dos jovens que nem trabalham e nem estudam, realidade também encontrada nessa pesquisa.

Ele [meu esposo] sai de manhãzinha cedo, umas seis horas, eu fico dormindo e, quando é sete, oito e pouco, eu acordo, compro... ele deixa o dinheiro, compro alguma coisa pra mim comer, fico aqui no celular e pronto. Ele vem, traz o almoço porque atualmente, agora, a gente tá sem nosso bujão. Porque, quando eu tava na Itália, aí, pra ele conseguir ajuda pra minha passagem e tudo, foi preciso vender bujão, máquina, um bocado de coisa. Aí a gente não faz o almoço em casa porque a gente não tem o bujão pra fazer. Aí a mãe dele vai, faz o almoço lá no Liberdade, de onze e meia ele vem, traz o almoço, aí eu almoço e ele volta de novo. Aí passo a tarde todinha em casa. Às vezes, vou pro Liberdade, às vezes, fico aqui no celular. E minha cunhada, às vezes, vem dormir aqui. Passo o dia em casa. Tem internet, fico no telefone assistindo novela de não sei quantos anos atrás. Assistindo... (Alice, 18 anos)

Contudo, como bem argumenta Rosa (2019), o fato de muitos jovens estarem excluídos de alguma maneira, seja porque marginalizados do mercado de trabalho, seja porque privados de seus direitos de cidadania de um modo geral, não refuta a ideia de que vivem, enquanto sujeitos sociais, uma realidade social atravessada por processos de aceleração. Nesse caso, a experiência cotidiana de uma vida mais “lenta”, dá-se exatamente pelo fato de os sujeitos terem sido excluídos das esferas tidas como decisivas para o desenvolvimento da sociedade, exercendo pouca influência para as transformações estruturais ou culturais em curso.

Não é difícil imaginar que, mesmos nesses casos, os jovens não deixam de sofrer as consequências desses processos de aceleração, ora sofrendo pressões para inserirem-se nesses espaços onde a temporalidade se acelera, ora tendo que arcar com as consequências sociais – pobreza, marginalização, etc. – da não presença nesses espaços. Conforme se discutiu há pouco, desacelerar ou manter a velocidade constante ou, em síntese, não estar

sincronizado com a vida social acelerada que se mostra nesse momento do século XXI acarreta perdas aos indivíduos.

Pelo exposto, compreende-se que em tempos de elevada exigência social e de intensificação da aceleração social, em suas várias dimensões, quer-se dos jovens a responsabilidade pelas suas ações que constroem o futuro; a produtividade nos estudos ou mercado de trabalho que irá sedimentar esse caminho até o “amanhã”; e, quer-se dele/dela ainda que viva seu cotidiano em velocidade crescente, algo indispensável para que não fique para trás na ampla competição que também caracteriza a vida social.

Responsabilidade, produtividade e velocidade crescente parecem, assim, conformarem-se enquanto exigências sociais da maior importância para o reconhecimento social dos sujeitos desse tempo histórico, ao menos no que tange o reconhecimento de sua singularidade, nos termos definidos por Honneth (2003).

Compreender de que maneira isso repercute na construção do que possa ser considerada uma boa vida, em formas de bem-estar ou mal-estar, em experiências de sofrimento, bem como na conformação de determinadas necessidades e demandas de saúde, é uma tarefa de grande importância e que será alvo dos próximos capítulos, muito embora já se saiba, nesse momento, que não serão esgotados nessa investigação.

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 8

8 FRUSTRAÇÃO, MAL-ESTAR E SAÚDE MENTAL ENTRE JOVENS NO SÉCULO XXI

Questões de saúde mental ocupam, no início da terceira década do século XXI, posição proeminente na problemática de saúde de adolescentes e jovens no Brasil. Ansiedade, depressão, automutilação e suicídio foram amplamente referidos por adolescentes e jovens participantes da presente pesquisa. Esses são eventos com forte crescimento nos últimos anos e apresentam dados de ocorrência e mortalidade bastante expressivos quando situados no âmbito do perfil epidemiológico dessa população, conforme se verá na seção posterior.

Embora a problemática da saúde mental tenha sido nas últimas décadas quase monopólio da psiquiatria e da psicologia, as ciências sociais devem sentir-se convocadas a sua exploração e compreensão em razão dos aspectos socioculturais e intersubjetivos que lhe são inerentes (NUNES; ALMEIDA, 2020). Sob a luz dessas ciências, torna-se evidente que estes não constituem problemas isolados, tampouco somente individuais, mas interligam-se a experiências de sofrimento que podem originar-se ou potencializar-se no tecido social a partir de formas particulares, delineadas historicamente, de ser e estar no mundo e de relacionar-se consigo próprio e com o outro.

Dessa perspectiva, e ancorando-se nas evidências construídas nos capítulos anteriores sobre a frustração de expectativas dos jovens por direitos e por reconhecimento da singularidade, esse capítulo desenvolve a hipótese de que se produziu na sociedade contemporânea elevado grau de frustração de expectativas de reconhecimento, as quais são vividas como experiências de

desrespeito, gerando mal-estar e sofrimentos que, por sua vez, desdobram-se, no plano individual, com eventos de sofrimento mental e de violência autoprovocada.

Considera-se, portanto, nessa hipótese, que as transformações observadas no perfil epidemiológico e no discurso de jovens acerca de sua vida e saúde, em que se destacam os problemas de saúde mental, estão relacionados à ampliação dos sentimentos de frustração e mal-estar decorrentes do descompasso existente na sociedade contemporânea entre o “mundo das subjetividades”, marcado por elevadas expectativas de reconhecimento, e o “mundo objetivo” onde se observam os mais diferentes obstáculos - desemprego, machismo, racismo, violência, pobreza, injúria, agressões e variadas formas de desrespeito - para o alcance daquelas expectativas e, associado a elas, de experiências de vida desejadas ou que se julgam bem sucedidas.

Antes de adentrar na argumentação dessa hipótese, vale sublinhar que a relação entre a ocorrência de problemas de saúde mental e a imersão em determinados contextos e relações sociais está descrita na literatura. A Organização Mundial de Saúde (2020) compreende emoções, relações interpessoais, violências, frustrações, qualidade de vida, relações com colegas/amigos, problemas socioeconômicos, estigma, discriminação, exclusão e falta de acesso a serviços como determinantes da saúde mental.

Uma evidência da influência que os contextos sociais exercem sobre a ocorrência de problemas de saúde mental pode ser vista pela estimativa - muito superior à media global - de transtornos mentais (depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno bipolar e esquizofrenia) em

países onde ocorrem crises humanitárias, tais como Afeganistão, Iraque, Nigéria, Somália, Sudão do Sul, Síria e Iêmen, nos quais a população está imersa em ambientes de guerra e de conflitos (CHARLSON et al., 2019).

Embora o estudo de Charlson (2019) não inclua a realidade brasileira, para Costa e Mendes (2020) há no Brasil elementos característicos de ambientes de conflito e até mesmo de guerra. Apoiados em trabalhos de Frantz Fanon e Ignacio Martín-Baró acerca da relação entre guerra, colonização e saúde mental, os autores recordam a colonização do Brasil bem como o fato de que os elementos que, segundo Martín-Baró, são definidores de uma guerra – a violência, a polarização social e a mentira – encontram-se presentes na realidade brasileira, podendo ser evidenciados, no caso da violência, pelos números alarmantes de homicídios e, no caso da mentira, pelo fenômeno das Fake News. Para esses autores, a compreensão dos aspectos históricos e sociais do Brasil é fundamental para o entendimento da produção do sofrimento mental no País.

A compreensão da problemática particular da saúde mental dos jovens brasileiros requer, nessa linha, recuperar os elementos constitutivos e contextuais da sociedade brasileira, a exemplo do que se fez nos capítulos anteriores. Por isso, é importante rememorar que, conforme descrito no capítulo 5, a violência, a pobreza, as desigualdades sociais, a discriminação e os preconceitos são aspectos fortes da realidade nacional, os quais se agudizaram a partir de 2015 mediante conformação de uma conjuntura de retração de direitos levada adiante como parte de uma agenda política de governos recentes.

Mais uma vez, salienta-se que a literatura do campo da saúde já expõe a associação desses aspectos com o desenvolvimento de transtornos mentais no Brasil. Estudo de Ludermir e Melo-Filho (2002) sobre prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC) e sua associação a condições de vida e inserção na estrutura ocupacional mostrou que menor escolaridade, baixa renda e exclusão do mercado formal de trabalho conduzem a situações de estresse favorecedoras ao desenvolvimento de TMC. O estudo de Maria Lima, Paulo Menesis, Luana Carandina e outros autores (2008) evidenciou que esses transtornos estão associados à menor renda. A revisão sistemática de Smolen e Araújo (2017) mostra que a prevalência de transtornos mentais é maior na população negra que na branca e, citando meta-análise de Pascoe e Richman (2009), que a discriminação percebida possui efeito negativo e importante na saúde mental. Já o estudo de Orellana, Ribeiro, Barbieri e colaboradores (2020) reiteraram que a ocorrência de transtornos mentais é notadamente influenciada por aspectos de gênero e socioeconômicos.

No caso do presente estudo, não se trata de estabelecer ou evidenciar, a exemplo dos trabalhos acima citados, associações estatísticas, mas de prover argumentação teórica com base empírica capaz de demonstrar que o sofrimento mental possui relação com o quadro de frustração de reconhecimento constituído nos anos 2000. Esse quadro vincula-se em parte aos problemas sociais mencionados e, em outra parte, aos processos de subjetivação originados ou impulsionados pelo ciberespaço. São frustrações que, por sua amplitude, intensificaram o sofrimento que serve de fonte para os problemas de saúde mental dos jovens brasileiros, alçando aos patamares atuais os indicadores de saúde descritos a seguir.

8.1 A RECONFIGURAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS JOVENS NOS ANOS 2000 COM A ALTA PREVALÊNCIA DE PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

Segundo a Organização Mundial de Saúde, as condições de saúde mental representam 16% da carga global de doenças e lesões no mundo em pessoas com idade entre 10 e 19 anos, a depressão é uma das principais causas de doença e incapacidade, e o suicídio é a terceira principal causa de morte nesse público (OMS, 2020). Entre os 15 e 29 anos de idade, é a segunda causa principal de morte (OMS, 2014).

No Brasil, foram registrados aproximadamente 154 mil casos de violência autoprovocada¹⁵ na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo que 34% deste total, ou seja, aproximadamente 52 mil casos, foram de tentativas de suicídio. Chama a atenção o crescimento vertiginoso dos casos notificados nesse intervalo de tempo, como pode ser visto no Gráfico 5, o que provavelmente resulta do aumento de casos, mas também da capacidade do sistema de saúde em registrá-los.

¹⁵ Violências autoprovocadas/autoinfligidas compreendem ideação suicida, automutilações, tentativas de suicídio e suicídios. É importante ainda apontar que nem toda violência autoprovocada caracteriza uma tentativa de suicídio, pois podem ser uma forma de aliviar sofrimentos, sem que haja o objetivo de pôr fim à vida (BRASIL, 2019. p.1).

Gráfico 5* – Número de notificações por violência autoprovocada, segundo sexo e ano, população total e na de 15 a 29 anos, Brasil, 2011 a 2018**.

*Adaptado.

**Dados preliminares. Data de atualização dos dados: 2 de agosto de 2019.

FONTE: SINAN/Ministério da Saúde, 2018.

O número de casos notificados de violência autoprovocada triplicou na região Nordeste no mesmo período, passando de aproximadamente 7 mil em 2011 para quase 22 mil casos em 2018. Particularmente no Estado do Rio Grande do Norte, saltaram de 44 em 2011 para 503 em 2018 (BRASIL, 2019).

Estudo de prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros realizado entre 2013 e 2014 mostrou que quase um terço dos adolescentes de municípios de mais de 100 mil habitantes do Brasil possuíam TMC os quais se caracterizam principalmente por sintomas de depressão, ansiedade e queixas inespecíficas e somáticas. Revelou, ainda, não haver

diferenças marcantes de prevalência entre as macrorregiões do País (LOPES et al., 2016).

Outro estudo que descreveu a carga de transtornos mentais no Brasil, incluindo adolescentes, reiterou a frequência elevada no país de depressão maior, do risco de suicídio, de fobia social e de ansiedade generalizada; e apontou a necessidade de maiores investimentos em saúde mental, incluindo aqueles voltados especificamente para a prevenção do suicídio entre jovens e adolescentes (ORELLANA et al., 2020)

Focando especificamente os Transtornos de Ansiedade em regiões do Brasil, pesquisa também reiterou que os transtornos ansiosos¹⁶ possuem elevada prevalência na população brasileira, constituindo-se as condições psiquiátricas mais comuns na população. As taxas de prevalência no Brasil são maiores que a média mundial, situando o Brasil na quarta posição entre os países com as maiores taxas de ansiedade. Os autores destacaram ainda que os transtornos de ansiedade são uma condição de início precoce e persistente ao longo da vida e que frequentemente cursam tendo a depressão como comorbidade, figurando como importante causa de incapacitação e de custo social (MANGOLINI, et al., 2019).

Os dados acima demonstram que os transtornos de saúde mental e os eventos e condições a eles associados, como inicialmente afirmado, são problemas de saúde expressivos entre adolescentes e jovens do Brasil, o que motiva os esforços reunidos nesse capítulo para sua compreensão. Segue, por

¹⁶ Inclui transtorno do pânico, agorafobia sem pânico, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade de separação no adulto, transtorno de ansiedade generalizada, fobia social, transtorno obsessivo-compulsivo e fobia específica. Definição embasada nas categorias diagnósticas de transtornos de ansiedade do DSM-5 (MANGOLINI, et al., 2019).

isso, na linha proposta, sua relação com os sentimentos de frustração e mal-estar contemporâneos.

8.2 FRUSTRAÇÃO E MAL-ESTAR: DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

Parecem inescapáveis ao ser humano, os sentimentos de frustração e de mal-estar. À questão formulada há quase um século por Freud (2010) sobre se seria possível construirmos um arranjo cultural capaz de encontrar um ponto equilíbrio entre os impulsos instintuais dos indivíduos, que os empurram na direção do prazer e da agressividade, e as normas que regulam as relações sociais, as quais limitam a satisfação daqueles instintos, parece não ter encontrado resposta definitiva até aqui. À luz das evidências que construímos no decorrer desse trabalho sobre as relações sociais no século XXI e a aparente ampliação desse quadro de frustrações que as acompanha, parece mostrar que se trata de um conflito insolúvel.

Esse conflito estaria, segundo Freud (2010), na base do sentimento de mal-estar que acompanha a civilização, cujo desenvolvimento implica, entre outras coisas, exatamente a ampliação daquelas normas que regulam as relações entre os indivíduos, frustrando suas necessidades e desejos, interpondo obstáculos a sua busca por felicidade¹⁷ e servindo de fonte para seu sofrimento.

¹⁷ A noção de felicidade em *O mal estar da Civilização* (Freud, 2010) diz respeito à ausência de dor e desprazer, por um lado; e, a vivência de prazeres, do outro. “Aquilo que chamamos de “felicidade”, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico” (Freud, 2010, p.30-31). A infelicidade está associada ao sofrer que se origina no corpo, fadado à dor, a

Para Freud, o mal-estar moderno estaria no fato de não conseguirmos “digerir” completamente a renúncia que fizemos de nossa liberdade (liberdade de buscar nosso prazer sexual e de externar nossa agressividade) em prol da segurança advinda da regulação e ordenação da vida coletiva, que nos protege da agressividade e exploração do outro e dos perigos do mundo. Já para os pensadores da Pós-Modernidade – época em que se repõe a importância e centralidade da liberdade individual – a fonte do mal-estar reside na dificuldade em aceitar a pequena segurança individual de que gozamos para poder viver a liberdade individual novamente adquirida, e também do fato de que essa liberdade, justamente por poder ser mais legitimamente vivida, já não possui o mesmo “brilho” de quando estava mais limitada pela repressão que nela se fazia em nome da segurança e ordem coletiva (BAUMAN, 1998).

A avidez por viver a vida, a “fome” pela busca de novas experiências – presente nas narrativas de jovens mossoroenses, expostas no capítulo 6 – constitui um modo de ser por excelência pós-moderno, pois encarna o espírito que almeja gozar aquela liberdade, inicialmente reprimida e agora, na Pós-Modernidade, recomposta. Não porque a busca pela ordem que circunscreve o estabelecimento das normas sociais tenha sido completamente abandonada; ela foi apenas reinventada: aquilo que é útil, puro, belo e ordeiro, ou seja, que de alguma forma expressa a ordem, típica da civilização – e que para Freud era a fonte do nosso mal-estar - deixou de ser o resultado da privação das liberdades individuais e passou a ser, paradoxalmente, o resultado de sua ocorrência.

doença e a morte; no mundo externo, o qual pode nos confrontar com forças destruidoras; e, nas relações com os outros seres humanos, pelas privações que impõem a nossos desejos.

Na Pós- Modernidade, são os indivíduos considerados ainda mais livres – porque já não se exige deles que submetam suas escolhas individuais a compromisso coletivos voltados a construção de uma sociedade melhor para todos - que irão produzir essas expressões da ordem civilizada, daí porque a privatização e a desregulamentação são palavras fundamentais dessa nova ordenação social que caracteriza a pós-modernidade (BAUMAN, 1998). Contudo, os efeitos sociais e individuais das mesmas em termos de ansiedade, fragmentação social, incerteza, etc. – não delas em particular, mas da totalidade a qual compõem - revela que as mesmas erguem-se como exigências sociais mais em razão dos jogos de interesses mercantis que atravessam a sociedade do que como caminhos para um suposto alcance de bem-estar dos sujeitos.

Bauman (1998), a esse respeito, permite pensar que a liberdade pós-moderna não é uma liberdade qualquer, mas aquela cuja vivência encarna um sujeito consumidor.

No mundo pós-moderno, de estilos e padrões de vida livremente concorrentes, há ainda um severo teste de pureza que se requer seja transposto por todo aquele que solicite ser ali admitido: tem que mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência. Nem todos podem passar nessa prova. Aqueles que não podem são a “sujeira” pós-moderna (BAUMAN, 1998, p.23).

Sendo assim, vale lembrar o que discutimos no capítulo 3, apoiados em outras obras de Bauman, sobre as características da sociedade contemporânea, em particular o fato de que um dos problemas sociais da

sociabilidade atual está na indução que ela realiza para que os projetos de vida sejam homogeneizados em torno da esfera do consumo. Esse problema fica reiterado novamente aqui, pois o “modo livre de ser” dos sujeitos pós-modernos tem no consumo uma fronteira decisiva, a partir da qual se definem os que ficarão dentro e fora da nova ordem que caracteriza a sociedade nesse início de século XXI.

Observa-se que esse quadro de significados, em que o consumo emerge como aspecto central à vida social, constitui a plataforma a partir da qual a fala de um dos primeiros participantes da pesquisa se inscreve:

Tudo hoje tá girando em torno do dinheiro. Muitos jovens estão morrendo aí, preso aí, por causa de dinheiro [...] eles amam o dinheiro, para eles o dinheiro vale mais do que tudo. Pra fazer coisa ruim através de dinheiro, ostentar, comprar roupa, ouro, carro, moto. Através de dinheiro é isso, né?”, [o que o jovem de hoje em dia deseja é] “fama, dinheiro e sucesso (Miguel, 19 ANOS).

O interessante aqui, nessa narrativa, é ela ser produto de um sujeito que, talvez por sua condição social – negro, pobre, morador da periferia da cidade, com poucas perspectivas de ascensão profissional – mostra, ao falar de seus projetos de futuro e do seu círculo social repleto de jovens em conflito com a lei, a importância dada pelos mesmos a essa “fronteira social”. Eles a internalizam e com base nela dirigem sua ação, demonstrando saber que a mesma é definidora de seu lugar social, que pode lhes render a exclusão que certamente não desejam. Vê-se, então, que a percepção dos jovens acerca do dinheiro e do potencial de consumo a ele associado induz seus comportamentos e influencia a decisão que tomam sobre os futuros a serem perseguidos, face às condições sociais que experimentam.

Mas, talvez o mais importante a ser percebido aqui nesse momento do texto é a “natureza” dessa “fronteira” que se ergue na Pós-Modernidade para demarcar quem são os incluídos e os excluídos desse “tempo”. Em outras palavras, quem são aqueles dignos de reconhecimento a partir do valor dominante nesse momento histórico. Ou ainda, que valor é esse que aí se releva e a partir do qual os sujeitos sociais podem, ao perseguí-lo, ancorar sua luta por reconhecimento. A natureza econômica dessa fronteira está a apontar que, conforme afirma Bauman (1998), a “sujeira” na pós-modernidade é composta pelos pobres, pelos não-consumidores.

Em uma conjuntura social como essa, a força motivacional em busca do dinheiro que empurra os jovens a serem alguém na sociedade de consumidores pode ser maior que aquela advinda da esfera moral, a partir da qual poderiam perseguir, por exemplo, um comportamento ético e/ou situado nos limites da lei, sabendo que poderiam com isso concretizar valores que lhes rendessem sua afirmação enquanto sujeitos sociais. A esfera moral certamente coexiste com os valores do consumo e também possui força nas narrativas dos jovens, constrangendo e guiando suas ações. Contudo, quando ela é, na experiência concreta dos jovens, vencida pela primeira, o que em muitos casos ocorre, a exemplo dos que infringem a lei, não deixa de servir de fonte de mal-estar para os sujeitos que vivem tal situação.

Pelo exposto acima, não se entenda que a modulação dos comportamentos juvenis seja determinada apenas pelo valor dominante do consumo. Certamente ela é fundamental, mas essa determinação é complexa, de maneira a entrelaçar valores variados, circunstâncias e necessidades que se inscrevem concretamente na realidade particular de cada indivíduo e de

grupos sociais, sobretudo no caso do Brasil em que as desigualdades sociais são tão marcadas a ponto de o desafio diário para alguns ser a sobrevivência.

Mas, o sentimento de mal-estar que decorre da experiência da infração da lei que se encarna em formas variadas de violência – furtos, roubos, homicídios – não é exclusividade dos sujeitos que a protagonizam. Sobretudo no “mundo da informação e da visibilidade” erigido pelo ciberespaço e pelas cibertecnologias, onde “tudo se vê e tudo se sabe”, é preciso lembrar que as “desgraças” também correm muito rapidamente pelas redes sociais e que nós, enquanto expectadores, também nos sentimos mal em perceber que algo não vai bem, face à amplitude da violência que se choca com nossos valores morais.

O mal-estar na pós-modernidade parece ser, segundo alguns autores e a experiência narrada pelos jovens, um sentimento difuso, de difícil caracterização, que informa ao sujeito que alguma coisa não vai bem, que algo está fora do seu lugar, que se realiza de maneira inadequada, ou que, simplesmente, não deveria ocorrer. Sua existência, da forma como é percebida, produz por motivos geralmente pouco compreendidos de maneira imediata por quem experencia, algum tipo de desconforto, de sofrimento.

8.3 FRUSTRAÇÃO, MAL-ESTAR E SAÚDE MENTAL DE JOVENS

As narrativas de jovens acerca de sua vida cotidiana e de suas experiências enquanto sujeitos sociais expõem ser íntima a relação entre mal-estar, frustração e sua saúde mental. As vivências que cursam com sofrimento estão entrelaçadas com experiências de injustiça e situações de desrespeito,

ora diretamente experimentadas, ora observadas em outros, no âmbito do círculo pessoal ou mesmo entre desconhecidos, e sobre as quais os jovens tomam conhecimento em seus territórios físicos, virtuais ou pela mídia televisiva. A fala da jovem abaixo é ilustrativa desse sentimento de Mal-Estar.

Eu acho que o mundo faz as pessoas... só tem coisa errada no meio do mundo. Se a pessoa for procurar, não vai achar uma coisa de futuro, que preste. [...] Eu acho que é porque hoje em dia as coisas tão mais evoluídas. Existem jovens que por qualquer coisinha pegam uma depressão. Já existe essa doença que o pessoal quer se maltratar, né. Esses negócios de corte [...] Eu acho que os jovens de hoje em dia tão tipo assim mais... com o que vê de antes pra agora, tão mais sentimental, porque antes não existia tanto essas coisas, né. Tem muitas coisas de hoje em dia, coisas injustas, que os homens se sentem, né. Até assistindo o jornal a pessoa se sente, né. Aí, como eu lhe disse, né, hoje em dia, por qualquer coisinha, de graça, por nada, a pessoa tá com uma depressão. É o que eu vejo, né [...] E às vezes eu quero fazer um exercício, uma coisa assim, mas não consigo. Não sei se é preguiça ((risos)). Às vezes a família, às vezes o cotidiano, às vezes injustiça no mundo que existe muito. E tem gente que é como eu, se importa muito com as pessoas. Às vezes até injustiça dentro de casa. Às vezes até falta de alguém pra tá junto assim. É, como eu posso dizer, com uma forma sem ser vulgar. Às vezes até falta de relação sexual causa isso. É. Muita coisa. Sempre tem gente que se estressa por pouca coisa, mas tem gente que acumula tudo isso que lhe falei e estressa, explode, não sei [...] Pra mim, a maioria das coisas que tão causando falta de saúde, é... mentalidade... excesso de estresse, excesso de coisa, de responsabilidade, essas coisas. Eu acho que a maioria das doenças que tão acontecendo hoje em dia é muito mental, sabe. Por isso que eu lhe disse no começo que qualquer coisinha hoje em dia dá uma depressão. Então a pessoa tem que fugir mais dessas coisas pra se encontrar mais uma paz interior, pra poder ter uma vida mais saudável, eu penso assim (Gabriel, 20 anos).

Quando diretamente experimentadas, as frustrações sobre os acontecimentos sociais e as relações que nelas se estabelecem assumem mais fortemente a forma de experiências de desrespeito, as quais são, em muitas ocasiões, produtoras de sentimentos de raiva e indignação, como se pode ver nas falas dos jovens apresentadas no quadro 4.

Observe-se que algumas dessas experiências são produzidas a partir de um marcador claramente identificável, ou seja, em razão da classe social, da

cor, de questões de gênero, entre outras. Contudo, em determinadas situações, múltiplos marcadores se cruzam na produção da experiência de desrespeito, tornando ainda mais desafiadora a compreensão dessas experiências para quem as vive, as observa ou as submete à interpretação.

Quadro 4 – Experiências de desrespeito dos jovens segundo alguns marcadores

Marcador da Experiência	Narrativa da Experiência
Classe social	Sabemos que em todo lugar tem pessoas muito legais e pessoas que se sentem muito superiores a outras. E na minha sala tem pessoas que eu observo e penso que não serão aqueles médicos que vão fazer a profissão por amor, vão fazer exatamente por dinheiro. São pessoas que olham pra todos com cara de nojo e, literalmente, não se misturam, sabe? Tentam rebaixar todo mundo, se sentindo superior por uma condição [financeira] um pouco melhor do que outros. Acho isso muito ridículo, de certa forma (Laura, 24 anos).
Raça/Cor	Esses dias eu vi uma coisa que foi muito revoltante. Uma menina negra pediu, foi numa açaiteria aqui de Mossoró, ela pediu emprego, só que a gerente se recusou a dar emprego a ela, porque lá só trabalha gente branca. Se recusou a dar um emprego a ela porque ela era negra. Ainda saiu debochando da menina. Então isso me revoltou profundamente. Não porque eu sou escura, porque eu sou negra também, não só por causa disso, mas porque emprego tá difícil e a pessoa negar uma vaga a alguém só por causa da cor da pessoa. Isso causa como eu tava lhe dizendo... acumula mais um estresse na vida da gente. Porque isso causa raiva e raiva causa estresse (Gabriel, 20 anos).
Gênero	<p>Eu tenho uma prima que ela é assim. Ela tem 21 anos. Ela tá passando uma fase chata, né. Porque ela tem a questão da homossexualidade, a mãe dela não aceita. Ela já teve esse período de se cortar (Gabriel, 20 anos).</p> <p>E assim no lugar que... não foi nem um lugar, como se fosse um aniversário, uma festa, não sei, um rapaz faltou com respeito e foi agressivo. E eu não queria mais estar lá. Não que o lugar fosse ruim não. Por causa da forma que esse rapaz me tratou. Aí esse também eu vou lembrar pro resto da minha vida (Gabriel, 20 anos).</p> <p>E [já me senti desrespeitada] também alguns momentos, assim, por ser mulher, às vezes acontece [na minha sala de aula] uma coisa ou outra, uma piadinha ou outra de algum colega, sabe!? (Laura, 24 anos).</p>

Deficiência	Eu tenho um amigo que ele tem, ele é quase cego, ele tem, eu acho que é... é pouca função da visão, sabe? Vê as coisas só de pertinho, assim. Aí a família dele pensa que ele é inútil, que ele não consegue fazer nada na vida dele, mas ele... se não fosse por ele, eu e ela naquela lanchonete a gente não tinha feito basicamente muita coisa não. Ele sempre ajudou muito a gente. Aí... mas a família dele não reconhece isso por causa da deficiência dele. Então, eles às vezes tá querendo ficar feliz e tal, ficar com a autoestima mais elevada, sentir algo bom, mas a maior parte do tempo ele fica triste por causa disso (Gabriel, 20 anos).
Subalternidade	Em trabalho... eu arranjei um bico né, como é que chama, aí uma senhora me tratou mal, eu sou vendedora. Ela me tratou muito mal, aí eu revidei. Aí por causa de um ato da pessoa eu me prejudiquei porque ela continuou fazendo as mesmas coisas de sempre e eu perdi meu emprego. Então isso me marcou profundamente. Eu sinto muito por isso (Gabriel, 20 anos).
Dominação	Aqui em Mossoró eu acho mais perigoso ainda pra homens do que pra mulheres. Porque o número de pessoas que tão entrando no mundo do crime aqui tá enorme e eu já ouvi casos aqui de pessoas que foram solicitados, que foram exigidos que entrassem. Que não queriam, entendeu? E que, quando se recusou, simplesmente, foram lá e mataram. São pessoas que não têm opção. "Você, entra aqui pra você ser bandido", digamos assim, "ou você vai ser morto". Porque não quer entrar. Porque quer ser uma pessoa do bem. Quando não é isso, você tem amizades que usam drogas e ficam influenciando ou simplesmente você ser uma mulher que não pode tá sozinha em casa porque, se entrar um bandido a qualquer momento, ele pode fazer tudo que ele quiser com você. E sendo mulher é ruim... você tá indefesa. Porque, se eles conseguem render cinco homens com uma arma, eles conseguem fazer o que quiser com uma garota. E sendo homem também tá difícil porque eles querem pessoas novas, com força, pra poder ajudarem no que eles fazem. Então, eu acho muito perigoso (Laura, 24 anos).
Privação de direitos	O Brasil, até da pouca idade que eu lembro, que eu tenho, o Brasil não era assim, não. Agora, dos últimos anos pra cá, ficou pior. Principalmente da parte de quem tá lá em cima, né, que deveria ajudar, só faz é piorar [...] uma cachorrada aí na televisão, todo mundo vendo aí, roubos e roubos, desviando dinheiro da saúde, educação, que era para esse dinheiro aí era pra estar sendo investido na sociedade, né, que nós pagamos os impostos para ser retribuídos através disso, educação, na segurança, né, no transporte e não tá sendo, tá sendo só para encher os cofres deles (Miguel, 19 anos).
Classe social Raça/Cor Local de Moradia Circulo de Amizades	O povo gosta muito de julgar sem conhecer, né? Meu marido já passou por poucas e boas, coitado. Todo mundo da minha família julga ele por ele ser pobre, por ele morar em favela, por ele ter essas amizades que ele tem hoje em dia de pessoas que fuma, de pessoas que vendem, aqui, né, que bebe. Então, as pessoas julgam muito ele, quando ele vai na praça jogar bola, o povo diz que ele vai para fumar, então é aquele julgamento todo, mas só quem sabe é quem passa, né? Só quem conhece a pessoa é que realmente tá com uma pessoa. Eu que tô com ele há três anos, eu posso dizer que eu conheço. Então assim, o povo

	<p>gosta muito de julgar, né, os adolescentes sem conhecer. O problema deles é julgar sem saber. Felizmente, ninguém pode calar a boca de ninguém, né, porque quem tem boca fala o que quer, né? Ninguém pode chegar para uma pessoa e simplesmente... porque tem pessoas que é assim, tem meninos que diz: "Quem falar de mim, eu mato", que hoje em dia é assim, né? Quem secar eles, alguma coisa, eles não perdoam, eles matam logo, né? Então, às vezes, eu fico me perguntando, se esse povo fala tanto do meu marido, eu queria ver se ele tivesse uma arma, se alguém ia falar, né? Porque hoje em dia, a pessoa diz: "Eles falam porque a gente não tem como fazer nada", mas será que se a gente tivesse uma arma, eles calariam a boca? Eles tinham mais medo? Mas meu marido não é disso, de pegar arma e sair atirando em ninguém, que ninguém é Deus, só Deus pra tirar a vida (Alice, 18 anos)</p>
--	---

FONTE: os autores.

Vale observar nas dez narrativas acima apresentadas que os jovens não estão apenas descrevendo experiências, mas demonstrando simultaneamente seus sentimentos de inconformidade, raiva, frustração e/ou indignação que as acompanham.

Esses sentimentos demonstram que, de alguma forma, suas subjetividades foram lesionadas pelos acontecimentos sociais concretamente experimentados. Subjetividades lesionadas provavelmente porque romperam com sua integridade social ou com sua dignidade (HONNETH, 2003) ao negar-lhes suas possibilidades de reconhecerem a si próprios como sujeitos de direitos, como parece ser a maioria dos casos, mas também enquanto sujeitos singulares ou até mesmo por sentirem ter sido afrontada sua condição mais primária de humanos.

Essas experiências individuais, que se conectam entre si pelo seu poder de frustração, de produção de mal-estar e, conseqüentemente, de geração de sofrimento, são apenas expressões individuais de uma sociabilidade em que a produção de frustração tornou-se um acontecimento comum, por suas

circunstâncias históricas que, no caso brasileiro, foram acentuadas nos anos 2000.

A frustração das expectativas por direitos, inscrita nessas experiências em que os sujeitos, como se pode perceber, estão a reclamar igualdade diante de situações em que se viram ou viram outros inferiorizados por sua classe social, sua cor, seu gênero ou sua condição de cidadão, não pode deixar de ser percebida como uma resultante inevitável de uma conjuntura social em que tais eventos perderam sua legitimidade social, mas continuam a ocorrer, materializando o antagonismo antes mencionado entre o “mundo subjetivo” e o “mundo objetivo”.

Por outro lado, é possível supor que os demais sujeitos implicados nessas experiências – aqueles que figuram como autores das agressões ou violações do outro -, ao infringirem a integridade social ou a dignidade dos que se viram desrespeitados, dificilmente não se sentiram impulsionados pela oportunidade de nelas afirmarem-se de alguma maneira enquanto sujeitos, por tais atos lhes renderem algum tipo de reconhecimento, o que só pode ocorrer mediante a vigência de valores sociais que tornem isso possível. Ou seja, uma tentativa de inferiorização de outro por motivos de classe social, só pode aspirar êxito em um cenário social em que o aspecto financeiro for dotado de grande valor social, a ponto de mover o sujeito nessa direção. Do mesmo modo, quando alguém desrespeita outrem por ser mulher, por ser homoafetivo ou transgênero, tal desrespeito só pode ser entendido como indicador de que o machismo goza de valor social, seguindo a mesma linha de raciocínio anterior.

Conectar essas experiências individuais aos cenários sociais descritos nos Capítulos 5 e 6 é, portanto, tarefa necessária à compreensão das

experiências de desrespeito e sofrimento que acometem a juventude e, talvez se possa dizer, a todos aqueles que compartilham desse momento histórico no Brasil. Frustração por direitos, por reconhecimento da singularidade não atendidos são fenômenos sociais cuja emergência nasce ou, ao menos, beneficia-se dos valores sociais dominantes na contemporaneidade.

8.4 IMPACTOS DA PRODUÇÃO SOCIAL DO SOFRIMENTO NA SAÚDE MENTAL

As narrativas dos jovens expõem, ainda mais diretamente, os impactos dessas experiências para a saúde mental de si ou dos jovens de modo geral. No Quadro 5, abaixo, estão os problemas de saúde mental referidos pelos jovens como vivências suas ou, como emergiu na maioria dos casos, de pessoas do seu círculo pessoal.

Quadro 5 – Problemas de saúde mental referidos por adolescentes e jovens

Jovem	Problema de Saúde Mental referido	Pessoa afetada
Miguel 19 anos	Não referido. OBS: O entrevistado não foi questionado se conhecia alguém.	
Alice 18 anos	Depressão Automutilação	Pessoas conhecidas em redes sociais Pessoas conhecidas em redes sociais
Laura 24 anos	Depressão Ansiedade	Não identificado Colegas de faculdade

	Automutilação	Amigo pessoal
Heitor 11 anos	“Medo” (Transtorno mental não identificado em acompanhamento psicológico)	Experiência própria
Valentina 12 anos	Automutilação Depressão “Medo” (Transtorno mental não identificado. Histórico de acompanhamento psicológico).	Amiga pessoal Não identificado Experiência própria
Sophia 20 anos	Depressão Automutilação	Amigo pessoal Prima
Gabriel 20 anos	Ansiedade	Namorada
Heloísa 13 anos	Depressão Ansiedade Tentativa de Suicídio Automutilação	Amiga pessoal Amiga pessoal Amiga pessoal Amiga pessoal

FONTE: os autores.

Conforme se observa nos relatos adiante, sentimentos de injustiça, estresse, raiva, solidão, pressões sociais, preconceito, relações familiares estão intimamente relacionados aos episódios de ansiedade, depressão, automutilação e tentativa de suicídio.

Eu acho que a maioria das doenças que tão acontecendo hoje em dia é muito mental, sabe. Por isso que eu lhe disse no começo que qualquer coisinha hoje em dia dá uma depressão. Então a pessoa tem que fugir mais dessas coisas [excesso de estresse, excesso de coisa, de responsabilidade] pra se encontrar mais uma paz interior, pra poder ter uma vida mais saudável, eu penso assim Isso causa como eu tava lhe dizendo [refere-se a situação da menina a quem um

emprego foi negado por ela ser negra]... acumula mais um estresse na vida da gente. Porque isso causa raiva e raiva causa estresse (Gabriel, 20 anos).

[Os jovens estão adoecendo] principalmente de depressão. Primeiro de depressão e depois... acho que de ansiedade. Porque, quando você não tá triste por tá sozinho, você tá ansioso por algo que você lutou muito pra conquistar. E aí eu acho que as piores coisas que tão acontecendo hoje em dia é depressão e ansiedade. Eu acho que agora é mais novo [Ou seja, trata-se de um fenômeno mais recente] pelo que o mercado [Mercado de Trabalho] tá exigindo. Pela correria, pela formação que tá exigindo. Cada dia tá se exigindo uma formação maior, entende? Que todo mundo tem alguém que é maior do que ele. Aquela pessoa... sempre você vai encontrar alguém melhor do que você, que estudou mais, que fez mais graduações, pós-graduações, entre outros, entende? E, pra você se destacar no mercado de hoje em dia, você precisa ser muito bom. Então, eu acho que a ansiedade e a depressão desse volume é mais atual. Já tinha antigamente, mas não nesse volume (Laura, 24 anos).

[Hoje em dia] Tá acontecendo mais que antes. Tem muito jovem com depressão, com crise de ansiedade. É questão mais... eu penso que quando a pessoa pega uma depressão... porque... ela não... sofre preconceito. Ela, no caso [refere-se a uma amiga], na antiga escola dela, quando ela pegou depressão, ela ainda não tava se cortando. O professor dela disse que a depressão dela era mentira, que era só frescura. Depois disso ela tentou várias vezes se matar e a mãe dela tirou ela de lá. Às vezes, eu acho que é mais, assim, a questão de preconceito. A pessoa é fraca da mente e tal, aí pega uma... aí fica com depressão e ansiedade. Pra mudar isso [é preciso] povo ter menos preconceito, entendeu? Tipo, a pessoa tá quieta, na dela, porque tem muita gente “ah, eu não gostei daquela bichinha, eu vou encher o saco dela até num querer mais, entendeu?”. A pessoa num gosta, num fale, deixe quieto, entendeu? Mais essas coisas, assim (Heloísa, 13 ANOS).

Uma amiga da gente, ela tava com problema. Tipo, os pais dela são separados, aí elas passam também por muita dificuldade. Aí ela tava se cortando. [Outra amiga] chegou me dizendo hoje que ela tava mesmo se cortando. Ela compartilhava várias coisas, assim, de corte e a gente percebeu que ela tava se cortando. Aí a gente conversou com ela, comentou com ela... aí até agora ela não se cortou mais. Aí se mudou, agora foi pra outra casa. A mãe dela trabalha, mas tipo... eu acho que ela sente muito a falta do pai dela com a mãe, né (Valentina, 12 ANOS).

É válido sublinhar, de início, dois pontos. O primeiro deles é o fato de adolescentes de 11 e 12 anos de idade realizarem acompanhamento psicológico para lidar com “medos” decorrentes de experiências de violência urbana. É desnecessário trazer mais uma vez aqui os indicadores e a discussão da violência do Brasil. O importante agora é apenas reiterar a

conexão existente da violência com o quadro de sofrimento mental que acomete esses jovens e, assim, assinalar a importância do enfrentamento da primeira para se perseguir melhores resultados para a saúde mental dos jovens brasileiros.

O segundo é o estigma existente em torno dos problemas de saúde mental o qual, conforme sugerido no relato de uma das jovens, não somente pode atrapalhar seu enfrentamento, como potencializar sua ocorrência. Trata-se de uma questão já conhecida (BRASIL, 2019; OMS, 2014) e que, apesar da relevância, não será explorada aqui por limites da pesquisa.

De modo geral, observa-se pelas narrativas que a relação entre problemas sociais e problemas de saúde mental entre jovens é bastante estreita, reiterando a ideia de que os primeiros são fundamentais à compreensão e enfrentamento dos últimos e que o sofrimento social não deve ser manejado como um problema do sujeito individual, porque está a reclamar a transformação das relações sociais.

As formas de ser e estar no mundo dos jovens no século XXI encarnam desafios existenciais que emergem do contexto social e somente neste pode obter respostas mais amplas e satisfatórias; respostas que não podem e não devem ser cobradas dos indivíduos – conformando mais uma faceta da exigência social contemporânea que se abate sobre os sujeitos – como se eles pudessem produzi-las aos moldes de uma solução individual. Como lidar individualmente com o sofrimento sobre o qual não se tem poder de solução total, dada a sua natureza social e sua complexidade? Eis aqui uma questão fundamental e deve ser objeto de interesse ao campo da saúde.

Nessa linha, fazem sentido as colocações de Eliane Brum (2018) ao comentar o suicídio de 2 (dois) adolescentes de uma escola tradicional de município de São Paulo no curto intervalo de 15 dias, em abril de 2018. Ela afirma que “quando adolescentes se matam, eles dizem algo sobre si mesmos, mas também dizem algo sobre a época em que não viverão” (BRUM, 2018, p.2-3) e que é, portanto, na conformação da sociedade atual, no interior da qual o suicídio se apresenta aos jovens, como saída para seu desespero, que devemos buscar pistas para compreendê-lo. Assim, o debate sobre o suicídio deve ocorrer na esfera pública, indagando que mundo é esse que construímos e qual deixamos de legado para os jovens.

A compreensão produzida até aqui, nesse trabalho, aponta para o enfrentamento em nível coletivo dos obstáculos, mecanismos e forças sociais que tem contribuído para a violação da integridade social e da dignidade dos jovens, submetendo-os a experiências de desrespeito que ameaçam sua subjetividade em vários planos, da integridade física, social e da dignidade, minam o seu bem-estar e corroem suas esperanças quanto ao futuro.

Com isso, não se quer desvalorizar as estratégias terapêuticas de cunho individual que venham a responder necessidades de saúde biomédicas, manifestas por sujeitos individuais ou coletivos. Apenas se está a chamar a atenção para a sua insuficiência diante de um horizonte que pretenda reverter o quadro epidemiológico reconfigurado pela emergência dos problemas de saúde mental, pois ao que vimos neste trabalho, não há como fazê-lo sem minorar a produção social do sofrimento que atravessa a realidade brasileira nos anos 2000.

Entende-se, em síntese, que essa produção foi, ao menos em contexto brasileiro, amplificada em face das transformações sociais que, por um lado, passaram a frustrar mais os indivíduos no momento em que os mesmos reconheceram-se mais enquanto sujeitos de direitos; e, por outro, quando os mesmos indivíduos intensificaram a busca pelo reconhecimento de sua singularidade realizada nos ciberespaços.

Esses dois mecanismos de frustração social e de produção de sofrimento aparecem aqui, portanto, como pontos de partida potenciais para o debate e reflexão, nos ajudando a desvendar aquilo que ainda precisamos compreender e dizer sobre a nossa época.

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 9

9 NECESSIDADES DE SAÚDE SOCIAIS, INTERSUBJETIVAS E BIOMÉDICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

De volta às necessidades, após o enriquecimento de nossa compreensão na perspectiva de alguns traços fundamentais da sociabilidade contemporânea, retomemos a questão da relação dos adolescentes e jovens com a sua saúde e o cuidado.

Com base em nosso quadro teórico, é possível reconhecer três dimensões de apreensão das necessidades de saúde: a biomédica, a social e a intersubjetiva. Estas se referem, respectivamente, à utilização do aparato institucional, profissional e tecnológico de controle de alterações orgânicas; às condições sociais que guardam relações de determinação com o processo saúde-doença-cuidado (práticas, políticas, modelos e sistemas de saúde); e, os aspectos intersubjetivos que são inerentes aos modos pelos quais as pessoas experimentam e respondem às suas necessidades, a partir de seus projetos de vida e de suas pretensões de reconhecimento intersubjetivo.

A leitura biomédica das necessidades de saúde que se tornou hegemônica na modernidade, como já discutido, segue dominando, segundo os achados dessa pesquisa, a interpretação que os jovens fazem de sua própria saúde e de suas necessidades. Embora coexista com outros modos de perceber as necessidades, como se tentará evidenciar no decorrer do texto, a predominância da leitura biomédica se faz perceber nas narrativas em que os jovens expõem o consumo de serviços e produtos biomédicos voltados ao controle das doenças como sendo suas principais necessidades de saúde.

Saúde o que vem na minha mente assim, é benefício para a sociedade. Assim, hoje em dia, como antes não era, era mais fácil você realizar um exame, né, fazer um exame, se medicar, né, para o jovem hoje tá mais fácil o acesso à camisinha, né, para se prevenir contra as DST [Infecção Sexualmente Transmissível], eu vejo assim. Tá mais fácil e melhor o acesso, a medicação, uma ficha, uma consulta (Miguel, 19 anos)

É... a parte da pessoa ter... essa parte, né, das mulheres precisar fazer algum exame, alguma coisa e pros homens também, os homens precisar fazer algum exame de alguma coisa, exame de próstata, exame de alguma coisa. E tem Posto de Saúde que não oferece (Alice, 18 anos).

Assim, eu tenho [saúde]. Aconteceram alguns problemas comigo, mas tem tratamento. E pronto... minha avó tem, como é que se diz, uma cirurgia pra fazer, tá esperando pelo SUS e, assim, ela tem gastrite, essas coisas, toma remédio, mas... (Valentina, 12 anos).

A questão de Unidade de Saúde mesmo mais bem equipada e tal, nessa questão de ter o que a pessoa precisa. Vamos supor que a pessoa tá sentindo alguma coisa e precisa fazer um exame que não tem, sabe. Aí tem que se deslocar até outra cidade pra... aqui em Mossoró já acontece muito, por exemplo, de ter que ir até Fortaleza porque aqui não tem, entendeu? (Gabriel, 20 anos).

Porque tem muito jovem que se cuida em relação a isso. Mas já tem outros que “ah, não vou tomar vacina, não preciso. Não vai acontecer nada se eu não tomar”, entendeu? Tem muito jovem que pensa assim, que, se não tomar a vacina, não vai acontecer nada. Não vai pegar nenhuma doença, nenhum vírus. Já eu acho que precisa da vacina. Porque combatem muitas doenças, muitos vírus. E ajuda na saúde da pessoa (Heloísa, 13 anos).

Direcionar o pensamento para o escopo dos produtos e serviços de ofertados em estabelecimentos de saúde diante da indagação acerca do que se precisa para ser ter saúde é a expressão característica de um modo de pensar que ao mesmo tempo em que joga luz sobre as técnicas e instrumentos de controle orgânico, põe na sombra aspectos da realidade que atravessam de maneira decisiva os processos de saúde-doença-cuidado, a exemplo dos aspectos sociais e intersubjetivos.

À luz do referencial que orienta essa investigação, não se deve interpretar tal compreensão prevalecente entre os jovens como necessidades “falsas”, muito menos ainda imaginar que eles/elas não estão percebendo suas

“reais” necessidades. Suas necessidades são verdadeiras e reais porque são assim por eles sentidas, produzem consequências concretas em suas vidas e estão estritamente conectadas com suas experiências vivenciais de sujeitos sociais do início do século XXI com todas as contradições, desigualdades, novidades, injustiças, lutas intersubjetivas e processos de instrumentalização, reconhecimento e reificação que lhes atravessa e a partir das quais eles concretizam modos particulares de ser e estar nesse mundo.

Logo, o debate mais importante a ser feito nesse momento é aquele que ajuda a compreender os mecanismos através dos quais determinadas necessidades de saúde são sentidas enquanto tais e outras não; como todas elas se conectam ou desligam-se das experiências existenciais que tomam forma em meio aos modos de ser e estar estimulados e refreados pelos processos e valores que caracterizam a sociedade nesse momento histórico; e, ainda, de que maneira elas sintonizam-se ou não com experiências vivenciais que possam representar ou ao menos direcionar-se para aquilo que, de modo contrafático com as experiências de desrespeito e de dessincronização anteriormente discutidas, se possa considerar uma boa vida.

Daí, todo o esforço feito nos capítulos anteriores em não somente caracterizar a sociabilidade contemporânea, mas nela apontar os processos e fenômenos sociais de desamor, desrespeito e desonra (HONNETH, 2003) e de dessincronização (ROSA, 2019) que ameaçam a integridade física, psíquica e social dos indivíduos e coletividades, tendo como consequência problemas e necessidades de saúde.

Uma das premissas básicas que ancoram a discussão a seguir sobre as necessidades é de que estas são, para os sujeitos, um sentimento

consciente de falta (HELLER, 1987) e nesse sentido, nenhuma outra coisa será adiante caracterizada como necessidade de saúde, a exemplo do que fazem outros estudos que falam em necessidades não sentidas (STOTZ, 1991) ou em necessidades invisíveis (FARÃO; PENA, 2019). Em síntese, chamar-se-ão de necessidades de saúde apenas o que tenha sido exposto pelos próprios sujeitos enquanto tais.

Não que esses recortes que se propõem a identificar necessidades para além do gesto consciente dos sujeitos não tenham valor ou não façam sentido, de um determinado ponto de vista. Ao contrário, pois, sobretudo em contexto histórico de hegemonia da biomedicina, tal como este, em que continuamos imersos, tais proposições ancoram a intencionalidade de fazer mover as práticas de saúde de maneira a produzirem respostas sintonizadas com entendimentos mais amplos do que seja saúde. A busca dessa ampliação é uma das marcas do campo da Saúde Coletiva, que desde as origens identifica a medicalização do social como uma das características a serem compreendidas e superadas nas práticas de saúde (DONNANGELO; PEREIRA, 2011).

Mas, em que pese o valor da crítica à medicalização, não podemos esquecer que se deve sempre considerar o perigo, assinalado por Heller (1996), de instituímos algum tipo de ditadura das necessidades, concretizado pelo poder, nem sempre legitimado, de um grupo social para definir as necessidades de outros.

Ainda que o lugar de quem faça pesquisas em saúde desse tipo no Brasil – mirando a qualificação dos cuidados em saúde e orientado por um compromisso ético-político com o direito à saúde – possa impulsionar cientistas

e militantes a “enxergar” necessidades que “a própria população não enxerga”, porque “faltaria” a esta última uma visão ampliada de sua própria saúde, é importante recordar a contingência do contexto histórico que “autorizaria”, em nome do bem comum, os cientistas, sanitaristas e profissionais de saúde a definirem as necessidades de saúde de indivíduos e grupos sociais, à margem do que eles próprios possam pensar sobre isso. Basta, porém, em um despretenso exercício de abstração, imaginarmos outro contexto histórico, em que os “definidores de necessidades de saúde” sejam movidos por concepções de saúde restritivas de direitos e valores e compromissos menos afeitos ao bem comum, para percebermos que a definição de necessidades por especialistas daria lugar a outro cenário bastante desanimador.

Daí porque, em face de imprevisibilidade do curso histórico que acompanha a vida social, precisamos estar vigilantes contra essa “ditadura das necessidades”. A definição unilateral de necessidades por especialistas não parece ser esse o caminho mais promissor para pensar uma sociabilidade que se mostre adequada ao manejo das necessidades de saúde em longo prazo.

Além disso, outro aspecto importante que contraindica esse modo de proceder à leitura das necessidades é que esta conduziria a uma definição mediada apenas por conhecimentos científicos, o que incorreria no problema já existente, apresentado na discussão acerca do Cuidado (Ayres, 2004). Desconsiderar a esfera da vida prática das pessoas – sobre a qual elas serão sempre a maior autoridade – é fundamental para o sucesso das práticas de saúde. Pretender identificar necessidades de saúde de modo anterior e independente em relação ao saber prático das pessoas pode levar a negligenciar os projetos de vida, seus contextos e as experiências de

desrespeito/reconhecimento que, conforme já discutido, são fundamentais para pensar a constituição e a satisfação de necessidades.

9.1 PRODUTOS E SERVIÇOS DE SAÚDE: A FORÇA DA LEITURA BIOMÉDICA DAS NECESSIDADES DE SAÚDE

A continuidade da hegemonia da visão biomédica sobre as necessidades de saúde no século XXI pode ser vista no Brasil particularmente em estudos do campo Saúde Coletiva, que buscaram apreendê-las a partir das narrativas dos próprios sujeitos participantes (SALOMÃO, 2007; SCHRAIBER et al., 2010; HINO et al., 2012; VALE-SILVA, 2012), mostrando que essa visão domina muito frequentemente o campo interpretativo, tanto dos profissionais de saúde como de grupos sociais diversos.

Já é sabido também que parte dessa força deve-se a impulsos oriundos da conformação capitalista das sociedades modernas (MENDES-GONÇALVES, 1992), que se revelam no denominado Complexo Médico-Industrial da Saúde. Tal complexo atua, em uma de suas frentes, pressionando pela ampliação de necessidades cuja satisfação ocorre pelos produtos e serviços que coloca, ele próprio, à venda no mercado (CAMARGO JR, 2018).

Os achados da presente investigação, particularmente os que apontam para a retração de direitos em anos recentes no Brasil, o fortalecimento, via ciberespaço, de uma subjetividade do consumo e, ainda, uma possível ampliação das necessidades de reconhecimento intersubjetivo, sinalizam também na direção de um fortalecimento da visão biomédica sobre as necessidades de saúde. Isso, claro, se outras visões que com ela coexistem –

como mostrado adiante – não despontarem na cena social de alguma maneira, a ponto de tensionarem mais intensamente esse modo hegemônico dos sujeitos olharem a própria saúde.

Se, por um lado, a retração de direitos observada no Brasil a partir de 2015, especialmente do direito à saúde, redireciona os sujeitos para uma configuração social em que a resposta para suas necessidades deve ser adquirida no mercado; por outro lado, o fortalecimento dos atos de consumo individual como algo que em si mesmo possui valor – valoração inscrita pela sociedade de consumidores e fortalecida na “era do ciberespaço” -, pode ancorar desejos de reconhecimento intersubjetivo pela via do consumo de serviços e produtos biomédicos.

Isso sem falar que as soluções biomédicas para os problemas de saúde, tal como elas mesmas os recortas, guardam características – seu modo de consumo individualizado e a rapidez com que prometem reverter problemas orgânicos, como dores e sofrimentos, por exemplo – sincronizadas com as temporalidades e valores que marcam o século XXI, tornando a biomedicina um modo de ver e de resolver problemas compatíveis com as necessidades de reprodução social que a sociabilidade contemporânea coloca para seus indivíduos.

À luz das necessidades sociais delineadas nos capítulos 5, 6 e 7, as pessoas assemelham-se cada vez mais a sujeitos que correm sozinhos, em velocidade sempre crescente, em busca de vencer uma ampla competição que se alimenta em ambientes e sujeitos físicos e virtuais, mirando uma vitória que se concretiza em algum tipo de distinção social, mas que, mesmo quando obtida, precisa ser, por sua fluidez, suplantada por outra, num movimento

aparentemente sem fim, que lhes exige sempre mais do que já foi feito. Um cenário fértil não somente como produtor de sofrimento mental e esgotamento físico, mas, sobretudo, para vender soluções que sejam rápidas e fáceis, de maneira a não comprometer a dinâmica social em que os valores e processos sociais hegemônicos se reproduzem.

Ilustrativo desse aspecto é a propaganda de um antigripal vendido no Brasil, protagonizada em 2017 por uma atriz de renome nacional, em cena na qual ela aparece em ritmo de vida acelerado realizando simultaneamente várias tarefas. O seu texto dizia: “Oi gente, estou aqui decorando texto, cuidando da casa, cuidando dos filhos... e se você é como eu que não pode parar por uma gripe, conte com” [o nosso remédio] (YOUTUBE, 2017). A atriz é, na peça publicitária, o retrato do sujeito pós-moderno tal como a sociabilidade contemporânea o produz e o requer: alguém produtivo, que realiza várias tarefas simultaneamente, com rapidez, alegria e que *não pode parar*, nem mesmo pelas doenças.

Vale rememorar o que já foi dito em capítulos anteriores. A crítica aqui formulada não vê qualquer essência negativa nos produtos e serviços biomédicos, pois seu poder instrumental de controle orgânico é de grande valor para esta ou outras sociabilidades que possam ser aqui postas no horizonte. Não se trata disso, mas tão somente de compreender como os mesmos se conectam aos processos e valores sociais em curso e a partir dos quais se originam ou potencializam-se problemas de saúde que a própria racionalidade biomédica se dispõe a combater. A crítica não é, portanto, em desfavor da biomedicina, mas exatamente na tentativa de superar problemas, em seus aspectos contextuais, constitutivos e relacionais, que minam sua eficácia.

9.2 ALIMENTAÇÃO E EXERCÍCIOS FÍSICOS: ENTRE AS NECESSIDADES BIOMÉDICAS DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AS NECESSIDADES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DE BEM-ESTAR SUBJETIVO

Boa alimentação e práticas de exercícios físicos são frequentemente referidos pelos jovens como necessidades de saúde. Não se conseguiu investigar os significados relativos ao que se considera uma boa alimentação. Sobre a prática de exercícios físicos, foi possível distinguir ao menos 02 (dois) significados: um como estratégia de prevenção para controle de doenças crônicas não transmissíveis e outro relativo à produção de bem-estar de maneira mais ampla, não somente em relação à ocorrência de doenças.

Uma boa alimentação, né, prática de exercícios físicos, né? Hoje em dia, muito o que tá acontecendo é pessoa sedentária, né, não cuida da sua saúde e com o passar do tempo, né, vai aparecendo as doenças, né? Hipertensão, diabetes (Miguel, 19 anos).

Eu acho que a pessoa precisa primeiramente do lazer; secundamente, a pessoa precisa de uma alimentação boa; terceiramente, a pessoa precisa praticar algum tipo de exercício. Não precisa ser tipo uma academia, uma coisa que force o músculo não. Pode ser uma yoga, uma coisa mais... uma dança, um aeróbico. É... terceiramente, a pessoa praticar assim coisa que preste assim. Não sei, sair pra uma praia. A pessoa tem que fugir mais dessas coisas pra se encontrar mais uma paz interior, pra poder ter uma vida mais saudável, eu penso assim (Laura, 24 anos).

No primeiro caso, os exercícios podem ser caracterizados como um recurso preventivo, a exemplos de exames que visam diagnóstico precoce de doenças, inscrevendo-se, portanto, como mais uma necessidade biomédica que se soma às consultas com profissionais de saúde, medicamentos e todos os demais meios que giram em torno do controle, seja pela perspectiva preventiva ou terapêutica, das doenças e agravos orgânicos.

No segundo caso, a jovem aspira coisas que são produtoras de bem-estar subjetivo, em contraposição ao que ela expressa viver. A prática de exercício figura aí como uma das estratégias que contribuem para esse bem-estar, muito embora este também seja remetido na mesma narrativa ao plano da prevenção de algum sofrimento ou transtorno mental que, para a jovem, se relaciona ao modo de vida dos jovens, o que será alvo de maior exploração adiante. Entende-se, em síntese, pela totalidade da narrativa, que a atividade física emerge nesse segundo caso como algo que extrapola suas repercussões orgânicas, inscrevendo mais no plano das necessidades de saúde que reclamam mudança nas relações sociais.

No escopo daquilo que os jovens entendem que contribui e que são necessárias ao cuidado da própria saúde, tais como a alimentação, os exercícios físicos, a busca por serviços de saúde a fim de realizar exames, tomar vacinas, dentre outras coisas por eles/elas citadas, fica evidente que sua concretização exige iniciativas dos próprios sujeitos, configurando um cuidado autodirigido, que cada um deve perseguir. Essa dimensão da iniciativa individual aparece nas narrativas com maior força do que os aspectos programáticos e sociais que envolvem tais cuidados, muito embora estes últimos sejam também mencionados e até sobressaiam-se em narrativas particulares de alguns jovens que expressam necessidades de saúde no registro do que chamamos acima de sociais e/ou intersubjetivas.

9.3 NECESSIDADES DE SAÚDE SOCIAIS E INTERSUBJETIVAS

Embora sejam amplas e variadas as necessidades sociais que os jovens reivindicam enquanto sujeitos de direitos – emprego, educação, segurança, respeito -, observa-se que a maioria delas não se converte em necessidades de saúde para os mesmos.

Mas é interessante e importante sublinhar que na coexistência de várias percepções que os jovens possuem sobre suas necessidades, algumas delas, embora minoritárias, fazem referencia direta ao modo de vida social que experimentam na atualidade, delineando nesse caso, o que estamos a chamar de necessidades de saúde sociais e intersubjetivas. Sociais porque reclamam condições e relações sociais mais favoráveis à própria saúde. Intersubjetivas porque implicam a transformação de consensos intersubjetivos a partir dos quais aquelas relações se reproduzem.

Pra mim, primeiramente, algo que não estresse porque a maioria das coisas que tão causando falta de saúde, é... mentalidade... excesso de estresse, excesso de coisa, de responsabilidade, essas coisas. Eu acho que a maioria das doenças que tão acontecendo hoje em dia é muito mental, sabe. Por isso que eu lhe disse no começo que qualquer coisinha hoje em dia dá uma depressão. Então a pessoa tem que fugir mais dessas coisas pra se encontrar mais uma paz interior, pra poder ter uma vida mais saudável, eu penso assim (Sophia, 20 anos).

Um pouco mais de tempo. Um pouco mais de tempo, um pouco menos de correria. Acho que seria muito melhor, eu dormiria melhor, me alimentaria melhor, faria algum exercício melhor. Porque eu vou ali, faço 40 minutos de alguma coisa na academia, volto. [Eu] como [alimento-me] sempre que dá, mas não é tanto assim. E durmo as horas que eu consigo sem prejudicar meu estudo, então, não tem esse tempo todo sobrando, sabe? Eu acho que o importante pra ter saúde é você ter tempo. Porque, mesmo se você for preocupado com você, as pessoas, a maioria tá no mercado. No mercado você trabalha pela manhã, folga duas horas no almoço, trabalha à tarde. Qual o horário que elas vão ao médico pra se cuidar? De segunda a sábado, entende? Então, dificilmente você conhece pessoas com tempo para se cuidarem (Laura, 24 anos).

Na primeira narrativa a jovem externa como sendo sua necessidade de saúde um modo de vida com menor carga de estresse, o que segundo seu entendimento poderia materializar-se para as pessoas em geral através de um cotidiano com atividades de lazer, prática de exercícios físicos e de boa alimentação. Necessidade cuja satisfação poderia transformar o modo de vida atualmente experimentado o qual, segundo sua interpretação, caracteriza-se pelo excesso: “excesso de estresse, excesso de coisa, de responsabilidade”.

Essa caracterização da sociedade contemporânea vai na direção de um entendimento que já poderia ter sido erigido pelo conjunto de evidências acumuladas até aqui. O entendimento de que a vida na sociedade contemporânea é uma “vida cheia” no sentido de que se multiplicaram as experiências com coisas e pessoas que a compõem e a atravessam.

É uma vida com mais gente (ampliaram-se as expectativas de contato interpessoal especialmente pela interação digital), com mais coisas a consumir (a cada dia novos produtos são colocados diante de nós), com mais experiências (se faz mais coisas do que se fazia antes, por unidade de tempo). Ampliaram-se também, nesse contexto, as expectativas e necessidades sobre a vida, desaguando em maior cobrança sobre si próprios, sobre os outros e sobre as instituições. A vida contemporânea é, portanto, uma vida cheia, seja porque ela foi ampliada em sua expressão quantitativa (mais gente, mais produtos, mais acontecimentos, mais experiências), seja porque, agora, como cibersujeitos, quase tudo o que existe está diante de nós, através das telas, ou ainda, porque somaram as duas coisas. Somos empurrados a experimentar tudo a todo o tempo, sob o ônus de sermos excluídos de ambientes e relações

que julgamos importantes. E assim fazem os indivíduos para não ficar para trás na corrida competitiva que se tece nessas relações, pressionando os sujeitos a seguirem os padrões hegemônicos que se colocam sobre os corpos e as subjetividades.

No vídeo há pouco citado, observa-se também que não é somente a subjetividade padrão da sociedade contemporânea que é apresentada, mas também um determinado corpo (branco, magro, de estética que também se faz por vestimentas e produtos de beleza).

Porque tem... porque, assim, a sociedade coisa um padrão, né. Ah, se é magra demais, é feio. Se é gorda demais, é feio, entendeu? Tipo assim: “ah, você não pode usar roupa curta, porque, se você usar roupa curta, é porque é vagabunda”. Entendeu? Aí é chato meio, assim... porque você não pode vestir o que você quer. Porque, se você veste o que você quer, é porque você é vagabunda, você é sem futuro. Então, se você não segue o padrão, você é descartada, entendeu? Então mudou bastante [em relação ao tempo dos meus pais], assim, a questão de roupa, essas coisas, o padrão (Heloísa, 13 anos).

Ela é, também, como sugere aquela primeira jovem, uma vida mais “pesada”, no sentido de que recai sobre os sujeitos uma maior responsabilidade sobre seus comportamentos em várias esferas da vida. Isso porque, conforme discutido no capítulo 7, ampliou-se também na atualidade a exigência social. Ampliou-se a exigência sobre o trabalho, o qual requer maior qualificação e produtividade, mas também sobre os estudos que, ao que parece, cursam no âmbito das instituições escolares com crescente ampliação de carga horária, ao mesmo tempo em que se tem de responder àquelas pressões oriundas do mercado de trabalho. Ampliou-se a cobrança da família e da sociedade sobre a construção do futuro; ampliou-se também, com o

fortalecimento da narrativa de direitos, a cobrança pelo respeito que cada um deve, em seus gestos, ofertar ao outro.

Uma vida cheia, pesada e acelerada, no âmbito da qual cada um precisa construir um caminho que lhe permita “ser alguém”, ou seja, conquistar algum tipo de reconhecimento de sua singularidade. Seria essa a fórmula social que conduziu ao modo de vida estressante que aqui se explicita em narrativas juvenis? Vida que, exatamente por essa configuração, “retirou o tempo” que agora aparece, ele mesmo, também como uma necessidade de saúde? A rede interpretativa aqui construída não autoriza outra resposta que não seja sim para ambas as questões.

As forças materiais e simbólicas que, como vimos no decorrer do trabalho, impulsionam uma sociabilidade com essas características e cuja transformação é reivindicada por esses jovens como necessidades de saúde mostra, seguindo a tipologia de Heller (1996), que as mesmas figuram como necessidades radicais, já que sua satisfação implica transformações significativas da ordem social em curso.

É a profundidade das mudanças requeridas para que se possa ampliar o patamar de satisfação das necessidades sociais – e que pode ser vista sob a luz da totalidade que compõe essa investigação – que faz delas necessidades radicais. São necessidades radicais porque já não podem ser satisfeitas dentro da própria sociabilidade que as criou, demandando sua transformação; porque reivindicam formas de organizar a vida social guiadas por outros valores; e, ainda, porque estão a denunciar que a vida como desejamos não pode ser concebida no interior da vida que temos vivido, da forma como a temos vivido.

Ou seja, desse ponto de vista, aquilo que nas narrativas apresentadas pode parecer simples a olhares desavisados, ou seja, de que a transformação de uma sociabilidade do mal-estar, do estresse e da aceleração pudesse ocorrer pela “introdução” cotidiana de práticas de lazer, exercícios e alimentação, reclama, pela ótica das necessidades radicais, uma compreensão que toca os pilares estruturais e interacionais dessas relações sociais.

E isso é importante porque reside também aqui mais um perigo. De que essas necessidades de saúde sejam publicamente reconhecidas, porém, ao mesmo tempo, remetidas ao plano da responsabilidade individual o que, nesse caso, produziriam o inverso do que estão a reclamar. Ou seja, no lugar de fazer repensar os valores e práticas sociais que estão na base dos processos de individualização, competição, exigência, aceleração, entre outros, cobrar dos indivíduos a responsabilidade de satisfazê-las por sua própria conta, o que figuraria para os mesmos como mais uma exigência social a ser respondida, diante do que precisariam acelerar ainda mais seu ritmo de vida a fim de compatibilizar isso com tudo aquilo que já realizam.

Como se pode observar, as relações sociais hegemônicas cuja transformação é reivindicada por alguns jovens enquanto suas necessidades de saúde (necessidades de saúde sociais e intersubjetivas) são exatamente as mesmas relações que estão na base das experiências de desrespeito, mal-estar e aceleração, discutidas nos capítulos precedentes, que se relacionam com a intensificação de problemas de saúde mental. Os quais, segundo os indicadores de saúde, os achados dessa investigação e a observação cotidiana destacam-se no debate atual sobre a saúde de jovens e adolescentes.

Essas relações sociais, da maneira como têm sido vividas, têm se mostrado, pelos seus indicadores sociais e de saúde mental, incompatíveis com a integridade física, social e a dignidade de indivíduos e coletivos, porque lesionam por várias vias – das interações afetivas, do respeito e da estima social – suas personalidades. A própria integridade social fica ameaçada, pois essas lesões impulsionam conflitos motivados pela busca por reconhecimento denegado nas experiências sociais que se alimentam desse contexto.

9.4 NECESSIDADES DE SAÚDE INTERSUBJETIVAS: UMA LEITURA A PARTIR DOS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS

Entende-se por projetos de vida, conforme apresentado no capítulo 2, aquilo que as pessoas almejam para sua própria vida, que dão sentido à existência, que motiva as pessoas a seguirem em frente e a superar os desafios que a vida cotidianamente lhes impõe. Não se resume à ideia de projetos para o futuro, pois englobam também motivações as quais podem não estar completamente elaboradas do ponto de vista racional e ainda os valores sociais que estão aí subjacentes. Nesse sentido, guarda relação com a noção de “projetos de felicidade”, no sentido dado por Ayres (2004), embora uma averiguação mais rigorosa das possíveis diferenças e semelhanças exija um esforço maior do que se conseguiu fazer nesse momento.

A exploração desses projetos foi feita junto aos adolescentes e jovens indagando-os acerca dos seus “projetos”, “sonhos”, “do seu futuro”. Em síntese, os projetos desses jovens circunscrevem-se no âmbito do trabalho e estudo, do bem-estar material e dos relacionamentos afetivos, este último

observado nas mulheres jovens com mais de 20 anos, conforme por ser visto no Quadro 6, a seguir, que reúne parte dessas narrativas sobre os projetos de futuro.

Quadro 6 - Narrativas de adolescentes e jovens sobre seus Projetos de Vida

Jovem	Narrativa
Miguel 19 anos	Pretendo volta a estudar, fazer curso, faculdade. [O que todo jovem quer é] Fama, Dinheiro e Sucesso.
Alice 18 anos	Porque, como eu disse, eu tô mais reservada, mais... minha cabeça mais pra trabalho. Pra estudo mais eu não tenho mais paciência. E antes eu não pensava muito em engravidar. Agora, eu tô pensando em aumentar minha família, né. Ter, construir uma família. Porque todo mundo... toda mulher quando chega aos seus vinte, vinte e poucos anos pensa em ter uma família, né, pensa em construir. E eu penso muito em ter, em ter e gerar uma criança e tudo. Eu e meu marido. De ter um trabalho bom, né, pra que possa manter, de ter nossa própria casa. Todo mundo na vida tem sonhos, né. E a gente sempre procura cada dia realizar devargazin, né. Quando a situação dá, a gente faz. Quando não dá...
Laura 24 anos	Me formar, trabalhar e fazer algumas... assim, eu queria ajudar, tipo, pessoas de rua, queria fazer ações em movimentos com outros médicos, colegas pra ajudar pessoas de rua, entende? Queria apenas ajudar. Porque já é ruim. O que puder melhorar já é lucro. Tudo que puder dar uma ajudinha hoje em dia é lucro, sabe. E depois, tipo, ter um futuro, assim, ir conquistando as coisas aos poucos, [tipo] viajar pra algum lugar que eu queira, família, casar.
Heitor 11 anos	[Meu sonho é] ser jogador de futebol. Eu imagino [meu futuro] eu jogador de bola e ganhando né, ganhar dinheiro. Tendo dinheiro, eu podia ajudar meus pais, podia comprar chuteira, comprar equipamento, entendeu!?
Valentina 12 anos	Tenho um sonho de ser advogada, tenho muita vontade que minha avó ganhe o dinheiro dela que tá na justiça o banco. E meu pai, fora as outras coisas, meu pai agora conseguiu o meu maior sonho... era meu pai arranjar um trabalho. Eu só penso mais, assim, em ser advogada. Estudar muito pra ser advogada. E às vezes também de trabalhar na Polícia Federal. Mas o que eu mais tenho, o que eu mais quero mesmo é advogada. [Se eu tivesse dinheiro] Ajeitava a casa da minha vó. Comprava... pagava o carro de painho também. O que eu queria mais era que vovó recebesse esse dinheiro e ajeitasse essa casa. É o sonho dela de ajeitar a casa, do meu pai também e meu também.
Sophia	Eu tenho muito... eu quero me centralizar em apenas uma coisa, mas eu tenho muitos sonhos. Às vezes eu quero me formar em nutrição pra poder ajudar as

20 anos	<p>pessoas, assim, que têm excesso de... não por causa do dinheiro não, porque ganha bem, né, mas também pra fazer algo de bom no mundo, né. É, deixa eu ver o que mais. Eu trabalho também com a parte da estética, parte da beleza. Às vezes eu quero me aprofundar mais, fazer cursos, montar meu próprio salão, ser bem sucedida de alguma forma, construir uma casa minha, pra morar eu e minha filha, ou se aparecer alguém na minha vida também e pra ir comigo, né. Porque eu acho que, quando a gente ficar velho, a gente tem que ter a companhia de alguém, porque nossos filhos não vão ficar velhos junto com a gente. Eles vão atrás da vida deles. Então, é assim que eu penso e... é, eu só queria mais estabilidade financeira e também amadurecer mais, eu já consegui amadurecer muito ainda, pra poder seguir uma vida mais saudável e mais centrada.</p>
Gabriel 20 anos	<p>[O que eu quero no meu futuro] É tá trabalhando, ganhando... não, assim, que dê pra me sustentar, viver bem, ter minha casa. Também não precisa ser demais, mas não de menos. E basicamente é isso. Minha casa própria, um carro, morando na minha casa, ganhando bem, fazendo o que eu quero, assim, nada demais. Eu acho que é o sonho de quase todo mundo, né, isso daí. [Uma vida bem sucedida é] É o que eu acabei de falar. A pessoa ter uma casa, um emprego bom, que não seja aquele emprego que a pessoa vai odiar tá lá todo dia e que ganhe razoavelmente bem, né. Que dê pra fazer o que a pessoa quer.</p>
Heloísa 13 anos	<p>O meu sonho? É arranjar um emprego que eu me sinta bem, sabe? É trabalhar pra dar uma vida boa pra mim. Pra mim e pra minha família. Comprar uma casa melhor pra minha mãe. E comprar... tudo que minha mãe me deu, dar em dobro a ela, sabe? [...] muita gente que entra no emprego só porque ganha um salário bom. E não se sente bem. Eu, mesmo que eu ganhe pouco, eu quero um trabalho que, mesmo que eu ganhe pouco, eu me sinta bem, sabe? Porque, pra ficar num trabalho que você ganhe muito, mas não se sinta bem, é meio chato. [...] Eu tenho duas profissões que eu quero ser. Ou policial ou veterinária, porque eu amo bicho.</p>

FONTE: os autores.

No campo do trabalho e estudo, os entrevistados destacaram o projeto de ter profissão através de formação universitária, que lhes dê sustentabilidade financeira e cujo fazer traga realização pessoal, seja porque se identificaria com o fazer profissional em si mesmo, seja porque ele permitiria ajudar outras pessoas. No campo do bem-estar material, pareceu significativa a aspiração de conquistar uma condição financeira que permita comprar casa, carro, apoiar financeiramente os familiares, viajar, etc. Já sobre relacionamentos afetivos, o casamento e a maternidade foram espontaneamente mencionados pelas mulheres jovens, com mais de 20 anos.

Em linhas gerais, observa-se um recorte de gênero, pois enquanto os homens fazem referência apenas ao espaço público, no campo profissional, ao tratar de seus projetos, parte das mulheres soma a isso o casamento ou mesmo colocam este último e filhos como sendo o aspecto mais estruturante. Contudo, é importante que também entre as jovens houve as que se referiram apenas ao campo profissional. Entre os entrevistados foi quase unânime a centralidade do trabalho para os projetos de vida.

A importância dada pelos jovens à formação universitária leva a pensar, especialmente em razão da pobreza e desigualdades sociais no Brasil, sobre a importância da Universidade Pública para a realidade nacional. Já sobre o fato de os projetos de vida serem bastante colonizados pelo desejo de possuir uma vida material confortável, isso aparecer como algo espontâneo e frequentemente referido pode decorrer da experiência de pobreza por muitos experimentada, ou ainda dos valores de consumo associados à distinção social que, como se viu, marcam fortemente a realidade contemporânea. Tanto a formação universitária como o consumo de bens toca diretamente o debate acerca das necessidades sociais, os direitos e as políticas públicas, alvo de discussões anteriores e que não cabe agora retomar.

No campo dos valores, observa-se que as noções de solidariedade, justiça, consumo e distinção social/busca por reconhecimento cruzam-se nos projetos juvenis acima expostos, particularmente e respectivamente pelas ideias narradas em torno de “ajudar as pessoas”, “ajudar a família”, consumir bens materiais e, por fim, na pretensão mencionada por vários deles/delas de “ser alguém bem-sucedido”.

Materializar esses projetos em contextos sociais de flexibilidade, de competição ampliada, de grande valoração do consumo, de desigualdades socioeconômicas, de preconceito, de violência, de retração de direitos sociais, de sensação de fracasso subjetivo, de exigência social e de aceleração concretizam, certamente, desafios que deverão exigir grande esforço pessoal dos mesmos - o que certamente não será suficiente para torna-lo algo concreto -, além de imergirem-nos em experiências variadas de desrespeito, como as já verificadas e descritas em capítulos anteriores.

São esses desafios que se imporão para muitos como desafios existenciais que não devem ser desconhecidos pelas práticas de saúde, já que as necessidades de saúde desses jovens guardam com eles estreita relação. As necessidades biomédicas expostas pelos jovens visando a preservação da regularidade orgânica ou prevenção de sua alteração patológica por meio do consumo de serviços e produtos do setor saúde são, de certo, fundamentais para produzir uma vivência pessoal exitosa em um contexto social como esse, no qual o corpo é amplamente exigido em suas dimensões física, psíquica e estética.

A satisfação das necessidades biomédicas, diante dos problemas práticos vinculados ao adoecimento – redução da capacidade produtiva, distanciamento de padrões estéticos socialmente valorizados, desaceleração física e psíquica, etc. - se faz assim fundamental para a construção de projetos de vida nesses contextos sociais, devendo ser compreendidos, quando conscientemente manifestados, não somente em razão de uma suposta percepção limitada dos indivíduos acerca de sua própria saúde, mas porque

elas são fundamentais para sua configuração e afirmação como sujeitos sociais.

Porém, os projetos de vida que são constituídos e reconhecidos em sintonia com valores e processos sociais mais amplos podem levar os indivíduos a ultrapassarem os limites inscritos por seus corpos, comprometendo-os. Também por via dos processos e valores sociais hegemônicos – competição, frustração, aceleração, etc. – mina-se também, além dos corpos, as subjetividades que aspiram por bem-estar, solidariedade e justiça e que encontram, na realidade concreta, fortes obstáculos.

Essas consequências de comprometimento físico dos corpos e de mal-estar das subjetividades podem produzir nos sujeitos necessidades biomédicas, mas também, quando sentidas por aqueles que detêm concepções ou experiências em relação à própria saúde que permitem estabelecer uma conexão entre o biológico e o social distinta da prevalente, conduzem-nos a sentirem suas necessidades sociais também como necessidades de saúde.

Em todos os casos, a busca pela produção de respostas para as necessidades de saúde que desconheçam os projetos de vida que estruturam e motivam a vida dos jovens só tenderá a colher o distanciamento desses sujeitos. Inútil buscar sua coparticipação na produção dos benefícios preventivos ou terapêuticos que os serviços querem ofertar se não contextualizarmos as juventudes na sociabilidade contemporânea. Não faz sentido coparticipar de projetos que não se somem aos próprios interesses ou aquilo que se julga ser de grande valor.

Contudo, isso não significa, necessariamente, somar-se aos próprios sujeitos na reafirmação dos valores subjacentes a tais projetos, pois, como já

amplamente acumulado até aqui, estes podem afrontar a própria experiência existencial, social, física e psíquica dos sujeitos.

A fusão de horizontes, anteriormente discutida e incorporada à proposta do Cuidado, tem por horizonte a compreensão e não necessariamente a reprodução dos pontos de vista e valores do outro. O diálogo que se estabelece entre os sujeitos que ofertam respostas para necessidades e os portadores dessas necessidades pode, e muitas vezes deve, transformar as próprias necessidades sentidas, assim como as respostas que visam sua satisfação.

No caso dos valores mais explicitamente identificados nos projetos dos jovens de Mossoró, há muito a se transformar para concretizar um horizonte social em que os corpos e as subjetividades sejam menos lesionadas, mas como se viu grande parte desses valores, como a solidariedade e a justiça, já se encontram presentes, devendo ser identificados e fortalecidos, o que pode ser feito, no caso da saúde, pela configuração das respostas que se tecem visando combater os problemas e satisfazer as necessidades.

9.5 EXPERIÊNCIAS E SUGESTÕES DOS JOVENS PARA A RECONSTRUÇÃO DE SUAS RELAÇÕES COM A SAÚDE E O SISTEMA DE SAÚDE

As experiências de uso de serviços de saúde relatadas pelos jovens são, em geral, motivadas pela necessidade de vacinas e de realização de consultas e exames diagnósticos. A grande maioria relatou facilidade de acesso aos serviços de atenção primária no que tange a realização de consultas,

especialmente a consulta médica, e da vacinação. Ao mesmo tempo, expuseram satisfação com o atendimento recebido e com a resolução dos problemas que buscaram resolver.

As maiores dificuldades de acesso foram relatadas em relação à realização de exames e procedimentos de maior densidade tecnológica como cirurgias. No caso dos exames, é comum recorrerem ao sistema privado de saúde para sua realização.

Uma parte dos jovens considera inadequada a relação que eles estabelecem com a própria saúde a qual deveria ser alvo de maior atenção ou preocupação a fim de evitar maiores riscos ou problemas decorrentes do desconhecimento de problemas de saúde que podem não estar sendo percebido pelos mesmos. Esse modo de lidar com a própria saúde seria a causa da pequena procura dos jovens pelos serviços de atenção primária à saúde.

Acho que, quando você é adolescente, você é meio irresponsável, assim, com a própria saúde. Você tá sempre preocupado com outras coisas, tipo “ah, vou passar de ano” e não liga muito. Mas quando você fica mais velho, que você começa a trabalhar, o que você não tem é tempo pra ir, entende? Então eu acho que é mais por isso. Eu acho que os adolescentes não vão muito normalmente porque, quando você é adolescente, você acha que tá cheio de coisa e acha que tudo é besteira. Depois de um tempo, você não vai porque você não tem tempo [...] Eu acho que precisaria sim [eles buscarem mais o posto de saúde]. Eu acho que todo mundo tem que se cuidar. Principalmente porque, hoje em dia, tem várias doenças, assim, que você descobre quando já tá avançado... por exemplo, vários cânceres que não dão sintomas, entende? Eles não escolhem faixa etária pra aparecer. Então, eu acho que todo mundo tinha que se cuidar mais, em qualquer faixa etária (Laura, 24 anos).

O jovem, hoje em dia, é tímido, ou não liga para a sua saúde. Difícil você ver, assim, jovens no posto de saúde, procurando ver a sua saúde. Por falta de aconselhamento, assim, né, sobre a saúde, falta uma palestra para explicar sobre as doenças, né, assim, o que pode ser causado pelo sedentarismo e por outras coisas. Falta informação para o jovem. Pode ser bom pra ele, né. Se ele tiver com algum problema, né? (Miguel, 19 anos).

[O jovem não vai muito ao posto de saúde] porque o jovem se acha, o jovem de hoje em dia se acha a mulher-maravilha e o super-homem, então “não, meu avô, minha avó que é doente. Se ele precisar ir, eu levo, mas eu não preciso não, porque eu sou super saudável”, mas ninguém sabe como é o organismo da gente por dentro (Sophia, 20 anos).

Mas, para alguns jovens, isso acontece porque não existiria mesmo necessidade de maior aproximação com esses serviços, porque a maioria dos jovens não possuem problemas de saúde que lhes motivassem a realizar essa busca.

Eu acho que é porque... não sente nada. Não é como eu que... não teve o mesmo problema [ovários policísticos] que eu e o problema deles num é tão grave (Valentina, 12 anos).

Eu acho mais difícil de eu ir, assim, não porque eu não quero, assim, eu não vejo tanta necessidade. Quando tem alguma coisa assim, eu vou logo pra Unimed, entendeu? (Gabriel, 20 anos).

Chamou a atenção o fato de ser consensual entre aqueles que pautaram uma reconstrução de relação dos jovens com sua própria saúde e com os serviços o caminho a ser seguido pelo sistema de saúde para isso: a atuação do Sistema numa perspectiva educativa no sentido de prover aos jovens mais “informações”, maior “conscientização” e de produzir “diálogo” e “estímulo” para que eles possam melhor lidar com a sua saúde e/ou buscarem os profissionais.

Eu acho que, se nas escolas tivesse uma conscientização, dessem palestras ou, não sei, implementassem uma matéria como a saúde básica ou riscos, acho que todos iriam se preocupar mais com a própria saúde. Porque, quando você vê alguém, vou dar o exemplo de câncer, você vê alguém com câncer, você tem medo que você fique daquele jeito também. Porque a maior parte das pessoas quando você vê alguém com câncer, o maior medo que sente é um dia passar por aquilo, por todo aquele sofrimento. Se mostrasse isso pros jovens, eu acho que eles tentariam evitar ao máximo [...] [Fazer] campanhas, promoção. Se fizerem promoção... por exemplo, quando fazem promoção de vacina elas percebem que tem uma aderência bem mais alta do que quando elas apenas disponibilizam a vacina lá

e não fazem toda aquela campanha e promoção, entende? Eu acho que elas poderiam... como todas as UBS têm consciência de quantos jovens tem na região, quem são, acredito que elas possam conversar com esses jovens, pra tentar atrair o cuidado pessoal, com a saúde inteira (Laura, 24 anos).

Eu acredito que mais palestras, assim, direcionadas mais aos jovens, mas especialmente assim, nas escolas, né? Que é ali que ele tá aprendendo, né? Nas escolas, nas praças, em lugar assim, né, públicos. Fazer palestras, orientando, né? Abordando diversos temas, internet, sexo na juventude, DST [Infecção Sexualmente Transmissível] (Miguel, 19 anos).

Aí eu acho que o jovem precisa de mais um incentivo pra poder, porque tem jovem que pode até... eu não sabia que eu tinha rinite alérgica, foi porque ela atacou de verdade aí eu fui para a UPA, aí ele disse que eu tinha. Aí tem jovem que tem algum tipo de coisa assim, por mais que seja simples, e não sabe. Então eles precisam de um incentivo pra ir ao posto, entendeu? Eu acho que poderia fazer uma campanha pro jovem, uma campanha... botar as coisas que o jovem gosta, jovem adora um som ligado, jovem... botar um quiosquezinho, uma barraquinha, jovem adora comer também, tirar mais o jovem do álcool porque jovem também adora beber e eu acho que isso, essa campanha, iria até fazer eles esquecerem de... porque tipo eu já fui pra fazer uma campanha pras crianças aí eu levei minha menina, ela passou o dia lá pintando, sendo criança, né. Então o jovem precisa de algo assim, não pra criança, pro jovem (Sophia, 20 anos).

Um primeiro aspecto a destacar é que a reconstrução vislumbrada pelos jovens dar-se-ia quase completamente capturada pela linguagem biomédica dominante no sentido de que o maior cuidado que os jovens passariam a ter com a própria saúde, a partir dessa mudança, seria na direção de estarem mais atentos às suas doenças, identificando-as mais precocemente ou prevenindo-as.

Ao mesmo tempo, percebe-se que as metodologias, conteúdos e situações que poderiam ser desencadeadas pelas ações educativas sugeridas – “conversar com os jovens”, “trabalhar nas escolas”, abordar o tema da “internet”, “botar as coisas que o jovem gosta” – poderiam abrir possibilidades novas para pensar a saúde juvenil que viessem a desaguar em necessidades de saúde não limitadas ao escopo biomédico. Essa é, contudo, uma possibilidade cuja concretização dependeria muito do tipo de abordagem que

viesse a ancorar aquelas ações educativas, ou seja, das concepções e práticas de educação, de saúde e de cuidado que instrumentalizariam as ações profissionais e o diálogo com os jovens.

Quando se trata de identificar e responder necessidades de saúde sociais e intersubjetivas, parece haver uma lacuna que dificulta ou até interdita o diálogo e o manejo potencial das mesmas. Isso porque quando os sujeitos estão a tratar de necessidades biomédicas, conseguem enxergar facilmente os locais, maneiras, produtos e profissionais que estariam “aptos” a respondê-las. O setor saúde, como é mais amplamente conhecido, reúne todo esse arsenal “em resposta” – vimos que não somente “em resposta”, mas também “em produção” - às necessidades desse tipo.

Mas, quando os jovens falam que para terem saúde precisam de “mais tempo” ou de menos “excesso de coisas” ou ainda de “paz interior”, conforme vimos eles relataram anteriormente, onde na realidade concreta – a exemplo do que o setor saúde faz para as necessidades biomédicas - suas interpretações podem encontrar âncora para prosseguir de maneira a visualizar as respostas para problemas desse tipo? A violência, por exemplo, é um problema de saúde (DAHLBERG; KRUG, 2006). Mas, o setor de saúde da maneira como é prevalentemente percebido, inclusive entre os participantes dessa pesquisa, não trata de assuntos de cunho social, apenas dos biológicos (as doenças e sua prevenção). Já os setores de segurança ou de assistência social tratam da violência, mas não de problemas de saúde. Sendo assim, quais setores ou instituições podem então colocar-se na mira de quem manifesta necessidades sociais ou intersubjetivas tais como a violência como que detendo a capacidade de produzir respostas para elas?

Talvez esse “vácuo” que invade o pensamento dos sujeitos sociais que expressam necessidades sociais e intersubjetivas possa ajudar a compreender não somente a predominância das necessidades biomédicas em relação a estas, mas também o fato de que mesmo quando as necessidades sociais e intersubjetivas são manifestas pelos sujeitos, estes não conseguem reivindicar ações concretas em resposta para as mesmas. Observe-se pelo contexto dessa investigação que os mesmos sujeitos que externaram necessidades sociais e intersubjetivas, não as reclamaram para o setor saúde quando foram provocados a pensar em novas relações com esse setor. Este foi novamente visto, na oportunidade, como podendo ajudar os jovens a reconstruírem sua relação com a própria saúde, mas apenas no sentido de melhor identificar e manejar suas doenças, diante do que àquelas necessidades “perderam-se no caminho” pela busca de respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adolescentes e jovens do início do século XXI encontram um período histórico onde o existir é atravessado por desafios socioculturais cuja intensidade com que são experimentados no plano individual tem lhes impactado com importantes repercussões para a saúde. A expressão mais visível desse fenômeno é dada pela reconfiguração da *problemática da saúde dos jovens* conformada pela ampliação da ocorrência dos problemas de saúde mental a partir dos anos 2000.

Essas repercussões, a despeito da gravidade de suas implicações práticas – ansiedade, depressão, automutilação, suicídio, etc. – encontram dificuldade em serem percebidas, compreendidas e manejadas pelos sujeitos sociais, incluindo-se os próprios jovens, ao que parece por razões diversas, sendo uma delas a subtração que a linguagem biomédica, que se mostra robusta no presente e no horizonte futuro, faz de alguns de seus aspectos fundamentais, de caráter social e intersubjetivo.

Sem a adequada observação desses aspectos, o manejo da saúde de adolescentes e jovens tende a ficar limitado ao reparo das consequências orgânicas desses problemas e distante da possibilidade de interromper seus processos estruturantes. Estes exigem a construção de modos de vida coletiva mais próximos daquilo que se possa considerar uma “vida boa/saudável” e a construção de mecanismos pessoais e institucionais com maior capacidade de reconhecer e manejar os problemas de saúde considerando sua multidimensionalidade (biomédica, social e intersubjetiva).

A antevisão dos novos modos de vida coletiva deve constituir-se em oposição aos deletérios processos sociais a partir das quais se erguem experiências de sofrimento: a intensificação da individualização, o desrespeito aos direitos coletivos, o consumismo, as frustrações dos cibernéticos em suas buscas por reconhecimento pessoal, a elevação da exigência social e a aceleração dos ritmos de vida. Pelo mesmo caminho, devem ser projetados os novos os mecanismos pessoais e institucionais de produção de resposta a problemas e necessidades de saúde, ou seja, sedimentando a construção do “novo” em oposição àquilo que temos em realidade concreta: uma visão predominantemente biológica do que se entende por saúde e a produção de respostas biomédicas e setoriais para os problemas recortados por essa visão.

Essa reconstrução coloca a todos um desafio de grande envergadura, dadas às contradições que emergem nas experiências sociais e também àquilo que nelas não vai sendo imediatamente compreendido, seja por quem as vive de maneira particular, seja no plano social. Os desejos de amor, de respeito e de estima que, como bem evidenciou Honneth, nos mobilizam em nossa experiência existencial, nem sempre cursam ou resultam em bem-estar e em processos favoráveis à saúde física e psíquica, ao menos quando, a exemplo do que vivemos na contemporaneidade, nossa busca por essas formas de reconhecimento ancora-se em valores e experiências temporais que levam ao excessivo desgaste de nossos corpos. Que identidade os sujeitos terão quando, em suas jornadas existenciais, gozarem de estima social por terem materializado em si os valores socialmente dominantes? E que “saúde” terão após anos de uma vida acelerada, produtiva, competitiva, consumista e frustrante? O sofrimento mental que, como vimos, atravessa a vida dos jovens

já produziu essa resposta, sinalizando a importância das reconstruções sugeridas.

É preciso um novo jeito de experienciar a vida e a saúde, a partir do qual possamos sentir necessidades novas, melhor manejar as antigas e encontrar, na sociabilidade presente, respostas sociais para todas, ainda que tais respostas nunca sejam completamente suficientes, dada a multiplicidade das situações que as envolvem, a complexidade das aspirações humanas, e o movimento, propriamente humano, de criação de novas necessidades a partir da tentativa de satisfação das antigas.

A busca por novas abordagens das necessidades de saúde, a exemplo do que se buscou com esse trabalho, parece ser um dos caminhos possíveis para essas reconstruções, dada as possibilidades de olhá-las de um novo ângulo, ainda que sabendo que no percurso realizado até aqui, questões variadas tenham ficado em aberto, as quais desejamos que se tornem novos pontos de partida de investigação e compreensão da realidade social e de saúde.

A cidade de Mossoró (RN) mostrou-se, à luz da literatura, semelhante em muitos aspectos à realidade brasileira, sendo palco de variadas experiências de desrespeito por direitos em razão das desigualdades sociais, da pobreza, da violência e da discriminação; e de vivências ciberespaciais dos jovens que cursam aos moldes do que foi discutido neste trabalho. Contudo, dois aspectos relativos às experiências com direitos chamam a atenção: a precariedade da infraestrutura da cidade em termos de pavimentação, transporte coletivo e saneamento nas regiões mais periféricas, estendendo-se por toda a cidade no caso das duas últimas. E, por outro lado, a pequena

participação política dos jovens em termos de resistência e de atuação coletiva, não sendo evidenciado no decorrer da pesquisa nenhum tipo de participação em movimentos organizados ou manifestações em torno dessas pautas, mesmo com o Brasil atravessando um momento de efervescência política nos últimos anos em que direitos sociais foram mais intensamente alçados ao debate público.

Vale salientar também a ampla referência aos problemas de saúde mental enquanto experiência de adoecimento dos jovens locais, o que não estava inicialmente no horizonte da pesquisa, demonstrando a capilaridade desse problema que, assim, não está circunscrito à experiência das grandes metrópoles nacionais, já largamente associadas à rotinas de vida diária intensas e estressantes.

Nesse contexto, novas investigações sobre as experiências desse público enquanto sujeitos de direitos mostram-se relevantes, pois se os jovens de cidades médias, ou particularmente os de Mossoró, se ao mesmo tempo em que experimentam obstáculos ao seu reconhecimento jurídico, já superados ou atenuados em grandes cidades, mostram também menor impulso de participação política para transformação desses cenários, o horizonte de cidadania apresenta-se ainda mais distante para os mesmos. Essa hipotética apatia política pode, ainda, estar na base da não emergência de necessidades de saúde sociais que eles/elas poderiam sentir a partir daqueles obstáculos.

As evidentes repercussões dos modos de vida contemporâneos em termos de necessidades e problemas de saúde tornam relevantes também maiores investigações sobre as similitudes e diferenças dos valores, processos e dinâmicas que conformam os modos de vida nas diversas cidades e regiões

do Brasil, diante da diversidade que caracteriza o País. Até que ponto o amplo compartilhamento da vida e seus processos e valores em “lugar único” – o ciberespaço - aniquilou a potência das diferenças socioculturais em produzir mais ou menos qualidade de vida, reconhecimento, desrespeito, dessincronização e problemas de saúde?

Os serviços, programas e políticas que miram a saúde de adolescentes e jovens devem interagir com eles/elas buscando, antes, compreender suas vidas a partir do modo como eles as experimentam, através de produção de diálogos que lhes impulsionam a narrar sua vida social de maneira a não ser totalmente capturada pela linguagem biomédica, oportunizando e estimulando-os a expressarem-se (e construir-se) enquanto sujeitos socioculturais, sociopolíticos e sujeitos de sua própria saúde. Caso não, as iniciativas institucionais voltados à saúde desse público ver-se-ão diante de um círculo vicioso: identificar sempre os mesmos problemas – doenças, riscos, comportamentos -, ofertar as respostas já conhecidas, aos moldes já praticados, e ver-se diante de resultados práticos menos efetivos do que poderiam ser alcançados em termos de transformações de indicadores e de práticas de saúde.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: NOVAES, R. et al. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p.19-60.
- AISSA, A.P.C.T. **Polarização de opiniões nas mídias sociais: um estudo a partir da análise comportamental da cultura** [Dissertação]. São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020.
- ANDERY, M.A.P. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v.18, n.34, p.19-40, 2015.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**, n. 19, p.47-57, 2009.
- AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** v.6, n.1. p.63-72, 2001.
- AYRES, J.R. Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade. In: MARTINS, M.A. et al. (Org.). **Clínica Médica**. 1 ed. Barueri: Manole, 2009, v. 1, p. 437-455.
- AYRES, J.R.C.M. Saúde e emancipação no Século XXI: reificação e vulnerabilidade no contexto das cibertecnologias. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n.4, p.983-987, 2015.
- AYRES, J.R.C.M. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. **Interface (Botucatu)**, v.8, n.14, p.73-92, 2004.
- AYRES, J.R.C.M. et al. Caminhos da integralidade: adolescentes e jovens na Atenção Primária à Saúde. **Interface (Botucatu)**, v.16, n.40, p.67-81, 2012.
- AYRES, J.R.C.M. O cuidado, os modos de ser do humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v.13, n.3, p.16-29, 2004b.
- AYRES, J.R.C.M. Para compreender o sentido prático das ações de saúde: contribuições da hermenêutica filosófica. In: _____. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC: UERN/IMS: ABRASCO, 2009. p.129-155.
- AYRES, J.R.C.M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.6, n.1, p. 63-72, 2001.

AYRES, J.R.C.M. Uma concepção hermenêutica de saúde. **Physis**, v.17, n.1, p.43-62, 2007.

BARATA, R.B. et al. Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v.47, n.4, p.647-55, 2013.

BAUMAN, Z. A democracia é a primeira vítima da desigualdade de hoje. **Entrevista**. 04 de fevereiro de 2014.

BAUMAN, Z. **As consequências da globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2000.

BAUMAN, Z. Entrevista concedida a Fernando Schuller e Mario Mazzilli. Programa: fronteiras do pensamento. Londres, 25 de julho de 2011.

BAUMAN, Z. **Hermeneutics and Social Science**: approaches to understanding. New York: Routledge, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

BRAGA, J.C.S. Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. In: FIORI, J.L.; TAVARES, M.C.(Org.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. São Paulo: Vozes, 1997. p.195-242.

BRASIL. Boletim epidemiológico 24: Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. v.50, n.24, Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 set. 2017.

BREILH, J. Epidemiología del siglo XXI y ciberespacio: repensar la teoría del poder y la determinación social de la salud. **Rev Bras Epidemiol** 18: 972-982, 2015.

CAMARGO Jr, K.R. A biomedicina. **Physis**, v.15, n.supl., p.177-201, 2005.

CAMPOS, G.W.S. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. **Saúde e sociedade**, v.15, n.2, p.23-33, 2006.

CAMPOS, A.G.; PHINTENER, M.J. Tempos sociais de jovens no Brasil urbano. In: SILVA, E.R.C.; BOTELHO, R.U. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. p.123-152.

CARIBÉ, J.C.R. **Algoritmização das relações sociais em rede, produção de crenças e construção da realidade** [Dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019.

CARVALHO, B.G.; PEDUZZI, M.; AYRES, J.R.C.M. Concepções e tipologia de conflitos entre trabalhadores e gerentes no contexto da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, v.30, n.7, p.1453-1462, 2014.

CARVALHO, A. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v.18, n.esp., p. 225- 239, 2014.

CARVALHO, A. M. P. Estado e cultura na contemporaneidade: Brasil e Portugal em foco. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n.2, p.133-146, 2007.

CARVALHO, A.C.O.; PINHEIRO, L.I.F. “Reforma trabalhista no Brasil: avançando para o passado”, **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, (agosto 2018). En línea: <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/08/reforma-trabalhista-brasil.html>

CHARLSON, F., OMMEREN, M., FLAXMAN, A., CORNETT, J. WHITEFORD, H., & SAXENA, S. (2019). New WHO prevalence estimates of mental disorders

in conflict settings: A systematic review and meta-analysis. **Lancet**, v.394, n.10194, p. 240-248, 2019.

COLLUCI, C. TAMANHO DO SUS PRECISA SER REVISTO, DIZ NOVO MINISTRO DA SAÚDE. ENTREVISTADO: RICARDO BARROS. **FOLHA DE SÃO PAULO**. COTIDIANO. MAIO 2016 DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/2016/05/1771901-TAMANHO-DO-SUS-PRECISA-SER-REVISTO-DIZ-NOVO-MINISTRO-DA-SAUDE.SHTML](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1771901-tamanho-do-sus-precisa-ser-revisto-diz-novo-ministro-da-saude.shtml). ACESSO EM: 20 OUT. 2020.

Conselho Nacional de Justiça. **Judicialização da Saúde no Brasil**: perfil das demandas, causas e propostas de solução. Instituto de Ensino e Pesquisa: Brasília, 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado em 05-08-2020.

Coristina D. Para você que não pode parar por uma gripe. [S.l.:s.n.] 1 vídeo 41 seg.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kf6dqGGE0wQ>. Acesso em 16.02.2021.

CORROCHANO, M.C.; DOWBOR, M.; JARDIM, F.A.A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em Revista (Sorocaba)**, v.4, n.1, p.50-66, 2018.

CORSEUIL, C.H.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M.A. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: OIT/IPEA, 2020.

CORSEUIL, C.H.L.; FRANCA, M.A.P. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro**: evolução e desigualdades no período 2006-2013. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2N3u78P>. Acesso em: 22 set. 2020.

COSTA, P.H.A.; MENDES, K.T. Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2020, v. 36, n. esp., 2020.

CREDIT SUISSE, A.G. Research Institute. **Global Wealth Report 2017**. Disponível em: http://www.javiercolomo.com/index_archivos/Saint_Just/Imag/Credit_suit/riqueza_naciones.pdf. Acesso em 07.02.2019.

CRESSWELL, J.W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CROCKETT, M.J. Moral outrage in the digital age. **Nature Human Behaviour**, v. 1, n.11, p. 769–771, 2017.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 11, n.supl., p.1163-1178, 2006.

DAVIS, K.; STREMIKIS, K.; SCHOEN, C. et al. Mirror, mirror on the wall. How the Performance of the U.S. Health Care System Compares Internationally. The Commonwealth Fund; 2014. [acesso em 2018 out 9]. Disponível em: https://www.commonwealthfund.org/sites/default/files/documents/media_files_publications_fund_report_2014_jun_1755_davis_mirror_mirror_2014.pdf

DONNANGELO, M.C.; PEREIRA, L. **Saúde e Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

ELIANE BRUM. O suicídio dos que não viram adultos nesse mundo corroído | Opinião | EL PAÍS Brasil. **19 JUN 2018. Disponível em** https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/opinion/1529328111_109277.html. Acesso em 03.03.2021.

Entrevista com Hartmut Rosa, por Bjørn Schiermer. Aceleração e ressonância: entrevista com Hartmut Rosa tradução: Alberto Luis Cordeiro de Farias, 2019b. Disponível em <https://blogdolabemus.com/2019/04/08/aceleracao-e-ressonancia-entrevista-com-hartmut-rosa-por-bjorn-schiermer/>. Acesso em 02.02.2020.

FAGNANI, E. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Texto para Discussão. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, n. 308, 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO. **The state of food security and nutrition in the world: Building resilience for peace and food security**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-l7695e.pdf>. Acesso em: 07/02/2019.

FARRELL, J. Echo chambers and false certainty. **Nature Climate Change**, v. 5, p.719–720, 2015.

FATUSI, A.O.; HINDIN, M.J. Adolescents and youth in developing countries: Health and development issues in contexto. **Journal of Adolescence**, v.33, n.4, p. 499–508, 2010.

FAVA, G.; PERNISA JÚNIOR, C. Filtro bolha: como tecnologias digitais preditivas transformam a comunicação mediada por computador. **Revista Eco Pós**, v.16, n. 2, 2017.

FERNANDES, S.C.A. **As práticas educativas na saúde da família: uma cartografia simbólica** [Tese]. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

FERREIRA, A.V.; RIOS, J.R.A.C. Filtro bolha, câmara de eco e a formação de opiniões extremas. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**,

40, 2017, Curitiba (PR). Anais. Curitiba: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017.

FREITAS, F.S. Juventude negra: qual é mesmo a diferença? In: NOVAES, R. et al. **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 103-125.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG, FÓRUM 21, GT DE MACRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL. **Austeridade e retrocesso**: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: Fórum 21; FES; SEP e Plataforma Social; 2016. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/austeridade-eretrocesso/>. Acesso em 15.10.2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Relatório IPCLBrasil**: 1º semestre de 2015. São Paulo: FGV, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/14133>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Desalento é maior no Nordeste e entre jovens, mulheres, pessoas com baixa escolaridade e pardas ou negras, diz FGV IBRE. Fundação Getúlio Vargas. set. 2019. Economia. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/desalento-e-maior-nordeste-e-entre-jovens-mulheres-pessoas-baixa-escolaridade-e-pardas-ou>. Acesso em: 5 out. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda? Disponível em https://cps.fgv.br/Pobreza_Desigualdade. Acesso em: 05 out. 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. PMDB, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

G1. Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>. Acesso em 10.02.2021.

GADAMER, H.G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 14ª ed. Petrópolis-RJ: vozes. Bragança Paulista-SP: editora universitária São Francisco, 2014.

GIROUX, H.A. Selfie Culture in the Age of Corporate and State Surveillance, **Third Text**, v.29, n.3, p. 155-164, 2015.

GOHN, M.G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, p. 117-133, 2018.

HELLER, A, FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HELLER, A. **Teoria de las necesidades em Marx**. 2 ed. Barcelona: Península, 1986.

HELLER, A. **Una revisión de la teoria de las necesidades**. Barcelona: Editorial Paidós, 1996.

HINO, P. et al. Necessidades em saúde segundo percepções de pessoas com tuberculose pulmonar. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.46, n.6, p.1438-45, 2012.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Editora Unesp, São Paulo, 2018.

HONNETH, A. **Reification**: a new look at an old idea. New York: Oxford University press, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “PIB cresce 1,1% e fecha 2019 em R\$ 7,3 trilhões”. **Agência de Notícias IBGE** [04/03/2020]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01.03.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “PIB cresce 1,1% 2018 e fecha no em R\$ 68 trilhões”. **Agência de Notícias IBGE** [28/02/2019]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01/03/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

JAPIASSÚ, H. **A revolução científica moderna**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1985.

JASNY, L.; WAGGLE, J.; FISHER, D. An empirical examination of echo chambers in US climate policy networks. **Nature Climate Change**, v.5, p.782–786, 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 05.08.2020.

BRASIL. **Lei nº 12.864, de 24 de setembro de 2013**. Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30045029/do1-2013-09-25-lei-n-12-864-de-24-de-setembro-de-2013-30044994. Acesso em 05.08.2020.

LEVY, P. **O que é o virtual**. Editora 34, São Paulo, 2011.

LIBÂNEO, J.C. **Do paradigma da consciência ao paradigma da linguagem, da epistemologia à hermenêutica**. 7p. Digitado - professor.pucgoias.edu.br. 2003.

LIMA, M.C.P. et al. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n.4, p.717-23, 2008.

LOPES, C. .S et al. ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 50, supl. 1, 14s, 2016.

LUDERMIR, A.B.; MELO-FILHO, D.A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Revista de Saúde Pública**, v.36, n.2, p.213-21, 2002.

LUZ, M.T. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACÊDO, M.R.C. **Políticas públicas e promoção da saúde dos adolescentes e jovens do sexo masculino: saúde sexual e reprodutiva, masculinidades e violências**. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2010.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia e Antropologia**, v.09, n.3, p. 945-970, 2019.

MANGOLINI, V.I.; ANDRADE, L.H.; WANG, Y.P. Epidemiologia dos transtornos de ansiedade em regiões do Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Medicina**, v.98, n.6, p.415-422, 2019.

MARTINS, A.C.L. Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 1, p.1-30, 2019.

MARWICK, A.E. Instafame: Luxury Selfies in the Attention Economy. **Public Culture**, v. 27, n. 1, p.137-160.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MASSIMINO, D.M. Reflexões sobre a democracia líquida e sua fundamentação no plano das teorias democráticas. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 17, n. 2, p. 375-400, 2017.

MATTEI, L. Os efeitos da crise econômica de 2015-2017 sobre o mercado de trabalho brasileiro. IN: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. Dossiê v da AKB: **“O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros”**. 2018. Disponível em: <https://associacaokeynesianabrasileira.files.wordpress.com/2018/07/dossic3aa-v-o-brasil-pc3b3s-recessc3a3o-das-origens-da-crise-c3a0s-perspectivas-e-desafios-futuros1.pdf>. Acesso em 08.02.2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDES-GONÇALVES, R.B (AYRES, J.R.C.M.; SANTOS, L. Org.). **Saúde, sociedade e história**. São Paulo: Hucitec; Porto Alegre: Rede Unida, 2017.

MENDES-GONÇALVES, R.B. **Práticas de saúde**: processos de trabalho e necessidades. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 1992.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, L.; RIVERA, F.J.U.; ARTMANN, E. Trabalho em equipe interdisciplinar de saúde como um espaço de reconhecimento: contribuições da teoria de Axel Honneth. **Physis**, v.22, n.4, p.1563-1583, 2012.

MOIMAZ, S.A.S. et al. Satisfação e percepção do usuário do SUS sobre o serviço público de saúde. **Physis**, v.20, n.4, p.1419-1440, 2010.

MONTANO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.

NASCIMENTO, A.V. **Avaliação da política de humanização em saúde no Hospital Barão de Lucena**: o reconhecimento no cuidado da criança. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

NASCIMENTO, M.C.; BARROS, N.F.; NOGUEIRA, M.I.; LUZ, M.T. A categoria racionalidade médica e uma nova epistemologia em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.18, n.12, p.3595-3604, 2013.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p. 82-93, 2004.

NOVAES, R.; RIBEIRO, E. (org.). **Livro das Juventudes Sul-americanas**. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

NOVAES, R.; SANTORO, M. Ser jovem na América do Sul: um epílogo. In: **Ser Joven en Sudamérica**: diálogos para la construcción de la democracia regional. Santiago: Productora Gráfica Andros, 2008.

NUNES, C.G.F.; ALMEIRA, T.M.C. Dossiê Saúde mental pela perspectiva das ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v.35, n. 1, p.9-17, 2020.

NUNES, F. Ou todos os direitos e desemprego ou menos direitos e emprego', diz Bolsonaro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 139, N. 42656, 9 NOV. 2018. Economia & Negócios, p. B1.

ORELLANA, J.D.Y. et al. Transtornos mentais em adolescentes, jovens e adultos do Consórcio de Coortes de Nascimento brasileiras RPS (Ribeirão Preto, Pelotas e São Luís). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, P.1-13, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Saúde mental dos Adolescentes. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 14 Jan. 2021.

PALMER, R. **Hermenêutica**. Tradução: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. 1 ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **The Health of Adolescent and Youth in the Americas**. Implementation of the Regional Strategy and Plan of Action on Adolescent and Youth Health 2010-2018. Washington, D.C.: PAHO; 2018.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013**. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.

PENSO, M.A.; SENA, D.P.A. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. *Revista Sociedade e Estado*, v.35, n.1, p.61-81, 2020.

PEREIRA, A. B. (BORELLI, S.; FREIRE FILHO, J. Org.). Culturas juvenis no século XXI. **Revista de Antropologia**, v. 52, n. 1, p. 388-393, 2009.

PONTES, A.G.V.; RIGOTTO, R.M.; SILVA, J.V. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de perímetros irrigados. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.23, n.5, p.1375-1386, 2018.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. **Economia**. 2016. Disponível em: <http://www.prefeiturademossoro.com.br/mossoro/economia/>. Acesso: 21.12.2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. **Geografia**. 2016. Disponível em: <http://www.prefeiturademossoro.com.br/mossoro/geografia/>. Acesso: 21.12.2016.

RALLO, J.R. Para erradicar a pobreza, mais capitalismo. 2017. Disponível em <https://www.mises.org.br/article/2788/para-erradicar-a-pobreza-mais-capitalismo>. Acesso em 01.03.2021.

ROSA, H. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ROSA, P.L. **Tecnociências e humanidades**: novos paradigmas, velhas questões. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cad. Saúde Pública**, 2016; 32(12):e00194316.

SALOMÃO, M.L.M. **Necessidades dos adolescentes atendidos em Unidades Básicas de Saúde de São José do Rio Preto** [Tese]. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, B.S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1999 (Oficina do CES – 135).

SANTOS, F.C. As faces da selfie: revelações da fotografia social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, 2016.

SCHEEFFER, F. Pobreza, um conceito controverso. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, p.131-148, 2013.

SCHEEFFER, M.; BAHIA, L. Representação política e interesses particulares na saúde: A participação de empresas de planos de saúde no financiamento de

campanhas eleitorais em 2014. **Relatório de Pesquisa**, 2015. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/03/Planos-de-Saude-e-Eleicoes-FEV-2015.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

SCHRAIBER, L.B. et al. Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Cadernos de Saúde Pública**, v.26, n.5, p.961-970, 2010.

SCHRAIBER, L.B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, v.29, n.1, 1995.

SCHRAIBER, L.B.; MENDES-GONÇALVES, R.B. Necessidades de saúde e atenção primária. IN: SCHRAIBER, L.B.; NEMES, M.I.B.; MENDES-GONÇALVES, R.B. (Orgs.). **Saúde do adulto**: programas e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec; 1996.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2 ed. Rio de Janeiro: contraponto, 2016.

SILVA, T.R.B; VALE-E-SILVA, J, PONTES, A.G.V; CUNHA, A.T.R. Percepção de usuários sobre o Programa Mais Médicos no município de Mossoró, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.21, n.9, p.2861-2869, 2016.

SILVA, M.L.P. **Conceitos fundamentais de hermenêutica filosófica**. Coimbra: 2010. Disponível em http://www.uc.pt/fluc/lif/conceitos_herm. Acesso em 14.05.2018.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. - CEBRAP**, n. 97, p. 23-40, 2013

SIQUEIRA, S.A.V; HOLLANDA, E.; MOTTA, J.I.J. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.22, p.1397-1406, 2017.

SMOLEN, J.R.; ARAÚJO, E.M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.22, n.12, p.4021-4030, 2017.

SPOSITO, M.P.; SOUZA, R.; ARANTES E SILVA, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

STOTZ, E.N. **Necessidades de saúde**: mediações de um conceito [tese]. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 1991.

TAKEUTI, N.M. Paradoxos sociais e juventude contemporânea. **Estudos de Psicologia**, v.17, n.3, 427-434, 2012.

TEMER grava pronunciamento sobre REFORMA TRABALHISTA. Youtube: Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Pa_UIDLqhDw. Acesso em 5 fev. 2019.

TOSTA, S.F.P. Culturas juvenis, mídias e suas (des) conexões com a formação e o trabalho docente. **Revista Entreideias**, v.3, n.1, p. 147-161, 2014.

TURATO, E.R; FONTANELLA, B. J.B; RICAS, J. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, n.1, p.17-27, 2008.

VALE-E-SILVA; J; AYRES, J.R.C.M. Necessidades de saúde: uma revisita ao conceito. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, 2018, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/saude-coletiva-2018/papers/necessidades-de-saude--uma-revisita-ao-conceito>>. Consultado em 02-08-2020.

VALE-E-SILVA, J. **Necessidades de saúde**: subsídios ao pensar/fazer saúde [dissertação]. Fortaleza (CE): Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará; 2012.

VIEIRA, F.S.; BENEVIDES, R.P.S. **Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Brasília: IPEA, 2016. (Nota Técnica, n. 28).

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v.22, n.44, p.203-220, 2014.

WERNET, M.; MELLO, D.F.; AYRES, J.R.C.M. Reconhecimento em Axel Honneth: contribuições à pesquisa em saúde. **Texto Contexto Enfermagem**, v.26, p.1-8, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative** [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2014. Disponível em https://www.who.int/mental_health/suicideprevention/world_report_2014/en/. Acesso em 20.02.2021.

ZARUR, A.P.; CAMPOS, J.L. A juventude como valor na modernidade líquida. **Revista Temática**, v.11, n.1, p.41-51, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

Título da Pesquisa: Necessidades e demandas de saúde de adolescentes e jovens na sociedade contemporânea

Entrevistados: Adolescentes e Jovens (10 a 24 anos)

Entrevistador: Jennifer do Vale e Silva

Local: Mossoró-RN

1 PRÁTICAS E CULTURAS JUVENIS

O que você faz ao longo do dia, durante a semana?

(Identificar atividades, grupos de interação, espaços de socialização - educação, trabalho, lazer, etc.).

Como é o dia-a-dia na escola/faculdade/trabalho? Como é estar com seus colegas?

(Identificar vínculos, relações e sentimentos – violência, competição, solidariedade, etc.).

O que você faz ao longo do dia, durante os finais de semana?

(Identificar atividades e grupos de interação – educação, trabalho, lazer, etc.).

O que você mais gosta de fazer? O que não gosta? O que gostaria de fazer?

(Atividades que fazem e não fazem sentido na vida; meios de afirmação da identidade; formas de reconhecimento e situações de desrespeito)

Como é a vida de seus colegas da mesma idade? O que acha? O que eles dizem?

(Atividades que fazem e não fazem sentido na vida; meios de afirmação da identidade; formas de reconhecimento e situações de desrespeito)

Além da família e da escola/faculdade/trabalho, você se relaciona com outras pessoas? Quem? Quem são as pessoas que você mais gosta de estar junto, porque?

(Grupos de interação; sentido das relações interpessoais)

Em algum momento da vida, você já se sentiu desrespeitado (na escola, no trabalho, na faculdade, em família, com o namorado, com os amigos, em algum outro lugar)?

(Identificar formas de desrespeito – integridade física, social, dignidade)

2 SIGNIFICADOS RELATIVOS A SER ADOLESCENTE E JOVEM

Você se considera criança, adolescente, jovem ou adulto? Porque?

(Identificar autopercepção de pertencimento a grupos etários e suas razões)

**Você gostaria de ser criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso? Porque?
Qual a diferença?**

(Identificar autopercepção de pertencimento a grupos etários e suas razões)

O que você acha de ser adolescente? Porque?

(Identificar concepções de adolescência e juventude)

Se você fosse apresentar um trabalho na escola/faculdade sobre o que é ser adolescente/jovem, o que vocêalaria?

(Identificar concepções de adolescência e juventude)

Como você acha que as outras pessoas e a sociedade veem o adolescente?

(Identificar concepções de adolescência e juventude)

Qual o sonho (projetos de vida, desejos) de todo adolescente (ou daqueles de sua convivência)? E você, tem algum sonho?

(Identificar projetos de vida)

Há alguém que você admira (familiar, artista, celebridade, etc.)? Porque?

(Identificar referências sociais, valores pessoais, etc.).

3 SIGNIFICADOS E PRÁTICAS ADOLESCENTES E JOVENIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O que você acha da internet? Porque? Para que você usa internet? Como e em que situações você usa internet?

(Explorar significados e usos das comunicações digitais, especialmente das redes sociais – hiperconectividade, hiperexposição, etc.)

O que você acha de fazer compras? Porquê? Você geralmente tem vontade de comprar? O que? Se você pudesse, o que você gostaria de comprar? Porque?

(Explorar significados e práticas de consumo – hiperconsumo, etc.)

Você acha que o mundo hoje é igual ou diferente do tempo em que seus pais eram jovens? Porque? O que você acha dessas mudanças?

(Explorar características do mundo contemporâneo)

Como é viver aqui nessa cidade (Mossoró-RN)? É diferente de outros lugares?

(Explorar a relação local-global; a vivência (sociopolítica) dos problemas e virtudes da cidade e os sentimentos a ela associados - fragilidade de vínculos, competitividade, solidariedade).

Como você imagina seu futuro?

(Identificar expectativas quanto ao trabalho, estudos, modos de vida e relações sociais)

(Explorar a construção do futuro em contextos de incerteza)

4 SIGNIFICADOS E PRÁTICAS RELATIVOS A NECESSIDADES E DEMANDAS DE SAÚDE

Quando eu falo em saúde, o que vêm a sua cabeça? Para você, o que é ter saúde?

(Identificar concepções de saúde e doença).

Hoje, o que você precisa para ter saúde? Porque acha que precisa disso?

(Identificar necessidades de saúde e sua constituição).

Você já teve algum problema de saúde? Como você soube e o que você fez? Como foi resolvido? Quem ajudou a resolver? Em algum momento, ficou confuso sobre como resolver? Porque?

(Identificar como os problemas de saúde são gerenciados).

Se você suspeitasse estar com algum problema de saúde, qual seria a primeira coisa que você faria? Quem você acha que poderia ajudá-lo? De que forma?

(Identificar como os problemas de saúde são gerenciados).

O que você acha que é importante para alguém ter saúde? Como se conseguir isso?

(Identificar necessidades e possibilidades de satisfação)

5 RELAÇÃO DOS ADOLESCENTES E JOVENS COM A ATENÇÃO PRIMÁRIA

Vou dizer algumas palavras e você me diz se já ouviu alguma delas: Atenção Primária à Saúde? Programa de Saúde da Família? Estratégia de Saúde da Família? Medicina de Família? PSF? Sistema Único de Saúde? SUS? Caso sim, onde e o que ouviu falar?

(Identificar o conhecimento sobre Atenção Primária e SUS)

Você conhece o posto de saúde (pessoalmente ou de ouvir falar)? O que o você acha do posto de saúde? Quando você vai até o posto, como é? Há alguém que você conhece, lá? Confia nesse pessoa?

(Identificar aproximação/distanciamento/vínculo com a Unidade Básica de Saúde)

O que você acha de ter um posto de saúde no bairro?

(Identificar concepções sobre Atenção Primária)

Qual a diferença do Hospital para o Posto de Saúde?

(Identificar concepções sobre Atenção Primária)

Como você acha que deveria ser o posto de saúde? Como deveria funcionar?

(Identificar concepções sobre Atenção Primária)

Alguém que você conhece usa o Posto de Saúde? Quem e em que situações?

(Identificar concepções sobre Atenção Primária)

Você acha que o Posto de Saúde pode lhe ajudar em alguma coisa, quando você estiver com algum problema de saúde? O que um posto de saúde deveria ter para que você lembrasse dele ou usasse ele sempre que você tivesse alguma coisa de saúde para resolver?

(Identificar possibilidades de aproximação com a Atenção Primária)

7 FINALIZANDO...

Se alguém fosse escrever um livro sobre você, qual seria o título desse livro? Porque? Você gostaria de falar mais alguma coisa?

AGRADECER!

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A

1. Idade: ____ Anos () Jovem () Adolescente
2. Endereço: _____
3. Contato telefônico: _____
4. E-mail: _____
5. Situação de moradia: Casa própria () Casa alugada () Outro ():_____
6. Sexo: Masc () Fem ()
7. Se percebe como: Homem () Mulher () Homem Trans () Mulher Trans ()
Outro ():_____
8. Se relaciona afetivamente com: Homens () Mulheres () Outros ():_____
9. Situação conjugal: solteiro () casado () Outro ():_____
10. Escolaridade:_____ Local de Estudo: _____
11. Trabalho:_____. Local de trabalho:_____
12. Renda Familiar: () < 1 SM () 1 A 2 SM () 3 A 5 SM () 5 A 10 SM () > 10 SM
13. Bens familiares: Casas () Terrenos () Empresas () Automóveis ()
Outros ():_____
14. Religião: Possui () Não possui () . Do ponto de vista religioso, se considera: _____
15. Raça/Cor: Preto () Branco () Pardo () Amarelo () Indígena () .
Outro: _____
16. Principal(is) meio(s) de deslocamento urbano: _____
17. Acesso à internet: Sim () Não () .
Meio(s) de acesso:_____ Acesso diário em horas:_____

OBSERVAÇÕES:

USO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**Plano de Saúde**

() Sim Nome do plano:

() Não

Sistema de desembolso direto

() Sim Nome do prestadores mais utilizados:

() Não

Sistema público

() Unidade de Saúde

() UPA

() Hospital

() Outro Nome:

Unidade de Saúde de referência

Nome da Unidade de Saúde:

ACS que visita a casa:

Em caso de doença procura

() Unidade de Saúde

() UPA

() Hospital

() Benzedeira

() Farmácia

() Usa remédios caseiros por conta própria ou indicado por outras pessoas

() Outro Nome: